

Vozes Silenciadas

2ª EDIÇÃO

Vozes Silenciadas

2ª EDIÇÃO

PAPITO DE OLIVEIRA



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o
Desenvolvimento do Estado do Ceará

FORTALEZA
2014

Vozes Silenciadas

Copyright © 2009 (1ª edição) Papito de Oliveira

Copyright © 2015 (2ª edição) Inesp

DIAGRAMAÇÃO FINAL

VALDIÂNIO ARAÚJO MACÉDO

ARTE-FINAL

ANA PAULA MOURA

CAMILLA PINHEIRO

ASSESSORIA ESPECIAL

NATALÍCIO BARROSO FILHO

REVISÃO EDITORIAL

FRANCISCA DE SÁ BENEVIDES

ROGERIA DE ASSIS BATISTA VASCONCELOS

COLABORADORES

BLANCHARD GIRÃO

(TERROR NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ)

FRANCIS VALE

(UNIVERSITÁRIOS)

GALBA GOMES

(O DISCURSO PROIBIDO)

MÁRIO ALBUQUERQUE

(ASSESSORIA ESPECIAL)

APOIO LOGÍSTICO

ADENIL BARBOSA

CÉLIO ALBUQUERQUE

REBECA VERLAINE

RENATO FERNANDES

CAPA

VALDEMICE COSTA DE SOUSA

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

GRÁFICA DO INESP

CATALOGADO POR DANIELE SOUSA DO NASCIMENTO CRB-3/1023

V977 Vozes silenciadas / Papito de Oliveira (organizador).
- 2.ed. – Fortaleza: INESP, 2015.
393p. : il. ; 20cm.

978-85-7973-060-3

1. Anistia, Brasil. 2. Presos políticos, memórias. I.
Oliveira, Papito de. II. Título.

CDDdir. 341.5293

Agradecimentos

Ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, Zezinho Albuquerque e ao Presidente do Instituto de Estudos e Pesquisas sobre o Desenvolvimento do Estado do Ceará - Inesp da Assembleia Legislativa do Ceará, Ilário Marques, pelo apoio à publicação da 2ª edição de *Vozes Silenciadas*.

A todos os ex-presos políticos do Ceará razão de ser deste livro, que se dispuseram a contribuir com seus relatos para tornar viável este documento histórico.

Aos membros da Comissão do período de 2003/2006, pela dedicação compromisso e ética na condução dos trabalhos de análise e julgamento dos processos: Francisco Assis Papito de Oliveira, Presidente (Secretaria da Ouvidoria-Geral e do Meio Ambiente); Mário Miranda Albuquerque (Associação dos Ex-Presos); Maria Goretti Brito de Moraes (Procuradoria Geral do Estado); Francisco Gilmar Lima Chaves (Secretaria da Cultura); Hélder Vasconcelos Frota (Secretaria da Administração); Roscio Aguiar Rebouças (Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social); Nilton Melo Almeida (Secretaria de Governo); Deputado Adahil Barreto (Assembleia Legislativa do Estado do Ceará); Vanja Fontenele Pontes (Ministério Público do Estado); Marcus José de Paula Pessoa Costa e Silva (Ordem dos Advogados do Brasil); Urico Gadelha de Oliveira Neto (Conselho Regional de Medicina).

Oferecimento

Para minha esposa Ercília Braga de Olinda, autora do título, meus filhos Mikail, Marília e meus pais, mestre Cezário e dona Nilza.

Homenagem Especial

Àquele que foi um dos maiores entusiastas da ideia dessa publicação, com quem compartilhei as primeiras discussões sobre o projeto, recebendo dele não apenas incentivo moral mas, principalmente, apoio na leitura, correção e revisão dos textos, o que fazia, pacientemente, mas como muita responsabilidade e dedicação. Se Blanchard, ainda, estivesse entre nós, tenho certeza de que ele estaria tão feliz quanto eu. Abaixo, um dos últimos contatos que mantivemos.

Rapito:-

Fiz alguns reparos e observações em diversos textos. Você poderá aprová-los ou não.

Estou de molho com uma gripe ou virose, sei lá, e acho que só na 2ª-feira estarei de volta ao trabalho.

03
08
06

Rj

Sumário

- 21 | **PREFÁCIO**
Tarcísio Leitão
- 23 | **APRESENTAÇÃO**
Ilário Marques
- 25 | **INTRODUÇÃO**
Papito de Oliveira
- 29 | **PARTIDOS POLÍTICOS**
- 31 | **Partido Comunista Brasileiro**
- 33 | Alberto Santiago Galeno
- 35 | Anário Batista de Carvalho
- 39 | Carlos Alberto do Nascimento
- 43 | Ester Barroso Pinheiro
- 45 | Francisco Cândido Feitosa
- 49 | José Castiliano de Souza
- 51 | José Ferreira Lima
- 53 | José Jeferson Gomes de Freitas
- 55 | José Leite Filho
- 57 | José Maria de Barros Pinho
- 61 | Manoel Aéri Ferreira
- 63 | Manoel Coelho Raposo
- 65 | Manuel Aguiar de Arruda
- 69 | Pedro Grangeiro Amorim
- 71 | Pedro Jerônimo de Souza
- 73 | Raimundo Uchôa Diógenes
- 75 | Tarcísio Leitão de Carvalho
- 79 | Vicente Pompeu da Silva

83 | **Partido Comunista do Brasil**

85 | José Duarte

89 | José Rubens Sales Bastos

91 | Luiz Willian de Castro

93 | Pedro de Albuquerque Neto

99 | **Partido Comunista Brasileiro Revolucionário**

101 | Célio Miranda Albuquerque

105 | João Adolfo Abreu Moura

107 | José Machado Bezerra

111 | Mário Miranda de Albuquerque

115 | Paulo Fernando Magalhães dos Santos

117 | Pedro Paulo Pinheiro

121 | **Ação Popular**

123 | Francisco das Chagas Dias Monteiro (Chico Passeata)

127 | Geraldo Madeira Sobrinho

129 | **Aliança Libertadora Nacional**

131 | Carlos Thmoskhenko

137 | Fabiani Cunha

139 | Francisco Willian de Montenegro Medeiros

140 | José Jerônimo de Oliveira

141 | Swami Cunha

147 | Valdemar Menezes

153 | **INSTITUIÇÕES**

155 | **Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima**

159 | Funcionários da RFFSA

161 | **Assembleia Legislativa do Estado do Ceará**

167 | Os Seis Deputados Cassados

169 | **PRISÕES**

171 | **23º Batalhão de Caçadores do Ceará**

173 | Abner Porfírio Sampaio

175 | Elisio Arimatea Ribeiro

177 | Fernando José Bastos Macambira

179 | Helena Serra Azul Monteiro

183 | Hugo Medeiros de Brito

185 | José dos Santos Serra

187 | José Elpídio Cavalcante

193 | José Erildo Pereira Martins

195 | José Paderewski da Silva

197 | José Rodrigues de Araújo

199 | Olavo França Sobreira de Sampaio

201 | Vandeilton Ferreira de Sousa

203 | **Delegacia de Ordem Política e Social**

207 | Caio Marcelo Cirino Nogueira

211 | Edmundo Maia

213 | Evandro Bezerra

215 | Fernando Duarte Fernandes Vieira

219 | **Instituto Penal Paulo Sarasate**

221 | Afonso Araldo de Queiroz

225 | José Ferreira Alencar

229 | Luiz Carlos Leite

231 | Messias Araújo Pontes

233 | **Departamento de Polícia Federal**

235 | Antônio dos Santos Teixeira

237 | Francisco Dias de Oliveira

239 | João Alves Gondim Neto

241 | Luiz de França Ferreira

243 | Valter Gurgel Barreto

245 | **INTERIOR DO ESTADO**

247 | **O Grupo de Crateús**

249 | Antônio Cruz Ribeiro

251 | Antônio Paulino dos Santos

253 | Antônio Shirley Cruz Jucá

255 | Francisco Colares de Oliveira

257 | Francisco Silva Araújo

259 | João Aragão

261 | João Soares dos Santos

263 | José Bezerra de Melo

265 | José da Silva Palhano

267 | José Soares da Silva

269 | Manuel Ferreira dos Anjos

271 | Norberto Ferreira Filho

273 | **O Grupo dos Onze**

277 | Componentes do Grupo dos Onze

279 | **MOVIMENTO ESTUDANTIL**

281 | **Secundaristas**

283 | Antônio Marcos Moura

285 | Jane Vasconcelos Dantas

289 | Maria do Carmo Moreira Serra Azul

293 | Maria Ruth Barreto Cavalcante

295 | Paulo Verlaine Coelho

297 | **Universitários**

299 | Estudantes Universitários Cearenses

303 | Discurso Proibido

313 | **CASOS INUSITADOS**

315 | **O Pescoço de Tartaruga**

317 | Airton Gomes de Araújo

321 | **O Bigode de Stalin**

323 | José Figueiredo de Brito Filho

325 | **A Galinha de Prestes**

327 | Geraldo Alves Formiga

331 | **O Sapateiro**

333 | Antenor Fernandes Viana

335 | **A Família**

337 | Gilberto Mariano

339 | **A Prisão a Céu Aberto**

341 | Anastácio Nóbrega Tahim

343 | **A Denúncia**

345 | Osvaldo Oliveira Silva

347 | **O Aperto de Mão**

349 | Eribaldo de Carvalho Portela

351 | **REGISTROS FOTOGRÁFICOS E DOCUMENTAIS**

*“Aqui não tem Deus, aqui não é
o Exército, nem a Marinha, nem
a Aeronáutica. Aqui é o Inferno.”*

Palavras proferidas pelos torturadores
na “casa dos horrores”, no Ceará.

*“Se não falar, será quebrado
por dentro, pois sabemos fazer as
coisas sem deixar marcas visíveis.
Se sobreviver, jamais
esquecerá o preço de sua valentia.”*

Capitão Albernaz, torturador de frei Tito de Alencar.

Prefácio

Tarcísio Leitão

O livro de Papito de Oliveira, “VOZES SILENCIADAS”, não traz, naturalmente, toda a história da instalação do nazi-nipofacismo no Ceará, mas, sem dúvida, é retrato sem retoque da hediondez e da truculência militar-imperialista de que foi vítima a militância democrática, mormente os comunistas deste estado, nos chamados “anos de chumbo”.

Naquele tempo, repartições públicas e quartéis foram transformados em valhacoutos de torturadores degenerados.

Foi o reinado da delinquência malvada que obedecia à orientação estratégica da CIA, o órgão central de espionagem dos Estados Unidos.

O Nazismo, derrotado no mundo, refugiara-se na América do Norte, conforme previra o próprio Hitler.

As máfias dos negócios sujos e da política de guerra sempre temeram um Brasil forte e democrático.

O Golpe Militar de 1964 derrubou o governo do Presidente João Goulart, por seu projeto de Brasil moderno, com reformas de base que alcançariam a distribuição de terra às massas maltrapilhas do sertão.

Contando com cerca de 90% de apoio da opinião pública, Jango não poderia ser tolerado pelos traficantes de guerra do mundo, nem pelas elites carcomidas do Brasil que, ainda hoje, não “deglutiram” a queda da Bastilha, a Comuna de Paris, as Revoluções, russa e chinesa, muito menos a Proclamação da República e a Abolição da Escravatura...

O livro é obra que se manterá como importante colunata da edificação de nossa História. Não é peça de vingança, mesmo porque é sentimento incapaz de medrar nos corações libertários de seu autor.

Contribuição incontestada para o esclarecimento dos crimes políticos que aqui se perpetraram, é denúncia vibrante da covardia fardada, tudo para que outra ditadura terrorista de Estado nunca mais se repita aqui.

O livro é um presente de Papito de Oliveira à consciência cívica e revolucionária cearense.

Levanta a ponta do véu que encobre a página mais repulsiva da via-crucis que atravessamos.

Que a iniciativa desta importante denúncia histórica encontre eco nos escritores alencarinhas, para que as cortinas macabras da covardia não escondam a verdade nos escaninhos do tempo e na indiferença de omissões coniventes.

Tarcísio Leitão
Advogado trabalhista
ex-presos político

Apresentação

Ilário Marques

Em 2014, completam-se 50 anos da deflagração do Golpe Militar no Brasil, que depôs o presidente, constitucionalmente, eleito João Goulart, instalando o terror em nosso país e estancando o incipiente processo democrático da nação.

Nesse período, centenas de brasileiros foram vítimas das mais vis atrocidades praticadas contra um ser humano pelo simples fato de pensarem diferente daqueles que instalaram a ditadura militar no Brasil.

No Ceará, não foi diferente. Muitos democratas foram presos, torturados exilados ou assassinados. Essas histórias estão relatadas no livro *Vozes Silenciadas* - 2ª edição, que ora apresentamos à sociedade cearense. A publicação traz fragmentos de vidas e lutas que demonstram a bravura e o destemor de todos que dedicaram sua juventude em defesa do restabelecimento da democracia em nosso país.

São relatos comoventes escritos pelos próprios atores políticos, ou por seus familiares, que retratam uma página cruel de nossa história, apesar das negativas daqueles que, de alguma forma, contribuíram para manchar com o sangue dos nossos democratas um momento importante da vida nacional.

Não se trata de alimentar vingança. *Vozes Silenciadas*, antes de um livro, é um documento que procura manter viva a história desses repulsivos tempos no Brasil para, em conhecendo a realidade da época, continuemos a luta para que tais fatos não se repitam.

É com grata satisfação, portanto, que o INESP apoia a publicação de *Vozes Silenciadas*, em sua 2ª edição, como forma de contribuir para esclarecimento dos fatos relativos ao período ditatorial que se implantou no país, após o golpe perpetrado pelas forças militares em abril de 1964.

Ilário Marques
Presidente do Instituto de Estudos
e Pesquisas sobre o Desenvolvimento
do Estado do Ceará - Inesp
da Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará.

Introdução

Papito de Oliveira

Presidir a Comissão de Anistia Wanda Sidou foi uma experiência indescritível para mim, o que só foi possível graças à sensibilidade e demonstração de compromisso do então governador Lúcio Alcântara que, ao instalar a referida comissão, convidou-me para presidi-la, motivo pelo qual lhe sou sinceramente grato.

A Comissão de Anistia, como ficou conhecida, foi criada pela Lei 13.202, de 10 de janeiro de 2002, aprovada pela Assembleia Legislativa e sancionada pelo então governador Tasso Jereissati, cujo objetivo era analisar e julgar os pedidos de indenização de ex-presos políticos, vítimas do regime militar, mantidos em cárceres da estrutura administrativa do estado do Ceará, no período compreendido entre os anos de 1964 a 1974.

Sua aprovação foi precedida de intensos debates e negociações naquela Casa Legislativa, em virtude da profundidade e delicadeza da matéria e a necessidade de se evitar uma possível rejeição da propositura. Entretanto, somente no dia 3 de setembro de 2003, já no governo Lúcio Alcântara, a comissão teve sua instalação efetivada, sendo regulamentada pelo Decreto nº 27.242, de 5 de novembro de 2003, dando eficácia à lei que a criou. Composta de representantes de órgãos da administração pública e da sociedade civil, iniciou seus trabalhos recebendo requerimentos, orientando pessoas, analisando processos e, por fim, julgando-os. No total, 480 pessoas entraram com pedidos de indenização.

Ao deparar-me com relatos tão comoventes, percebi que estava diante de importante fase da história do Ceará que pouca gente conhecia. Foi aí que me veio a ideia de socializar essa memória política esquecida por anos a fio, através da publicação deste livro, contendo depoimentos de mais de cem pessoas,

vítimas das atrocidades da ditadura militar. Esse primeiro trabalho foi baseado nos relatos de algumas pessoas indenizadas à época em que presidi a comissão. O restante, espero publicá-los num segundo volume.

São fragmentos de vidas que demonstram a bravura e o destemor de tantos quantos dedicaram sua juventude à luta para restabelecer a democracia em nosso país. Mas, também, são histórias de sofrimento, de humilhações e de dor, vez que quase todos foram vítimas dos mais diversos tipos de torturas físicas e psicológicas. Foram homens, mulheres e crianças que durante anos sofreram nos fétidos cárceres das mais assombradas prisões do país, silenciados pela força das armas e pela humilhação da tortura. Daí o título do livro: *Vozes Silenciadas*. Através dele, quero registrar o momento em que o país foi obrigado a silenciar, em que o medo invadiu os lares brasileiros e muitos não escutavam os gritos de dor vindos dos porões dos cárceres de todo o país. Enquanto isso, outros, porém, resistiam combatendo nas cidades e nas selvas contra as atrocidades da ditadura, denunciando as torturas e os massacres praticados pelos órgãos de repressão.

Para melhor compreensão dos fatos agrupei os ex-presos políticos por partidos, organizações, movimentos, locais das prisões e instituições. Isso, no entanto, nem sempre foi possível porque determinado militante podia pertencer a uma organização e estar preso em algum órgão policial, ou outro pertencer a um partido político, mas militava no movimento estudantil. Nesses casos o depoimento poderá constar num, ou noutro local, conforme a ênfase de seu relato. Foi apenas uma forma mais didática que procurei dar à estrutura do livro.

Fotos, documentos, registros jornalísticos de arquivos pessoais, ou de instituições ilustram os depoimentos, dando-lhes maior força. Nesse aspecto, quero ressaltar a grande contribuição da Associação 64/68-Anistia, pelo relevante apoio na pesquisa e seleção documental.

Por fim, espero que o livro possa contribuir para que os jovens e a sociedade, em geral, conheçam essa importante fase da

História do Ceará. Não se trata de um trabalho acadêmico, mas de um registro de narrativas de quem, efetivamente, viveu tão delicado momento da vida cearense. Não tenho o objetivo de suscitar revanchismos, mas tão somente registrar os fatos e suas consequências, contribuindo para que eles nunca mais se repitam.

Partidos Políticos

**Partido
Comunista Brasileiro**

**Partido
Comunista do Brasil**

**Partido Comunista
Brasileiro Revolucionário**

Ação Popular

Aliança Libertadora Nacional

Partido Comunista Brasileiro

RESUMO HISTÓRICO

A história do PCB é cheia de altos e baixos. Posto na ilegalidade várias vezes, o PCB, fundado em Niterói (RJ), em 1922, recebeu o nome de Partido Comunista do Brasil, só em 1961 mudou de nome, passando a denominar-se Partido Comunista Brasileiro.

Baseado, ideologicamente, em Marx, Engels e Lenin, o partido, que no ato de sua instalação contava com setenta e três militantes, adotou como símbolo da agremiação uma foice e um martelo, abaixo dos quais vinha escrita a sigla PCB. Posto na ilegalidade no mesmo ano em que foi fundado, o PCB só voltou a atuar novamente com sua legenda reconhecida em 1927, quando Azevedo de Lima foi eleito para a Câmara dos Deputados. Em 1935, com a Intentona Comunista, vários membros do partido foram presos, entre eles seu dirigente maior, Luiz Carlos Prestes. Assim, com a maioria de seus dirigentes encarcerados, o PCB só voltou a se rearticular em 1941, quando um grupo do Rio de Janeiro, outro de São Paulo e um terceiro da Bahia se reuniram para, mais uma vez, pôr o PCB em ação. Mas foi em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial e do Estado Novo no Brasil, que o PCB voltou à legalidade. Nesse mesmo ano o partido elegeu quatorze deputados federais e um senador, Luiz Carlos Prestes. A atuação legal do PCB, no entanto, não durou muito tempo. Em 1947, o registro do partido é novamente cancelado, e os parlamentares eleitos em 1945 são cassados.

Com o impacto do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), instauram-se as primeiras divergências internas, culminando com o afastamento de vários de seus membros. Em 1961, após a realização de um novo congresso, o PCB decide

instituir uma campanha com o objetivo de reconquistar o registro perdido. Nesse congresso foi decidida a mudança da antiga nomenclatura – Partido Comunista do Brasil – , passando a denominar-se Partido Comunista Brasileiro.

Dadas as divergências internas, em 1962, um grupo resolve manter o nome antigo – Partido Comunista do Brasil – e mudar a sigla para PCdoB. Estava fundado o novo partido que, na década de 1970, haveria de se concentrar na região do Araguaia e se contrapor ao regime militar de armas nas mãos.

Com a implantação da ditadura militar em 1964, a tentativa de legalização do Partido Comunista Brasileiro foi esquecida e vários de seus dirigentes, revoltados porque o partido não adotava a luta armada como reação ao golpe, resolveram sair do PCB e fundar novas agremiações. Entre os militantes que romperam com o PCB estavam nomes como Carlos Marighella, Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho.

Com a Anistia em 1979, vários dirigentes do PCB que tinham sido expulsos do país ou se encontravam na clandestinidade voltam a atuar no Brasil. Nesse mesmo ano Luiz Carlos Prestes e o grupo que o apoiava são expulsos do partido. Assume o lugar de Prestes, na direção, Giocondo Dias. Com o fim do regime militar em 1984, o PCB volta à legalidade e assim permanece até hoje, apesar das tentativas de sepultar o velho partidão, transformando-o em Partido Popular Socialista (PPS).



Alberto Santiago Galeno

Em 2 de julho de 1964, logo após o golpe militar de 31 de março, Alberto Santiago Galeno foi preso nas dependências da 10ª Região Militar. Jornalista e funcionário do jornal *O Democrata*, órgão do Partido Comunista Brasileiro, foi por esse motivo preso, para ser solto no dia 8 do mesmo mês após ser ouvido no 23º Batalhão de Caçadores (23 BC).

No Ceará, a repressão agia de maneira articulada. Havia uma coordenação regional policial, denominada Centro de Operações e Defesa Interna (CODI/10), integrada pelo Comando da 10ª Região Militar, Polícia Federal, Secretaria de Segurança Pública do Estado, Base Aérea de Fortaleza e Comando da Marinha. Eram as forças de segurança que determinavam as ações que deveriam ser desenvolvidas no Ceará para identificar e prender os integrantes das organizações consideradas de esquerda.

Em 23 de fevereiro de 1973, Alberto Galeno foi preso novamente por agentes da Polícia Federal quando se encontrava em sua residência, a Casa de Juvenal Galeno. Algemado, Alberto Galeno foi conduzido, primeiro, para a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS) e, a seguir, para o quartel do 10º Grupo de Obuses (GO).

Ali, fui vítima dos maiores maus-tratos. Recolheram-me a uma cafua, onde não havia nem cadeira nem cama. A água era da torneira. Passei três dias sem alimentação.

As sessões de tortura eram realizadas na DOPS:

Davam-me choques elétricos através de um cabo de transmissão telefônico. Uma vez me senti mal. Um médico do Exército que acompanhava a tortura colocou-me o aparelho de medir pressão, diagnosticando que eu não tinha nada. Mesmo assim,

suspendeu as torturas. Em um domingo, eu e outros presos políticos fomos levados de olhos vendados para o interior de uma camionete posta a correr na estrada de Maranguape. A polícia nos levava ao presídio de Santo Antônio de Pitaguary. Não foi difícil constatar o local em razão da conversa dos soldados da escolta que diziam que estávamos sendo levados para um presídio reservado aos ladrões. Lá foram muitas as ameaças de morte.

Em 13 de março de 1973, Alberto Galeno foi recolhido ao Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS). Três dias depois, o jornal *O Povo* publicava, a manchete “Imprensa Comunista Desmantelada no Ceará”, com o seguinte texto:

Instalada numa residência em Croatá, a tipografia do Partido Comunista Brasileiro, a exemplo do que ocorrera com a célula da mesma organização no Ceará, foi também desmantelada pelos órgãos de segurança. Acusados, foram indiciados e tiveram prisão preventiva decretada os seguintes elementos: José Leite Filho, Alberto Galeno [...]. Todos estes já se acham recolhidos ao Instituto Penal Paulo Sarasate.

No mesmo dia, o *Diário de Pernambuco* publicou a mesma matéria com o título “Segurança Localiza Impressora Comunista” e o seguinte texto: “Uma célula do setor de imprensa do PCB, que operava no Ceará, foi desmontada pelos órgãos de segurança”.

Nas duas publicações foram estampadas as fotografias dos acusados, assim como foram usadas expressões que, normalmente, se referem a marginais e não a presos políticos que, naquelas circunstâncias, lutavam contra um regime de exceção que havia sido implantado no Brasil.

Depois de cumprir dois terços da pena de dois anos, Alberto Galeno foi posto em liberdade, continuando suas atividades políticas e jornalísticas, embora clandestinamente, até o advento da Anistia, quando passa a atuar de forma mais intensa e com mais liberdade.

Alberto Santiago Galeno morreu em Fortaleza em 4 de maio de 2005.



Anário Batista de Carvalho

Velho e emblemático combatente socialista, Anário Batista de Carvalho pertencia à cúpula do Partido Comunista Brasileiro, popularmente conhecido como partidão.

Figura temperada na luta desde a juventude, iniciando-se na militância partidária no longínquo ano de 1935, pôde enfrentar e sobreviver à brutalidade de que foi vítima a partir de 1972, quando caiu nas garras dos agentes do Exército e da polícia.

Sofreu, então, as mais cruéis torturas nos muitos anos que passou em diferentes cárceres da ditadura, sendo libertado pela Anistia, com o corpo chagado, mas com a alma fortalecida pela consciência de que seu sangue se derramara por uma causa justa.

Esta é uma síntese da trajetória política desse lutador, de sua ideologia, na qual acreditou até o fim de seus dias e pela qual sacrificou os melhores anos de sua vida. Alguns depoimentos seus a respeito da prática da tortura no Ceará e dos métodos utilizados pelos torturadores para obter do preso indefeso as informações que acreditavam poderia ele fornecer-lhes são palavras duras que nos chocam e atestam a hediondez dos crimes praticados à sombra do manto ditatorial que cobriu o Brasil por longos vinte anos.

Anário Batista, que sempre acreditou na alvorada da liberdade, adormeceu para a eternidade na certeza de que sua luta não foi inglória.

Embora filiado ao PCB desde 1935, somente em 1945, em Salvador (BA), a militância política de Anário Batista tornou-se mais ativa, especialmente na campanha O Petróleo É Nosso e na luta pela paz mundial.

Detentor de ampla atividade política, iniciou suas atividades no Ceará em 1956 como membro eleito da direção estadual do PCB, onde permaneceu durante as décadas de 1960 a 1980.

Com o golpe de 1964, após ser colocada na ilegalidade, a direção do PCB resolveu montar gráficas clandestinas no país para divulgar suas idéias políticas. Coube a Anário Batista, juntamente com outros companheiros, a tarefa de instalar uma gráfica do partido no estado do Ceará, sendo o local escolhido uma fazenda de sua propriedade localizada no distrito de Croatá, município de São Gonçalo do Amarante.

Durante alguns anos, a gráfica funcionou com certa regularidade, produzindo e distribuindo para o Nordeste o jornal *Voz Operária*, órgão oficial da direção nacional do partidão. Em 1972, a repressão localizou e desmantelou a gráfica, destruindo equipamentos, apreendendo todo o material de propaganda do partido e culminando com a prisão de Anário Batista por uma equipe de captura composta de elementos das Polícias Civil, Militar e Federal. Preso, foi conduzido a um quartel do Exército, onde permaneceu encarcerado durante dezoito dias em um pequeno quarto desprovido de cama e cadeira, sendo obrigado a dormir no chão, sem colchão ou forro. Nesse período, sua saúde foi consideravelmente agravada em consequência das freqüentes sessões de tortura. Seu relato impressiona pela revelação da frieza com que os algozes tratavam suas vítimas:

[...] os torturadores prendiam uma garra semelhante às usadas em baterias de carro na parte interna do meu nariz e um fio preso nos testículos, estando totalmente despido e amarrado sobre um chão de cimento. Perdi os sentidos várias vezes. Na última, inclusive, despedi-me em pensamento dos meus familiares e companheiros, certo de que não voltaria mais a viver.

E continua:

Quando tornei, eles estavam dando-me massagens e mexendo nos meus braços e pernas. Levaram-me nos braços para um car-

ro, sendo conduzido a um local que me pareceu um alojamento de soldados, cujas camas eram de ferro. Depois de algum tempo, alguém chegou, provavelmente um médico, virando-me de bruços, auscultando-me face à gravidade do acontecido. Depois de medicado, levaram-me de volta para o quartel. Posteriormente, fui conduzido para a Polícia Federal, onde pela primeira vez recebi a visita de minha mulher e de meu filho, os quais há mais de um mês estavam sem saber notícias minhas.

Passado esse suplício que o abateu fisicamente, Anário Batista foi transferido para o IPPS. Decorrido algum tempo, foi a julgamento, sendo condenado a um ano de prisão, período depois aumentado para dois anos.

Em conseqüência das torturas e sevícias sofridas, Anário Batista foi vítima de um enfarto durante o período de cárcere, fato só detectado após sua soltura, mediante um exame médico mais completo e específico.

Instaurado o pânico após sua prisão e sumiço, só mesmo depois seus familiares retornaram à propriedade de onde retiravam a subsistência; lá puderam constatar que tudo fora saqueado e depredado. As aves do aviário, motores, paiol de milho, todas as ferramentas de utilidades profissionais, bem como todas as máquinas da gráfica e todo o material a ela pertencente, foi tudo destruído ou havia desaparecido. Nem parecia que ali, outrora, existira uma próspera propriedade rural e um pequeno parque gráfico, onde eram produzidos os jornais que levavam a todos os recantos cearenses os ideais socialistas.

Sobre os sofrimentos por que passou e o modo como agiam as forças da repressão, a declaração de Anário Batista é esclarecedora, embora forte e denunciativa. Diz ele:

Vale ressaltar a forma integrada como agiam os órgãos da estrutura de repressão do regime de força vigente, em todas as esferas de poder – estadual, municipal e federal. Uns prendiam, outros batiam, outros interrogavam, outros formalizavam o processo, havendo, por outro lado, uma verdadeira concorrência entre eles, visando “mostrar serviço” aos poderosos de plantão, pois naqueles tempos isso rendia prestígio e verbas, pro-

vocando mistura e inversão de papéis na função desses órgãos, em que o que prendia também interrogava e batia, gerando situações de superposição de poder, resultando em mais sofrimento e dor para os presos políticos.

Eis um relato real e esclarecedor de um homem corajoso que dedicou toda a sua vida à luta contra a miséria e a opressão e que mesmo diante das dores e humilhações não desistiu. Lutou a vida inteira sempre acreditando que a construção de um Brasil mais justo e uma sociedade mais digna é possível.



Carlos Alberto do Nascimento

Carlos Alberto do Nascimento trabalhou durante quatro anos na extinta Fábrica São José, localizada no bairro de Jacarecanga. Era tecelão. Em 1952, porém, foi demitido da fábrica por haver participado de uma greve promovida pelo sindicato da categoria ao qual era filiado.

Demitido, Carlos Alberto entrou na “lista negra” dos patrões. Passou dois anos sem emprego. Nesse período, como não sabia trabalhar em outra profissão, o ex-funcionário da Fábrica São José foi sustentado praticamente por amigos e por algumas atividades informais que praticava aqui e ali ao sabor das circunstâncias. Com a experiência de greve, porém, e com a atitude ditatorial assumida pelos patrões, Carlos Alberto, no lugar de se acomodar, pelo contrário, tornou-se mais agressivo ainda. Passou a integrar os quadros do PCB.

Dois anos depois de demitido, felizmente, voltou a trabalhar, agora na Ceará Industrial, de onde saiu, em 1957, para a Santa Cecília. Em 1960, saiu da Fábrica Santa Cecília para a Santa Maria. Na Santa Maria, como não havia abandonado a luta dos operários por melhores condições de salário e moradia, é eleito tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Ceará. Foi quando começou a participar de várias greves e, mais uma vez, foi posto na rua.

Convidado pelos sindicatos das indústrias têxteis da União Soviética para se fazer presente a algumas reuniões promovidas pelos trabalhadores das indústrias têxteis daquele país, Carlos Alberto estava na pátria de Lenin e de Stalin quando os generais deram o golpe militar em 1964.

De novo na “lista negra” dos patrões ou, pior do que isso, na lista dos inimigos da ditadura militar, Carlos Alberto adiou sua volta para o Brasil por um ano.

De regresso ao Ceará em 1965, o militante do PCB, que não sabia fazer outra coisa na vida a não ser aquilo que todo tecelão faz nas fábricas, passou a ser um homem duplamente perseguido. Primeiro pelos patrões das indústrias têxteis, que o odiavam, depois pela polícia, que certamente o considerava um “subversivo”.

Em 1969, ajudado pelos amigos novamente e com as portas das fábricas fechadas para ele, Carlos Alberto, que era pai de quatro filhos, se viu obrigado a abandonar a profissão de tecelão e se dedicar à de garçom. Não demorou muito e o ex-tecelão começou a participar das atividades promovidas pelo Sindicato dos Garçons do Ceará.

Mil novecentos e sessenta e quatro, o ano em que foi para a União Soviética, também foi o ano em que teve a casa invadida pela primeira vez por agentes da Polícia Federal. Nesse ano, Carlos Alberto passou quinze dias preso nos porões da ditadura. Parte desses dias no quartel-general da Polícia Militar do Ceará.

A pior prisão, porém, se deu em 1973. Nessa segunda prisão, que foi efetuada pelo Departamento de Operações Internas e pelo Centro de Operações e Defesa Interna (DOI-CODI) por volta da meia-noite, Carlos Alberto foi levado para a Polícia Federal, para o 10º GO e, finalmente, para um lugar ignorado, ao qual os policiais davam o nome de “casa dos horrores”. Ali, na “casa dos horrores”, o ex-funcionário da Casa São José e Santa Cecília sofreu afogamentos, levou choques elétricos e foi pendurado no pau-de-arara.

A acusação, dessa vez, era um pouco mais alentada do que a primeira. Na primeira, Carlos Alberto foi acusado de integrar o PCB; na segunda, era apontado, junto com os militantes do PCB Alberto Galeno, José Leite Filho, Afonso Araldo e outros, de imprimir e distribuir o jornal oficial do PCB, *Voz Operária*. Condenado a um ano de prisão no IPPS, Carlos Alberto cumpriu toda a pena nas condições mais desumanas que se possa imaginar.

Libertado e preso novamente em 1977, o ex-tecelão teve a pena ampliada de um para dois anos pelo Superior Tribunal Militar (STM). Foi solto somente tempos depois para responder ao processo em liberdade condicional.

Com o retorno do Brasil ao estado de direito, o integrante do PCB volta a trabalhar como garçom e a participar do sindicato da categoria. Em 1984, foi eleito presidente do Sindicato dos Garçons, atividade que exerceu até formalizar sua aposentadoria.



Ester Barroso Pinheiro

Em 1956, Ester Barroso Pinheiro, mais conhecida como Ester Barroso, ingressou no PCB, onde permaneceu até 1967. Com o advento do golpe militar de 31 de março de 1964, foi presa pela DOPS em 23 de abril do mesmo ano, sob a acusação de “exercer atividades subversivas”.

Professora do Colégio Justiniano de Serpa desde abril de 1962, Ester Barroso passou a ser perseguida pelo regime militar depois que elaborou, como técnica em educação do Ministério da Educação e Cultura (MEC), a *Cartilha do Trabalhador* para o Plano Nacional de Emergência de Erradicação do Analfabetismo do MEC.

Por sua militância política e defesa de um sistema educacional voltado para as classes trabalhadoras, a professora do Colégio Justiniano de Serpa foi aposentada, compulsoriamente, em 8 de outubro de 1964. No dia seguinte, 9 de outubro, o ato já estava publicado no *Diário Oficial do Estado*.

Com a ascensão de Emílio Garrastazu Médici ao poder, a repressão se intensificou mais ainda no Brasil. Por conta disso, Ester Barroso foi novamente presa, em 26 de novembro de 1973, por agentes da ditadura militar. Dessa vez foi torturada física e psicologicamente. Fisicamente, foi submetida a choques elétricos nos seios e nos ouvidos. Psicologicamente, passou dez dias incomunicável, dormindo no chão de um cubículo escuro e imundo.

Indiciada, junto com outros companheiros, na Lei de Segurança Nacional por participação na organização conhecida como Movimento Comunista Internacionalista (MCI), a denúncia contra Ester Barroso foi recebida pela Auditoria da 10ª Região Militar em 20 de março de 1974. Em novembro do mesmo ano,

porém, logo após as eleições, quando o povo imprimiu uma grande derrota eleitoral ao governo militar, Ester Barroso foi seqüestrada por agentes da DOPS e levada novamente para a Secretaria de Polícia e Segurança Pública do Ceará. Lá respondeu a um interrogatório de dez horas que tinha como foco a vitória do Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Foi a última prisão. Mas não foi o último *round* desse pugilato que se prolonga demasiadamente, pois Ester Barroso solicitou, por três vezes, ao governo do estado, que lhe fossem concedidos os benefícios a que tinha direito em relação à sua “aposentadoria compulsória”. Estranhamente, as três solicitações foram “extraviadas”. Pela sentença apresentada posteriormente, a ex-professora do Colégio Justiniano de Serpa foi absolvida. Inconformada com a absolvição, porém, a Procuradoria Militar apelou da sentença ao Superior Tribunal Militar (STM) em 21 de julho de 1976. Dada a insuficiência das provas levantadas, o STM decreta a “extinção da punibilidade dos apenados” em 30 de agosto de 1979.

Até hoje, segundo informações obtidas por Ester Barroso, sua situação funcional ainda não foi resolvida no âmbito estadual. De acordo com ela,

[...] o que mais magoa não são as perdas financeiras, pois estas podem ser reparadas, mas a frustração de ter sido retirada da sala de aula onde pretendia socializar meu saber com os filhos das classes trabalhadoras, que foram os que financiaram minha formação acadêmica.



Francisco Cândido Feitosa

Francisco Cândido Feitosa tinha 14 anos de idade, em 1947, quando ingressou no PCB, que havia sido posto na ilegalidade naqueles dias. Era presidente do Brasil o general Eurico Gaspar Dutra. As reuniões do PCB nesse período ocorriam na Sapataria Azteca, que ficava na rua Senador Pompeu, na cidade do Crato, onde Francisco Cândido morava.

Por esse tempo, os comunistas procuravam influir nos sindicatos e nas associações comunitárias. A Igreja Católica, no entanto, combatia o avanço dos comunistas na cidade da região do Cariri com todas as forças. Para isso realizava procissões pelas ruas cantando hinos religiosos com estrofes que diziam o seguinte: “Nós queremos que acabem na Terra o comunismo, a opressão e a guerra”.

Ainda em 1947, Francisco Cândido mudou-se para Fortaleza, onde passou a conviver com novos companheiros, principalmente com aqueles que trabalhavam no *O Democrata*, jornal do partido, que ficava na rua Senador Pompeu, 814, e era dirigido pelo jornalista Aníbal Bonavides. Ali, no *O Democrata*, jornalistas como Alberto Galeno, Odalves Lima, Durval Aires, Moraes Né e outros escreviam seus artigos e publicavam suas reportagens que sempre defendiam os interesses dos trabalhadores e do povo. Em 1948, Francisco Cândido, que mal completara 15 anos, sofreu a primeira prisão quando distribuía volantes (panfletos), em frente ao Cine Majestic, que denunciavam um filme anticomunista.

Em 1949, no mês de julho, o partido integralista PRP (Partido de Representação Popular), comandado pelo emblemático Plínio Salgado, planejou um evento no Teatro José de Alencar em

Fortaleza. O PCB, em protesto, organizou uma manifestação antifascista na praça que leva o mesmo nome e que fica em frente ao teatro. A polícia foi mobilizada para dissolver a manifestação. No *hall* do teatro, os integrantes do PRP abatem a tiros um dos militantes do PCB, Jaime Calado, que à frente de um grupo de manifestantes tentava impedir a realização do ato promovido pelos integralistas. Daquele episódio Francisco Cândido lembra perfeitamente a figura de uma mulher pequena e corajosa, Margarida Calado, esposa de Jaime Calado, que, após o assassinato do marido, enquanto chorava a sua morte, discursava na Praça José de Alencar denunciando o assassinato do companheiro e os atos de violência cometidos pelos integralistas e pela polícia.

Na praça, a manifestação popular crescia ao mesmo tempo que a Polícia Militar investia furiosamente contra o povo, que se afastava para, em seguida, se concentrar novamente no mesmo lugar. Conta-se que numa dessas investidas da cavalaria o então jovem jornalista Durval Aires, demonstrando uma firmeza de caráter e uma coragem extraordinária, enfrentou a cavalaria de peito aberto como se ele próprio fosse um exército ou uma espécie de Sansão moderno que combatesse uma tropa de filisteus sem precisar, para isso, de mais ninguém, a não ser da própria força.

A polícia, apesar dessa demonstração de coragem e firmeza, continuava atacando. A Polícia Militar com sua cavalaria; a DOPS com sua equipe de agentes e a Polícia Especial com seu batalhão de choque. Assim, eram cassetetes e tiros que se arremessavam covardemente contra o povo. Foi nessa ocasião que Francisco Cândido foi ferido por uma bala que, felizmente, não se tornou mortal.

Em agosto de 1950, realiza-se, no Rio de Janeiro, reunião com representantes de todos os estados para reorganização da Juventude Comunista. O responsável por esse trabalho era Apolônio de Carvalho, ex-combatente na guerra civil espanhola e na luta contra os nazistas na França. Francisco Cândido participou dessa reunião como representante dos Jovens Comunistas do Ceará. Nessa época, ficou hospedado na casa de Gianfrancesco Guarnieri.

De volta a Fortaleza, tratou de reorganizar a União da Juventude Comunista no Ceará (UJC). A primeira direção da UJC, portanto, foi composta por Cândido Feitosa, Elano Moreno e Erasmo Pereira. À Juventude Comunista cabiam as tarefas de rua: distribuição de volantes, realização de comícios-relâmpago, geralmente promovidos nos pontos de ônibus e nos portões das fábricas.

O velho Liceu do Ceará liderava os movimentos estudantis. Quando o Liceu saía em passeata não só em defesa de suas próprias reivindicações, mas, muitas vezes, em prol das causas populares, os ônibus do Oscar Pedreira eram recolhidos e a polícia colocada na rua. A Polícia Especial, com sua farda cáqui e quepe vermelho, já chegava de cassetete em punho, espancando quem quer que fosse.

A UJC, enquanto isso, continuava com suas atividades. Datas como o dia 3 de janeiro – aniversário de Luiz Carlos Prestes – e 25 de março – data da fundação do partido – eram intensamente comemoradas.

Como as tarefas mais audaciosas sempre ficavam por conta da Juventude, jovens comunistas receberam a incumbência de colocar uma bandeira vermelha no topo do Edifício São Luiz contendo saudação a Prestes. Assim, em 3 de janeiro daquele ano, o prédio mais alto de Fortaleza amanheceu com uma bandeira tremulando em seu topo.

Com a dissolução da UJC, em parte porque a maioria de seus membros entrou na universidade, Francisco Cândido passa a militar em outros órgãos de direção do partido, como o comitê universitário e a direção estadual, realizando importantes trabalhos como secretário de organização.

Enquanto isso, as forças mais retrógradas da sociedade brasileira, lideradas pela elite conservadora e contando com o apoio logístico dos Estados Unidos, preparam e dão o golpe militar. Consumado o golpe em 1964, iniciam-se as prisões. Assim, por solicitação do presidente do inquérito policial-militar – o chamado “inquérito da subversão” –, Francisco Cândido foi preso e recolhido à DOPS. Dias depois foi transferido

para o quartel do Exército, o 23 BC. Muitos companheiros de luta já ali se encontravam: Fernando Ferreira, Joaquim Eduardo Alencar, Miguel Cunha Filho, Francisco Felipe Cardoso, Tarcísio Leitão, José de Moura Beleza, padre Arquimédice Bruno, Inácio Almeida, Barros Pinho, Olavo Sampaio, Aníbal Bonavides, Moisés Pimentel, Amadeu Arrais, Pedro Albuquerque, Caubi Damasceno, Vicente Pompeu, Eusélio Oliveira, Américo Silvestre, Osvaldo Evandro, Blanchard Girão, Aloísio Gurgel e outros.

Libertado alguns meses depois e sem condições de sobreviver no Ceará, Francisco Cândido vai para Minas Gerais. Ali se encontra com Mário Alves e Apolônio de Carvalho, que, ao lado de Jacob Gorender, haviam fundado o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). A ditadura militar aumenta a pressão e o combate aos movimentos de esquerda. Francisca Ponte Arruda Feitosa, mulher de Francisco Cândido, é obrigada a abandonar o Instituto de Aposentadoria e Previdência do Brasil (IAPB), no qual trabalhava, em Minas Gerais, e vai para São Paulo, depois de retirar da escola os filhos menores.

Em São Paulo, os dois permanecem por vários anos tentando sobreviver e acompanhando a resistência à ditadura que se manifestava nas ruas e nas canções populares, nas peças de teatro e nos assaltos a bancos e sequestros de embaixadores.

Alguns anos mais tarde, após passar por situações difíceis em São Paulo, Francisco Cândido retorna ao Ceará. Com os filhos já crescidos e com a certeza de que o Brasil era um país viável, volta a militar no Partido Comunista Brasileiro (PCB), agora na legalidade com o nome de Partido Popular Socialista (PPS), retornando, ao mesmo tempo, às suas atividades profissionais.



José Casteliano de Souza

Presidente da Associação dos Moradores do Bairro do Otávio Bonfim e membro do Sindicato dos Garçons em Fortaleza, José Casteliano de Souza, também, fazia parte do PCB.

Foi preso diversas vezes na casa onde morava, na rua Juvenal Galeno. Relata a filha, Maria Nilde de Souza Ferreira, que a polícia, quando chegava à casa de seus pais, não respeitava nada. Revirava tudo: móveis, mesas e cadeiras, indiscriminadamente.

Maria Nilde conta que foi visitar o pai várias vezes num dos porões do quartel-general da 10ª Região Militar, depois de ter sido preso pela Polícia Federal.

José Casteliano, em 1973, foi recolhido ao IPPS; em outubro daquele mesmo ano, foi solto para ficar à disposição da polícia. Fora da prisão, o pai de Maria Nilde reiniciou suas atividades políticas; voltou a participar das reuniões promovidas pelo Sindicato dos Garçons e a mobilizar a Associação dos Moradores do Bairro de Otávio Bonfim.

Devido a seu temperamento reservado, acredita Maria Nilde, o pai nunca falou, em família, que tinha sido torturado pelo regime militar. Mesmo assim, as sequelas deixadas pelas prisões sucessivas e os maus-tratos sofridos nos cárceres da ditadura debilitaram muito sua saúde, a ponto de levá-lo à morte em 16 de março de 1994.



José Ferreira Lima

O jovem José Ferreira Lima chega a Fortaleza em 1942, com 22 anos de idade. Trabalhou, na capital do Ceará, no Grupo Cotonifício Leite Barbosa e na Fábrica Santa Cecília, depois denominada Unitextil. Filiado ao PCB, José Ferreira ocupava a presidência do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Ceará e um cargo de direção no Pacto Sindical, uma espécie de Central Única dos Trabalhadores (CUT) da época, quando ocorreu o golpe militar de 1964.

Em 1º de abril de 1964, o Sindicato dos Trabalhadores Têxteis do Ceará foi tomado pela polícia, transformando-se num verdadeiro “quartel”. Destituído das funções que exercia naquele sindicato e da direção do Pacto Sindical, José Ferreira é preso pelos órgãos de segurança do regime militar.

Libertado algum tempo depois, não encontra trabalho em lugar nenhum de Fortaleza. Passa, então, a viver de serviços avulsos que prestava aqui e ali. Vigiado vinte e quatro horas por dia, mesmo assim, José Ferreira arranjava um jeito de se encontrar com os companheiros de luta.

Preso, novamente, para ser julgado e condenado a dez anos, dessa vez, José Ferreira que até então não tinha sofrido nenhuma agressão física, foi espancado na frente da família e cruelmente torturado nas dependências dos órgãos de segurança do regime militar.

Segundo depoimento de uma pessoa que foi visitá-lo na prisão,

Ferreira estava de pé sobre duas latas de leite, seu rosto estava completamente deformado e havia marcas por todo o seu corpo. Ele foi muito torturado. Levou choque elétrico, “telefone”

[golpe dado com as palmas das mãos contra os ouvidos] e foi para o pau-de-arara.

José Ferreira ficou preso no IPPS de 20 de fevereiro de 1971 a 23 de abril de 1979, quando foi libertado graças ao advento da Anistia. Abandonando as indústrias têxteis, torna-se metalúrgico e ingressa, como diretor, no Sindicato dos Metalúrgicos de Fortaleza e na CUT.

Em 1980, apoia, politicamente, a Carta aos Comunistas, lançada por Luiz Carlos Prestes. Também funda, em Maracanaú, onde morava, a Associação de Moradores do Conjunto Jereisati I e II.

José Ferreira Lima morreu em Fortaleza em 11 de maio de 1996.



José Jeferson Gomes de Freitas

Funcionário público estadual, José Jeferson Gomes de Freitas, na década de 1960, estudava no Colégio João Pontes, localizado na rua Jaime Benévolo com Clarindo de Queiroz. Participante ativo das lutas estudantis, José Jeferson, como tantos outros jovens idealistas da época, foi expulso daquela unidade educacional em setembro de 1965.

Considerado “terrorista” pelos órgãos de segurança, teve dificuldade em se matricular novamente em outra instituição de ensino. Felizmente foi aceito no Colégio Fortaleza que, nessa época, localizava-se na avenida da Universidade.

Preso em 1967, passou alguns dias nas dependências da DOPS, onde foi torturado. Fora da prisão, algum tempo depois, o ex-aluno dos Colégios José Pontes e Fortaleza foi enviado, pelo PCB, para a União Soviética. Na terra de Lenin e Stalin, José Jeferson passa a estudar na Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumba.

Não demorou muito, porém, e o militante do PCB entrou em choque com a linha política do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Tentando participar da guerra do Vietnã por intermédio do Partido Comunista da Indonésia, José Jeferson foi impedido pelo PCUS de realizar seu intento.

Expulso da universidade, recebeu ordens do comitê central do PC da União Soviética de sair de Moscou em vinte e quatro horas. Totalmente impossibilitado, pois não dispunha de recursos financeiros para viajar, o estudante brasileiro apelou para a Embaixada do Brasil que, finalmente, o retirou de Moscou em 1971. No Brasil, José Jeferson era obrigado a comparecer,

sempre que fosse chamado, à Delegacia de Polícia Federal e ao Serviço Nacional de Informações (SNI), para prestar depoimento.

Ajudado por um primo de seu pai, que era brigadeiro da reserva, José Jeferson, então desempregado, arranja uma colocação em uma empresa de ônibus. As perseguições políticas, porém, não deixaram que permanecesse no emprego por muito tempo. Desesperado porque não tinha como sustentar uma filha recém-nascida, o ex-aluno da Universidade Patrice Lumumba dirige-se para a 10ª Região Militar e comunica ao comandante daquela unidade das Forças Armadas que estava disposto a tomar qualquer medida, inclusive sequestrar um avião, se fosse necessário, caso ninguém solucionasse seu problema financeiro. A 10ª Região Militar, felizmente, tomou uma medida. Arranjou, por intermédio de terceiros, emprego para o ex-militante do PCB na Superintendência Municipal de Obras e Viação (Sumov).

Foi a partir desse momento que José Jeferson Gomes de Freitas começou a viver com o mínimo de dignidade, apesar da vigilância e das constantes ameaças dos órgãos de segurança.



José Leite Filho

As pessoas que estudaram na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC), no tempo da ditadura militar, certamente, se lembram de um homem de estatura mediana e cabelos grisalhos que trabalhava numa pequena livraria localizada ao pé da escada que dá acesso ao primeiro andar daquele prédio. Esse homem chamava-se José Leite Filho e foi, no tempo em que o PCB saiu da ilegalidade em 1945, eleito deputado estadual em Pernambuco, sua terra natal. Preso várias vezes em sua vida, a primeira em 1936, quando ainda era muito jovem e combatia o governo de Getúlio Vargas; depois, em 1964, logo após a implantação do regime militar, José Leite nunca negou seus ideais comunistas.

Por essa lealdade, com sua saída da prisão, em junho de 1965, a cúpula do PCB, no Brasil, mandou seu militante pernambucano para o Ceará. Aqui, em Fortaleza, José Leite tinha o objetivo de orientar os integrantes do partido, além de dar novas funções a alguns deles. Foi assim que fundou, em Croatá, distrito de São Gonçalo do Amarante, um pequeno parque gráfico no qual publicava a *Voz Operária*, jornal do Partido Comunista Brasileiro que circulava por quase todo o Nordeste e era impresso num subterrâneo especialmente construído para esse fim.

Com a descoberta do parque gráfico de Croatá, José Leite teve seu nome apontado entre os envolvidos e, por causa disso, foi preso mais uma vez. Torturado pelo regime militar, o velho combatente do PCB, depois de condenado pela Justiça Militar a três anos de reclusão no IPPS, sofreu tanto ali dentro que, não fosse a intervenção da Anistia Internacional (AI), talvez não

tivesse sobrevivido aos maus-tratos que teve de enfrentar. A ação da AI garantiu que José Leite saísse temporariamente do IPPS para se submeter a uma cirurgia de emergência realizada pelo cardiologista Régis Jucá.

Três anos depois de preso, estava solto. Com a carreira de jornalista destruída e a de político simplesmente esfacelada, José Leite Filho, para sobreviver, foi obrigado a vender livros: inicialmente na livraria do amigo Aníbal Bonavides, que, como ele, era integrante do Partido Comunista Brasileiro; depois como proprietário de sua própria livraria, montada sob as escadas que dão acesso ao primeiro andar da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará. Todos os que o viam ali atendendo aos estudantes que, como ele, também sonhavam com um futuro melhor para o Brasil, mal sabiam que aquele homem tinha sido deputado estadual, em 1946, em Pernambuco e membro do Partido Comunista Brasileiro desde o tempo de Getúlio Vargas.



José Maria de Barros Pinho

Natural de Teresina (PI), José Maria de Barros Pinho nasceu em 25 de maio de 1939. Em 1961, tomou parte ativa no I Congresso da Federação das Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Ceará (Faltac). Em 1962, concitava, juntamente com outros companheiros de partido, os ferroviários e os funcionários da Prefeitura de Fortaleza, a participarem de uma greve que tinha como objetivo a melhoria salarial da categoria.

Em 13 de fevereiro de 1963, Barros Pinho e os membros do movimento Pacto Sindical promoveram uma passeata, seguida de uma concentração na Praça do Ferreira, onde pronunciaram discursos nos quais foram feitas críticas à política externa dos Estados Unidos e às autoridades brasileiras.

Após outra passeata, em 13 de junho do mesmo ano, discursou na Praça Castro Carreira. Em 9 de setembro, concitava os moradores do Arraial Moura Brasil a uma concentração na Praça do Ferreira, quando aqueles moradores deveriam sair numa manifestação pública contra as precárias condições de vida daquele bairro.

Em 19 e 20 de setembro, compareceu à assembléia geral dos Sindicatos dos Trabalhadores Autônomos Rurais do Ceará que tinha como finalidade a fundação da federação da categoria. Em 31 de março do ano seguinte, 1964, tomou parte numa reunião realizada no Sindicato dos Ferroviários, na qual se prestava apoio a João Goulart e às reformas de base. Foi preso em 15 de maio de 1964. Chegou escoltado ao DOPS.

Indiciado em inquérito policial militar instaurado por determinação do comandante da 10ª Região Militar, teve solicitada sua prisão preventiva pelo encarregado do inquérito, em

relatório datado de 13 de maio de 1964, em virtude de sua intensa participação nos movimentos políticos, realizados pelos trabalhadores do estado. Como os fatos apurados, naquela época, constituíam crimes contra o Estado e a ordem política e social, por mais discricionária que fosse essa “ordem política e social”, o encarregado do inquérito determinou a remessa dos autos ao encarregado geral dos IPMs. Assim, em 2 de junho de 1964, o comandante da 10ª Região Militar, acatando a sugestão do encarregado do IPM, determina a instauração de um novo inquérito, a fim de aprofundar o anterior e averiguar melhor a suposta prática de atividades subversivas no Ceará. O encarregado do inquérito, o mesmo que trabalhou no primeiro, confirmou tudo o que havia apurado antes e, mais uma vez, encaminhou as conclusões para o comandante da 10ª Região Militar.

Há registros, também, de que, em 18 de novembro de 1966, depois de terem os autos do inquérito policial militar tramitados na 7ª Região Militar, na 2ª Zona Aérea, no 3º Distrito Naval e na própria 10ª Região Militar, Barros Pinho foi denunciado pelo procurador da Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar (10ª CJM). Ficou livre dessas denúncias que o enquadravam em vários artigos da Lei de Segurança Nacional por causa de um *habeas corpus*. Finalmente, em 27 de junho de 1968, o auditor da própria 10ª CJM determinou o arquivamento do processo que incriminava o militante de esquerda do Ceará.

Em 1970, é considerado por agentes do DOPS do Ceará e pela Delegacia Regional do Departamento de Polícia Federal um “agitador perigoso”. Ele havia sido presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE) e diretor do jornal comunista *ABC Popular*.

Durante os anos seguintes, o professor participou intensamente das lutas sociais no estado, como o movimento pela Anistia, a campanha nacional por uma Constituinte livre e soberana, além de apoiar ativamente todos os movimentos comunitários e de trabalhadores do Ceará.

Barros Pinho foi vereador e deputado estadual, tendo iniciado suas atividades partidárias no antigo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), hoje PMDB.

Em 1985, o então governador do Ceará o nomeou prefeito de Fortaleza, ato esse aprovado pela Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

Depois de deputado estadual e de prefeito de Fortaleza, Barros Pinho, também, foi Secretário de Cultura, Turismo e Desporto do Ceará e presidente da Fundação de Cultura, Esporte e Turismo de Fortaleza. Além de político respeitado, José Maria de Barros Pinho é referência cultural no estado, tendo se destacado por suas produções literárias, respeitadas pelos grandes literatos locais e do país.



Manoel Aéri Ferreira

Natural de Jaguaribe (CE), onde nasceu em 4 de julho de 1925, Manoel Aéri Ferreira tinha 18 anos, em 1944, quando, acossado pela seca, decidiu emigrar para a Amazônia. Persuadido por um amigo que lá já estivera e que lhe falara do clima quente e úmido daquela região, mudou de ideia. Resolveu partir para São Paulo.

A viagem, no entanto, não foi muito longa, pois Manoel Aéri, após conhecer uma de suas primas em Missão Velha, onde o trem havia parado, abandona a ideia de ir para São Paulo, monta um pequeno comércio naquela cidade e em seis meses estava casado.

Em 1945, com o fim da Segunda Guerra Mundial e a legalização do PCB, o comerciante de Missão Velha filia-se ao partido que tinha Carlos Prestes como secretário-geral.

É claro que a tomada de posição de Manoel Aéri por um partido de esquerda, no interior do Ceará, não agradou nem um pouco à Igreja nem, muito menos, aos potentados do lugar. Assim, toda vez que se manifestava, corria o risco de ser apupado pela população, ou pelos padres que costumavam pregar contra suas ideias nos sermões.

A maior luta que Manoel Aéri teve de enfrentar ao longo de sua vida, no entanto, não foi nem com os moradores de Missão Velha, nem com a Igreja Católica, foi com a ditadura militar, em 1964, pois logo que essa foi implantada no Brasil, Manoel Aéri, que morava em Iguatu (CE) nesse período, foi obrigado a fugir, passando a residir em Fortaleza.

Da capital cearense viaja para Pernambuco. Ali viveu de 1964 a 1966. De volta a Fortaleza, pede a esposa para vender a casa que tinha em Iguatu, a fábrica de bebidas, e se transferir para a capital do estado. Em Fortaleza, engaja-se no trabalho de re-

organização do PCB. Contando com a colaboração de um amigo, Raimundo Uchôa Diógenes, aluga uma casa no bairro Rodolfo Teófilo.

O regime militar, enquanto isso, intensificava-se. Com o advento do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968, e a ascensão de Garrastazu Médici ao poder, acaba de vez toda e qualquer esperança de liberdade. Manoel Aéri, apesar de tudo isso e de haver criado vários sindicatos na região sul e centro-sul do Ceará, nunca havia sido preso. Continuava livre. Mas não demorou muito para ser descoberto e preso pela polícia. Recolhido ao 10º GO, em 1972, ali ficou até ser transferido para o quartel da Escola de Aprendizes Marinheiros, a Marinha, e com sua condenação decretada pelo juiz da 10ª CJM, é transferido para o IPPS, onde passou os piores meses de sua vida, pois ali foi torturado várias vezes pelos esbirros da ditadura.

Com o fim do regime militar, em 1984, e o retorno do Brasil ao estado de direito, a vida de Manoel Aéri Ferreira, que até então fora extremamente controvertida, voltou ao normal. Hoje, como na época em que morava em Iguatu, continua na militância política e é proprietário de uma fábrica de engarrafamento de bebidas.



Manoel Coelho Raposo

Nascido em 24 de abril de 1933, Manoel Coelho Raposo começou sua vida profissional trabalhando como empacotador do jornal *O Democrata*. Na falta de revisor, também, tomava o lugar desse, assim como se prontificava a vender o jornal, quando necessário.

Manoel Raposo trabalhou em *O Democrata* até 1955, ano em que abandonou as atividades nesse suplemento político e tornou-se vendedor ambulante de livros. Com o tempo, estabeleceu-se nesse negócio. Abriu uma livraria, a que deu o nome de Feira do Livro. De 1958, ano em que foi fundada, a 1964, quando se deu o golpe militar, a Feira do Livro tornou-se uma das maiores livrarias do Ceará. Manoel Raposo tinha filiais em várias cidades do interior do estado e no Rio Grande do Norte.

Com a tomada do poder pelos militares em 1964, muita coisa mudou. A Feira do Livro, que costumava vender literatura geralmente de cunho marxista, começou a ser “visitada” pela Polícia Federal. Nessas “visitas”, os policiais costumavam levar alguns livros que, com o tempo, deixaram de ser considerados perdas insignificantes e se tornaram um verdadeiro prejuízo. Segundo Manoel Raposo, se tivesse que contabilizar, em dinheiro, o valor dos livros confiscados pelos esbirros da ditadura, a despesa certamente ultrapassaria os duzentos mil reais hoje. Preso em abril de 1964, justamente, no ano do golpe, foi recolhido ao 23 BC.

Ao sair da prisão trinta dias depois, a surpresa. A rede de livrarias havia sumido. No lugar dela havia uma banca de jornal. A casa de Manoel Raposo, por sua vez, também, tinha sido invadida nesse período.

Levaram até o ensaio “Conseqüências da Independência do Brasil”, que escrevi aos 18 anos.

Disposto a recomeçar tudo, Manoel Raposo arregança as mangas. Como a Feira do Livro tinha conta no Banco Nacional de Minas Gerais, ele recorre a esse banco para tentar recuperar tudo o que havia perdido. De repente descobre que a conta da Feira do Livro tinha sido fechada e que a linha de crédito que solicitava não podia ser liberada.

Diante de tamanho absurdo, foi obrigado a pedir concordata em 1966. Em 1968, foi preso novamente. Primeiro no quartel do Grupo de Obuses; depois numa das dependências da Polícia Federal.

Com o fim da ditadura em 1984, Manoel Coelho Raposo não abriu mais a Feira do Livro; também não abandonou o mercado livreiro. Hoje é proprietário de uma gráfica que funciona, também, como editora.



Manuel Aguiar de Arruda

Na década de 1960, Manuel Aguiar de Arruda dedicou grande parte de sua juventude ao movimento estudantil. Foi presidente do Centro Liceal de Educação e Cultura (Clec), do Centro Estudantal Cearense (CEC) e da União Estadual dos Estudantes (UEE). Na direção desta última entidade, comandou a greve do 1/3 e a campanha da legalidade, movimento encabeçado pelo governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, para garantir a posse de João Goulart na presidência da República após a renúncia do então presidente Jânio Quadros.

Diante de toda essa movimentação política, os órgãos de repressão começaram a acompanhar os passos do estudante. Assim, certo dia foi preso com Tarcísio Leitão no centro da cidade. Estava com um alto-falante instalado num Jeep, quando foi levado para a Secretaria de Polícia. Dias depois, foi preso novamente na Faculdade de Direito. Nesse mesmo período, foi agredido fisicamente em frente à Escola Técnica Federal do Ceará por um delegado de polícia.

Eleito vereador de Fortaleza pela legenda do Partido Democrata Cristão (PDC) em 1962, Manuel Arruda toma posse em 25 de março de 1963. Agredido novamente nesse mesmo ano por uma patrulha da Polícia Militar, a pancada que levou pelas costas dessa vez foi tão forte que ficou desacordado, sendo encaminhado para o Instituto Dr. José Frota, onde foi medicado.

Com o golpe militar de 31 de março de 1964, as coisas pioraram. Manuel Arruda, Tarcísio Leitão e Luciano Barreira, que também tinham sido eleitos vereadores de Fortaleza, foram cassados sumariamente pela Câmara Municipal.

Preso no 23 BC, em 20 de abril de 1964, Manuel Arruda passou quarenta e um dias nos cárceres da ditadura. Em 1º de junho de 1964, foi afastado da Secretaria da Fazenda do Estado do Ceará (Sefaz), onde trabalhava.

A partir da cassação do mandato de vereador, do afastamento da Secretaria da Fazenda, e da prisão, a vida de Manuel Arruda tornou-se insuportável. As pessoas amigas evitavam sua presença e quando com ele se encontravam o ignoravam com medo de represálias. Como professor, as escolas públicas e privadas fechavam as portas para ele. Todos temiam a reação dos militares que estavam no poder. Indicado por uma amiga para dar aula de Geografia num colégio de Fortaleza, Manuel Arruda não conseguiu sequer entrar em sala de aula.

Apesar de toda a perseguição, o ex-vereador resistiu às pressões para sair do Ceará. Instado por um amigo para trabalhar no Rio de Janeiro, não aceitou o convite, preferiu ficar na capital cearense. Assim, foi administrar gratuitamente uma cooperativa cultural que tinha como objetivo servir aos estudantes.

Tempos depois ingressou num centro educacional. Posteriormente, foi expulso desse estabelecimento de ensino por ter se rebelado contra as arbitrariedades praticadas por militares que dirigiam a instituição. Um deles chegava ao cúmulo de entrar em sala de aula com um revólver na cintura. Denunciado na Polícia Federal pelos referidos militares, Manuel Arruda e outros colegas tiveram de responder a inquérito policial.

Revoltado com tudo isso e tentando contribuir, de alguma maneira, com os estudantes pobres do Ceará, Manuel Arruda juntou-se a outros professores e fundou a Campanha Estadual de Escolas Populares (CEEP), uma organização sem fins lucrativos. Os alunos pagavam apenas uma taxa mínima para as despesas indispensáveis em qualquer colégio. As aulas eram dadas nas dependências do Colégio São Vicente de Paula, Sagrada Família, Paulo Sarasate e Padre Jordão.

A grande dificuldade que a CEEP teve de enfrentar, no entanto, não foi nem com as escolas onde funcionava, nem com a ausência de alunos, que de fato se matricularam, foi com o

Conselho Estadual de Educação do Ceará (CEE). Feito o pedido, por parte da CEEP, para que as escolas abertas no São Vicente de Paula, Sagrada Família, Paulo Sarasate e Padre Jordão funcionassem legalmente, foi, segundo Manuel Arruda, um verdadeiro “Deus nos acuda”, pois o presidente da CEEP, para o CEE, era um “subversivo” e, por causa disso, não podia registrar colégio nenhum.

Em todo caso, para que a alegação de irregularidade não fosse dada assim, sem maiores explicações, o CEE nomeou uma comissão com o objetivo de estudar o pedido da CEEP. Derrotado, o Conselho partiu para o confronto direto. Considerou as escolas da CEEP inadequadas para funcionarem legalmente. E, assim, os colégios fecharam as portas para a entidade filantrópica. Com o tempo, soube-se que por trás dessa decisão do Conselho estava o Exército representado pelo comando da 10ª Região Militar.

Preso, novamente, em 1970, Manuel Arruda foi encaminhado, inicialmente, para o Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR). Dali foi conduzido para o 10º GO. Nessa oportunidade, foi ouvido pelo delegado da Polícia Federal, Laudelino Coelho, que, para colocá-lo a par da situação delicada na qual se encontrava, informa ao ex-funcionário da Sefaz que tinha sido preso porque as Forças Armadas tomaram conhecimento de que havia mantido contato com terroristas.

Com o fim da ditadura e o início de um regime democrático no Brasil, a grande felicidade de Manuel Aguiar de Arruda, hoje em dia, é saber que, apesar das intromissões do Exército e das várias derrotas sofridas naqueles dias de arbítrio em que nada se podia fazer em prol dos mais necessitados no Brasil, ele e seus amigos da CEEP enfrentaram as dificuldades e foram responsáveis pela formação de centenas de pessoas que, no futuro, se beneficiaram com seus ensinamentos em sala de aula.



Pedro Grangeiro Amorim

Proprietário da empresa denominada Mercado das Aves Ltda., Pedro Grangeiro Amorim, que era ligado ao PCB, foi preso em janeiro de 1973, em Fortaleza.

Levado, inicialmente, para o CPOR e, em seguida, para o quartel do 23 BC, Pedro Grangeiro foi transferido, posteriormente, para a sede do DOPS.

Sobre o tempo em que ficou preso, confessa que foi torturado em cada uma dessas dependências mantidas pelo Exército, ou pelas forças de repressão do governo militar daquela época.

À medida que era espancado e sofria choques elétricos e ameaças de morte, o comerciante ia notando a forma como o aparelho repressivo do Estado brasileiro funcionava.

Para ele, as forças de repressão no Brasil eram constituídas de quatro órgãos principais e outros secundários. Os órgãos principais eram a Polícia Federal, a Polícia Civil, a Militar e as Forças Armadas; as forças agregadas eram os praças, que também participavam da repressão.

As instalações usadas pelas forças de repressão para torturar e manter presos os supostos comunistas eram os quartéis das Forças Armadas e as delegacias; mas, também, existiam casas de praia e sítios que eram cedidos por particulares para que os militares cometessem atrocidades.

Indiciado em inquérito policial militar, instaurado pela Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar (CJM), em 23 de janeiro de 1973, Pedro Grangeiro foi denunciado como incurso em dois artigos da Lei de Segurança Nacional. Inocentado pelo Conselho Permanente de Justiça da Corte Militar e pelo Superior Tribunal Militar, em 5 de julho de 1977,

foi finalmente libertado. As condições físicas e psicológicas de Pedro Grangeiro quando voltou para casa, porém, não eram mais as mesmas de quando foi levado pela Polícia Federal.

Com a saúde seriamente abalada pelas torturas sofridas, teve de se submeter a tratamento e acompanhamento médicos constantes. Em 15 de dezembro de 1982, vitimado por um pré-infarto, foi internado na Clínica de Cirurgia Torácica e Cardiovascular da Casa de Saúde São Raimundo. Constatada a gravidade de seu estado, foi submetido a uma cirurgia para implantação de três pontes de safena pelos renomados cardiologistas Glauco Lobo Filho e Régis Jucá. A debilidade do paciente, no entanto, ocasionou ainda complicações no período pós-operatório, ocorrendo acidente vascular cerebral.

Em consequência do pré-infarto e do acidente pós-operatório, Pedro Grangeiro morreu em 6 de março de 1989. Para a família, porém, a morte foi consequência direta dos maus-tratos que sofreu na prisão e não das complicações pré ou pós-operatórias. Hoje os familiares, também, acreditam que Pedro Grangeiro, a exemplo de outros que foram mortos pela ditadura, é um mártir que sofreu e morreu por uma causa justa: a redemocratização do Brasil.



Pedro Jerônimo de Souza

Pedro Jerônimo de Souza, a exemplo de muitos de seus contemporâneos, abandonou a cidade de Icapuí (CE), onde havia nascido, ainda muito cedo. Em Fortaleza, para onde se dirigiu no início da década de 40, trabalhou como propagandista de diversos laboratórios farmacêuticos, além de prestar serviços em algumas empresas ligadas ao comércio.

Homem perspicaz e arguto, Pedro Jerônimo, que se interessava bastante pelos problemas políticos e sociais do Brasil naquela época, passou a integrar os quadros do PCB. Com a sua legalização logo após a queda de Getúlio Vargas e a ascensão de Gaspar Dutra, o filho de Icapuí torna-se membro da direção estadual do partidão.

Posto na ilegalidade em 1947, nem assim, Pedro Jerônimo abandona o PCB. Continua com ele. Em 1964, quando a ditadura militar toma conta do país e passa a perseguir integrantes, ou não dos grupos de esquerda, o ex-propagandista das indústrias farmacêuticas permanece no partido ainda que na clandestinidade.

Preso pela primeira vez em 11 de setembro de 1975, Pedro Jerônimo foi levado, inicialmente, para os porões do DOI-CODI. Transferido para a Polícia Federal, posteriormente, foi ali que a família foi visitá-lo pela primeira vez. No dia seguinte, quando a mulher de Pedro Jerônimo volta à Polícia Federal para deixar alguns objetos de uso pessoal para o marido, depara com algo surpreendente: vê Pedro Jerônimo saindo da Polícia Federal escoltado por vários policiais. No mesmo dia, teve a notícia assustadora: seu marido havia morrido. A notícia oficial era a de suicídio; a família não acreditava naquela versão. Para ela, Pedro Jerônimo foi morto pelos agentes do DOI-CODI. Contam

os familiares, baseados em depoimento prestado por um tenente-coronel da Polícia Militar do Ceará ao advogado Pádua Barroso, que a morte ocorreu assim:

Pedro Jerônimo, após uma série de sofrimentos, foi sentado num banco, sem encosto, e um brutamontes dele se aproximou pelas costas, curvou um joelho que encostou em sua coluna dorsal e tentou sufocá-lo com um instrumento escuro parecido com um molho de fio de telefone, puxando nas duas extremidades, para trás; o instrumento era colocado no pescoço, na parte anterior, na garganta; o instrumento constritor foi puxado com muita força e o resultado foi a quebra do pescoço de Pedro Jerônimo, que disso morreu.

Preocupado com a repercussão que uma morte como aquela podia ter nos meios políticos e sociais do Brasil, o DOI-CODI entra em conluio com a Polícia Federal e o DOPS e forja a desculpa do suicídio. A mesma que tentaram forjar em São Paulo quando mataram o jornalista Vladimir Herzog e o operário Manoel Fiel Filho. Para a família, porém, tal versão não se sustenta – nem para a família nem para os amigos de Pedro Jerônimo que, tendo como referência justamente as mortes de Manoel Fiel Filho e Vladimir Herzog, também, consideram o filho de Icapuí um mártir nas lutas populares pelo retorno do Brasil à democracia.



Raimundo Uchôa Diógenes

Na tarde de 19 de fevereiro de 1973, chegaram quatro agentes da Polícia Federal à casa de Raimundo Uchôa Diógenes. Ao contrário do que acontece nos países onde prevalece o estado de direito, os quatro agentes, simplesmente, invadiram a residência do comerciante sem apresentar nenhum mandado judicial e reviraram tudo em busca de material subversivo. Quando depararam com o dono da casa, deram-lhe voz de prisão. Diante do pavor que tomou conta da família, os agentes disseram que logo o comerciante estaria de volta. Iria, apenas, prestar depoimento na Polícia Federal.

O retorno de Raimundo Diógenes, no entanto, demorou praticamente seis meses. Durante todo esse tempo foi trancafiado, primeiro, na Polícia Federal; depois, no IPPS.

Na Polícia Federal, segundo a família, Raimundo Diógenes passou três dias amarrado numa escada sem comer e sem beber. Para aumentar a sede, a polícia tinha o hábito de encher sua boca com sal. No IPPS sofreu novas formas de tortura.

Fora da prisão, a vida de Raimundo Diógenes não foi mais a mesma. A loja que tinha como comerciante e que vendia produtos hospitalares foi, praticamente, fechada, e sua militância no PCB não teve mais continuidade.

Apavorado com tudo o que via em sua volta, nunca tomava banho com água quente com medo de levar choque, nem dormia com tranquilidade. Tinha o hábito de acordar no meio da noite assustado.

Falecido em 18 de março de 2001, Raimundo Uchôa Diógenes, apesar de todo o sofrimento e de toda a angústia, não se arrependia de haver lutado pela redemocratização do Brasil. Dizia para os filhos que a reclusão que teve de amargar nos cárceres da ditadura fazia parte de sua luta em prol da liberdade.



Tarcísio Leitão de Carvalho

A história das lutas revolucionárias do Ceará reserva uma página especial a Tarcísio Leitão de Carvalho, advogado profissional, com largo conceito no foro trabalhista de Fortaleza. Desde a juventude, já distante, Tarcísio Leitão, apesar de filho de uma família de profundos sentimentos católicos, assumiu posição ideológica de cunho marxista e passou a militar aberta e desassombradamente pelas causas que reputava justas. Eleito vereador de Fortaleza em 1962, teve o mandato cassado por ocasião do golpe militar de 1964 e, daí em diante, sua vida transformou-se num infernal roteiro de prisões, sevícias, condenações e até degredo na ilha de Fernando de Noronha.

Em síntese, eis a trajetória de Tarcísio Leitão, resumida através de documentação compulsada nos próprios órgãos repressores.

O advogado trabalhista e militante comunista Tarcísio Leitão sofreu um sem-número de prisões ilegais, torturas físicas e psicológicas, sequestros, até a perda de sua condição de funcionário estável do IAPI (atual INSS). Da campanha O Petróleo É Nosso, em 1947, à queda da ditadura, Tarcísio Leitão sempre foi mantido em verdadeiro “estado de sítio” particular.

Em 25 de setembro de 1960, recebeu, no aeroporto de Fortaleza, Luiz Carlos Prestes, bem como o acompanhou em todas as atividades desenvolvidas na capital cearense.

Em 25 de maio de 1961, destacou-se quando da chegada de Célia Guevara, mãe de Che Guevara, em Fortaleza, participando, inclusive, de comício na Praça José de Alencar, ocasião em que fez um pronunciamento.

Em outubro de 1961, com o nome “Tarcísio Leitão, líder estudantil”, figurou como um dos signatários do manifesto “Ao Povo Cearense”, divulgado em Fortaleza, concitando a população a participar da Campanha de Assinaturas pelo Registro Eleitoral do PCB.

Em 1962, elege-se vereador em Fortaleza pela legenda do Partido Social Trabalhista (PST), tendo, porém, o mandato cassado em 9 de abril de 1964, por pressão do regime militar.

Em 10 de julho de 1963, foi visto convidando pessoas, em vários pontos de Fortaleza, para um comício que se realizaria no dia 15 daquele mês.

Dessa data até 1º de abril de 1964, redobrou suas atividades, participando de todos os movimentos de caráter popular do Pacto Sindical, do Sindicato dos Ferroviários e em defesa das reformas de base e apoio a João Goulart.

Em 12 de abril de 1964, foi identificado, criminalmente, na Secretaria de Polícia e Segurança Pública do Ceará, acusado de “prática de atividades subversivas”. Já em 13 de maio do mesmo ano, foi indiciado em inquérito policial militar, instaurado por ordem do comandante da 10ª Região Militar, que resultou no pedido de decretação de sua prisão preventiva, acusado de crime “contra o Estado e a ordem pública e social”. Em 9 de junho do referido ano, teve nova prisão preventiva decretada pela Auditoria da 7ª Região Militar, sendo recolhido e preso na ilha de Fernando de Noronha, onde permaneceu por oito meses.

Libertado, Tarcísio Leitão não se acomoda e participa de todas as lutas democráticas em Fortaleza. Em 31 de março de 1968, por ocasião da comemoração do golpe de março de 1964, durante uma passeata de estudantes, defronte ao palanque ali armado, fez um ligeiro discurso com palavras hostis às autoridades que comemoravam a data. Em 1º de abril de 1968, o Secretário de Segurança Pública do Ceará determinou sua prisão, tendo em vista sua participação na referida passeata, que havia sido realizada com o consentimento da Secretaria de Segurança. A passeata, no entanto, acabou em “quebra-quebra” de casas comerciais no centro da cidade e na sede do Serviço

de Informações e Relações Culturais dos Estados Unidos (Usis), que funcionava em Fortaleza na década de 1960. Preso, só presta depoimento no dia 22 daquele mês.

Em documento datado de 23 de março de 1972, foi relacionado entre os integrantes da organização denominada Ação Libertadora Nacional – Regionais Ceará e Pernambuco, sendo classificado como “comunista militante; agitador; ex-membro do Partido Social Trabalhista Brasileiro (PST)”.

Novamente em liberdade, não desiste, continua sua luta em defesa das liberdades democráticas e contra a ditadura que se implantara no país. Sua resistência irrita seus algozes, o que o levou a ser novamente preso, em 3 de abril de 1972, por agentes da Polícia Federal. Nos primeiros dias de prisão, Tarcísio Leitão foi vítima das maiores barbaridades que se pode cometer contra um ser humano. Na petição dirigida ao juiz auditor da 10^a Circunscrição Judiciária Militar do Ceará, solicitando a realização de perícia para comprovar os maus-tratos por ele sofridos, a advogada Wanda Rita Othon Sidou assim se expressou:

Durante a primeira semana de sua prisão, o suplicante foi submetido ao mais cruel e ilegal tratamento por parte dos encarregados do inquérito a que respondeu, tendo sofrido desde total privação de alimento e água até espancamentos e choques de descarga elétrica, resultando, de tais atrocidades, debilitação em sua saúde e marcas, ainda visíveis, das lesões corporais recebidas.

O laudo médico oficial da perícia realizada em Tarcísio Leitão, datado de 18 de maio de 1972, registra o seguinte depoimento:

Relata o paciente que, ao ser preso pela Polícia Federal, no dia 13 de abril do corrente ano, foi barbaramente espancado após ter sido algemado. Recebeu vários socos e pesadas nos órgãos genitais, região renal, estômago, boca e cabeça (nesta última bateram com as algemas). Alega, também, que recebeu vários choques elétricos, sendo os fios ligados ora na orelha direita e pulso direito, ora na mesma orelha e pé homólogo. Diz ter sido

queimado com ácido na coxa direita. Ficou sem comer e beber durante quatro dias. Alega que depois dos choques elétricos apareceu uma dormência na mão direita.

Ainda sobre o laudo, vale ressaltar que as respostas aos quesitos dirigidos à perícia por Wanda Sidou e a conclusão dos peritos comprovam as brutais torturas sofridas por Tarcísio Leitão.

As atrocidades cometidas contra Tarcísio Leitão não o fizeram arrefecer. Com a liberdade, acompanhou o sentimento cada vez mais forte de que não haveria povo livre, enquanto os militares continuassem ditando as normas de comportamento coletivo.

Hoje, Tarcísio Leitão de Carvalho continua atuando como advogado trabalhista, participando dos movimentos sociais e políticos do Ceará. Foi, recentemente, candidato ao Senado pelo PCB, demonstrando, assim, fidelidade ideológica ao partido e sua capacidade de resistência ao longo do tempo.



Vicente Pompeu da Silva

Desde a adolescência, Vicente Pompeu da Silva trabalhava na condição de meeiro em terra alheia. De 1954 a 1963, porém, fundou, juntamente com alguns companheiros, vinte e nove associações de trabalhadores rurais no Ceará, tendo sido eleito presidente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Iguatu (CE), entidade que foi transformada em sindicato. Posteriormente, foi eleito presidente da Federação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Estado do Ceará.

Uma das principais lutas lideradas pelo presidente da Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas e da Federação dos Lavradores do Ceará foi pela reforma agrária. Com o golpe militar de 1964, Vicente Pompeu foi preso em 3 de abril de 1964, justamente no momento em que vinha do roçado com um saco de milho verde para alimentar os oito filhos menores. Afastado do sindicato pelo titular da Delegacia Regional do Trabalho no Ceará (DRT), Vicente Pompeu, também, foi impedido de trabalhar em qualquer atividade profissional.

Na prisão, passou trinta dias incomunicável numa cela do subsolo do prédio da Polícia Federal. Em seguida, foi levado para o 23 BC, onde encontrou Amadeu Arraes, Olavo Sampaio, José dos Santos Serra, Tarcísio Leitão, Willian Sá, José de Moura Beleza, Américo Barreira, Eusélio Oliveira, José Pontes Neto e os presidentes dos sindicatos dos alfaiates, ferroviários, bancários, sapateiros, motoristas, metalúrgicos, além de líderes estudantis e professores, todos presos.

Foram quarenta e cinco dias no 23 BC. Libertado depois desse período de encarceramento, nem por isso deixou de ser vigiado e incomodado pelos agentes da repressão. Em abril de 1974, foi

preso novamente e levado para a Polícia Federal, onde se iniciaram os atos de tortura e sevícia.

Num desses momentos, Vicente Pompeu foi colocado num avião da Base Aérea, “peado, algemado, com um capuz na cabeça e amarrado numa das cadeiras do avião”. Segundo ele, tudo aconteceu da seguinte forma:

Foram três horas de vôo. Este avião aterrissou num campo no meio da mata. Quando eu desci do avião – eu e dois homens e duas mulheres, todos de capuz –, o agente arribou o capuz acima dos olhos um pouquinho para gente poder caminhar com a vista para o chão até chegar onde tinha uma camioneta. Jogaram a gente nesta camioneta, algemados, mãos para trás, capuz na cabeça, arrochado de cortar o nariz. Depois cobriram todo o grupo com uma lona para ninguém saber que havia gente ali dentro. O carro rodou uns quarenta minutos. A camioneta chegou numa cidade, pois a gente ouvia o apito do guarda de trânsito nos pontos do sinal. Chegando num quartel do Exército, cada um dos prisioneiros tirava a roupa e era posto numa cela pequena onde era abandonado no chão frio, pois não tinha nada, muito menos colchão. Naquele lugar ninguém sabia quando era dia nem quando era noite, a não ser quando os passarinhos cantavam pela manhã e a corneta tocava para a troca de serviço. Às duas e meia da manhã aparecia um “fardado” para nos levar para a tortura. A primeira atitude que tomava era colocar o capuz na cabeça dos prisioneiros e algemar as mãos destes para trás. Em seguida – isso na sala de interrogatório –, tirava a roupa do detento e colocava um fio de choque nas orelhas e nos testículos. Quando ligavam o instrumento de tortura, a gente sabia: descia e rolava pelo chão, os dentes cortavam a língua, o sangue corria dos joelhos e dos cotovelos.

Quando os detentos estavam todos ensanguentados, os policiais os levavam para um banheiro e, depois de lavá-los, penduravam-nos em paus-de-arara, cabeça para baixo, com uma vela acesa no ânus da vítima para o líquido quente queimar as

nádegas. Em certa noite de chuva, Vicente Pompeu foi posto com as mãos erguidas e atadas pelas algemas em baixo de um pé de manga. Ali ficou dez dias, quatro deles sem comer nem beber.

Condenado a dois anos de prisão pelo Conselho Permanente de Justiça para a Aeronáutica, Vicente Pompeu da Silva só saiu do IPPS, onde cumpriu a pena, em 24 de novembro de 1976. De repente percebeu que, do lado de fora da prisão, a vida não era muito diferente daquela que tivera do lado de dentro, pois, como não tinha emprego nem fonte de renda, teve de sofrer todo tipo de humilhação, para, finalmente, recuperar-se e retomar a vida com certa normalidade, mas com muitas dificuldades.

Partido Comunista do Brasil

RESUMO HISTÓRICO

A dissidência que deu origem ao PCdoB teve início em 1956, na então União Soviética. Nesse ano, Nikita Krushev denunciou o culto à personalidade, dedicado a Stalin por vários membros do partido. Essa denúncia, também, teve repercussão no Brasil, a ponto de, em 1957, vários membros do então Partido Comunista Brasileiro (PCB) afastarem-se do comitê central acusando-o de adotar, no Brasil, a mesma prática de culto à personalidade que Krushev denunciava em Moscou.

Nesse mesmo período, saíram do PCB Diógenes Arruda, João Amazonas, Orlando Pioto e Maurício Grabois. Acusando o PCB de haver abandonado a luta revolucionária e adotado o “revisionismo”, que não tinha nada a ver, segundo eles, com o marxismo-leninismo, o grupo se opôs, duramente, à Declaração de Março de 1958, na qual o PCB admitia, pela primeira vez, a via eleitoral para se chegar ao poder e anunciava a intenção de mudar o nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro.

Em 1962, os dissidentes liderados por Maurício Grabois, que contava com o apoio de Pedro Pomar e Ângelo Arroyo, reuniram-se e, em 8 de fevereiro, fundaram um novo partido em São Paulo, que passou a denominar-se PCdoB, recuperando o nome original.

Enquanto tudo isso ocorria no Brasil, a China e a União Soviética entravam em choque. Mao-Tsé-Tung acusa Krushev de “oportunistas” e “reformista”. Como a direção do PCB era fervorosamente fiel a Moscou, o PCdoB, com as críticas de Mao a Krushev, sentiu-se imediatamente atraído por aquele, a ponto de enviar para Beijing, na China, emissários com o objetivo de formalizar, com o Partido Comunista da China, fortes vínculos ideológicos e programáticos.

Foi a partir de então que o PCdoB começou a se aproximar, cada vez mais, de Mao-Tsé-Tung e da Albânia, considerando a União Soviética-

tica e os partidos comunistas a ela ligados simples arremedos do que, no futuro, seria o socialismo. Com a adesão à China Popular, as lideranças do PCdoB, também, se sentiram com a obrigação de mudar, inteiramente, as formas de luta que até então haviam orientado o partido. Assim, assumiram o compromisso de transferir seus quadros para o campo, dando início à organização de uma luta armada camponesa no Brasil, como havia ocorrido na China.

Desde de 1966, o PCdoB, ao contrário do PCB, que havia optado pelo voto, e o Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), que adotou o chamado “foquismo”, buscavam a formação de um núcleo de guerrilha no campo. A área escolhida pelos militantes do partido para empreender a revolução no Brasil, a partir do campo, foi a região sul do Pará. Estima-se que o partido chegou a reunir de setenta a oitenta guerrilheiros nessa área sob o comando militar de Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão.

Na verdade, a maior parte dos efetivos da coluna guerrilheira do PCdoB era composta, principalmente, por estudantes secundaristas ou universitários, profissionais liberais e operários chegados, principalmente, de São Paulo e Minas Gerais.

Denominada Força Guerrilheira do Araguaia, o partido, como não conseguia muita adesão dos camponeses, decidiu criar um novo movimento que passou a chamar-se União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP), cujo manifesto divulgava a base programática da guerrilha.

A guerrilha do PCdoB, no entanto, nunca chegou a entrar em ação, pois, em 1971, unidades do Exército descobriram a localização do núcleo guerrilheiro e mobilizaram tropas compostas de cinco mil soldados para impedirem que aquele núcleo se estruturasse e se estendesse por toda a região da Amazônia.

As operações de repressão à guerrilha tiveram início em 1972; dois anos depois, em 1974, toda a resistência oferecida por aquelas poucas pessoas foi, totalmente, aniquilada.

O fracasso do PCdoB no Araguaia, onde morreram Osvaldão e Grabois, comprometeu bastante a organização futura do partido; em todo caso, consagrou o partido como um dos únicos que pegou em armas e enfrentou, de frente, um Exército feroz e bem aparelhado.



José Duarte

Natural de Portugal, onde nasceu em 8 de abril de 1907, José Duarte, que se naturalizou brasileiro, posteriormente, ingressou no Partido Comunista do Brasil, cuja sigla na época era PCB, em 1924. Maquinista da Estrada de Ferro Sorocabana, no estado de São Paulo, e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em Bauru, José Duarte participou, ativamente, das mais importantes lutas sociais travadas no Brasil durante o século XX. Preso inúmeras vezes ao longo da vida, teve a felicidade, na década de 40, de ser homenageado por Jorge Amado no livro *Subterrâneos da Liberdade*. José Duarte, nesse livro, é o personagem que se chama portuguêsinho Ramiro.

A primeira prisão ocorreu em Bauru, em 1929. Em março de 1941, foi encarcerado novamente. Dessa vez, no presídio de Fernando de Noronha. Em seguida, em 1942, foi transferido para a Ilha Grande, quando conheceu Graciliano Ramos e Agildo Barata. Com a concessão de anistia a presos políticos, em 1945, o “portuguêsinho Ramiro” finalmente foi solto, para ser preso, novamente, na década de 50, quando o Partido Comunista do Brasil, mais uma vez, foi posto na ilegalidade logo após o curto período de democracia plena que vigorou no país.

Em novembro de 1964, com a tomada do poder pelas Forças Armadas, foi preso e torturado. Libertado, entregou-se ao trabalho de resistência à ditadura militar. Nos anos de 1967/69 residiu em Fortaleza. Deslocado para o estado da Bahia por medida de segurança, foi preso na cidade de Salvador em outubro de 1972.

Interrogado sob tortura no quartel da 7ª Região Militar, José Duarte nada revelou aos esbirros da ditadura, talvez por isso

tenha sido mais maltratado do que os outros. Para estender a prisão o máximo que pudesse e tentar tirar as informações que até então não tinha conseguido, a polícia da Bahia mandou-o para o DOI-CODI de São Paulo, justamente, naquele onde morreram Wladimir Herzog, Manoel Fiel Filho e o dirigente do PCdoB, Carlos Nicolau Danieli. Transferido para Brasília depois de ser, barbaramente, torturado em São Paulo e nada revelar a seus algozes, José Duarte foi enviado, sucessivamente, para o Pelotão de Investigações Criminais (PIC), de Brasília, e para São Paulo, outra vez, onde ficou no quartel-general do II Exército.

Em 24 de março de 1973, enfim, foi trazido para Fortaleza. Na capital do estado do Ceará, o integrante do PCdoB foi, novamente, interrogado e torturado. Dessa vez pelo próprio superintendente da Polícia Federal do Ceará, o delegado Laudelino Coelho.

Conduzido à presença de estudantes universitários que, também, estavam presos, o veterano das lutas políticas no Ceará e no Brasil foi agredido, fisicamente, pelo delegado da Polícia Federal porque se negou a dizer à autoridade policial se aqueles estudantes participavam, ou não do Partido Comunista do Brasil. Irritado com isso, Laudelino Coelho, que não se preocupava muito com a idade das pessoas, bateu, covardemente, em José Duarte, que, nessa época, tinha mais de 60 anos.

Acometido de dermatose em decorrência dos maus-tratos sofridos nas várias prisões pelas quais havia passado, “o portuguêsinho Ramiro”, dos *Subterrâneos da Liberdade*, foi mandado para o Hospital da Polícia Militar do Ceará para ser tratado. Recuperado, foi conduzido ao IPPS, onde permaneceu encarcerado por mais três anos.

Apesar de velho e debilitado, fisicamente, José Duarte ainda comandou greve de fome no IPPS. Dez dias depois, com a intermediação da Cúria Metropolitana de Fortaleza, que tinha na direção o cardeal dom Aloísio Lorscheider, os grevistas conseguiram aquilo que pleiteavam: acesso a jornais, revistas e livros e suspensão das revistas que eram dadas nas pessoas que iam visitar os presos.

Em 1976, em parte por causa da idade e em parte por causa das prisões sucessivas, sofreu um desmaio, caiu e feriu o rosto, além de sofrer algumas escoriações sérias em torno da cabeça. Levado para a Casa de Saúde São Raimundo, ali foi atendido e medicado para, em seguida, voltar ao IPPS. Em janeiro de 1977, finalmente, obteve relaxamento da prisão onde estava confinado há quatro anos e três meses, sem ter sido sequer julgado. Libertado, foi levado para São Paulo. A seu lado, na hora da soltura, estava sua advogada Wanda Rita Othon Sidou.

José Duarte, depois de tudo por que passou, continuou sua luta em prol da redemocratização do Brasil. Em 20 de janeiro de 1990, no entanto, o “portuguesinho Ramiro”, de Jorge Amado, morreu, em São Paulo, de pneumonia.



José Rubens Sales Bastos

Natural de Uruburetama (CE), onde nasceu em 17 de dezembro de 1938, José Rubens Sales Bastos tinha, apenas, 26 anos em 1964, quando o regime militar foi instalado no Brasil. Nessa época atuava no PCdoB.

Com o endurecimento da ditadura e a posterior radicalização daqueles que lutavam contra ela, José Rubens, que vivia quase sempre na clandestinidade, foi finalmente preso pelo DOI-CODI em 1974. Nessa época, estava no Rio de Janeiro. Na delegacia de polícia para onde foi levado, José Rubens foi torturado e humilhado.

Julgado, posteriormente, pela 1ª Auditoria Militar da Aeronáutica do Rio de Janeiro, o filho de Uruburetama foi condenado a cumprir pena no presídio da Frei Caneca.

Passado algum tempo, porém, o militante do PCdoB solicitou e conseguiu sua transferência do Rio para Fortaleza. Aqui, no Ceará, cumpriu pena no IPPS.

Absolvido pelo Superior Tribunal Militar, em 1977, José Rubens, que trabalhava no Ministério dos Transportes, voltou a assumir suas funções nesse órgão. A animosidade no ambiente de trabalho, no entanto, era muito grande. As ameaças, no início, eram apenas veladas; com o tempo, porém, tornaram-se agressivas.

Discriminado pessoal e profissionalmente, José Rubens tinha o salário, constantemente, reduzido, além de ser transferido de um lugar para outro sem que houvesse motivo aparente, culminando, tempos depois, com sua demissão do Ministério dos Transportes, apesar dos vinte e seis anos de serviços prestados àquele órgão público. Além dele, as pessoas mais

atingidas com essa demissão foram seus familiares, os quais, a partir desse momento, passaram por sérias dificuldades.

Obrigado a se desdobrar para evitar o pior, José Rubens Sales Bastos fez de tudo para manter o equilíbrio mental e emocional. Hoje, passados tantos anos, nem tudo o que desmoronou em sua vida foi recuperado. Em todo caso, sobreviveu para contar esta e outras histórias que, como a dele, têm na luta pela liberdade e pela redemocratização do Brasil seu principal traço.



Luiz Willian de Castro

Contador, Luiz Willian de Castro participava do PCdoB quando os militares deram o famigerado golpe em 1964. Bastante envolvido no partido, a função de Willian de Castro era orientar os operários e os funcionários públicos e de empresas paraestatais em suas dúvidas sindicais. Também atuava no movimento estudantil.

Até 1968, um pouco antes da assinatura do Ato Institucional Nº 5 (AI-5), a vida política no Brasil, ainda, era razoavelmente suportável. Com a assinatura do AI-5, porém, muita coisa mudou. A militância de Willian de Castro, por exemplo, foi uma delas. No lugar daquele idealismo inicial, o que Willian de Castro passou a viver, a partir de então, foi um verdadeiro tormento.

Preso em 25 de julho de 1969, o contador de pequenas empresas de Fortaleza foi, imediatamente, torturado nas delegacias e nos quartéis por onde andou. Como se isso não bastasse, seu escritório de contabilidade e sua casa, também, foram invadidos.

A invasão de sua casa deu-se, numa madrugada, por soldados armados com metralhadora e baioneta. A família, acordada dessa maneira, ficou paralisada, enquanto aqueles homens quebravam e reviravam tudo em sua volta.

Conduzido para o DOPS, que funcionava na Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará, Willian de Castro, depois de se encontrar com amigos que, por covardia ou por vergonha, fizeram de conta que não o reconheciam, foi fichado sob a acusação ignominiosa de que não passava de um simples delinquente.

Hoje, com a vida de contador comprometida, o militante do PCdoB e sua família ainda se lembram, com pesar, desses tempos de arbítrio e de repressão.



Pedro de Albuquerque Neto

Exibido como troféu nas delegacias e prostíbulos de Porangabussu, Pedro de Albuquerque Neto, que foi preso às 13h do dia 12 de abril de 1964, só foi entregue à 10ª Região Militar, de onde foi transferido para o 23 BC, às 22h.

Libertado, no dia 27 do mesmo mês, passou a responder, logo a seguir, a inquérito policial militar. Em 1966, após se submeter ao vestibular, é aprovado para a Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC) e, em 1967, após se submeter a um novo vestibular, é aprovado para o curso de Pedagogia da Faculdade Estadual de Filosofia do Ceará.

Durante o período em que passa a frequentar as duas universidades é vítima de várias detenções e prisões efetivadas, arbitrariamente, pela DOPS. Em 1968, exerce a função de diretor do Restaurante Universitário da UFC, como representante estudantil, e, em outubro do mesmo ano, participa do XXX Congresso Nacional da UNE, em Ibiúna, São Paulo, onde foi preso com mais de oitocentas lideranças estudantis e conduzido para o presídio Tiradentes, na cidade de São Paulo.

Libertado após dez dias de cárcere, tem logo a seguir a prisão preventiva decretada pela Justiça Militar de São Paulo, revogada em 12 de dezembro de 1968, por intermédio de *habeas corpus*. No dia 13, porém, a ditadura militar decreta o Ato Institucional nº 5, que põe fim ao *habeas corpus* e ao mandado judicial para se fazer busca e apreensão na casa de algum suspeito. Em 1969, ainda, procurado pelos órgãos de segurança, Pedro de Albuquerque requer, por intermédio de procurador, sua matrícula na Faculdade de Direito da UFC. O reitor da época, através de portaria, proíbe sua matrícula e a de outros dois estudantes da Faculdade de Direito: Inocência Rodrigues Uchôa,

que se tornou juiz do trabalho, posteriormente, e José Arlindo Soares, sociólogo e secretário de Planejamento do Governo do Estado de Pernambuco por algum tempo.

Revoltados com o que consideravam abuso do reitor, os três estudantes impetram, em 11 de março de 1969, um mandado de segurança contra a universidade. A liminar, no entanto, foi negada em 13 de junho de 1969. Impedido de estudar e de circular, livremente, pelo país, Pedro de Albuquerque decide continuar sua luta contra a ditadura, agora de forma clandestina.

Em 25 de junho de 1970, casa-se com Teresa Cristina de Siqueira Cavalcanti, pernambucana, estudante de Ciências Sociais em Recife e residente clandestina em Fortaleza, por ter sido condenada à prisão pela Justiça Militar de Pernambuco. Depois de passar por São Paulo, Recife, João Pessoa e sul do Pará, onde acontecia a guerrilha do Araguaia, Pedro de Albuquerque fixa residência, novamente, em Fortaleza, em 1972.

Na capital cearense, tendo de enfrentar a labuta diária pela sobrevivência, passou a trabalhar, informalmente, com a venda de seguro de vida para as companhias de Seguro Sul América e Seguradora Brasileira. Em 1972, com a mulher grávida e a perspectiva de tornar-se pai, em pouco tempo, mesmo correndo o risco de ser preso, submete-se a teste de admissão para as empresas Nestlé e Laboratório Roche. Aprovado em ambas, decide trabalhar no Laboratório Roche. Como se tratava de um emprego formal, precisava tirar a carteira de identidade na Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará. Desafortunadamente nesse dia, 25 de fevereiro de 1972, ao comparecer àquele órgão para requerer o documento de identidade, foi reconhecido por policiais e, imediatamente, preso pelos agentes do DOPS. Em seguida, foi entregue à Polícia Federal, tendo sido, após dois dias de prisão, levado para o quartel-general da Polícia Militar, localizado, naquela época, na Praça José Bonifácio (atualmente funciona no local o 5º BPM). Ali permaneceu vinte e cinco dias, até ser reconduzido para as dependências da Polícia Federal.

Teresa Cristina, sua esposa, já com nove meses de gravidez, teve de se evadir. Abandonou a casa onde ambos residiam, na

rua Júlio César, no Jardim América. Cinco dias depois da prisão do marido, deu à luz uma filha, batizada Izabela Cavalcanti de Albuquerque, que só foi vista pelo pai nove meses depois, quando esse, finalmente, saiu da prisão.

Procurada pela polícia por ser “foragida da justiça”, segundo os órgãos de segurança, Teresa Cristina, depois de passar vários dias morando em casas de amigas em Fortaleza, partiu para João Pessoa, na Paraíba.

Enquanto isso, Pedro de Albuquerque sofria todo tipo de tortura na sede da Polícia Federal. Angustiado e, totalmente, desamparado pela Justiça, certo dia, tenta o suicídio. Tomou uma lâmina de barbear de um garoto que se encontrava, estranhamente, à porta de sua cela com um pacote delas e cortou os pulsos. Levado ao Instituto Dr. José Frota, teve a vida salva por médicos amigos que ali estavam de plantão. Após a cirurgia, foi conduzido para o Hospital da Polícia Militar do Estado do Ceará. Um dia, pela madrugada, retiram o prisioneiro do hospital e o levam para uma cela da Polícia Federal, de onde é conduzido para a Base Aérea de Fortaleza. Da Base Aérea da capital cearense o estudante, acompanhado de três agentes dos órgãos de segurança, parte, algemado em avião oficial, para local até então ignorado. Somente na chegada, quando já estava num automóvel a caminho de sua nova prisão, ele percebe que está em Brasília, identificando o local pela torre da catedral.

Em Brasília, o ex-estudante da UFC torna-se prisioneiro do Pelotão de Investigações Criminais (PIC), guarnição do Exército comandada pelo general Antônio Bandeira. Várias vezes é retirado encapuzado para se submeter a sessões de tortura em local, ainda hoje, desconhecido por ele. De Brasília é levado para Xambioá, em Goiás, onde, na cela da delegacia de polícia local, é mantido durante meses.

Para destruir sua personalidade e quebrar, de vez, sua moral, a luz da cela onde se acha preso fica acesa permanentemente. As necessidades fisiológicas são feitas no chão da cela, já que não havia aparelho sanitário, nem banheiro. Um dia, um dos policiais, sabendo que tinha uma filha, leva uma criança até sua

cela e diz tratar-se de Izabela. Depois ameaçam matá-la caso o estudante cearense não conte tudo o que sabe sobre os movimentos de esquerda. Em seguida, simulam gritos de uma mulher sob intensa tortura, dizendo que se tratava de sua companheira. Angustiado com aquilo, passa a sofrer longos períodos de alucinação.

Dias depois é retirado da cela e levado para o sul do Pará, onde se desenrolava a guerrilha do Araguaia. Ali é forçado a longas caminhadas sob o achincalhe, o açoite, os “afogamentos” e as ameaças de morte. Mais alguns dias é posto num avião e, em seguida, na carroceria de um caminhão, acorrentado a outro prisioneiro, José Genoíno Neto, e levado para o quartel do Comando da Selva, de onde são, novamente, recambiados para o PIC, em Brasília.

De Brasília é transferido para a Polícia Federal, em Fortaleza, onde, finalmente, é solto. Teresa Cristina, por sua vez, continuava foragida. Desconfiando de que sua liberdade poderia custar a detenção da mulher e da filha, Pedro de Albuquerque decide não procurar nem uma nem outra. Resolve sair de Fortaleza para morar em Teresina, no Piauí.

Na primeira tentativa de sair de Fortaleza, os agentes do DOPS impedem sua partida no momento de embarcar. A segunda tentativa, felizmente, foi bem-sucedida. Mal chega a Teresina, porém, é detido pela Polícia Federal que o acusa de ter ido à capital do Piauí para se encontrar com a mulher. Coagido a confirmar tal hipótese, Pedro de Albuquerque, apesar das pressões, nega. Convencidos de que talvez estivesse dizendo a verdade, deixam-no livre novamente.

Em 1º de março de 1973, no entanto, resolve comparecer ao primeiro aniversário da filha, que se encontrava com a mulher na cidade de Recife, refugiadas. De volta a Teresina, é informado por um amigo fiel de que havia um veículo, com placa do Distrito Federal e com agentes policiais em seu interior, à sua espera no jornal *A Hora*, onde trabalhava. Diante disso e da total impossibilidade de se recompor familiar e socialmente no Brasil, decide sair do país. Retorna para Pernambuco e resolve, com a esposa, partir para o exílio.

Com receio de ser preso com a filha, o casal a deixa sob a guarda dos avós maternos em Recife e parte em busca de ajuda. Ainda em Recife, aconselha-se com dom Hélder Câmara; em Salvador, com dom Penido; em Belo Horizonte, com dom Temóteo e com madre Luzia, superiora do Convento das Beneditinas. De Minas, com carteiras de identidade falsas, os dois partem para São Paulo, Curitiba, Porto Alegre, Uruguaiiana, última cidade brasileira no Sul do país, Buenos Aires, Mendoza e, finalmente, em 23 de março de 1973, Santiago do Chile, onde se reencontram com a liberdade.

Assim, certos de que estavam livres das perseguições que as forças de segurança do Brasil mantinham contra eles, apresentam-se às autoridades locais, identificam-se com seus verdadeiros nomes e solicitam asilo político, pedido de pronto aceite pelas autoridades chilenas.

Em Santiago, Pedro de Albuquerque e Teresa Cristina estiveram sob a proteção da Associação dos Refugiados Brasileiros e da Cruz Vermelha Chilena. Com o golpe militar no Chile, em 11 de setembro do mesmo ano, no entanto, tudo mudou novamente e tiveram de dar um novo rumo às suas vidas. De início, ficaram no Refúgio de Padre Hurtado, em Melipilla, nos arredores de Santiago, amparados pelo Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (Acnur); depois partem com a filha, que tinha sido transportada de Recife para Santiago do Chile pela Cruz Vermelha Internacional, para o Canadá, em 11 de janeiro de 1974.

No Canadá, com passaporte fornecido pela Acnur, já que o governo de Augusto Pinochet não fornecia documentos a perseguidos políticos, a família agora reunida foi morar em Ottawa. Ali, para sobreviver, Pedro de Albuquerque foi apanhador de lixo em edifício, zelador de restaurante e auxiliar de enfermagem no Ottawa Civic Hospital.

Após o ingresso na Universidade de Ottawa, onde concluiu Sociologia e fez mestrado na mesma área, foi monitor de várias disciplinas e auxiliar de pesquisa. Lecionou em escolas de nível médio em Ottawa, Ontário, Hull, Quebec e, por fim, trabalhou no International Development Research Center (IDRC), como

colaborador de sumários de textos sobre desenvolvimento econômico e social.

Após a implantação da Anistia, em outubro de 1979, Pedro de Albuquerque retorna ao Brasil com Teresa Cristina, Izabela e dois filhos nascidos no Canadá, Bérqson e Joana, abandonando uma vida organizada e estável, para começar tudo de novo em Fortaleza.

Por fim, apesar de todas as mazelas de que foi vítima durante a ditadura militar, Pedro de Albuquerque, trinta e um anos depois, obtém deferimento encaminhado à Universidade Federal do Ceará para reabertura de sua matrícula na Faculdade de Direito.

Terminou o curso, iniciado em 1966, na turma do centenário da faculdade, em 2003.

Hoje, reside no Canadá, onde faz doutorado em Sociologia e de onde pretende retornar o mais rápido possível para o Brasil, a fim de, aqui, no país onde nasceu, continuar sua luta em defesa de uma sociedade igualitária, justa e solidária.

Partido Comunista Brasileiro Revolucionário

RESUMO HISTÓRICO

A origem do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) remonta aos primeiros tempos após 1964, quando Mário Alves, jornalista e intelectual de forte prestígio na executiva do PCB, rompe com o comitê central e forma uma corrente revolucionária que passou a ter força no Rio de Janeiro e no Nordeste do Brasil.

A constituição formal do PCBR, no entanto, só se deu em abril de 1968.

A proposta geral do PCBR, naquela época, era a de criar um novo partido marxista que reformulasse a linha tradicional do PCB sem, contudo, abraçar a bandeira da revolução socialista, imediatamente, como fizeram os fundadores do MR-8.

A estratégia adotada pelo PCBR para atingir seus objetivos não diferia muito da linha assumida pela Aliança Libertadora Nacional (ALN), que mandava seus militantes para o campo com o objetivo de iniciar, se possível, uma luta armada a partir do interior para as cidades em prol de um governo popular revolucionário.

Com o endurecimento do regime militar, em 1968, o PCBR, que ainda não havia pegado em armas, resolve, finalmente, armar-se em 1969. A primeira operação guerrilheira praticada pelo partido (o assalto a um banco no Rio de Janeiro) não foi nem um pouco favorável para as esquerdas, pois, a partir dela, teve início uma série de prisões que atingiram o comitê central e levaram centenas de militantes para os porões da ditadura.

Em janeiro de 1970, com o acirramento, cada vez maior, entre as forças de repressão e os partidos de esquerda, o PCBR sofre um duro revés com a prisão de vários militantes.

Ao longo de sua história, o PCBR registra o assassinato de quatro de seus militantes carbonizados em um carro no bairro de Jacarepaguá, no Rio de Janeiro, vários desaparecidos e alguns mortos, oficialmente, reconhecidos pelo governo federal.



Célio Miranda Albuquerque

Célio Miranda Albuquerque tinha, apenas, 12 anos de idade quando viu a casa de sua mãe ser invadida, em 1964, por agentes do DOPS, Polícia Federal e soldados do Exército. Nessas invasões, que não tinham hora marcada para ocorrer, Célio Miranda, também, presenciou a prisão de dois de seus irmãos, Pedro e Mário Miranda, assim como de uma cunhada e uma irmã.

Para contrabalançar todo esse estado de insegurança e terror na mente do adolescente, Célio Miranda viu Lourdes Miranda, sua mãe, arregaçar as mangas da camisa e, a exemplo das “mães da Praça de Maio”, na Argentina, lutar tenazmente contra o regime militar.

Assim, para ele, havia dois mundos: o daqueles que prendiam e maltratavam e o daqueles que, como sua mãe, chamada de “Mãe da Anistia”, resistiam contra o terror instalado no Brasil na década de 1960.

Apesar da luta da mãe, a vida dele não foi diferente da de seus irmãos. Influenciado por eles, Célio Miranda, na época estudante secundarista, tinha o hábito, ao contrário de seus colegas no colégio, de frequentar as rodas dos estudantes universitários. Bastou isso para o filho de Lourdes Miranda engajar-se imediatamente, nos movimentos políticos.

Sua primeira atuação, sob a orientação do PCBR, aconteceu em 15 de outubro de 1970. Célio Miranda pichava a lateral dos transportes coletivos com a seguinte frase: “Vote nulo. Eleição é tapeação. Luta armada é a solução”.

Posto em liberdade, em 20 de novembro de 1973, tentou reorganizar sua vida. A primeira medida que tomou foi voltar a estudar; a segunda foi procurar trabalho. Mas como tinha de

apresentar um atestado de bons antecedentes ou, como se dizia na época, uma folha-corrída para ser aceito no emprego, Célio Miranda nunca conseguiu se empregar. Assim, foi obrigado a trabalhar dois anos na informalidade para ajudar o pai e a mãe a criarem sete filhos e duas sobrinhas, já que Mário estava preso e Pedro vivia no Canadá.

Em 1977, já cansado de tantas perseguições e na impossibilidade de encontrar trabalho e de continuar estudando em Fortaleza, viajou para Teresina, com o objetivo de fixar-se definitivamente. Ressalte-se que, desde 1976, Pedro de Albuquerque Neto, seu irmão, havia solicitado ao Ministério da Integração do Canadá, onde estava exilado, a abertura de protocolo para que o irmão pudesse viver naquele país na condição de imigrante.

Célio Miranda já havia cumprido todos os trâmites burocráticos exigidos pelo Serviço de Imigração do Canadá, faltando apenas o comparecimento à audiência marcada para a primeira semana do mês de maio de 1977 na Embaixada do Canadá, quando foi preso novamente.

A prisão ocorreu da seguinte forma: em 5 de maio de 1977, ao se dirigir à rodoviária de Teresina para comprar a passagem com destino a Brasília, onde compareceria à audiência na Embaixada do Canadá, foi abordado por cinco policiais. Imobilizado por um deles, que o segurou, fortemente, pelo pescoço dando-lhe uma “gravata”, foi agredido por um outro com uma joelhada nos órgãos genitais. Preso, foi levado para uma das celas da Polícia Federal e, no dia seguinte, recambiado para Fortaleza. Durante o transcurso, sem algemas e de carro, veio conversando, descontraidamente, com os agentes federais, que se mostravam muito educados. Indagou de um deles o motivo de sua prisão e de sua imediata transferência para Fortaleza, descobrindo que os serviços secretos, entre outras suspeitas, trabalhavam com a informação de que ele estava se preparando para fazer treinamento de guerrilha em Cuba.

Dois dias após ter chegado à sede da Polícia Federal de Fortaleza, foi encapuzado e levado para um “passeio” (passeio, na gíria dos torturadores, era uma palavra que se usava quando

se queria torturar o prisioneiro sem que esse soubesse quem o torturava, ou o local onde se encontrava). Noutra ocasião, em uma cela ainda hoje não identificada, jogaram um balde de água gelada no estudante, enquanto um policial lhe falava “que era para ele esfriar”, pois seu irmão já estava “debaixo de pau”, isto é, apanhando numa outra cela, no mesmo local. De fato, seu irmão encontrava-se naquele local, tanto que os dois foram acareados, numa atitude de humilhação e de constrangimento moral. Durante a acareação, Mário Miranda denunciou que seu irmão estava sendo forçado a confessar atos que não cometera e anunciou a vinda da advogada Wanda Rita Othon Sidou, a fim de pôr fim àquela sessão de tortura moral e psicológica.

Célio Miranda sofreu prejuízos irreparáveis de natureza moral e material que incidiram, negativamente, na reorganização de sua vida, pois perdeu com isso a possibilidade de se transferir para o Canadá, já que estava proibido de deixar o país em virtude de, em 3 de julho de 1977, ter sido indiciado pela Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal do Ceará em um novo inquérito policial. Nesse novo indiciamento, o militante do PCBR foi acusado de distribuir para presos políticos do IPPS, em Fortaleza, o panfleto intitulado “Contra a Corrente”.

A Anistia Internacional, acionada no Canadá, por seu irmão Pedro, inicia uma campanha por sua libertação, enviando cartas para autoridades brasileiras, como o presidente Ernesto Geisel, o ministro da Justiça, Armando Falcão, e do Interior, Rangel Reis. Mesmo assim, em 18 de julho de 1977, é citado a comparecer à sessão do Conselho Permanente de Justiça da Aeronáutica, a fim de ser julgado como incurso na Lei de Segurança Nacional. Finalmente, em 8 de maio de 1978, é absolvido pelo Conselho Permanente de Justiça Militar.

Em liberdade, começa a viver as agruras da vida real. Seu corpo estava livre, mas sua alma permanecia aprisionada, uma vez que poderia, a qualquer momento, ser vítima de atos arbitrários perpetrados por agentes da repressão. Perdeu o elã pelos estudos e, também, se via impedido de conseguir trabalho formal em virtude da barreira intransponível da folha-corrida.

Assim mesmo, tentou várias vezes recomeçar a vida. Foi vendedor avulso de seguro de vida, de artesanato e de livros.

Com a Anistia e o clima de liberdade que essa propiciou, passou a exercer várias atividades profissionais, cujo lastro formativo era sua própria experiência de vida. Não tendo podido recuperar o emprego no Departamento de Correios e Telégrafos, prestou serviços para várias instituições de Pernambuco e do Ceará. Portador de traumas que se incrustaram em sua alma, Célio Miranda Albuquerque tem sido, também, vítima da reestruturação do mercado produtivo, cuja exigência de diplomas que certifiquem, formalmente, as habilidades profissionais das pessoas cria dificuldades adicionais a quem postula emprego.



João Adolfo Abreu Moura

Proprietário da Organização Olavo T. Moura – Eletrical, uma empresa que lidava com material elétrico em Fortaleza, João Adolfo Abreu Moura, preocupado com o estado lamentável do povo brasileiro, na década de 1960, resolveu ingressar num partido de esquerda para, a exemplo de muitos outros, contribuir, de alguma maneira, com a melhoria de vida da população. Entre os partidos de esquerda existentes na época, João Adolfo optou por se engajar no PCBR.

Fundado por Mário Alves e Jacob Gorender, entre outros, a partir de uma dissidência desses com o comitê central do PCB, o PCBR, ao contrário do PCB, que pregava uma resistência pacífica ao golpe de 1964, optou pela resistência armada.

A militância do proprietário da Organização Olavo T. Moura no PCBR, no entanto, não era tão ampla assim. Consistia no apoio material às atividades do partido: distribuição de panfletos em locais públicos e cessão de seu sítio, em Capuã, para realização de reuniões partidárias e treinamento de tiro.

Com a prisão de alguns membros do PCBR, a vida sóbria e pacata de João Adolfo mudou completamente. Acordado na madrugada de 6 de outubro de 1971 pela polícia, o empresário, depois de ter a casa revistada por pessoas fortemente armadas, foi levado para o 23 BC na traseira de uma Veraneio. Colocado numa cela escura e individual, na qual não havia colchão nem água para beber, João Adolfo ali ficou abandonado por algum tempo.

Interrogado várias vezes, sempre que era inquirido, também era torturado. Dias depois foi transferido do 23 BC para o DOPS, onde passou por novos interrogatórios e novos atos de violência.

Durou cerca de dois meses esse suplício. Acredita João Adolfo que o fato de ignorar pormenores da cúpula do PCBR e de não revelar o que sabia sobre a organização agravou, ainda mais, sua situação perante os torturadores que, por causa disso, intensificavam, cada vez mais, os tormentos; o silêncio, por outro lado, impediu que a ditadura montasse um dossiê consistente contra ele.

Posto em liberdade, o homem da Olavo T. Moura – Eletrical retoma a direção da empresa. A pecha de que tinha sido preso pela polícia e de que era considerado “subversivo” pelo regime militar, no entanto, impediu que os negócios fossem para a frente. A maior parte dos amigos e parceiros comerciais se afastou de seu convívio. Todos temiam que, como ele, também fossem considerados “comunistas” pela polícia. A Olavo T. Moura – Eletrical, portanto, que prestava serviço a diversos órgãos da administração pública, principalmente, perdeu, um a um, os contratos que tinha com seus clientes. Assim, a empresa teve de fechar as portas, enquanto João Adolfo e a família passavam de uma situação privilegiada para uma outra de total dependência econômica e financeira.



José Machado Bezerra

Nasci na cidade praiana de Camocim (CE), município onde o movimento social era muito forte e o PCB tinha grande representatividade. Meu tio-avô e pai adotivo do meu genitor, Pedro Teixeira de Oliveira, era um dos membros da direção do partido.

E continua:

depois de haver sofrido várias prisões no Estado Novo, fui novamente preso quando do golpe militar.

Em 1964, José Machado Bezerra estudava no Colégio Estadual Liceu do Ceará, em Fortaleza, quando prestou concurso nacional para a Escola Preparatória de Cadetes do Exército, classificando-se em primeiro lugar geral do Brasil. Entretanto, não pôde assumir a vaga, legalmente, conquistada em virtude das ligações de seus pais e tios com os movimentos sociais de Camocim.

Decepcionado, mas não abalado, em 1966, José Machado foi aprovado no vestibular para o curso de Física da Universidade Federal do Ceará. Durante a ditadura, intensificou sua participação na luta contra o regime militar. Liderou a ocupação da Faculdade de Física em protesto contra as más condições de ensino, o que resultou na punição de um ano de suspensão da faculdade, além da tentativa de expulsão da universidade, por jubramento, apesar de já haver cursado todas as disciplinas necessárias à conclusão do curso.

Em 21 de novembro de 1968, foi preso por militares do Corpo de Bombeiros e por agentes da Polícia Civil quando distribuía panfletos com o título “Luta do Povo” para funcionários da

Fábrica Brasil Oiticica e encaminhado para o DOPS, da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Posteriormente, foi transferido para a sede da Polícia Federal, onde foi indiciado em inquérito como incurso no artigo 38 da Lei de Segurança Nacional e ameaçado de morte por agentes da repressão. Na mesma data, foi recolhido ao quartel-general da Polícia Militar do Ceará, atual 5º BPM, na cidade de Fortaleza.

O Conselho Permanente de Justiça, em sessão realizada em 21 de janeiro de 1969, decidiu relaxar sua prisão, confinando-o em Fortaleza e obrigando-o a comparecer perante o juiz da 10ª Circunscrição Judiciária Militar todas às segundas, quartas e sextas-feiras até o julgamento final do processo.

“No dia 28 de março de 1969, o Conselho Penal de Justiça decidiu, por unanimidade de votos, a minha condenação.”

A pena foi estipulada em seis meses de reclusão a ser cumprida no Grupamento Escola General Edgar Facó, da Polícia Militar do Estado do Ceará.

Liberado após o cumprimento da pena, a liberdade não dura muito tempo.

Assim, em 4 de abril de 1972, José Machado é preso novamente. Dessa vez, encontrava-se no bairro Jardim Iracema, em Fortaleza, quando agentes do DOI-CODI, comandados pelo delegado Fleury, de São Paulo, e sua equipe da Operação Bandeirantes (OBAN), o prenderam numa operação denominada “barra limpa” e levaram-no para o 23 BC, onde permaneceu 42 dias. Nesse período foi bastante torturado com choques elétricos, pau de arara e banho chinês (no banho chinês, os torturadores amarravam um cabo entre os dentes da vítima e, em seguida, mergulhavam o corpo da mesma, com a cabeça oculta por um pano, em um tanque cheio de água).

Ainda na condição de preso, José Machado foi levado até sua casa, escoltado e bastante machucado, para localizar objetos que, segundo os agentes, ele havia escondido.

“Os agentes da repressão suspeitavam que eu havia enterrado, no quintal de minha casa, placas de carro que seriam utilizadas em ações armadas contra o regime. Tal fato causou uma convulsão na vizinhança. As pessoas se amontoavam em frente à minha residência. Algumas delas subiam em árvore para ver melhor, enquanto os torturadores, revoltados porque não tinham encontrado nada, diziam que haviam caído numa cilada porque, diante de tanta testemunha, eu havia conseguido provar à vizinhança que tinha sido torturado e que estava sendo supliciado.”

Depois desse aparato policial acintoso que fez com que duas vizinhas suas comparecessem à Auditoria Militar e testemunhassem sobre seu estado físico naquele dia, comprovando as sevícias a que tinha sido submetido, José Machado foi transferido para o IPPS, onde passou quatro meses. Ele foi indiciado no Inquérito Policial nº 21/72, instaurado pela Polícia Federal, e enquadrado no artigo 43 do Decreto-Lei nº 898/69, por tentativa de reorganizar o PCBR.

Cumprida a pena, finalmente, em 30 de setembro de 1974, José Machado foi absolvido pelo Conselho Permanente de Justiça da Aeronáutica por maioria de votos, absolvição essa confirmada pelo Superior Tribunal Militar em 11 de junho de 1976.

Entretanto, a liberdade não duraria muito, pois ainda em 1974 foi preso, novamente, por uma equipe do DOI-CODI, por volta das 19h, no bairro da Parangaba, nos trilhos da estrada de ferro.

José Machado, dessa vez, foi conduzido para o quartel da 10ª Cia. de Guarda da 10ª Região Militar. Durante a noite desse dia e na madrugada do dia seguinte, foi brutalmente torturado: espancamentos, pau de arara, choques elétricos nos testículos e no pênis. Durante as sessões de tortura, os militares perguntavam insistentemente, pelo paradeiro de Rui Frazão, hoje considerado um desaparecido político. Também, queriam informações sobre os pichamentos e panfletagens que denunciavam a greve de fome promovida pelos presos políticos do IPPS.

Em 12 de junho do mesmo ano, José Machado foi levado ao Aeroporto Pinto Martins e embarcado num avião da FAB que o levou para Recife. Lá, o militante esquerdista foi recolhido à sede do IV Exército, onde foi submetido às seguintes torturas: seis dias sem tomar água; oito dias sem se alimentar; seis dias na argola, de onde só saía para sessões de espancamentos, afogamentos, pau de arara, choques elétricos, entre outras. Foi nesse quartel que o futuro marido de Maria do Carmo Serra Azul reconheceu outros militantes políticos do Ceará que ali, também, estavam presos: Fátima Elizabeth Ferreira da Fonseca, Manuel Dias da Fonseca Neto e Iracema Serra Azul da Fonseca.

Quarenta dias depois, José Machado foi trazido de volta para Fortaleza. Aqui foi trancafiado na 10ª Cia. de Guarda. Em 16 de julho de 1974, finalmente, foi posto em liberdade num terreno baldio, próximo da Fábrica Finobrasa, na avenida Sargento Hermínio, no bairro Padre Andrade, em Fortaleza.

Hoje, José Machado Bezerra trabalha como profissional do magistério, transmitindo a muitos jovens e adultos os conhecimentos adquiridos durante a vida de estudos e de luta em defesa de uma sociedade justa, solidária e humana.



Mário Miranda de Albuquerque

Em 1965, um ano após o golpe militar, Mário Miranda de Albuquerque é eleito para a diretoria do grêmio estudantil do Colégio Capistrano de Abreu. Nesse mesmo ano, passa a editar o jornal mural da entidade. Em setembro, com 17 anos apenas, é intimado pelo comando da 10ª Região Militar para dar explicações sobre um artigo de sua autoria exposto no mural da escola. Mário Albuquerque tivera a ousadia de escrever, nesse artigo, que a Independência do Brasil, que se comemorava naquele mês, tinha sido incompleta porque, se ela trouxe autonomia política, deixou de trazer liberdade política e econômica.

No segundo semestre desse mesmo ano, Mário Albuquerque começa a participar das reuniões promovidas por lideranças estudantis de outros colégios, com o objetivo de pôr fim à intervenção exercida por uma junta nomeada pela 10ª RM no órgão máximo dos estudantes secundaristas daquela época, o Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará (CESC).

Em agosto do mesmo ano, realiza-se, no auditório do antigo Departamento Estadual de Estradas e Rodagens (DAER), o IV Congresso dos Estudantes Secundaristas do Ceará. Nesse congresso, Mário Albuquerque foi eleito secretário-geral do CESC. No ano seguinte, o Brasil é sacudido por grandes manifestações contra o regime militar. No Ceará, os estudantes secundaristas promoveram uma série de atos públicos, reivindicando mais professores em sala de aula, instalação de laboratórios de pesquisa, bibliotecas, bebedouros e quadras de esporte; também se insurgem contra o aumento abusivo das passagens de ônibus, posicionam-se a favor da meia passagem, além de defenderem a liberdade de expressão e a livre organização dos trabalhadores em geral.

Em meio a essa turbulência política, Mário Albuquerque é eleito vice-presidente do CESC durante a realização do V Congresso de Estudantes Secundaristas. Preso por agentes do DOPS por suspeita de participar e estimular o quebra-quebra de ônibus nas manifestações estudantis (na verdade eram ações espontâneas, segundo Mário) e por distribuir panfletos considerados “subversivos” pela ditadura, ele, também, é expulso do Colégio Capistrano de Abreu.

Detido pelo DOPS várias vezes, em 1966, e proibido de estudar, a vida de Mário Albuquerque continuou igualmente conturbada no ano seguinte. Considerado *persona non grata* pelo Departamento de 2º Grau da Delegacia Regional do MEC, foi impedido de se matricular em qualquer escola pública, ou privada logo no início de 1967.

Nesse mesmo ano, ocorre a rebelião da Polícia Estudantal (PE). Criada pelo Estado Novo, a Polícia Estudantal era um departamento do CESC que funcionava como uma espécie de “força policial” dessa entidade. No início, a Polícia Estudantal tinha o objetivo de fiscalizar as carteiras estudantis, que, na época, eram expedidas pelo CESC, e proteger os estudantes das arbitrariedades policiais. Com o tempo, porém, foi se transformando numa verdadeira polícia política dentro das escolas. Com o golpe militar de 1964, por sua vez, assumiu, integralmente, a ideologia do Estado ditatorial.

Funcionando no próprio prédio da Secretaria de Segurança Pública, a Polícia Estudantal tornou-se um grupo auxiliar da Polícia Civil, a ponto de acompanhar os policiais da SSP em suas rondas motorizadas.

Preocupados com essa situação, os estudantes dividiam-se em suas opiniões. Uns defendiam a reforma da Polícia Estudantal; outros queriam sua extinção pura e simples. Mário Albuquerque defendia a segunda opção. Discutida essa questão no VI Congresso de Estudantes Secundaristas, que se realizou em maio de 1967, ganhou a proposta daqueles que pretendiam o fim da Polícia Estudantal. Para substituir a PE, foi criado o Departamento de Assistência e Fiscalização Estudantil (DAFE).

Nesse mesmo congresso, Mário Albuquerque foi eleito presidente do CESC, cargo que ocupou até maio de 1968, quando foi substituído por João Arruda Pontes.

À proporção que o movimento crescia, Mário Albuquerque era, constantemente, ameaçado pelas forças de repressão, que costumavam invadir a casa de seus pais e levá-lo para prestar depoimento. Apesar das ameaças e das pressões sofridas por parte do regime militar, intensifica sua participação política. Nesse mesmo período, faz-se presente em diversos congressos nacionais de estudantes. Num deles, que ocorreu em São Paulo e chamou a atenção do país para as lutas estudantis, Mário Albuquerque tomou parte da histórica batalha campal da rua Maria Antônia, na qual estavam envolvidas a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo (USP) e a Universidade Mackenzie, uma das mais conceituadas daquele estado, onde concentrava o que havia de mais reacionário no país: o Comando de Caça aos Comunistas (CCC).

Em 27 de dezembro de 1968, poucos dias após a assinatura do AI-5, Mário Albuquerque casa-se, clandestinamente, com Vera Maria Rocha Pereira, aluna do Liceu e, como ele, integrante da diretoria do CESC. Procurados pela polícia, os dois viajam para Quixadá (CE), de onde só voltaram três meses depois.

No final do primeiro semestre de 1969, o ex-presidente do CESC, que antes integrava o Partido Operário Revolucionário Totskista – POR(T)–, ingressa no PCBR. Nessa época, trabalhava no Laboratório Lepetit. Obrigado a se afastar, constantemente, do trabalho para fugir da polícia, Mário Albuquerque acaba demitido, em 1970, por abandono de emprego. Com o cerco policial fechando-se, cada vez mais, em torno dele e de Vera Maria, o casal resolve mudar-se para Recife.

Algum tempo depois, a mulher de Mário Albuquerque era presa em Pernambuco. Em janeiro do ano seguinte, 1971, segue para o Chile, banida pelo governo brasileiro depois desse aceitar a troca de setenta presos políticos pela vida do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Bucher, que havia sido sequestrado por um comando guerrilheiro.

Enquanto isso, Mário Albuquerque tentava fugir do Brasil para a Argentina. Sua intenção era a de se encontrar com a mulher no Chile. Mas foi inútil sua tentativa. Preso em 5 de fevereiro de 1971, o líder estudantil só viria rever sua mulher, novamente nove anos depois, em 1980.

Preso aos 22 anos de idade, Mário Albuquerque passou oito anos e nove meses perambulando por diversas delegacias, quartéis e penitenciárias de Pernambuco e do Ceará. Nesses lugares, foi torturado e humilhado. No IPPS, no Ceará, onde cumpriu grande parte da pena, participou de uma das greves de fome mais prolongadas daquele tempo: treze dias. Nesse período, alimentava-se apenas de água, sal e açúcar.

Fora da prisão, o estudante secundarista continua sua luta em prol da redemocratização do Brasil. Hoje, Mário Miranda de Albuquerque tornou-se presidente da Associação 64/68 Anistia, que tem como objetivo defender o direito de expressos políticos, além de preservar e difundir a memória de uma época que o Brasil não pode esquecer.



Paulo Fernando Magalhães dos Santos

Paulo Fernando Magalhães dos Santos estudava no Colégio Público Historiador Pereira da Costa, em Recife, quando foi preso pelo DOPS, em 4 de julho de 1969. Tinha, apenas, 15 anos. Ficou quinze dias nos cárceres da ditadura.

Posto em liberdade em 19 de julho, o adolescente, que lutava heroicamente contra uma ditadura que havia mostrado toda a sua arrogância com a assinatura do Ato Institucional nº 5, tomou conhecimento de que tinha sido expulso do colégio e proibido, por portaria da Secretaria de Educação de Pernambuco, de estudar em qualquer estabelecimento de ensino da rede pública daquele estado.

Apesar dessa proibição e da prisão sofrida, Paulo Magalhães continua com sua militância política. Preso, novamente, em setembro de 1969, o líder estudantil permanece nove dias encarcerado.

A atmosfera política na cidade de Recife, por esse tempo, era de terror, abalada pelo sequestro e assassinato do padre Antônio Henrique, assessor do arcebispo de Olinda e Recife, Dom Hélder Câmara, e pela tentativa de sequestro do presidente da União dos Estudantes de Pernambuco (UEP), Cândido Pinto. Embora não tenha sido sequestrado, Cândido Pinto foi atingido a tiros pela polícia, agressão que lhe causou uma paraplegia. A população de Recife, que apoiava as denúncias que Dom Hélder fazia contra a ditadura em vários países da Europa e em suas visitas ao Papa, começou a se rebelar, abertamente, contra o regime militar.

Foi diante desse clima de medo e apreensão que Paulo Magalhães, aconselhado por amigos, resolveu abandonar Recife,

em outubro de 1969, e partir para Fortaleza. Na capital cearense, matricula-se no Colégio Liceu do Ceará.

Em 15 de outubro de 1970, no entanto, é preso novamente por agentes do DOPS do Ceará. A prisão ocorreu, exatamente, no instante em que o estudante pichava os muros de Fortaleza e pregava o voto nulo em oposição ao que chamava de “a farsa das eleições”, que se realizariam naquele ano, com o beneplácito dos militares.

Posto dentro de um Jeep, mal foi jogado no veículo, começou a ser espancado com chutes, pontapés, “telefones” e sofrer ameaças de morte.

Depois de cinco dias no DOPS, Paulo Magalhães é enviado ao 23 BC, onde, segundo ele, passou os quatro piores meses de sua vida.

“O 23 BC era o inferno na terra. A ordem do comandante do 23 BC era manter os presos políticos ali recolhidos em constante clima de terror. Os soldados que ficavam de guarda percorriam os corredores da prisão noite e dia passando os cassetetes nas grades das celas para impedir que os prisioneiros dormissem com tranquilidade.”

Transferido para o IPPS, Paulo Magalhães permanece ali de 1970 a 1972. Mesmo apelando para sua menoridade, pois contava apenas 16 anos nessa época, permaneceu um ano e dez meses em presídios destinados a adultos: no DOPS, no 23 BC e no IPPS.

Libertado por determinação do Superior Tribunal Militar, atendendo a recurso impetrado por Wanda Rita Othon Sidou, advogada do prisioneiro, Paulo Fernando Magalhães dos Santos foi posto em liberdade em 1º de agosto de 1972. Desde esse dia, procura, embora com dificuldade, retomar a normalidade da vida.



Pedro Paulo Pinheiro

Começando sua vida política no PCBR, nos idos dos anos 1970, o então estudante Pedro Paulo Pinheiro estava distribuindo propaganda do partido no bairro do Montese, em Fortaleza, quando a polícia chegou. Preocupado com o que poderia acontecer, Pedro Paulo fugiu. A polícia saiu em seu encalço e um dos policiais atirou. Pedro Paulo caiu ao chão varado por uma das balas. Pouco tempo depois era atirado na parte traseira de um dos carros da polícia. Como sangrava muito, foi transportado do carro da polícia para um táxi e levado para a Assistência Municipal, hoje Instituto Dr. José Frota. A situação de Pedro Paulo era tão dramática que o jovem estudante chegou a receber a extrema-unção, mas sobreviveu. Enfaixado o ferimento e realizados os exames de rotina, foi conduzido, sucessivamente, para os Hospitais do Exército e da Base Aérea de Fortaleza. A bala alojada no ombro não foi retirada. Continua lá até hoje.

Encarcerado no DOPS, Pedro Paulo foi colocado numa cela tão imunda que o saco lacrimal de seu olho esquerdo, contaminado por algum vírus, ou bactéria, encheu-se de pus. Levado para o Hospital da Polícia Militar, a fim de ser tratado por especialistas, ali permaneceu por quinze dias. Em seguida, foi encaminhado para o quartel do 23 BC, onde ficou recolhido em cárcere isolado.

Mesmo assim, o olho esquerdo continuou incomodando. Foi então levado para o Instituto dos Cegos, para realizar uma cirurgia oftalmológica. A situação do olho esquerdo era tão grave que os médicos, no lugar de anestésiar o olho para operá-lo em seguida, tiveram de fazer a operação sem anestesia, já que a inflamação era de tal gravidade que o remédio anestésico não

surtiria efeito. Levado, novamente, para o 23 BC, Pedro Paulo passou por uma nova provação. O militante, enquanto respondia a inquérito policial militar, foi envenenado pelos policiais com um produto denominado zélio, destinado a matar ratos, o qual foi misturado com sua comida. A consequência disso foi a queda de todo o pêlo do corpo de Pedro Paulo, obrigando-o a submeter-se a um delicado tratamento feito à base de morfina.

Concluído o inquérito policial-militar, foi transferido para as dependências da Polícia Federal, onde sofreu novos interrogatórios e novas torturas. Finalmente, passou da condição de preso em regime fechado para o regime de liberdade vigiada. Nessa condição, tentou reorganizar a vida. Começou a trabalhar numa empresa de venda de materiais elétricos, de propriedade do cunhado.

Em março de 1973, no entanto, foi preso novamente. Primeiro na Polícia Federal, onde passou algumas horas, sendo transferido, depois, para um manicômio judiciário.

No manicômio, Pedro Paulo conviveu com todo tipo de marginal, a maior parte deles criminosos. Seu sofrimento era amenizado pela dedicação da mãe que, orientada por advogados, cuidou do filho com o maior desvelo. Libertado algum tempo depois, Pedro Paulo ainda seria preso, outra vez, naquele manicômio, saindo em 4 de julho de 1973, quando seus algozes, finalmente, acharam que já estava devidamente curado das chagas físicas.

Julgado pelo Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 10ª CJM em 4 de fevereiro de 1974, Pedro Paulo, finalmente, foi absolvido.

De volta à liberdade, retomou o trabalho na empresa do cunhado. Mandado ao Maranhão, a fim de cobrar uma dívida, foi detido, novamente, na capital daquele estado. Transportado para uma delegacia num bairro denominado Alemão, Pedro Paulo foi tão violentamente espancado que teve o olho esquerdo furado, a arcada dentária e maxilar quebrados e o joelho esquerdo fraturado. Dado como morto por seus carrascos, foi jogado em frente ao Hospital Dutra.

Conduzido à UTI daquele hospital, ali permaneceu por cento e noventa dias. Transferido para a Santa Casa de Misericórdia de São Luís, passou a ter a assistência da esposa, que, mesmo sem recursos, deslocou-se do Ceará para o Maranhão, a fim de cuidar do marido. De volta a Fortaleza, Pedro Paulo teve de colocar platina no rosto, tão sérias foram as lesões sofridas na delegacia de São Luís, e retirar o olho esquerdo. Hoje, o ex-estudante de 1970 está cego de um olho, tem uma bala alojada no ombro esquerdo e sofre de deficiência respiratória. Tudo isso porque, um dia, resolveu distribuir panfletos do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário no bairro do Montese, em Fortaleza, denunciando as arbitrariedades de um regime que prendia, torturava e matava jovens idealistas que lutavam por um país livre e democrático.

Ação Popular

RESUMO HISTÓRICO

Formada a partir dos quadros da Juventude Universitária Católica (JUC), a Ação Popular (AP) constituiu-se, em Salvador (BA), com a realização, em fevereiro de 1963, de seu primeiro congresso e a publicação do documento-base de sua constituição, tendo como princípio básico a luta em defesa do socialismo.

De 1963 até 1964, a Ação Popular exerceu grande influência, particularmente, entre os estudantes, a ponto de conquistar verdadeira hegemonia no movimento estudantil, ao mesmo tempo em que se fazia presente nas lutas e organizações dos trabalhadores rurais. Com o golpe de 1964, a direção nacional da AP realiza, em 1965, uma reunião em Niterói, oportunidade em que confirma a opção política pelo socialismo, conforme havia sido decidido em 1963, aprovando uma resolução corajosa, porque perigosa, de adotar a luta armada como instrumento de conquista do poder.

Foi a partir desse momento que a AP inclinou-se, progressivamente, para o marxismo-leninismo. Em 1968, porém, após a I Reunião Ampliada da Direção Nacional, a AP abandonou o marxismo-leninismo e passou a adotar posições que se identificavam mais com a doutrina de Mao-Tsé-Tung do que com a de Lenin.

A II Reunião Ampliada, ocorrida em junho do ano seguinte, aprovaria texto sobre a reconstrução do partido operário unificado do Brasil e designava uma comissão executiva provisória com o objetivo de preparar a eleição de um comitê central.

Em outubro de 1969, uma nova resolução, “Preparar Ativamente a Guerra Popular”, aprovada pela direção do partido, ratificou a adesão à luta armada a partir do campo. Foi o bastante para, com

o lançamento do processo de proletarização da AP, vários de seus militantes abandonaram a cidade em direção ao interior do país, enquanto outros abandonavam a universidade para se dedicar ao trabalho de operário nas fábricas localizadas geralmente na periferia das grandes metrópoles.

A III Reunião Ampliada da Direção Nacional ocorrida em março de 1971, mais uma vez, mudou, inteiramente, sua linha política. Ao invés de um partido marxista-maoísta, a AP voltou a ser o que fora antes: um partido marxista-leninista. Nesse tempo, a direção da AP elegeu um comitê central e aprovou um programa básico de ação. Em seguida, lançou uma conclamação à unificação de todos os marxistas-leninistas num único partido.

Tempos depois, o birô político, eleito pelo novo comitê central, decidiu pela unificação da AP com o PCdoB. Para que isso fosse concretizado, a AP convocou uma reunião extraordinária do comitê central para confirmar a unificação.

A reunião, marcada por divergências dentro do próprio comitê central e do birô político, ocorreu em meados de 1971. A proposta daqueles que defendiam a unificação saiu vitoriosa; aqueles que perderam foram expulsos do partido. Com a incorporação da AP ao PCdoB, aqueles que foram expulsos do partido decidiram retomá-lo tempos mais tarde, adotando o mesmo nome Ação Popular, e assumindo as diretrizes programáticas definidas na III Reunião Ampliada da Direção Nacional, realizada em março de 1971.



Francisco das Chagas Dias Monteiro

Chico Passeata

Este é um nome emblemático que identifica o hoje médico Francisco das Chagas Monteiro como um dos mais destemidos combatentes contra o regime ditatorial que os militares, aliados ao conservadorismo político mais retrógrado, implantaram no Brasil em 1º de abril de 1964.

Nas movimentações da juventude estudantil, 1960/1970, o jovem Francisco das Chagas, nome de santo e coração de revolucionário, assumia sempre posições de liderança, conclamando os companheiros a saírem em passeatas de protesto contra a ditadura. Daí adveio-lhe a alcunha de Chico Passeata, que ainda hoje o acompanha.

Neste relato, está a síntese do itinerário de violência cumprido pelo jovem universitário, atirado a enxovias, torturado, impedido de prosseguir nos estudos e, mais grave, vendo a esposa, igualmente, passar pelos mesmos e terríveis sofrimentos.

É uma narrativa dramática e tenebrosa, que bem denota o que foram aqueles anos de horror a que esteve, brutalmente, submetida a sociedade brasileira.

As torturas e tudo o mais que sofreu não abateram o ânimo de Chico Passeata que, superando todos os óbices, concluiu seu curso médico e pôde assim, reconstruir a família, criar filhos, sem nunca renunciar aos seus ideais.

Estudante universitário, Francisco das Chagas, ou, simplesmente, Chico Passeata, como é conhecido por todos, iniciou suas atividades políticas quando da retomada da União Nacional dos Estudantes (UNE), em 1966, em congresso realizado na Universidade de Belo Horizonte. Em meio à efervescência dos debates, das discussões, das polêmicas, das assembleias, das

passatas, nele foi crescendo a chama, a força que o movia na direção contrária às arbitrariedades e às injustiças, acreditando na liberdade e na fraternidade, no homem e na comunidade, como os motores maiores da existência e do sentido da vida.

Em dezembro de 1968, foi publicado o AI-5, concebido para consolidar o processo autoritário, arbitrário e repressivo da ditadura militar, então já contestada nas ruas, em ruidosas manifestações populares, principalmente, de estudantes e da classe média das grandes cidades. Logo após sua edição, uma enorme quantidade de prisões, por motivo político, aconteceu. Procurado e perseguido pela repressão, que entre outras arbitrariedades invadiu a casa de seus pais à sua procura, não restou a Chico Passeata outra opção senão o caminho da clandestinidade. Juntamente com Helena Serra Azul, sua esposa, com nomes falsos e disfarces, fugiram para Pernambuco. Lá, trabalharam como cortadores de cana, limpavam mato e sentiram na boca o gosto sem gosto da fome.

Em 15 de outubro de 1969, encontrava-se ele na companhia da esposa, no município de São Benedito do Sul, quando foi preso e levado para a cadeia na cidade vizinha de Quipapá, sendo, posteriormente, transferido para a Delegacia de Segurança Social. Ficou incomunicável durante cinquenta dias. Sua esposa, nesse momento, estava gestante de dois meses do primeiro filho.

Durante os cinquenta dias em que esteve incomunicável, a maior parte deles no DOPS, foi torturado física e psicologicamente, pois, a todo momento, seus algozes provocavam tentativas de sevícias e ameaças de aborto em sua esposa. A várias dessas sessões de torturas, ela foi obrigada a presenciar. Diante de tamanha crueldade, passava mal, sendo necessário atendimento médico de urgência. Nesse período de dor e sofrimento, Chico Passeata foi ainda encarcerado, vestindo apenas cueca, numa pequena cela vazia, sem cama nem colchão ou banheiro, isolada, molhada, na qual permaneceu por cinco dias, sendo, constantemente, submetido a sessões de torturas físicas.

Em 4 de dezembro de 1969, foi transferido para a Casa de Detenção do Recife. Julgado pela Justiça Militar em 18 de junho de 1971, foi condenado a cinco anos de prisão. Entretanto, em 27 de setembro do mesmo ano, o Superior Tribunal Militar reformou a sentença, reduzindo a pena para dois anos de reclusão. Com isso, em 4 de outubro de 1971, foi libertado. Durante o tempo em que esteve detido, seu filho de apenas oito meses de idade, que vivia na prisão com a mãe, apresentou graves problemas de saúde (crises convulsivas e cardíacas), sendo enviado para Fortaleza aos cuidados dos avós paternos e maternos.

Nesse período de dois anos de prisão, sua mulher foi acometida de grave problema de saúde, o que a levou a uma internação de urgência na Casa de Saúde Maria Lucinda, em Recife, nosocômio no qual foi submetida a uma cirurgia para tratar de uma doença autoimune, iniciada na prisão, em razão das torturas, dos traumas e de toda a carga emocional do parto e da separação do filho doente.

Livre, Chico Passeata retorna a Fortaleza em outubro de 1971. Entretanto, em 1972, ele e Helena Serra Azul são sequestrados e presos novamente na chamada operação “barra limpa”. Após invasão da casa de seus pais, onde se encontravam, foram ameaçados na frente do filho, que tinha então 2 anos, arrastados, encapuzados, levados para o 23 BC e, posteriormente, para o 10º GO, onde permaneceram por duas semanas, incomunicáveis e sob constantes ameaças de tortura.

A partir de 1972, Chico Passeata e a esposa procuram retomar, na medida do possível, a normalidade da vida. Em 1973, depois de muito esforço, consegue regularizar a vida acadêmica. Nesse tempo, a reforma universitária tinha sido imposta, e o Ceará era o modelo a ser seguido, pois havia sido o primeiro a fazê-la. Não mais a matrícula era feita por semestre, mas por matérias oferecidas com número de vagas limitado. Cadeiras como Clínica Médica foram diluídas por múltiplas especialidades, perdia-se a visão do conjunto, ficava-se na visão segmentada da realidade.

As conversas agora versavam sobre futebol, dicas das provas e outras futilidades. Todos tinham medo quando alguém falava de política. A paranoia era necessidade diária para a sobrevivência. Tinha de estudar e trabalhar. Lecionava nos Colégios Rui Barbosa e Cearense.

Entretanto, os constrangimentos e as ameaças permaneciam. Inúmeras vezes ele e a esposa foram intimados a comparecer à Polícia Federal para prestar depoimentos. Seus pais, através de telefone ou pessoalmente, eram constantemente requisitados, sugestionados, pressionados de maneira velada, ou insidiosamente ameaçados. O telefone da casa onde moravam chamava de madrugada com muita frequência, dificultando o sono e deixando-os apreensivos sobre atentado, prisão ou sequestro.

Finalmente, apesar das agruras, concluiu o curso em agosto de 1976. Com dificuldade para arranjar emprego na capital, foi trabalhar no interior. Morava no hospital, era o único médico nas redondezas. A família, esposa e dois filhos, morava em Fortaleza. Vinha à capital e, outras vezes, eles subiam a serra para ficar com o pai nos finais de semana. Helena Serra Azul começou a trabalhar na Secretaria de Saúde do Estado do Ceará como médica contratada; após trabalhar quatro meses foi afastada por ordem do Serviço Estadual de Informações (SEI).

Em meados de 1978, Chico Passeata foi convidado para participar de uma experiência em municipalização de serviços de saúde em Campinas (SP). Era uma boa proposta de trabalho e uma saída, um exílio dentro do próprio país. Foi com a família trabalhar em Campinas, no início de 1979, somente retornando em 1986 para Fortaleza, quando o país dava seus primeiros passos democráticos.



Geraldo Madeira Sobrinho

Filho de Sebastião de Paula Madeira e Raimunda Alba Camelo Madeira, Geraldo Madeira Sobrinho, em 1964, era vice-presidente da União Estadual dos Estudantes (UEE) para assuntos de saúde e coordenador, na Escola Federal de Medicina do Ceará, de grupos ativistas da Ação Popular, grupo de estudantes de esquerda que, seguindo os ditames da Igreja Católica, lutava por melhores condições de sobrevivência das populações carentes e por melhores oportunidades de emprego para os trabalhadores.

Com o golpe de 1964, no entanto, tudo isso mudou. Geraldo Madeira teve de abandonar a União Estadual dos Estudantes e os cursos das universidades federal e estadual. Assim, sem condições de sobreviver dentro do âmbito universitário, o futuro médico do Hospital de Messejana fez concurso para fiscal aduaneiro, sendo aprovado com distinção. Mas nunca foi chamado por ser considerado “subversivo” pela ditadura militar.

Revoltado com tudo aquilo, volta-se, totalmente, para atividades populares com o objetivo de combater a ditadura militar. Em consequência de suas atividades políticas, foi preso no DOPS e, depois, no 23 BC, onde encontrou vários amigos encarcerados.

Passada essa via-crúcis, que parecia não ter fim, o regime militar ainda abriu processos contra ele. Geraldo Madeira, mesmo respondendo a esses processos no Tribunal Federal Militar, voltou a estudar, concluindo o curso de Medicina, indo trabalhar no Instituto Dr. José Frota, no centro de Fortaleza, e no Hospital de Messejana.

Médico competente, com pós-graduação na Universidade do Rio de Janeiro, Geraldo Madeira nunca recebeu qualquer promoção por sua dedicação e correção no emprego. Pelo

contrário, foi pressionado a deixar os hospitais onde prestava serviço, principalmente, quando fundou, com alguns amigos, a Associação dos Funcionários do Hospital de Messejana, fato que lhe valeu a demissão sumária daquela instituição.

Hoje, certo de que seu sofrimento não foi em vão, Geraldo Madeira Sobrinho, quando olha para trás e relembra sua trajetória ao longo de uma vida marcada por um regime de exceção, costuma repetir para si mesmo e para alguns amigos a bela frase de Agostino Neto, na qual o poeta de Angola diz, com muita propriedade, que “não importa que nossa causa seja justa e pura, mas que a justiça e a pureza estejam dentro de nós”.

Aliança Libertadora Nacional

RESUMO HISTÓRICO

Dentre os grupos de esquerda que atuaram na guerrilha urbana entre 1968 e 1973, a Ação Libertadora Nacional (ALN) foi uma das mais aguerridas. Criada em 1967, logo após rompimento havido entre alguns dirigentes do PCB, a ALN tem sua história intimamente ligada a um nome: Carlos Marighella, que, no final de 1966, desliga-se do PCB e viaja, no ano seguinte, para Havana, Cuba, onde participa da assembleia da Organização Latino-Americana de Solidariedade (Olas), que tenta, no final, articular um plano de ação revolucionário continental.

Rejeitando a ideia de um novo partido, o ex-dirigente do PCB afasta-se de outros dissidentes e trilha um caminho próprio. Baseado no lema “A Ação Faz a Vanguarda”, a organização criada por Marighella apoia-se na autonomia de grupos armados e conta, principalmente, com forças políticas localizadas em São Paulo, apesar de não possuir nenhuma estrutura orgânica como o PCB, ou o PCdoB.

A maior projeção da Aliança Libertadora Nacional, na verdade, ocorreu em 1969, quando, aliada ao MR-8, a organização sequestrou, em 4 de novembro, o embaixador norte-americano Charles Burke Elbrick. Após o sequestro, que liberta, em troca do embaixador, quinze presos políticos e obriga a leitura, por parte da mídia brasileira, de um manifesto do grupo, o governo militar desencadeou uma repressão sem precedentes contra o movimento, prendendo não apenas militantes mas também, simpatizantes.

Em 1970, após a morte de Marighella e de Luiz Fogaça Balboni, a ALN perde seis militantes, dentre eles Joaquim Câmara Ferreira, sucessor de Marighella. Em 1971, com a morte de mais cinco mili-

tantes e o desaparecimento de outros dois, surgem duas dissidências importantes: a Tendência Leninista, fundada no exílio, e o Movimento de Libertação Popular (Molipo).

Em 1972, a ALN sofre mais quatorze perdas. No ano seguinte, são mortos mais dez militantes. Em 1974, não ocorrem mortes oficiais (reconhecidas pelo Estado); em todo caso, desaparecem cinco integrantes da organização.

Considerando-se a soma dos mortos e desaparecidos da ALN e do Molipo, que não se dissociou, totalmente, da ALN, a Ação Libertadora Nacional foi uma das correntes de esquerda mais atingidas pela ditadura militar.



Carlos Thmoskhenko

O famoso compositor e radialista Ari Barroso costumava dizer que o nome comanda o destino das pessoas. Alguns, de tão pesados, anulam o portador. Outros iluminam sua estrada. O cearense perfilado nestas linhas foi registrado, e certamente batizado, porquanto nascido em família cristã, com o nome russo Thmoskhenko. Além da dificuldade da grafia de tão estranha palavra eslava, o menino, o adolescente e depois o adulto teriam sempre de explicar a origem de tão difícil nominativo. E aí poderia falar, com justificado orgulho, de que aquele era o nome de um dos mais glorificados soldados que ajudaram a destruir a aventura nazista de Adolf Hitler. Aceitando-se a tese de Ari Barroso, o nome e a formação doméstica que recebera impeliram o jovem Carlos Thmoskhenko a enfileirar-se na luta pelas causas sociais. Não chegou, na vida, ao fulgor de seu patrono. Não se fez herói de guerra, mas colaborou com seu sangue, seu entusiasmo e seu sacrifício para devolver ao povo brasileiro a liberdade que lhe fora usurpada em 1964.

Carlos Thmoskhenko, brasileiro, funcionário público aposentado, casado, filho de João Sales da Silva e Margarida Sales Soares, ambos falecidos, nasceu em 3 de novembro de 1942, portanto em plena Segunda Guerra Mundial. Naquele dia, segundo contava seu pai, o Exército Vermelho da URSS conseguiu uma grande vitória sobre o exército nazista de Hitler. Os russos eram comandados pelo marechal Thmoskhenko. Como seus pais eram militantes do PCB, botaram no filho o nome do marechal russo.

A infância de Carlos Thmoskhenko foi uma infância comum a filhos de operários. A diferença estava na formação política.

Ainda pequeno, várias vezes acompanhou os pais em manifestações do PCB.

Em 1965, consegue inscrever-se em concurso da Secretaria de Polícia e Segurança Pública (SPSP), onde é aprovado, iniciando carreira de agente de polícia dos quadros da Polícia Civil do Estado do Ceará. Em 1967, é lotado na Delegacia de Costumes e Diversões, na seção de entorpecentes. Na sua profissão, sempre foi elogiado pela dedicação à polícia. No desempenho de suas tarefas, tudo fazia para cumprir bem a missão. Queria colocar na prática o que aprendera na Escola de Polícia Civil do Ceará. Mas as contradições entre os ensinamentos da escola e a realidade das delegacias eram tão profundas que Carlos Thmoskhenko começou a se questionar. Não admitia, por exemplo, a impunidade por conveniências políticas, os abusos e atos de violência e as barreiras burocráticas escorando o comodismo de muitos.

Os militares verticalizavam sua estrutura de poder e, com isso, houve mudanças nas delegacias, e ele passou a ser chefiado por um delegado que era coronel da Polícia Militar. Homem prepotente, abusava da autoridade para perseguir funcionários. O ambiente de trabalho ficou insuportável, forçando-o a pedir licença para tratamento de saúde. A vida de policial já não se harmonizava com sua cabeça. Em 1968, já em profundo processo de engajamento político, passou a militar na ALN.

Em 1970, participou de uma ação armada da ALN, no município de São Benedito, que culminou com a morte de um importante comerciante da cidade. Procurado pela Polícia Civil, Militar e Federal, entra na clandestinidade. Pelo fato de ser policial, era considerado traidor, desertor e criminoso. Era tal o ódio que as autoridades nutriam por ele que, segundo noticiavam os jornais da época, era ponto de honra para o Estado sua prisão e execução sumária. Não obstante a grande perseguição, Carlos Thmoskhenko, mesmo na clandestinidade, ainda passou vários meses em Fortaleza. Viveu em casas de amigos, quartos de pensão, até ser obrigado a se esconder dentro de um buraco, uma cova em vida, no quintal de uma residência onde moravam

outros companheiros clandestinos. Logo viajou para Natal, no Rio Grande do Norte, pois os policiais do Ceará fechavam o cerco a seu redor. Em Natal, ficou com alguns companheiros que já não eram mais da ALN, e sim do PCBR, ou simplesmente BR, como era conhecido. Depois de haver passado por uma transformação na aparência, foi autorizado a viajar para Olinda, em Pernambuco. Lá, participou de grupos de estudo sobre o marxismo, para compreender melhor o envolvimento naquela luta contra a ditadura militar. De Olinda transferiu-se para o Rio de Janeiro. No Rio, Carlos Thmoskhenko morou em vários bairros, pois, como tinham ações armadas, ele e outros companheiros mudavam sempre de local.

Quando residia com um companheiro de nome Soares, certa noite ouviram barulhos estranhos. Sentiram que era uma ação de órgãos da repressão. Cautelosos, fugiram pela saída de segurança, mas, infelizmente, na fuga, uma bala alcançou Soares. Carlos Thmoskhenko tomou-o em seus braços e Soares, arquejando, disse-lhe:

Corre, que eu já estou morrendo, e se tiver que morrer, que seja só um. Viva a Revolução!

No dia seguinte ao lamentável fato, tentou contato com outros companheiros. Em vão. Uns foram presos, outros fugiram. Sozinho no Rio de Janeiro, sem dinheiro, com documentos falsos e sem saber para onde ir, caminhou sem rumo, refletindo sobre seus próximos passos. Após algumas horas pensando, decidiu pedir asilo político. Incontinentemente, dirigiu-se ao Consulado do México. Lá foi informado de que, por ser procurado em todo o território nacional, seria necessário apresentar um salvo-conduto do governo do Brasil, o que, evidentemente, era humanamente impossível conseguir. Foi então aconselhado a procurar a Embaixada do Chile, em Brasília. Na época, o Chile era governado por Salvador Allende, cujo governo recebia e tratava com todo respeito os exilados políticos de outros países. Com a ajuda do Consulado mexicano,

viagrou para a capital federal. Na Embaixada do Chile, após relatar todo seu sofrimento, foi informado de que era também necessário apresentar um salvo-conduto. Decepcionado, triste e sem saber para onde ir, aconselharam-no a sair do país clandestinamente, pois lá fora seria mais fácil conseguir o asilo. Orientaram-no a cruzar a fronteira do Brasil com o Uruguai, pela facilidade de transpô-la, pois apenas uma rua separava os dois países.

Com ajuda da Embaixada chilena, chegou a Porto Alegre em 1º de abril de 1971. De lá seguiu para a cidade de Santana do Livramento e daí, para Montevidéu. Carlos Thmoskhenko jamais imaginou que a viagem para a liberdade se transformaria nos piores momentos de solidão, sofrimento e dor.

Em Montevidéu, vagou pelas ruas à procura da Embaixada chilena. Algumas horas depois, informado da localização da mesma, quando para lá se dirigia, foi abordado pela Polícia Política do Uruguai, que o encheu de perguntas sobre sua vida, sua origem e seu destino. Foi detido pela polícia e levado, segundo eles, para prestar esclarecimentos, só que permaneceu de 2 de abril a 13 de dezembro de 1971 nas prisões uruguaias. Primeiro foi levado para a chefatura de polícia de Montevidéu, onde foi interrogado e torturado. Certa feita, durante um dos intermináveis interrogatórios, um policial passou da frente para suas costas e aplicou-lhe um “telefone”. Diante da agressão humilhante e covarde, Carlos Thmoskhenko, enfurecido, revidou com um “uppercut” (golpe de boxe) em seu agressor. Depois disso, ele só recorda que acordou no dia seguinte, todo “quebrado”, num hospital militar em Montevidéu. Após passar quase um mês no hospital, foi levado novamente para a chefatura de polícia, onde continuaram as sessões de tortura, agora com aplicação de uma forma de flagelação denominada “submarino” (ele era amarrado pelos pés e dependurado de cabeça para baixo completamente nu; em seguida, desciam o ex-policial para dentro de um tanque cheio de água e tentavam afogá-lo; quando estava quase sem fôlego, era içado), prática que acontecia constantemente e por longos períodos. Certa vez, depois de várias horas de tortura, ele desmaiou no pátio, onde

fazia muito frio, e ali foi deixado completamente nu por algum tempo até ser levado novamente para o hospital com suspeita de pneumonia. De volta à prisão, dias depois, Carlos Thmoskhenko recebeu a visita de uma comissão de presos políticos que o levou para um quartel da Marinha. Embora em situação menos humilhante, a perseguição não cessava. Foi transferido para outra prisão da Marinha; prenderam-no na “solitária” (prisão de mais ou menos um metro de comprimento por um metro de largura e um metro de altura, onde só podia ficar deitado ou acocorado), até que acabou confinado no campo de concentração de Punta Rieles, fora da cidade de Montevidéu. Após quase um ano de cárcere, é posto finalmente em liberdade e no mesmo dia, 13 de dezembro de 1971, viaja para o Chile

Sua vida em Santiago, inicialmente, foi de adaptação. Estudava na Universidade do Chile e paralelamente começou a trabalhar. Entretanto, na manhã de 11 de setembro de 1973, quando se preparava para trabalhar, foi surpreendido com o barulho de aviões nos ares de Santiago. Em seguida, ouviu vários bombardeios, que eram direcionados ao Palácio La Moneda, sede do governo do presidente Salvador Allende. Carlos Thmoskhenko era testemunha de mais um golpe contra a democracia e, novamente, obrigava-se a entrar na clandestinidade. Nessa condição, refugiou-se na casa de uma amiga, que era adepta fervorosa das forças golpistas (a ponto de comemorar com amigos a prisão ou morte de qualquer simpatizante do presidente Allende). Mais uma vez só e perseguido, saiu em busca de ajuda. Alguns dias depois, foi levado para um refúgio onde já se encontravam vários estrangeiros, inclusive outros brasileiros. Finalmente, em 13 de dezembro de 1973, três meses após o golpe militar chileno, Timó, como era chamado pelos amigos, juntamente com vários outros companheiros de nacionalidade latino-americana, viaja para a França com o apoio das Nações Unidas. Era o grupo dos cinquenta e dois refugiados do Chile, como ficaram conhecidos na França e em toda a Europa. A vida na França e o retorno ao Brasil são retratados de forma emocionante e humanista:

Quando ali cheguei, estava realmente perturbado com todos aqueles momentos que passei na luta, na clandestinidade, nas fugas, nas torturas e outras situações difíceis. Inicialmente em minha cidade, Fortaleza, por não aceitar a exploração do homem pelo homem, não ficar de braços cruzados vendo os Estados Unidos dando ordem em nosso país, ter-me aliado aos verdadeiros brasileiros, que muitos deles deram suas vidas por nossa causa. Passei sete anos na França, Europa. Estudei, viajei, trabalhei, aprendi e ensinei. Voltei para o Brasil no dia 13 de janeiro de 1980. Encontrei, depois de dez anos que passei fora, um país sucateado, política e economicamente cheio de mazelas, corrupções e enganações. Depois de todas as experiências vividas, voltei disposto a continuar a luta iniciada depois do golpe militar, mas não encontrei os antigos companheiros; e, não tendo outra alternativa, me engajei numa luta individual pela lei da sobrevivência, imposta pelo capitalismo selvagem que impera em nosso Brasil. Até hoje luto pelos meus direitos.



Fabiani Cunha

Nascido na cidade de Fortaleza, Fabiani Cunha, neto do poeta Quintino Cunha, tinha 17 anos de idade, quando começou a participar dos movimentos sociais e culturais da capital cearense, particularmente, do movimento estudantil, após ingressar, em 1966, na Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará.

Nesse tempo, começa a lutar por uma maior participação dos estudantes nos órgãos diretivos da universidade – a chamada autonomia universitária – e em defesa do ensino público, gratuito e de qualidade.

Em 1969, quando Fabiani Cunha cursava o terceiro ano de Direito, foi duramente atingido pelo Decreto nº 477, que o impediu de estudar em qualquer universidade brasileira pelo prazo de onze anos. A partir de então, entra na clandestinidade para livrar-se das perseguições dos órgãos de repressão.

Entretanto, apesar dos cuidados, em 30 de setembro de 1970, foi preso na cidade de Jaguaribe (CE). Fabiani Cunha foi conduzido para a sede da Polícia Federal, onde foi torturado e indiciado em vários artigos da Lei de Segurança Nacional, sendo, em seguida, transferido para o IPPS. Acusado de pertencer aos quadros da Aliança Libertadora Nacional, foi condenado a quarenta anos de prisão, dos quais cumpriu nove.

Libertado em 1979, logo após a Anistia, o ex-estudante tomou conhecimento, fora da prisão, de que, apesar de anistiado, continuava com os direitos políticos cassados por dez anos. Assim, estava proibido de se candidatar a cargos eletivos e participar de concurso público; também não podia ocupar cargo de confiança. Essa situação, que, a rigor, era uma verdadeira

violência contra a cidadania, só acabou em 1984, com a eleição de Tancredo Neves.

Acossado por todos os lados, impedido de assumir qualquer função importante ao longo da vida, Fabiani Cunha luta desesperadamente para reingressar na universidade. Para isso, entra com um processo administrativo contra a UFC, recuperando sua matrícula na Faculdade de Direito. Em todo caso, como não consegue mais se adaptar às salas de aula, abandona os estudos e se volta para outras atividades menos pessoais e mais sociais.

Hoje dá aula para crianças e adultos numa das muitas favelas de Fortaleza.



Francisco Willian de Montenegro Medeiros

Natural de Iguatu (CE), onde nasceu em 23 de maio de 1944, Francisco Willian de Montenegro Medeiros foi militante da Aliança Libertadora Nacional (ALN), o mesmo partido de esquerda ao qual se engajou Carlos Thmoskhenko e que tinha como objetivo enfrentar o regime militar pelas armas e não pelo voto, ou por manifestações públicas.

Integrante do mesmo grupo que acompanhou Timó e outros militantes da ALN a São Benedito (CE), onde foi sequestrado e morto um empresário local, Francisco Willian, ao contrário de Carlos Thmoskhenko, que fugiu para o Uruguai, foi preso em 30 de agosto de 1970 por agentes da Polícia Militar do Ceará.

Conduzido para a sede da Polícia Federal, Francisco Willian, depois de ser enxovalhado moralmente e sofrer maus-tratos físicos, foi indiciado em vários artigos da Lei de Segurança Nacional sob a acusação de participar ativamente da luta armada contra o regime militar. Por causa dessa acusação, foi recolhido aos cárceres da Polícia Militar, do 23 BC e, por fim, ao IPPS.

Em novembro de 1975, o Superior Tribunal Militar atende a solicitação da Auditoria Militar da 10ª CJM e condena Francisco Willian à prisão perpétua. Ele cumpre a pena em regime fechado até 19 de junho de 1979, quando, favorecido pela Lei da Anistia, foi posto em liberdade e pôde, finalmente, voltar para casa.

Os anos que se seguiram à prisão, porém, também não foram fáceis, pois o ex-militante da ALN, que trabalhava como vendedor numa grande indústria farmacêutica, foi demitido logo nos primeiros dias de sua prisão e, por causa disso, não tinha mais como sustentar a mulher e os três filhos. Assim foi obrigado a fazer de tudo para manter a família coesa e capaz de sobreviver com dignidade.

Finalmente, com o fim da ditadura em 1984, abandonou a luta armada. Hoje é representante comercial no estado do Ceará.



José Jerônimo de Oliveira

José Jerônimo de Oliveira foi preso no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), onde trabalhava, em 21 de setembro de 1970. Levado para a Polícia Federal, ali ficou recolhido durante vinte dias; em seguida, foi transferido para o 5º Batalhão da Polícia Militar do Ceará, onde ficou encarcerado durante um mês. Posteriormente, foi conduzido para o IPPS, de onde só saiu no dia 24 de abril de 1979 quando recebeu o alvará de soltura expedido pela Auditoria Militar.

Afirma o ex-funcionário do DNOCS que foi vítima de todo tipo de tortura logo no início de sua prisão.

Pancadaria por todo o corpo, sapatadas e botinadas no abdômen, no estômago e na região glútea [...] Incontáveis “telefones”.

Com o tempo, os “telefones” sofridos e as sapatadas tiveram consequências graves. Os “telefones” perfuraram o tímpano do ouvido direito de José Jerônimo, além de prejudicar muito o tímpano esquerdo; as sapatadas causaram uma fístula entre suas nádegas.

Submetido a uma timpanoplastia tempos depois, o ex-funcionário do DNOCS nem por isso recuperou a audição do ouvido direito. Hoje, dispõe de apenas vinte por cento de sua capacidade auditiva nesse ouvido.

Além das torturas físicas, que não eram poucas, José Jerônimo foi submetido, também, a vários tipos de tortura psicológica.

De vez em quando ouvia da boca dos policiais que tal dia iriam levar minha mulher para ser interrogada, ou então ameaçavam

de me levar para o pau-de-arara, o afogamento, o porão ou para um tratamento de ouvido depois do qual seria capado.

Diante de tudo isso, José Jerônimo tornou-se um homem sem esperanças. Inicialmente, porque abandonou o segundo ano do curso de Física da UFC; depois, porque ficou sem o emprego no DNOCS e, em seguida, porque, quando voltou para Tabuleiro do Norte, onde morava, foi simplesmente discriminado pela população por ter sido preso e estigmatizado com o rótulo de “comunista”.

Passados alguns anos e com a redemocratização do país, José Jerônimo de Oliveira pôde retomar suas atividades profissionais e políticas em Tabuleiro do Norte, onde os habitantes, hoje, reconhecem a importância da luta desse democrata em busca da construção de uma nação minimamente justa e solidária.



Swami Cunha

A história de Swami Cunha, neto de Quintino Cunha e irmão de Fabiani Cunha, não difere da de milhares de outras em todo o país. Era um estudante de engenharia cheio de esperanças no futuro. No entanto, rebelava-se contra a violência dominante, não apenas no seio da universidade a que estava vinculado, mas que atingia em cheio todo o povo brasileiro. Optou por ingressar na luta contra a ditadura e isso lhe custaria um preço, dramaticamente, elevado.

Preso, torturado, com direitos políticos cassados, Swami Cunha curtiu nada menos que sete anos de cárcere, ao longo dos quais, obviamente, teve o sonho de ser engenheiro, temporariamente, truncado.

Ao deixar a prisão, deparou com um mundo hostil, onde teria de conquistar, a ferro e a fogo, um lugar para sobreviver. Mediante processo judicial, logrou reingressar no curso que fora interrompido pela repressão. Mas ali, também, tornou-se alvo de incompreensões, de variadas discriminações. Perseverante, corajoso, determinado, Swami Cunha recompôs sua vida, apesar das dificuldades.

Nascido em Fortaleza, ingressou no curso de Engenharia Civil da Universidade Federal do Ceará, em março de 1970, período em que o país atravessava uma das piores fases da ditadura militar. Sob a égide do AI-5, o Brasil vivia em total insegurança, com censura aos órgãos de comunicação, às artes, proibição a todo e qualquer tipo de manifestação, repressão violenta aos movimentos, fechamento de entidades estudantis e sindicatos urbanos e rurais, prisões a qualquer hora do dia e da noite de estudantes, professores, trabalhadores, cidadãos

comuns, os quais eram levados para locais clandestinos do aparelho da repressão, comandado pelo brutal DOI-CODI, órgão de repressão da ditadura, de onde muitos desapareceram e onde outros tantos foram assassinados. Era a ditadura escancarada, período de trevas.

Na universidade, vigorava o Decreto nº 477, que fechou entidades, proibiu qualquer tipo de reunião, expulsou e prendeu líderes estudantis, implantando o terror nos *campi*.

Em 28 de setembro de 1970, na porta do Restaurante Universitário, na avenida da Universidade, em Fortaleza, às 19h, Swami Cunha foi abordado por vários elementos à paisana, que depois soube tratar-se de um comando do DOI-CODI, composto de policiais civis do DOPS, órgão da estrutura administrativa do Estado, e elementos da Polícia Federal e do Exército. Preso, foi levado inicialmente ao DOPS, que funcionava num prédio na Praça dos Voluntários, no centro de Fortaleza, onde passou dois dias sendo submetido a intensos e ininterruptos interrogatórios, afora sessões de espancamento e outros tipos de tortura, tais como “telefones” e afogamentos. Posteriormente, foi transferido para a sede da Polícia Federal para prestar esclarecimentos. Ali, foi recebido por um policial sulista de nome Goulart, na ocasião subdelegado, o qual, imediatamente, deu ordens para que ele fosse mantido incomunicável. Na Polícia Federal, Swami Cunha passou a noite sentado em uma cadeira desconfortável, sendo acordado seguidas vezes com a pergunta: “Vai falar?”. No dia seguinte, às 16h, com uma ordem clara – “façam do jeito que eu disse” –, o subdelegado Goulart entregou-o a dois sujeitos corpulentos e mal-encarados, também sulistas, que se identificaram como os agentes Elmo e Thorval. Numa sala reservada, foi submetido a torturas e ameaças sinistras.

Acusado de pertencer à organização armada Aliança Libertadora Nacional (ALN), enquadraram-no na Lei de Segurança Nacional. Julgado, foi condenado, em 1973, a 15 anos de reclusão em regime fechado, tendo seus direitos políticos cassados por dez anos. Encarcerado no quartel-general da

Polícia Militar do Ceará e, posteriormente, no IPPS, somente em maio de 1977, portanto, sete anos depois, conseguiu a liberdade, ainda que na forma condicional.

Quando da sua prisão, Swami Cunha era aluno do primeiro ano de Engenharia Civil da Universidade Federal do Ceará e, para garantir sua sobrevivência e a de sua família – ele arrimo de família –, trabalhava como professor na rede particular de ensino. Livre da prisão, inicia uma outra luta: a busca por um trabalho honrado que lhe permitisse viver com dignidade. Em vão; todas as portas se fecharam. A condição de ex-presos político negava-lhe a oportunidade de retornar ao mercado de trabalho. Diante de mais uma situação adversa, não desanima e decide retornar à universidade, o que só foi possível através de um processo administrativo. Ao retornar aos estudos, em 1978, enfrentou toda sorte de discriminação e de obstáculos. Na universidade, era tratado por alguns professores como aluno relapso por causa de seu número de matrícula – 7011302 –, que denunciava a ausência dos bancos escolares por longos oito anos. Mal sabiam aqueles professores e estudantes que estavam diante de um jovem aguerrido que teve a coragem de trocar os prazeres da juventude pela luta em prol da construção de uma sociedade mais justa, em que não haja espaço para segregações sociais, raciais, religiosas ou ideológicas, em que as pessoas possam viver num ambiente de paz, de respeito ao próximo, de esperança e de solidariedade.



Valdemar Menezes

Jornalista íntegro e brilhante, mantendo coluna em importante diário cearense, do qual é o principal editorialista, Valdemar Menezes, um alagoano que fincou raízes no Ceará, sofreu dez longos anos de cárcere por sua atuação na luta desigual que parte do povo brasileiro sustentou, a fim de reconduzir o Brasil ao sistema democrático.

Valdemar Menezes, homem sereno, até certo ponto tímido, devotado às lides intelectuais, tinha vocação religiosa, em razão da qual se integrou ao histórico Seminário de Olinda, em Pernambuco, para seguir sacerdócio católico. Seria um frade, devotando-se à causa da doutrina de Cristo, o Justo.

Foi precisamente por não se conformar com a violência e as injustiças cometidas pelos usurpadores do poder em nosso país que, um dia, o jovem seminarista deixou a batina e pegou em armas ao lado de alguns outros companheiros, com vistas a devolver a liberdade ao povo esmagado pela ditadura militar.

Sua atividade teve um elevado custo. Passou por muitas sessões de tortura; viu-se condenado duas vezes (uma à prisão perpétua e outra a vinte anos de cadeia), reconquistando a liberdade com a Lei da Anistia.

Sem dúvida, esta é uma das personagens de maior relevo no processo da resistência nacional, no Ceará, ao regime arbitrário implantado em 1964. E nas linhas seguintes, o leitor encontrará um resumo da destemida atuação de Valdemar Menezes durante os “anos de chumbo”.

A geração da qual Valdemar Menezes fez parte viu destroçados seus mais caros projetos de construção de uma sociedade justa, baseada na solidariedade e no progresso. O regime de terror

imposto pelo golpe abateu-se com especial violência no estado de Pernambuco, onde ele vivia e onde vicejavam as ligas camponesas, movimentos sindical e estudantil vigorosos, a despertar o ódio dos golpistas civis e militares. Valdemar Menezes acabara de ingressar no Seminário de Olinda, quando o golpe militar de 1964 abateu-se sobre a nação. Naquela época, já tivera a consciência despertada para os problemas sociais que afligiam, e afligem ainda hoje, o povo brasileiro. Estudante de nível médio, militara na Juventude Estudantil Católica (JEC), movimento ligado à corrente progressista da Igreja Católica.

Na época, acreditávamos que o Brasil iria realizar um processo de transformação social pacífico, capaz de arrancá-lo do atraso e dar-lhe condições para uma inserção soberana no cenário internacional.

Naqueles tempos, atravessava o Brasil período de excepcional agitação política. As chamadas reformas de base pretendidas pelo governo João Goulart estavam no centro do debate nacional, a dividir interesses e opiniões dos mais diversos segmentos sociais. A reforma agrária, em particular, suscitava feroz reação dos setores conservadores, que denunciavam estar em curso uma conspiração para a “comunização” do país. A grande imprensa, as entidades e as lideranças empresariais rurais e urbanas, os setores conservadores da Igreja, todos alardeavam o perigo iminente da instalação de uma república sindicalista, de viés comunista. É nesse contexto que os militares golpistas, apoiados naquelas forças sociais, rasgam a Constituição e desferem o golpe de Estado que redundaria no mais longo período ditatorial da história do país.

Isso chocou bastante sua geração, enchendo-a de indignação, pois constatava que todo o discurso desses setores a favor da democracia, supostamente, “ameaçada pelo comunismo”, não passava de impostura, como aliás sempre se soube. Mais revoltante para ele foi tomar conhecimento da morte de dois estudantes nas ruas de Recife, metralhados quan-

do se manifestavam, pacificamente, em defesa da Constituição, no dia do golpe.

Foi nesse período que ocorreu a grande ruptura na vida de Valdemar Menezes. Em determinado momento, percebeu que não era mais possível sequer realizar o trabalho pastoral que empreendia na periferia de Recife. Entidades estudantis, sindicais, associativas e partidos políticos eram proscritos e postos na ilegalidade, censura à imprensa, perseguição a intelectuais e religiosos, enfim, o terror de Estado. Estavam fechados os caminhos para a militância nos marcos da legalidade e da contestação pacífica. O Seminário de Olinda, onde cursava Filosofia, serviu de abrigo a dezenas de lideranças estudantis, trabalhadores e demais perseguidos políticos que haviam ficado ao lado da legalidade.

A ditadura estava instaurada. Valdemar Menezes decidiu participar com outros colegas seminaristas das primeiras manifestações estudantis de rua contra o novo regime. A partir desse momento, a situação foi ficando insustentável, pois o trabalho pastoral nas comunidades da periferia de Recife foi-se tornando impossível, já que tudo era considerado suspeito e subversivo. A certa altura, não deu mais para continuar a agir. Diante dessa situação, decidiu abandonar o seminário e integrar-se às organizações que, na clandestinidade, enfrentavam o regime militar, já que todos os espaços para uma atuação legal estavam fechados.

Em 1968, Valdemar Menezes viajou. Transferiu-se para Brasília, onde, graças à ajuda de um irmão, começou a trabalhar no Ministério da Agricultura. Simultaneamente, acompanhava a efervescência do movimento estudantil naquela cidade. Entretanto, seus contatos políticos começaram a criar uma situação perigosa para o irmão. Então, decidiu abandonar o emprego e integrar-se, totalmente, ao trabalho político clandestino. Nessa ocasião, ocorreu a invasão da Universidade de Brasília e o clima ficou irrespirável. Sabia-se que o país caminhava para um novo golpe. Sem alternativas para uma atuação minimamente legal – os deputados do MDB eram

cassados e as lideranças estudantis expulsas da universidade pelo Decreto-Lei nº 477-, só restava enfrentar o regime com os mesmos meios utilizados por ele para se impor: as armas.

Foi assim que Valdemar Menezes integrou, em Brasília, um grupo de resistência que estava em conversação com a Aliança Libertadora Nacional (ALN), de Carlos Marighella. Nessa condição, foi mandado a São Paulo para contato com Marighella e a cúpula da ALN, inclusive Joaquim Câmara Ferreira. Marighella resolveu enviá-lo a Cuba, onde permaneceu por dois anos, para treinamento militar, visando torná-lo combatente da guerrilha rural. Nesse período, o Brasil vivia os tempos do AI-5, editado em 13 de dezembro de 1968, pelo então presidente Artur da Costa e Silva. O clima era de medo e tensão. Prisões, espancamentos eram constantes. Iniciava-se um intenso período de combates entre as forças da repressão e as organizações de resistência ao golpe. Um ano depois da chegada de Valdemar Menezes a Cuba, Marighella foi morto numa emboscada patrocinada pelas forças da repressão. Assumiu em seu lugar Joaquim Câmara Ferreira, que imediatamente foi a Cuba acertar o retorno do militante comunista ao Brasil e, em seguida, ao Ceará.

Em meados de junho de 1970, retorna a Fortaleza onde, imediatamente, integra-se a um grupo da ALN que estava em plena atuação. A situação do grupo era de muita dificuldade, pois, além de manter vários membros desligados da produção, havia a necessidade de conseguir recursos para realizar operações de maior envergadura para a própria manutenção da organização. Valdemar Menezes participou de duas ou três ações e logo cairia no final de agosto, em plena ação. Capturado, foi condenado à prisão perpétua e a mais outros vinte anos. Passou nove anos na prisão, onde participou de duas greves de fome, uma de cinco e outra de onze dias, por melhores condições carcerárias.

O fato de ter empunhado armas para enfrentar a ditadura tornou-o, e a seus companheiros, objeto de ódio dos esbirros da repressão. Mesmo depois de esgotada a fase dos interrogatórios, persistiram por muito tempo as torturas e os maus-tratos contra

esses prisioneiros. Valdemar Menezes esteve aprisionado de agosto de 1970 a outubro de 1979, inicialmente, no quartel da Polícia Militar e depois no IPPS, onde cumpriu a maior parte da pena. Nesse período, foi vítima das mais atrozes torturas. Só voltaria à liberdade em 17 de outubro de 1979, quase dez anos depois.

Idealista e desprendido como tantos jovens de sua geração, Valdemar Menezes entregou a vida e a juventude aos ideais de liberdade e solidariedade que hoje, finalmente, podem ser exercidos sem riscos e sem medo.

A projetar-se além dos preciosos anos da juventude confinada no cárcere, ele registra em relato a difícil readaptação, ao ser libertado, a um mundo que experimentara tantas transformações, a evidenciar a perda das experiências afetivas, profissionais e familiares por quase uma década.

“Ao sair da prisão, tinha perdido praticamente uma década inteira da minha vida, do ponto de vista profissional, com conseqüências para a vida familiar e afetiva. Tive imensas dificuldades para enfrentar um mundo que tinha passado por inúmeras transformações, do ponto de vista da estrutura socioeconômica (havia surgido uma sociedade de consumo de massas), e ocorrido conquistas tecnológicas que eu não conhecia (como a TV em cores), com amplas repercussões culturais. Enfim, novos parâmetros que significavam uma realidade completamente diferente da dos anos 1960, em que eu atuara. Foi um choque brutal, com conseqüências psicológicas inevitáveis do ponto de vista da readaptação.”

E complementa:

“Por mais que pelas circunstâncias do momento tivéssemos cometido equívocos durante a realização da luta armada, que incidiram até em tragédias lamentáveis, o fato é que tudo isso teve uma causa originária que está na raiz de todos os desacertos posteriores: o golpe de Estado praticado contra a ordem constitucional legítima por uma facção que

não tinha legitimidade para tanto. Foi essa ação ilegítima que pôs abaixo o estado democrático de direito e toda a ordem jurídica que lhe dava sustentação. Uma ordem que tinha sido instaurada por um poder constituinte originário: o de 1946, só poderia ser revogada por outro poder constituinte legítimo, isto é, que tivesse o respaldo claro da maioria dos cidadãos, através das urnas. Aos jovens da minha geração só restaram três opções: submeter-se ao regime; alienar-se no mundo das drogas ou lutar de armas nas mãos para derrubar os usurpadores e restaurar o regime democrático.”

Com relação às indenizações pagas pelo Estado a ex-presos políticos, Valdemar Menezes tem uma posição firme e clara:

Para mim, não há dúvidas, o Estado brasileiro tem o dever moral de prestar reconhecimento aos que empenharam suas vidas para defender as liberdades democráticas e a soberania nacional, ainda quando tenham cometido equívocos do ponto de vista tático e estratégico. Se não aceitasse a indenização a que tenho direito, de certa forma estaria reconhecendo algum tipo de legitimidade na ação dos que se arrogaram o direito de passar por cima da Constituição, pisoteando a soberania popular, a única fonte legítima do poder político num Estado democrático.

Instituições

**Rede Ferroviária Federal
Sociedade Anônima**

**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**



Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima

Na conjuntura política e social do Brasil no início da década de 60 até o golpe militar, em 1964, a Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima (RFFSA) era uma organização, altamente, estratégica para o país por ser o grande meio de transporte de carga e de passageiros do Brasil. Com a implantação da indústria automobilística e a opção, por parte do governo brasileiro, pelas montadoras de carro, os serviços prestados pela RFFSA foram dispensados, e o que se viu, em seguida, foi o abandono paulatino e gradual do sistema ferroviário brasileiro.

Como uma instituição imensa, que abrangia todo o território nacional, a RFFSA também reunia um número significativo de operários: mecânicos, eletricitas, maquinistas, auxiliares de maquinistas, escriturários. Servidores públicos federais, os ferroviários formavam uma elite forte e presente na comunidade, capaz de reproduzir, na vida dos trabalhadores, as mesmas formas de sociabilidade que a classe média e a burguesia engendravam. Dois exemplos: os clubes sociais e os times de futebol.

Sem dúvida, foram essas características e o contexto político da época que permitiram aos ferroviários desenvolver uma consciência de classe que os transformou em uma das categorias mais organizadas e atuantes politicamente e, em consequência, um dos grupos sociais mais perseguidos pelos novos donos do poder. O Sindicato dos Ferroviários, a Federação dos Trabalhadores em Empresas Ferroviárias do Estado do Ceará e a poderosa União dos Ferroviários do Brasil demonstram, inequivocamente, a força dos funcionários da RFFSA no cenário sindical e político agitado daqueles tempos.

O próprio número de presos políticos oriundos da RFFSA demonstra tal argumentação, pois os vinte e um nomes apresen-

tados no final deste texto, o total de ex-funcionários da RFFSA presos e perseguidos pelo regime militar, superam qualquer outra categoria profissional citada neste livro.

A *Última Hora*, jornal fundado por Samuel Wainer para dar sustentação na mídia a Getúlio Vargas na década de 50, já se refere à força e ao poder dos ferroviários naquela época: “Continuam as prisões de ferroviários tidos como suspeitos de praticar e fomentar atos de sabotagem pelo Serviço de Segurança da RVC”, noticia o jornal, “mas o SS não informa o número total de detidos ‘para não quebrar o sigilo, o que estragará os trabalhos’”. As prisões são realizadas, geralmente, de madrugada e os policiais agem sem qualquer mandado de busca judicial.

Adeptos fervorosos de João Goulart, os ferroviários passaram a ser duramente perseguidos por aqueles que consideravam o substituto de Jânio Quadros no poder um comunista. Assim, com o objetivo de dismantelar inteiramente a capacidade organizativa da categoria, os setores mais reacionários do Brasil naquele tempo começaram a perseguir os ferroviários ou, mais precisamente, aqueles que, dentro da RFFSA, exerciam alguma militância sindical ou política. Acusados de atividades subversivas ou extremistas, era comum, depois de delatados, serem transferidos de uma cidade para outra, aleatoriamente; aposentados compulsoriamente; expulsos de sua residência depois de terem seus bens sequestrados e, quando presos, torturados física e psicologicamente.

A biografia de cada um dos funcionários da RFFSA, portanto, apresenta um ou mais de um desses flagelos arrolados acima e, para aqueles que pensam que os agentes federais agiam isoladamente, é preciso ler o depoimento dos ferroviários para se chegar à conclusão de que havia uma articulação bastante integrada entre a Polícia Federal e a Estadual no momento de se efetuar uma prisão. Basta citar o prontuário nº 44 do DOPS da polícia do estado do Ceará para provar isso. Consta, nesse prontuário, o seguinte sobre a prisão de Jorge Ferreira Nobre em 15 de setembro de 1964:

Nesta data, por solicitação do comando da 10ª RM, foi preso [Jorge Ferreira Nobre] e recolhido ao 23 BC, por exercer atividades subversivas.

Dois anos depois, em 26 de julho de 1966:

[Jorge Ferreira Nobre] foi preso por esta DOPS para averiguações e encaminhado ao 23 BC [por ordem da 10ª RM].

Igualmente ilustrativo é o Ofício 45-IPM, do 23 BC, onde se lê a palavra reservado em letras maiúsculas posta ali por um carimbo. Datado de abril de 1964, é dirigido ao Secretário de Polícia e Segurança Pública do Estado do Ceará nos seguintes termos:

Solicito a V. Exa. que se digne determinar providências no sentido de que seja preso e apresentado ao encarregado deste IPM [ilegível] indiciado, “Caboclinho” Farias, distribuidor de “Nossos Rumos”, nesta capital.

Os relatos dramáticos e comoventes daqueles que nunca sofreram nenhuma agressão física, mas nem por isso deixaram de sofrer ameaças perigosas, também, deixam claro que não se deve conferir à tortura psicológica um grau menor de gravidade, pois se a tortura física massacra o corpo, a outra fere a alma, quebrando a unidade e o equilíbrio entre o homem–matéria e o homem–espírito.

As sequelas muitas vezes permanecem, vão para o túmulo e somente poucos conseguem superá-las, mesmo que a memória individual e, às vezes, a memória coletiva teimem em reavivá-las. Em alguns casos, as famílias, mulheres tenazes e filhos marcados, convivem com as lembranças da intolerância, com os fantasmas e os medos.

A repressão aos ferroviários, no Ceará, produziu violências iguais às cometidas contra o jornalista Wladimir Herzog e o operário Manoel Fiel Filho. José Nobre Parente, um trabalhador saudável de apenas 38 anos, “preso em seu local de trabalho em

17 de maio de 1966, em decorrência de movimento classista de sua categoria profissional e levado para as dependências da Secretaria de Segurança Pública”, morre três dias depois de sua prisão. Para buscar a verdade, como as mães da Plaza de Mayo, restam a viúva e as três filhas menores. A primeira “informação” oficial dava conta de suicídio, como divulgou o repórter Edmundo Maia na *Última Hora*, decidindo investigar a morte de José Nobre Parente. O atestado de óbito expedido em 9 de junho de 1970 certifica: “asfixia mecânica por constrição do pescoço. Enforcamento”. Quem enforcou José Nobre Parente? A dúvida continua.

São vinte e uma histórias impressionantes como esta, cada uma delas, porém, com a sua marca individual, pois, apesar de parecidas, nem por isso deixam de ter as suas particularidades. O líder ferroviário e militante do PCB, Benedito Marques Teixeira, exilado em seu próprio país, teve de se transferir de São Luís (MA) para Fortaleza, depois de afastado dos quadros da RFFSA. Preso no IPPS, sofreu infarto do miocárdio, sendo escoltado até o Hospital de Messejana. Foram quatorze anos de perseguições e prisões até a Anistia, em 1979, quando teve o prazer de viver em liberdade. Por pouco tempo, porém, pois morreu no mesmo ano da Anistia. A tortura sofrida por Vicente Dias de Araújo, por outro lado, também, não pode ser esquecida. Vicente Dias de Araújo teve a unha de um dedo da mão esquerda arrancada.

Para terminar, vale salientar que esses são apenas alguns relatos que ilustram, à exaustão, o sofrimento que os funcionários da RFFSA passaram nos cárceres da ditadura militar. Para que seus nomes não sejam esquecidos, segue, adiante, a relação de todos aqueles que entraram com pedido de indenização na Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou e que, a exemplo dos que foram citados acima, também, passaram pelos mesmos infortúnios.

Funcionários da RFFSA

Jonas Daniel

**Ademar Paulino
de Freitas**

Jorge Pereira Nobre

**Afonso Bento
Bezerra**

**José Arimatea
de Lima**

**Antônio Bonifácio
Parente**

José Duarte

**Benedito Marques
Teixeira**

**José Elias
Gonzaga**

**Francisco Carlos
Alcantarino**

**José Maria
de Oliveira**

**Francisco Cláudio
de Medeiros**

José Nobre Parente

**Francisco Pereira
da Silva**

**Manoel Graciano
de Macedo**

**Francisco
Silva Araújo**

**Raimundo Ferreira
de Melo**

**João Farias
de Sousa**

**Raimundo Santana
da Costa**

**João Licínio
da Silva**

**Vicente Dias
de Araújo**



Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Naquela noite de 10 de abril de 1964, a Assembleia Legislativa do Estado do Ceará estaria escrevendo uma das mais tristes páginas de sua história centenária.

Acossada pelos militares que haviam tomado o poder no país e pressionada pelo próprio governo estadual, chefiado pelo coronel Virgílio Távora, este também ameaçado pelos radicais que o tinham como vinculado ao deposto presidente João Goulart, a Assembleia, assim encurralada, consumou uma vilania contra alguns de seus mais ilustres membros.

O edifício-sede do Legislativo estadual, na época localizado no centro de Fortaleza, vivia internamente um ambiente de terror e medo, enquanto na parte externa policiais civis, por ordem do então Secretário de Segurança Pública do Estado, coronel Clóvis Alexandrino Nogueira, um militar de “linha dura”, aguardavam ansiosos a cassação dos deputados de esquerda para, humilhando-os, levá-los presos diante da multidão de curiosos que se postava nas cercanias.

Eram apenas seis deputados: José Pontes Neto, Raimundo Ivan Barroso de Oliveira, Amadeu de Araújo Arrais, José Blanchard Girão Ribeiro, José Fiúza Gomes e Aníbal Fernandes Bonavides. Contra nenhum deles pesava qualquer ato desabonador de conduta. Dois deles (Pontes Neto e Raimundo Ivan) já haviam sido presidente da Assembleia em legislaturas anteriores. Os seis compunham um bloco de marcante atuação no plenário e nas comissões da casa no fiel cumprimento de suas obrigações parlamentares.

Haviam, contudo, caído em desgraça perante os usurpadores do poder nacional. Não eram tidos como adversários, mas como

inimigos, contra os quais as mais pesadas punições deveriam ser aplicadas. Pelo telefone, o líder governista, deputado Barros dos Santos, recebia orientação política e jurídica de advogados matreiros, inescrupulosos e comprometidos com o golpe militar, que estudavam uma forma para poder atingir aqueles cujas cabeças estavam reclamadas pelos chefes revolucionários. Até que uma ideia lhes brotou para a prática exigida: seria invocado dispositivo do regimento interno relativo à “quebra de decoro parlamentar”. Uma fundamentação esdrúxula, sem dúvida, ignorando o comportamento político, pessoal e social dos mencionados cidadãos.

O posicionamento deles, sob a ótica partidária ou ideológica, não constituía, com certeza, afronta ao decoro parlamentar. Portanto, inexistia qualquer falha da parte dos acusados para justificar tal enquadramento. Numa situação normal, é claro, nem sequer teria sido aventado.

A sessão extraordinária, presidida pelo deputado Mauro Benevides, decidiu colocar em pauta, em caráter de urgência, o projeto de resolução da mesa diretora que submetia à apreciação do plenário o pedido de cassação dos mandatos dos seis deputados na mira dos militares.

Foram apenas horas. Sem o menor respeito às mais elementares normas processuais, não se permitindo aos acusados tempo para reunir elementos documentais para sua defesa, a fim de refutar a terrível pecha que lhes era imputada, uma Assembleia acovardada, sem resguardar princípios de honradez e dignidade, concluiu o ato vergonhoso que tanto deslustrou seus anais.

Enquanto isso, ia sendo montado o esquema aberrante para atender às exigências “revolucionárias”. O prédio da Assembleia, foi, praticamente, cercado por policiais civis a mando do truculento Secretário de Segurança, coronel Alexandrino Nogueira, que alimentava um rancor hidrófobo contra os parlamentares de esquerda. O plano do atrabiliário policial era prender os deputados logo que saíssem do edifício da Assembleia, destituídos de seus mandatos populares. Seria uma forma de humilhá-los, tentar desmoralizá-los perante a multidão

que se postava diante e nos arredores da sede do Legislativo estadual. Além disso, questionava-se o risco que poderiam correr, talvez em possíveis sessões de tortura nos porões do DOPS, ou da Polícia Federal.

Diante dessa perspectiva, três oficiais do Exército, que eram deputados, Haroldo Sanford, Aduino Bezerra e João Batista Aguiar, acharam de bom alvitre conduzir seus ex-colegas em carros particulares ao quartel-general da 10ª Região Militar, entregando-os, desse modo, à responsabilidade do Exército.

Já pelas primeiras horas da madrugada, depois de revista-dos por um capitão, foram conduzidos ao quartel do 23 BC e recolhidos, por ordem do comando, ao corpo da guarda. Não houve, registre-se, tortura física. O comandante da unidade, o então coronel Tácito Theófilo Gaspar de Oliveira, adotou todas as medidas possíveis para impedir que algum dos seus comandados, mais exaltado, pudesse agredir os punidos.

Os primeiros dias foram de total incomunicabilidade. Depois, transferidos para a enfermaria do batalhão, tiveram notícias de seus familiares. Com o passar dos tempos, iam chegando levas de novos presos. Professores, médicos, advogados, operários, camponeses. Pessoas das mais altas esferas às mais humildes camadas da sociedade cearense, por suas ligações ou simpatias com o governo deposto de João Goulart, ou por notórias convicções ideológicas, foram sendo recambiadas para o 23 BC. Sabia-se que outros presos foram para o quartel do antigo Grupo de Obuses, onde a oficialidade, em sua maioria, era da linha mais radical do golpe e capaz de excessos contra prisioneiros.

O número de presos cresceu tanto que o comando do batalhão reservou todo um galpão da companhia para recolhê-los. Em respeito formal aos termos da lei, os militares instituíram limites dentro do espaço prisional: de um lado, ficariam os ex-deputados e os detentores de diploma de curso superior; do outro, os não formados. Separando-os, apenas um móvel. No humor da prisão, as duas separações foram logo apelidadas de “Aldeota” e “Pirambu”.

Naqueles meses do primeiro semestre de 1964, notadamente, em abril e maio, choveu, exageradamente, em Fortaleza. Noites

de verdadeiros temporais, com muitas descargas elétricas. Em meio a esse pesado clima natural, o ainda mais pesado clima da prisão: o tilintar das correntes do portão principal, fechado a cadeado, os cães policiais, ostensivamente, exibidos, as chamadas diárias para conferir se não ocorrera alguma fuga.

Longos e penosos dias. No alojamento estabeleceu-se um cronograma de atividades. Escalavam-se equipes para cuidar da limpeza, trabalho de que se ocupavam não somente homens humildes, mas também os parlamentares cassados, os intelectuais e cientistas. O médico Joaquim Eduardo de Alencar, por exemplo, renomado cientista, revelou-se um emérito combatente das moscas que infestavam o pavilhão. Pontes Neto, José dos Santos Serra, José Paderewski da Silva e outros médicos cuidavam dos pequenos problemas de saúde que afetavam os presos. O professor Oswaldo Evandro, o líder sindicalista e cantor José Jatay, além do saudoso Valdenilo Balaio amenizavam as noites tristes com interpretações de selecionado repertório. Também foi elaborado um programa de palestras, a cargo dos muitos brilhantes intelectuais ali recolhidos. O grande mestre, considerado o maior orador sacro do Ceará, padre Arquimedes Bruno, abriu a série de conferências da qual participaram, entre outros, o professor Lauro de Oliveira Lima, que havia sido secretário-geral do Ministério da Educação do governo de João Goulart, o jornalista Inácio de Almeida, o advogado e ex-vereador Tarcísio Leitão, antes de ser transferido para a prisão da ilha de Fernando de Noronha.

Certa noite, o ex-deputado Pontes Neto, grande cirurgião, foi chamado à sala do comando. Ao retornar, deu a notícia: fora convidado a realizar uma cirurgia de emergência no comandante da 10ª Região Militar, general André Fernandes. O inesquecível médico conterrâneo desincumbiu-se muito bem da tarefa. Salvou a vida de seu carcereiro, mas voltou à condição de preso do regime. De todos os momentos, o mais dramático aconteceu quando chegou ao pavilhão a infausta notícia de que o juiz de direito José Augusto Ribeiro, pai do ex-deputado José Blanchard Girão Ribeiro, cometera suicídio, no desfecho de uma violenta

crise de depressão em decorrência dos eventos com o filho. Ao impacto da informação, Blanchard Girão perdeu os sentidos, sendo prontamente socorrido pelos companheiros médicos Pontes Neto, Serra, Joaquim Eduardo de Alencar.

Dias e noites sem fim. Mas aos poucos o alojamento foi tendo sua população carcerária reduzida. Sempre à hora da chamada, eles anunciavam os nomes dos que deveriam sair para “responder em liberdade”. Próximo do Natal daquele fatídico 1964, restavam, no 23 BC, apenas onze presos à espera da decisão dos chefes militares.

Aconteceu o esvaziamento final em 21 de dezembro. As famílias, avisadas com algumas horas de antecedência, foram recebê-los em meio a uma alegria emocionante. Permitiam-lhe dar alguns passos aparentemente livres. Na realidade, estavam tolhidos nos seus direitos de trabalhar. O terror se espalhara por toda parte. Algumas pessoas evitavam até mesmo contato com eles, temerosos de serem confundidas com os “subversivos”, estigma terrível em tempos de domínio ditatorial.

O processo iníquo, sem qualquer fundamentação legal, era uma espada de Dâmocles sobre a cabeça dos integrantes do índice. Em certas atividades, eram proibidos de atuar. Perderam seus empregos, ficaram à margem do caminho, sofrendo as mais duras vicissitudes. Vez por outra, um tal Laudelino Coelho, esbirro policial da pior espécie, intimava-os a comparecer à Polícia Federal, onde, horas a fio, ficavam no aguardo do não se sabe o quê. Depois os mandava embora.

Durante seis anos, aqueles últimos remanescentes do inquérito policial militar do Ceará aguardaram julgamento. Em outubro de 1970, foram julgados na Auditoria da 10ª Região Militar. Absolvição geral, quase todas por unanimidade de votos. Porque, de fato, não havia crime algum a pesar sobre suas costas. Crime houve, sim, mas dos que feriram a Constituição e instituíram um governo despótico.

Vários dos atingidos, sem meios de sobrevivência, tomaram outros rumos, fugindo, inclusive, de outras perseguições policiais e militares. Moura Beleza, líder bancário, ex-candidato a prefeito

de Fortaleza, deslocou-se para o interior paulista. Nunca mais voltou. Está sepultado por lá. Outros mudaram de profissão. Sem recursos para manter a família, alguns foram ao desespero. Vários ficaram no meio do caminho. Sobraram alguns para contar a história e advertir as novas gerações para que jamais permitam que o Brasil volte a sofrer os horrores de uma ditadura.

Restituído aos brasileiros o regime democrático, os deputados cassados “por falta de decoro parlamentar”, naquela célebre noite de abril de 1964, tentam por intermédio dos dirigentes do Legislativo, especialmente, quando em votação a nova Constituição do estado, retirar dos anais da casa aquela nódoa desprezível e cruel que lhes havia sido, perversamente, atirada.

Somente em 2003, sob a presidência do deputado Wellington Landim, a Assembleia Legislativa do Ceará penitenciou-se daquela decisão infeliz. Outro projeto de resolução da mesa diretora tornou sem efeito aquele aprovado em 10 de abril de 1964, sob a pressão dos militares. Por esse ato, foi extirpada dos anais a torpe acusação contra os seis parlamentares vitimados pela covardia e violência, sendo-lhes devolvido o título de deputado, apesar da impossibilidade de restituir-lhes o mandato, ignominiosamente, truncado.

Assim, José Pontes Neto, Raimundo Ivan Barroso de Oliveira, e Aníbal Fernandes Bonavides já falecidos, através de seus familiares, receberam os novos diplomas de deputado, o mesmo acontecendo a José Blanchard Girão Ribeiro, Amadeu de Araújo Arrais e José Fiúza Gomes, remanescentes daquela tenebrosa noite em que a Assembleia capitulou, sem resistência alguma, ante a arrogância do poder das armas.

Mais importante, contudo, é que seus nomes, honrados sob todos os aspectos, libertaram-se da denúncia impiedosa que, desrespeitosamente, num arremedo de saída regimental, foi assacada à sua dignidade de cidadãos probos, chefes de família exemplares e pessoas sobretudo estimadas no seio da sociedade cearense.

Os Seis Deputados Cassados

**Amadeu de
Araújo Arrais**

José Pontes Neto

José Fiúza Gomes

**Aníbal Fernandes
Bonavides**

**José Blanchard Girão
Ribeiro**

**Raimundo Ivan
Barroso de Oliveira**

Prisões

**23º Batalhão de
Caçadores do Ceará**

**Delegacia de
Ordem Política e Social**

**Instituto Penal
Paulo Sarasate**

**Departamento de
Polícia Federal**

23º Batalhão de Caçadores do Ceará

Abner Porfírio Sampaio

Elísio Arimatea Ribeiro

Fernando José Bastos Macambira

Helena Serra Azul Monteiro

Hugo Medeiros de Brito

José dos Santos Serra

José Elpídio Cavalcante

José Erildo Pereira Martins

José Paderewski da Silva

José Rodrigues de Araújo

Olavo França Sobreira de Sampaio

Vandeilton Ferreira de Sousa



Abner Porfírio Sampaio

Abner Porfírio Sampaio foi preso, em 8 de abril de 1964, na agência dos Correios da Vila de Tururu, no Ceará. A prisão foi efetuada por uma escolta composta por doze homens: um capitão, dois sargentos e nove soldados, fortemente, armados de metralhadora e fuzil.

Para a família de Abner Porfírio, que foi surpreendida quando tomava o café da manhã, foi um dia de martírio. A esposa, na época, estava grávida do décimo primeiro filho; os pais de Abner Porfírio, septuagenários, agarraram-se com a nora e os netos nesse momento. A população da Vila de Tururu, quase toda ela, viu quando o funcionário dos Correios foi levado da agência onde trabalhava para uma viatura estacionada a poucos metros dali. Sua prisão foi um verdadeiro escândalo na vilazinha onde morava, que não entendia por que aquilo estava acontecendo.

Colocado na carroceria de uma viatura das Forças Armadas, Abner Porfírio logo deparou com o presidente do Sindicato dos Trabalhadores, Raimundo Mariano.

Com o rigor das chuvas de inverno daquele ano, a estrada de rodagem que dava acesso ao município de Uruburetama (CE) estava interdita. O capitão comandante da tropa ordenou que se tomasse a estrada de Itapipoca–Umirim (CE) até a localidade de Timbaúba (CE), onde um membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais da cidade de Uruburetama foi recolhido.

Segundo Abner Porfírio, a prisão deu-se da seguinte maneira:

A viatura das Forças Armadas parou na praça principal da cidade. Ali o capitão organizou uma escolta, sob o comando de um sargento, e ordenou que fossem até o sítio Itacolomi, que ficava

em cima da serra de Uruburetama, para prender o Sr. José Araújo. Guiado por um soldado da polícia local, a escolta saiu de Uruburetama às dez horas para voltar às vinte e três horas, debaixo de muita chuva, com o Sr. José Araújo preso. Depois desta façanha, que foi realizada a pé, com os soldados subindo ladeiras íngremes além de lamacentas, o capitão ordenou o deslocamento do pequeno destacamento para Fortaleza.

A hora em que a viatura do Exército com a pequena “carga” de prisioneiros chegou à capital do Ceará está bem nítida na mente de Abner Porfírio: “Foi às duas horas da madrugada”. Levados para o 23 BC, os três prisioneiros foram recolhidos a uma cela onde já se encontravam o radialista Peixoto de Alencar e José Jataí, além de mais seis não identificados. No dia seguinte, Abner Porfírio foi encaminhado para a agência central dos Correios, onde se encontrou com o coronel Tobias Fernandes, interventor regional daquele órgão. Logo após a apresentação do funcionário ao interventor, o coronel Tobias Fernandes telefonou para o Secretário de Segurança, coronel Alexandrino Nogueira, e este mandou dois agentes da polícia para a sala do coronel Tobias Fernandes, a fim de conduzir o prisioneiro para o DOPS.

No DOPS, Abner Porfírio foi intimado a assinar uma ficha que o obrigava a permanecer em Fortaleza pelo prazo de sessenta dias. Posteriormente, foi deslocado para a agência dos Correios de Uruburetama, onde ficou lotado.

Em 1971, foi pressionado pela diretoria dos Correios para requerer aposentadoria proporcional. O funcionário resistiu o quanto pôde; quando viu que sua luta seria vã e que se insistisse muito corria o risco de ser demitido, depois de ser posto em disponibilidade, cedeu às pressões e se aposentou precocemente.

Com essa atitude foram embora todas as chances que teria, no futuro, de melhorar de situação na instituição. Hoje, vivendo com a aposentadoria a que faz jus, ainda recorda daqueles momentos humilhantes a que foi submetido pelo simples fato de defender os interesses dos trabalhadores rurais de sua terra natal.



Elisio Arimatea Ribeiro

Mil novecentos e trinta e cinco, ano em que Elisio Arimatea Ribeiro nasceu, em Pernambuco, também, foi o ano em que o PCB, liderado por Luiz Carlos Prestes, promoveu um movimento revolucionário com o objetivo de tirar Getúlio Vargas do poder. Denominado pelos inimigos Intentona Comunista, o movimento tinha sua principal articulação no Rio de Janeiro e espalhou-se por vários estados do Brasil, inclusive Pernambuco.

Debelada a sedição no Rio e no Nordeste, Getúlio Vargas, que vivia num mundo onde a ditadura imperava em quase todos os continentes, não titubeou: aproveitou a oportunidade e, pouco tempo depois, instituiu o regime autoritário denominado Estado Novo. Fechou o Congresso e, tal como na Alemanha e na Itália, passou a governar por decreto.

A ditadura de Vargas, certamente, foi a primeira com a qual Elisio Arimatea deparou ao longo de sua vida.

As primeiras manifestações políticas das quais Elisio Arimatea participou, no entanto, datam da década de 50, especialmente, a partir de 1958, quando ingressou por concurso no Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Transferido para o Ceará, Elisio Arimatea, logo que aqui chegou, se envolveu quase imediatamente com o Sindicato dos Bancários, que tinha em José de Moura Beleza sua liderança maior.

Em 1961, como membro da diretoria do sindicato, foi eleito presidente da Comissão Nacional de Equiparação Salarial ao Banco do Brasil. Nessa mesma época, filiou-se ao PCB.

Com o golpe militar, em 1964, e a postura amistosa do PCB diante do golpe, Elisio Arimatea deixa o PCB e ingressa na ALN, que, ao contrário do partidão, defendia a luta armada como

instrumento de combate à ditadura e tinha Carlos Marighella como dirigente principal.

Preso, posteriormente, pelos órgãos de repressão do Ceará, a vida de Elisio Arimatea nos cárceres da ditadura não foi muito diferente da de muitos de seus companheiros da ALN.

Atormentado dia e noite pelos policiais, não foram poucas as vezes em que foi algemado e encapuzado por agentes da repressão e torturado, violentamente, sofrendo agressões como chutes e pancadas nos rins, e ouvidos agredidos por “telefones”.

Totalmente indefeso diante de tamanha atrocidade, Elisio Arimatea até hoje tem problemas de saúde. A audição tornou-se precária, pois, em consequência das torturas, perdeu 25% da capacidade auditiva do ouvido direito e 75% do esquerdo. O pâncreas, também, foi afetado pelos chutes dos torturadores.

Libertado tempos depois, a vida fora da prisão não foi fácil. Demitido do BNB, Elisio Arimatea, ainda, teve a infelicidade de ver o mercado de trabalho na área de contabilidade fechado para ele. Considerado “comunista”, “lacaio de Moscou”, “subversivo perigoso”, Elisio Arimatea, que havia passado em concurso para a Petrobras, teve o nome, imediatamente, retirado da lista dos aprovados.

Só com a Anistia, em 1979, e com o fim da ditadura, em 1984, foi que o ex-sindicalista do Banco do Nordeste voltou a respirar os novos ares da democracia.



Fernando José Bastos Macambira

No conturbado ano de 1968, que, para Zuenir Ventura, foi “o ano que não acabou”, e, para Élio Gáspari, o da “ditadura escancarada”, Fernando José Bastos Macambira ingressou na Universidade Estadual do Ceará, onde passou a frequentar dois cursos: o de Filosofia no período da manhã e o de Ciências Contábeis à noite. A intenção de Fernando Macambira, cursando essas duas faculdades que apresentam conteúdos tão diferentes um do outro, era a de conciliar uma carreira, eminentemente, técnica, que lhe daria uma boa sustentação financeira, com uma outra, mais humana, que abriria seus olhos para o mundo.

As coisas, porém, não aconteceram bem assim, pois com a assinatura do Ato Institucional nº 5, em dezembro de 1968, a vida de Fernando Macambira mudou para sempre. “Fechados todos os canais legais e institucionais de oposição à ditadura”, escreve ele, “restou à juventude a luta semilegal ou clandestina”, pois a essa altura, como lembra o próprio estudante de Filosofia da UECE, “todos os escrúpulos [tinham] sido postos de lado”, como uma das célebres frases proferidas pelo então ministro da Educação, coronel Jarbas Passarinho. Por conta desse descalabro político e institucional pelo qual passava o Brasil, Fernando Macambira foi preso em 1972 por uma equipe de policiais e militares integrantes do DOI-CODI, que só oficializou a prisão quarenta dias depois, como era comum naquele tempo. Nesse período, Fernando Macambira, também, foi vítima de várias torturas e maus-tratos nas dependências do Exército, como o 23 BC, e em outras dependências não oficiais, cujas localizações não sabe precisar, porque era sempre levado enca-puzado para esses lugares.

Demitido, sumariamente, do Serviço de Informação de Mercado, órgão mantido pela Superintendência de Desenvolvimento do Ceará (Sudec), em convênio com a Sudene e Uece, Fernando Macambira, depois da demissão, também respondeu a inquérito como incurso no famigerado Decreto Nº 477, mais conhecido como o AI-5 nas universidades.

Enquadrado na Lei de Segurança Nacional, posteriormente, Fernando Macambira passou a responder ao Processo 44/72, que o levou para o IPPS, em 1970, de onde só saiu, no dia 9 de outubro de 1972 para responder ao citado processo em liberdade. Fora da prisão, conseguiu concluir o curso de Ciências Contábeis a duras penas; o outro curso, de Filosofia, teve de abandonar.

Pressionado por todos os lados e vivendo sob constante vigilância, arranjando trabalhos precários por intermédio de amigos, com a universidade infestada de policiais e militares disfarçados de estudantes e com o risco de ser denunciado pelos chamados “dedos-duros” que, depois de apontar culpados e inocentes, eram premiados pelo Estado com dinheiro e serviço público, Fernando Macambira resolveu sair do Ceará com destino a Minas Gerais.

A ditadura, porém, não o esqueceu. Condenado a dois anos de prisão pelo Superior Tribunal Militar quando cursava o mestrado em Administração na universidade daquele estado, Fernando Macambira foi, mais uma vez, obrigado a interromper os estudos e voltar para Fortaleza. Aqui, no Ceará, foi recolhido novamente ao IPPS.

A vida no IPPS não era nem um pouco fácil. O clima era de terror, a alimentação era péssima e a segurança interna, precária, a ponto de os prisioneiros viverem em constantes sobressaltos, temendo ser agredidos, ou ver sua cela invadida com violência.

Abalado, psicologicamente, depois de sair do IPPS, a vida de Fernando Macambira nunca mais foi a mesma. Tornou-se uma constante expectativa de que tudo voltasse a acontecer. Mesmo assim, casou-se depois dos 50 anos e, desde então, procura manter uma vida tranquila e regular.



Helena Serra Azul Monteiro

O drama dessa moça teve tamanha proporção que, em determinados momentos, chega-se a admitir que a narrativa ganhou aspectos ficcionais. Aluna brilhante do Colégio São João de Fortaleza (hoje desativado), jovem de formação profundamente, cristã, Helena Serra Azul Monteiro integrou-se na Juventude Estudantil Católica (JEC), entidade que se posicionou, desassombadamente, contra os desmandos do regime ditatorial dominante.

Alcançando a universidade após aprovação com méritos no vestibular de Medicina, Helena Serra Azul prosseguiu na mesma firmeza de militância, agora vinculada à Juventude Universitária Católica (JUC), esta, como a JEC, opositora da ditadura e sob rigorosa vigilância dos órgãos de segurança.

Não tardou a que a jovem e talentosa universitária visse desmoronar seus sonhos. O namorado, e futuro marido, um combatente da mesma estirpe, foi preso; as irmãs, dominadas pelo mesmo ideal, também; ela, perseguida, obrigada a cair na clandestinidade, para em seguida, com o já então esposo, Francisco das Chagas Monteiro, o Chico Passeata, passar de cárcere em cárcere, sob torturas e humilhações.

Drama semelhante ao de muitos brasileiros, é uma amostra do que passou uma geração sofrida e aviltada, mas que entrou para a História por sua bravura em defesa das liberdades, culminando com o retorno de sua Pátria ao leito da democracia.

Em 1965, aos 17 anos, Helena Serra Azul estudava no Colégio São João, onde, além de aluna exemplar, participava, ativamente, do movimento estudantil através do grêmio do colégio, do Centro dos Estudantes Secundaristas do Ceará (CESC) e dos grupos

de jovens ligados à Igreja, atuando na JEC. Já naquela época, era observada, juntamente, com as irmãs e o namorado, pelos órgãos de informações do regime militar.

Em 1967, ingressa na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Ceará. Na faculdade, Helena Serra Azul, sem descuidar-se dos estudos, intensifica sua militância política, participando das eleições para o Diretório Acadêmico XII de Maio e para o Diretório Central dos Estudantes (DCE), elegendo-se, na oportunidade, delegada do Congresso da União Nacional dos Estudantes. Em 1968, exerce grande influência nas discussões e atividades dos estudantes contra a guerra do Vietnã, o Acordo MEC – Usaid e o Projeto Atcon.

Com a edição do AI-5, o regime militar intensificou a repressão aos movimentos sociais. Inicia-se um período de perseguições e terror que levaria à prisão centenas de democratas. Em dezembro de 1968, agentes da repressão invadiram a casa de seu sogro à sua procura, como também de seu esposo, Chico Passeata. Para evitar a prisão, vê-se obrigada a deixar a faculdade, a família, a vida normal, passando a viver no obscuro mundo da clandestinidade, inicialmente, na periferia de Fortaleza e, posteriormente, em Pernambuco. Embora clandestina, não consegue livrar-se do cerco dos órgãos repressivos e, em outubro de 1969, grávida de dois meses, é presa, juntamente, com o marido, acusados de prática de atos “subversivos”. Permaneceram ela, o marido e o filho, este até oito meses depois de nascido, dois anos reclusos numa cadeia de Recife.

No momento da prisão, em 15 de outubro de 1969, encontrava-se em Pernambuco, no município de São Benedito do Sul. Foram, ela e o marido, levados para a cadeia na cidade vizinha de Quipapá e depois transferidos para o DOPS, onde ficaram incomunicáveis durante quarenta dias. Nesse período, sofreu ameaças constantes de aborto e tentativas de sevícia. Os interrogatórios iniciavam-se sempre no período noturno, prolongando-se madrugada adentro. Por várias vezes, nesses interrogatórios, o marido foi torturado na sua frente. Nesses momentos, sentia-se mal e muito angustiada,

sendo que uma vez foi necessária a presença de um médico para socorrê-la. Em 24 de novembro de 1969, foi transferida para a Colônia Penal Bom Pastor, já com prisão preventiva decretada, onde ficou aguardando julgamento.

Enquanto esteve detida, foi obrigada a separar-se do filho, quando ele contava oito meses de idade e ainda mamava. Manuel Carlos apresentava problemas de saúde (crises convulsivas e cardíacas) e, em razão disso, foi levado para Fortaleza, ficando aos cuidados dos avós paternos e maternos.

Durante esses dois anos de prisão (1969 a 1971) e em consequência dos traumas que lhe foram impingidos, desenvolveu uma doença autoimune grave (lúpus eritematoso sistêmico), de difícil prognóstico, contraída na prisão, obrigando-a a submeter-se a uma cirurgia que causou graves repercussões em sua vida e na de seus filhos.

Em 18 de junho de 1970, após julgamento pela Justiça Militar, foi condenada a cinco anos de reclusão. Contudo, em 27 de setembro de 1971, o Superior Tribunal Militar reformou a sentença, reduzindo a pena para dois anos. Saiu da prisão em 4 de outubro de 1971, retornando com o marido para Fortaleza.

Entretanto, apesar de livre, não tinha paz. Em 1972, foi sequestrada e presa novamente na chamada “operação barra limpa”. Após invasão da casa do sogro, arrastaram-na, juntamente com o marido, na frente do filho, que contava então dois anos, encapuzaram-na e levaram-na para as dependências do 23 BC e do 10º GO. Lá permaneceram incomunicáveis por duas semanas, sofrendo ameaças de torturada e, o que é pior, sendo obrigada a presenciar atos bárbaros de sevícia na irmã, Maria do Carmo Moreira Serra Azul, presa na mesma cela. O futuro marido de Maria do Carmo, José Machado Bezerra, que também se encontrava preso, sofria seguidas sessões de tortura, no mesmo local, na mesma ocasião. Nesse ano, Helena Serra Azul retorna à faculdade. Entretanto, somente em 1973 conseguiria regularizar sua vida acadêmica.

Terminou o curso no final de 1976 e começou a trabalhar na Secretaria de Saúde do Estado do Ceará como médica contratada.

Após trabalhar quatro meses, foi afastada por ordem do Serviço Estadual de Informações (SEI), sem receber nenhuma remuneração pelo período trabalhado. Documentos da assessoria jurídica da Secretaria de Saúde confirmam que ela foi afastada do serviço público em razão de sua participação política na luta contra a ditadura militar, o que caracteriza, além de perseguição, o impedimento do exercício legal da profissão.

No período compreendido entre 1972 e 1978, por várias vezes, foi intimada a prestar depoimento na Polícia Federal. O telefone de casa chamava de madrugada com muita frequência, dificultando-lhe o sono e deixando-a apreensiva sobre atentado, prisão, ou sequestro, em razão de ameaças proferidas, ou simplesmente desligarem ao atendimento.

No final de 1978, ao terminar a residência médica e o curso de especialização em Fisiologia e Farmacologia, foi cientificada de que, por determinação dos órgãos de segurança, estava impedida de exercer qualquer função na universidade.

Sem conseguir emprego, foi obrigada, mais uma vez, a sair de Fortaleza. Juntamente com o marido e os dois filhos, foi trabalhar em Campinas (SP), em princípios de 1979. Permaneceram naquela cidade até meados de 1986, quando retornaram a Fortaleza.

Sua carreira como professora universitária na UFC foi extremamente prejudicada. Só logrou entrar na UFC, onde permanece até hoje como professora, depois de concurso público, em dezembro de 1991, já com o título de doutora, conquistado com distinção e louvor na Universidade de Campinas (Unicamp), doutorado esse feito a duras penas, com muita dedicação e esforço pessoal.

Considerando o grau de torturas e as perseguições que Helena Serra Azul sofreu, inclusive com o nascimento de um filho na prisão com problemas de saúde, é impossível não haver sequelas. São danos causados por um regime que perdurou no país por mais de duas décadas e tantas infelicidades trouxe ao povo e a seus heróis, que, martirizados nos cárceres, afastados das famílias, impedidos de amar e viver, foram submetidos a torturas, prisões, constrangimentos e toda sorte de arbítrio.



Hugo Medeiros de Brito

Vanda Moreira Brito, filha de Hugo Medeiros de Brito, tinha 14 anos, em 1964, quando o pai, militante do PCB, foi preso pela primeira vez. Conta ela que no dia da prisão sua mãe apareceu no colégio onde estudava e lhe disse que, com a prisão do marido, não tinha mais como custear seus estudos.

A prisão de Hugo Medeiros, segundo Vanda Moreira, deu-se um pouco depois do almoço. Afirma ela que o pai se preparava para dormir quando os policiais apareceram. Como Hugo Medeiros se encontrava malvestido, pediu permissão aos policiais para trocar de roupa. Estes, no entanto, não permitiram. Levaram o dono da casa tal como se encontrava, praticamente, de pijama para o 23 BC.

Hugo Medeiros passou quatorze dias na prisão. De volta para casa, pouco tempo depois, sua residência foi visitada por um policial que, dizendo à família dispor de um mandado judicial de busca e apreensão, revistou toda a casa à procura de documentos comprometedores. Como nada encontrou, foi embora.

Apesar da primeira prisão ser considerada ilegal e absurda pela família e da visita inesperada daquele policial, Hugo Medeiros foi preso novamente. Dessa vez em lugar ignorado. Com o tempo, a família descobriu que se encontrava numa ala do Hospital da Polícia Militar.

De volta para casa, não demorou muito e o ex-militante do PCB foi, novamente, encarcerado. Era madrugada. A família estava dormindo, ainda, quando, de repente, chegou um carro branco com quatro homens da Polícia Federal. Cada um deles portava uma arma de grosso calibre. Os policiais, mais uma vez,

reviraram tudo. Como nada encontraram, levaram o dono da casa para a sede da PF.

A vida de Hugo Medeiros era um inferno, pois, mesmo em liberdade, a polícia não parava de atormentá-lo. Costumeiramente era chamado para depor na Polícia Federal e sempre voltava para casa arrasado: “as pernas bambas e a expressão transtornada”, declara a filha.

Certa vez, foi preso no 5º Batalhão de Polícia Militar, onde foi posto para dormir no alto de um beliche. Lá, sofreu um ataque cardíaco e caiu do local onde dormia. Libertado em consequência da doença, ficou obrigado a comparecer, mensalmente, à sede da Polícia Federal para prestar depoimento.

Hugo Medeiros morreu em 22 de junho de 1975. Na hora do supultamento, havia um carro da Polícia Federal próximo de sua residência. No momento do enterro, a PF também estava lá, rondando o cemitério.

A intenção dos policiais era a de se certificar da morte de Hugo Medeiros de Brito. Queria saber se aquele homem, que eles haviam ajudado a morrer prematuramente, havia, de fato, falecido.



José dos Santos Serra

Nascido no dia 4 de abril de 1926, José dos Santos Serra dedicou-se ao socialismo desde a juventude. Professor da Faculdade de Medicina da UFC, José dos Santos, também, foi médico da Empresa de Correios e Telégrafos (ECT), na qual exerceu, nos idos de 1964, o cargo de presidente da União Brasileira dos Servidores Postais e Telégrafos (Ubspt, seção Ceará).

Preso em 1964, logo após o golpe militar, José dos Santos foi levado para o 23 BC. Interrogado em 13 de fevereiro de 1964, sofreu humilhações e pressões psicológicas para falar. A família do professor, também, não escapou à ação das forças de repressão. Com a casa invadida, a família viu móveis e objetos de estimação sendo revirados pela polícia sem poder fazer nada.

Libertado em 21 de dezembro de 1964, José dos Santos foi identificado, criminalmente, no dia 10 de abril do mesmo ano, acusado de “prática de ações comunistas”. O mesmo documento revela certas particularidades da perseguição política movida pelos órgãos de repressão no estado do Ceará, no qual consta que “desde janeiro de 1962, os passos, as ações e até as palavras de José dos Santos eram monitorados e registrados pelo DOPS”. Durante o período de prisão, o médico José dos Santos foi aposentado, compulsoriamente, da UFC e demitido, no mesmo ano, da ECT. Fora da prisão, foi obrigado a sair do Ceará. Foi para São Paulo, a fim de reconstituir a vida com a família. Com o advento da Anistia, em 1979, foi reintegrado à UFC, em 22 de abril de 1988, aposentando-se, posteriormente, sem maiores restrições.

José Elpídio Cavalcante



Dentre centenas de brasileiros, vítimas da ditadura militar, o professor José Elpídio Cavalcante, de Iguatu, município do centro-sul do Ceará, sofreu os horrores da ditadura em quartéis, delegacias, porque se dedicava a ministrar aulas a crianças e adultos analfabetos através do método Paulo Freire.

Em sua narrativa, reproduzida abaixo, Elpídio Cavalcante descreve, com minúcias, a estupidez e a extrema bestialidade dos esbirros ditatoriais contra pessoas indefesas.

Sua vida profissional foi destroçada, e, após a absolvição pela Auditoria da 10ª Região Militar, encontrou imensa dificuldade para retomar às atividades. Tomaram-lhe os cargos públicos que ocupava e impediram-no de ensinar na rede particular de ensino de seu município.

Eram quase 5h de 8 de janeiro de 1974. Alguém bateu à porta e ele perguntou quem era. Do outro lado, responderam que era um cliente. Quando abriu, Elpídio Cavalcante viu uma camionete cabine dupla e quatro homens na calçada, na rua 13 de Maio, 488, Iguatu, onde moravam a irmã, o cunhado, as duas filhas e a mãe. Depois de cumprimentá-lo, um dos homens identificou-se como sendo do Serviço de Segurança Nacional, ordenando-lhe que ficasse em silêncio, pois eles iriam fazer uma vistoria na casa. Deseducadamente, foram entrando. A família de Elpídio Cavalcante, ainda, dormia. A mãe rezava sentada na rede. Grosseiramente, os homens adentraram nos aposentos de seus familiares. Sem pudor, abriram tudo e tudo reviraram. Nada encontrando, levaram Elpídio Cavalcante até seu local de trabalho, o Laboratório Clínico de Iguatu. Lá, mais uma devassa: armários, birôs, gavetas, caixas. Foi tudo

revirado. Como nada ainda encontraram de comprometedor, começaram a pressioná-lo para que declarasse onde havia escondido o material do método Paulo Freire de alfabetizar. Como a resposta foi negativa, um dos policiais ordenou: “Vamos a Fortaleza”.

Elpídio Cavalcante pediu para passar em casa, no que foi atendido. Após trocar de roupa e despedir-se dos familiares, inicia-se um tormento que parecia interminável. Ao sair da cidade, colocaram um capuz preto no professor e lhe aplicaram choques elétricos com fios amarrados nas orelhas e nos dedos das mãos. Atônito e completamente desprotegido, à mercê da brutalidade e da vontade dos policiais, as sessões de choques elétricos aumentavam em número, frequência e voltagem durante o percurso. Em Fortaleza, Elpídio Cavalcante foi levado para o quartel do 23 BC, no qual passou nove dias. Durante esse período, era constantemente ameaçado de ser levado para Goiás, ou “dar uma volta sobre o mar”. Era o sinal de que poderia não voltar. A pressão psicológica chegava a seu extremo. Em consequência desse estado emocional, não se alimentava, a comida vinha e ele a derramava no sanitário e, incontinente, dava descarga, pois tinha medo de que pensassem que estava fazendo greve de fome e, nesse caso, a punição seria mais cruel.

Com o passar dos dias, Elpídio Cavalcante perdeu a noção do tempo. Um dia, apesar da confusão mental que o perturbava, viu seus irmãos Catarina e Abraão e duas ex-namoradas indo em direção à guarda na entrada do quartel. Quando eles se aproximaram, começou a gritar: “Ei, ei, ei, aqui, aqui...”.

Eles correram até a grade da cela. Quando começaram a conversar pelo lado de fora, oito policiais do Exército, empunhando metralhadoras, fuzis, pistolas e revólveres, cercaram os meninos e os levaram para dentro do quartel. Por mais de uma hora eles ficaram detidos, enquanto os policiais tentavam convencê-los de que o preso que haviam visto não se tratava de Elpídio Cavalcante porque, diziam, ali era um quartel que não abrigava prisioneiros. Logo após a libertação do grupo, a mesma patrulha, com as mesmas armas, postou-se

diante da cela ameaçando atirar em sua cabeça: “Eu atiro ao menor sinal suspeito”. Lá pelas 21h, passava novamente em frente à cela um guarda com um fuzil em punho batendo fortemente nas grades e dizendo impropérios para impedir que os presos concilhassem o sono. A cela era escura e tinha muitos pernilongos. Em determinado momento, começou a ouvir gritos desesperados de gente sofrendo, apanhando, sendo torturada e gritando por Deus. Elpídio Cavalcante ficou apavorado; pela primeira vez chorou copiosamente, chorou e rezou muito.

Certo dia, logo após o café da manhã, um policial federal ordenou que se vestisse, pois iam viajar. Imediatamente, foi encapuzado, colocado deitado e algemado sob uma lona na carroceria de um carro. Sufocado, começa a gritar. Os policiais aliviaram-lhe a dor retirando a lona e afrouxando o capuz. Após mais ou menos meia hora de viagem, sentiu que seguiam em direção a Maranguape, pois era a única estrada longa, toda calçada com paralelepípedo, que existia nas proximidades de Fortaleza. Ao chegar ao local (uma casa grande cuja cor ele não distinguia se era branca ou amarelo-palha), Elpídio Cavalcante foi levado para o piso superior, no qual passou algum tempo sozinho e em silêncio. Nesse período, ouviu gritos, pancadas, pessoas valendo-se de Deus. Em seguida, foi transferido para outra dependência, onde começaram a fazer perguntas sobre pessoas e fatos. Mandaram-no tirar a roupa, e ante sua negativa, inicia-se a sessão de choques com fios no dedo do pé e na orelha. Os choques, de tão fortes, pareciam pancadas na cabeça. Não satisfeitos, ordenaram-no que ficasse de joelhos, só de cuecas, posição em que permaneceu sem alimentação nem água. Após umas duas horas de joelhos, voltaram a torturá-lo e ele, nervoso, começou a se valer de Deus, suplicando, em nome do Pai, que não lhe dessem mais choques e não lhe batessem mais. Aí, foi quando um dos torturadores aproximou-se e, histericamente, começou a gritar: “Seu porra, aqui não tem Deus, aqui não é o Exército, nem a Marinha, nem a Aeronáutica. Aqui é o inferno”.

Depois disso, foi obrigado a ficar, novamente, ajoelhado por quase duas horas, durante as quais o capuz foi substituído por uns óculos de borracha. Cansado, humilhado e cheio de hematomas, começou a passar mal. Foi quando um dos algozes exclamou: “O homem está passando mal, chama o doutor”.

O médico chega, mede-lhe a pressão, aplica-lhe uma injeção na veia e ordena que o levem de volta ao quartel; em seguida, é colocado no carro com capuz e levado novamente à cela do 23 BC, onde conseguiu dormir. No quartel não havia material de higiene pessoal, como pasta, escova de dentes ou sabonete, apenas um pedaço de sabão no banheiro, com o qual Elpídio Cavalcante lavava a peça íntima, a camisa, as meias e fazia a espuma para assepsia bucal todos os dias em que lá esteve.

Do 23 BC, novamente encapuzado, foi transferido para uma das celas da Polícia Federal, onde o único conforto era uma pedra de mármore que servia de cama. Mesmo desconfortavelmente, deitou-se e dormiu o dia inteiro, levantando-se apenas no final da tarde. Da grade da cela era possível vislumbrar uma das torres da majestosa catedral de Fortaleza. Nesse momento, apesar de sua fé em Deus, sentiu-se depressivo, desiludido e sem esperança.

No décimo primeiro dia de prisão, por volta de duas horas da manhã, foi levado à presença de um delegado da Polícia Federal. Ali, diante de tal autoridade, entregaram-lhe algumas folhas de papel datilografadas e grampeadas para que ele as assinasse sem ler. Depois de muito protesto, foi autorizado a ler o conteúdo. Elpídio Cavalcante percebeu que se tratava de um depoimento forjado com graves e mentirosas denúncias contra ele; que estava sendo obrigado a assinar em plena madrugada, depois de ter sofrido intensas torturas, um documento sem a presença de advogado e, o que é pior, sob novas e constantes ameaças de que, caso se recusasse a fazer o que queriam, voltaria a sofrer tudo de novo. Atônito, sem proteção, resolveu assinar o documento, mas o fez com assinatura falsa com o objetivo de, futuramente, provar que havia assinado um documento forjado, repleto de denúncias contra si, sob coação e ameaças de tortura, o que de fato

aconteceu algum tempo mais tarde na Justiça Militar. Voltou para a cela cheio de esperança de poder sair no dia seguinte, como lhe havia prometido o delegado. Entretanto, a luz da liberdade só apareceria dias depois, quando tudo parecia impossível, pois, até esse momento, a incerteza e a falta de notícias de familiares, amigos e do povo de sua cidade eram absolutas.

Em 28 de abril de 1977, já em liberdade, foi julgado, juntamente com mais trinta e nove pessoas, pela Auditoria da 10ª Região Militar. Finalmente, após mais de doze horas de julgamento, graças à competente atuação do abnegado advogado Antônio de Pádua Barroso, com a unanimidade dos conselheiros daquela corte de justiça, foi considerado inocente.

Vale ressaltar ainda que, em função de todos esses transtornos, Elpídio Cavalcante foi demitido do cargo de delegado regional de ensino da 4ª região, sediada no município de Iguatu; da prefeitura municipal daquela mesma cidade, onde exercia a função de diretor do Centro Educacional Municipal Padre Januário Campos; além de perder empregos em vários colégios particulares nos quais lecionava. Foram muitas as dificuldades encontradas para refazer a vida, pois, além de casado, era arrimo de família.

A tortura deixa a gente arrasada, um lixo, um ser sem expressão e sem valor. Eu me sentia um verme inútil nas mãos daqueles selvagens cheios de bestialidade. Foi muito danosa, constrangedora, dolorosa, massacrante e castradora a repressão da ditadura militar.



José Erildo Pereira Martins

Aprovado no vestibular da Universidade Federal do Ceará, para a Faculdade de Ciências Econômicas, em 1965, José Erildo Pereira Martins dá início, no ano seguinte, 1966, ao curso de Ciências Contábeis ao mesmo tempo que ingressa na JUC. Nesse tempo, também, faz parte do Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas na função de tesoureiro.

Preso, pela primeira vez, pelo DOPS, ainda, em 1965, e enquadrado em vários artigos da Lei de Segurança Nacional, José Erildo voltou a ser encarcerado em 11 de maio de 1967. Levado para identificação no quartel da 10ª Região Militar, depois de passar pelo 23 BC, ficou quinze dias recolhido e não sofreu nenhuma tortura física, talvez, imagina, por sua condição de deficiente físico; as torturas psicológicas, porém, foram muitas.

Os interrogatórios, segundo José Erildo, eram feitos a qualquer momento do dia ou da noite. Não tinham hora marcada. Em 26 de março de 1967, felizmente, foi libertado por intermédio de *habeas corpus*, instrumento jurídico de defesa do cidadão, abolido em 1968 pelo AI-5.

Em 1966, José Erildo tenta, novamente, reingressar na Faculdade de Economia da UFC, mas não consegue. Com a mente atormentada pelas diversas perseguições sofridas, desiste de retomar os estudos, desta vez para sempre.

Fora da universidade e sem nenhum apoio financeiro capaz de ampará-lo, José Erildo, que não participou de partido político nenhum, apenas integrou os quadros do movimento estudantil, passou a trabalhar na Fundação João XXIII, pertencente à Arquidiocese de Fortaleza.

Através da fundação, trabalhou no campo. Foi um dos responsáveis pela reorganização da Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará (Fetraece) e da organização dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais dos Municípios de Itapajé, Assunção, Itapipoca, Pacatuba, Guaiúba, Baturité e Paracuru, no Ceará.

Em 1972, pensando que o passado político não lhe traria mais problemas, as perseguições não teriam mais razão de ser, José Erildo volta para Fortaleza. Entretanto, aquele passado que para ele parecia distante continuava tão presente a ponto de, toda vez que arranjava um emprego, ser impedido de trabalhar por causa da prisão. Assim, foi obrigado a sair do Ceará. Parte para a Bahia, onde consegue exercer alguma atividade laboral.

De 1974 até 1984, José Erildo percorreu várias cidades do Ceará e de outros estados do Nordeste em busca da tão sonhada estabilidade financeira. Primeiro, em 1979, foi para Guaraciaba do Norte, no Ceará; depois, em 1981, para Aquiraz, também no Ceará; no mesmo ano, partiu para Aracaju, em Sergipe, e Itabaiana, regressando a Fortaleza em 1986. Em todos esses lugares, o ex-estudante de economia da UFC trabalhou ora como professor, ora como operário da construção civil.

Em 1989, estava em Aratuba, no Ceará. Nessa cidade, José Erildo ajudou a fundar a Associação de Escola Profissional Comunitária Sítio Paraíso, onde reside ainda hoje e ensina artesanato para os filhos das famílias carentes da comunidade.



José Paderewski da Silva

Funcionário concursado do Banco do Brasil, José Paderewski da Silva integrava o quadro de médicos do banco quando ocorreu o golpe militar em 1964. A primeira vez em que sofreu as consequências do golpe, porém, foi em 19 de abril daquele ano, quando uma pequena tropa do Exército brasileiro invadiu sua casa e espancou sua família. Mesmo sem ordem judicial de busca e apreensão, os militares invadiram a residência do médico, da sala à cozinha, dos quartos à biblioteca, onde, certamente, imaginavam que haviam de encontrar um “farto material subversivo”.

Humilhada e atemorizada, a família de José Paderewski, ainda, passou pelo constrangimento de ver o dono da casa ser preso e levado, num Volkswagen, para as dependências do 23 BC, onde foi interrogado e depois liberado.

Mesmo em liberdade, José Paderewski foi obrigado a responder inquérito policial militar, conhecido como “IPM da subversão”. Como era casado com uma parente de Miguel Arraes, a pergunta que os inquiridores mais faziam era sobre suas ligações com o ex-governador de Pernambuco, que, por sinal, já havia sido cassado pelo regime militar, e sobre a conspiração que os dois tramavam para assumir o poder no Brasil. Depois, perguntavam sobre suas vinculações políticas com os médicos Joaquim Eduardo de Alencar e Pontes Neto e se fazia parte do PCB.

Interrogado várias vezes e investigado em vários lugares, dentro e fora do banco, os asseclas da ditadura não descobriram nada. Portanto, não juntaram provas suficientes para incriminá-lo. Ainda assim foi identificado, criminalmente, no DOPS, para onde foi encaminhado em 10 de maio de 1964.

De volta ao 23 BC, depois de passar alguns dias no DOPS, José Paderewski, finalmente, foi solto em 14 de maio de 1964. No Banco do Brasil, quando reassumiu o emprego, teve de responder a novos interrogatórios, dessa vez perante a Comissão Especial de Inquérito do Banco do Brasil, que queria saber se ele mantinha alguma ligação com o sindicalista José de Moura Beleza, também, preso nessa época e encaminhado, posteriormente, para a prisão da ilha de Fernando de Noronha.

Como nenhuma denúncia contra ele foi comprovada, a permanência de José Paderewski no Banco do Brasil, apesar de todas as incriminações e recriações, continuou intacta. A vigilância, no entanto, era constante.



José Rodrigues de Araújo

Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Uruburetama (CE), do qual foi fundador, José Rodrigues de Araújo narra que,

[...] por conta de minha atuação sindical em defesa dos direitos dos trabalhadores rurais, encontrava forte resistência por parte dos proprietários de terra, que teimavam em não reconhecer os direitos consagrados na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), nem a atuação do sindicato trabalhista [...]. Vivíamos um período em que a questão social era tratada como uma questão de polícia e sob essa ótica atuavam as estruturas políticas e policiais do nosso estado.

Para exemplificar tal descalabro, cita a existência de uma delegacia de ordem política e social que, para ele, é a expressão de uma mentalidade obscurantista e atrasada então predominante em nosso meio. E continua:

Uma pesquisa sobre a época mostraria a enorme resistência dos proprietários de terra aos sindicatos rurais de trabalhadores, muitos dos quais tiveram suas cartas sindicais queimadas em praça pública. Assim, aqueles que defendiam os direitos dos trabalhadores, consagrados na legislação do país, eram logo tachados de comunistas e subversivos.

O golpe de 1964, para José Araújo, surgiu no Brasil para, entre outros objetivos, resistir à mudança social no campo.

Logo nos seus primeiros dias uma onda de denúncias e prisões percorreu as áreas rurais brasileiras. Em Uruburetama não foi diferente. Sob a denúncia dos grandes proprietários de terra, cidadãos de bem, honrados chefes de família foram presos e humilhados publicamente pelos verdadeiros subversivos da época, pois foram os golpistas de 1964 que depuseram um presidente legalmente eleito [...] e desencadearam no país um clima de terror e ódio contra [homens] honrados e patriotas.

José Araújo foi preso em seu sítio, no distrito de Itacolomy, por volta das 18h de 8 de abril de 1964. Participaram da prisão soldados da 10ª Região Militar, agentes do DOPS e policiais civis. Era época de muita chuva e tiveram de atravessar rios a nado. A direção tomada pelos soldados da 10ª Região Militar e seus colegas de farda foi a sede do município de Uruburetama. Lá chegando, José Araújo foi jogado na carroceria de um caminhão do Exército, no qual já se encontravam dois conhecidos: Francisco Mariano e Abner Porfírio Sampaio, que, segundo ele, foram expostos à humilhação pública por várias horas.

Arrastado de casa somente com a roupa do corpo, José Araújo foi preso no 23 BC e no DOPS. Nos cárceres da ditadura, foi alvo de humilhações, ofensas morais e de tortura psicológica. Militares e policiais ameaçavam o presidente do sindicato de arrancar-lhe as unhas se não contasse tudo o que sabia sobre a “trama de cunho internacional” que pretendia “comunizar o Brasil”.

Após longos e penosos quatro dias, foi libertado. “Parecem poucos dias de prisão”, afirma, mas foram suficientes para marcar a vida de José Araújo para sempre. Destituído da direção do sindicato, humilhado perante a população da pequena cidade onde gozava de alta estima, passou a ser um homem estigmatizado por todos, devido ao rótulo de “comunista” que levava em sua biografia. Doente por causa dos interrogatórios sucessivos e das péssimas condições apresentadas pelas enxovias por onde perambulou, José Araújo amargou, para sempre, as consequências daqueles dias de infelicidade imposta pelos algozes da ditadura que infernizou o país durante vinte anos.



Olavo França Sobreira de Sampaio

Delegado do Trabalho no Ceará, o advogado Olavo França Sobreira de Sampaio foi preso poucos dias após o golpe militar de 1964. Posto numa cela onde já se encontravam Blanchard Girão, Tarcísio Leitão e Manoel Aéri Ferreira, ali ficou até ser levado para um cubículo no qual se encontravam vários torturadores com cassetetes e fios elétricos nas mãos. Despido diante dessas pessoas, o professor passou a sofrer todo tipo de ameaça – dentre elas a de emasculação.

Terminada a sessão de horror, os torturadores comunicaram-lhe que ele seria fuzilado no dia seguinte. No outro dia, logo de manhã, conforme haviam prometido, o cubículo no qual Olavo França se encontrava foi invadido por um pelotão formado por seis soldados, todos armados de fuzis. Levado para fora da cela imunda, na qual tinha dormido no chão molhado, propositalmente, pelos policiais, foi posto em posição de sentido com os olhos vendados. Os soldados carregavam as armas ao mesmo tempo que um deles gritava “fogo”.

Terminada a simulação que, certamente, não deve ter sido suportada com facilidade, Olavo França foi reconduzido ao cubículo fétido e incômodo. Ali, antes de ser abandonado, um dos soldados informou-lhe que o fuzilamento havia sido suspenso; em breve, porém, o professor seria atirado ao mar de um avião da FAB.

Noutra oportunidade, soldados que davam sentinela na porta do cubículo ficaram apontando os fuzis para a cabeça do ex-delegado do trabalho, simulando um novo tipo de fuzilamento. Certa vez, a arma de um deles disparou e atingiu a parede a menos de dez centímetros de distância de sua cabeça. O fato foi comemorado com gargalhada e novas ameaças de fuzilamento.

Por duas vezes, Olavo França foi retirado, durante a madrugada, da cela para ser submetido a interrogatórios intermináveis; tanto quando ia como quando voltava, era ferido nas costas pelas baionetas que o forçavam a andar mais rápido.

Em consequência desse clima de terror a que foi submetido na prisão, Olavo França Sobreira de Sampaio, ao ser libertado, teve de fazer tratamento psiquiátrico para restabelecer o equilíbrio mental e emocional perdido na prisão.

Hoje, trabalha como advogado defendendo os menos favorecidos nos tribunais do Ceará.



Vandeilton Ferreira de Sousa

Era uma sexta-feira, 4 de janeiro de 1974. Naquela noite o estudante secundarista Vandeilton Ferreira de Sousa voltava para casa de um cursinho pré-vestibular quando foi abordado por duas pessoas que se apresentaram como agentes da Polícia Federal e, segundo afirmaram, ali estavam à procura de traficantes de droga.

Diante dessa explicação convincente, Vandeilton Ferreira recebeu os dois policiais sem receio. A certa altura da conversa, porém, um deles sugeriu ao pré-vestibulando que os acompanhasse até a Polícia Federal para identificar alguns suspeitos de tráfico.

Como estava de bermuda, o estudante alegou que não ficava bem ir àquele órgão com aquele traje. Os policiais agora o intimaram de forma mais agressiva. Vandeilton Ferreira começou a desconfiar. De repente, os agentes invadiram sua casa, entraram em seu quarto e vasculharam tudo.

No quarto, mudaram de atitude. De um comportamento aparentemente sereno e tranquilo, passaram para a violência. Algemaram Vandeilton Ferreira depois de terem posto um capuz em sua cabeça e começaram a agredi-lo nos rins; em seguida, sem dar explicações, puseram-no num carro e o levaram preso. Encarcerado numa pequena cela no subsolo de um prédio que ele não conseguiu identificar, Vandeilton Ferreira, apesar de fisicamente abatido, tenta dormir. Em vão. Um policial aparece e o ameaça com um revólver. Põe as algemas em suas mãos, cobre sua cabeça com um capuz, aponta a arma para sua testa e o obriga a telefonar para o primo, Francisco Ferreira de Araújo, que, segundo informações obtidas pela Polícia Federal,

participava do movimento estudantil em Iguatu. Quinze dias depois, frei Chico, como Francisco Ferreira era conhecido, também, estava preso.

No dia seguinte à prisão, logo cedo, Vandeilton Ferreira foi levado para ser interrogado. À medida que o interrogatório se desenrolava e suas respostas não correspondiam às expectativas dos inquisidores, estes partiam para as agressões físicas e morais. De repente, um deles ordenou que o estudante se despiu. Nesse instante, prenderam alguns fios nos dedos dos pés e em uma das orelhas e, em seguida, ligaram os fios na tomada. Provocaram uma descarga elétrica tão forte no estudante que este foi ao chão. A tortura foi repetida várias vezes, intercalada pelas mesmas interrogações. Noutra momento, exigiram que ele identificasse algumas fotos de estudantes. Como ele se negava, voltaram às torturas. Dessa vez, ordenaram que se levantasse e sustentasse o corpo, apenas, nos dedões dos pés. A tortura física era acompanhada de ameaças de afogamento no mar e simulação de assassinato.

Diante de tanto sofrimento, Vandeilton Ferreira perdeu a noção de tempo. Certo dia, foi informado de que faria uma viagem. Algemado e encapuzado, foi jogado na traseira de uma camionete, na qual já se encontravam outras pessoas. Ao chegar, embora encapuzado, percebeu que se encontrava numa fazenda. Ao adentrar a casa, começou a ouvir gritos. Levado a uma sala para novo interrogatório, sofreu novas agressões.

Agora, foi posto de joelhos, com as mãos voltadas para trás e o capuz sobre a cabeça. Apesar dos gritos, dos pedidos de clemência e das humilhações que sofria, constantemente, a tortura continuava, sob novas ameaças dos torturadores que bradavam:

Aqui não há quem impeça vocês de serem torturados. Nada será respeitado. Aqui não é o Exército, nem a Marinha, nem a Aeronáutica. Aqui é o Inferno!

Enquanto sofria nas mãos de seus algozes, a família de Vandeilton Ferreira, desesperada, procurava encontrá-lo. Localizado alguns

dias depois graças à ação dos familiares, foi transferido para o 23 BC. Ali, sofreu novos constrangimentos. Certa feita, foi posto em posição de execução enquanto os guardas simulavam um fuzilamento. Vandeilton Ferreira passou vários dias no 23 BC. Como não foi torturado nem interrogado ali dentro, se sentia um pouco à vontade, embora não tivesse autorização para fazer exercícios físicos e tomar banho de sol.

De volta à Polícia Federal, tentou ser gentil com os policiais, ainda que não soubesse quando seria solto. Em todo caso, não houve mais tortura. Um dia, sob ameaça de sofrer novas torturas, foi obrigado a assinar um documento cujo conteúdo não conhecia.

Finalmente, em 29 de janeiro de 1974, precisamente, às 15h30min, Vandeilton Ferreira e frei Chico foram chamados na Superintendência da PF. Ali, depois de alguns “conselhos”, foram libertados.

Delegacia de Ordem Política e Social

Caio Marcelo Cirino Nogueira

Edmundo Maia

Evandro Bezerra

Fernando Duarte Fernandes Vieira



Caio Marcelo Cirino Nogueira

Em 1964, Caio Marcelo Cirino Nogueira contava 35 anos e exercia a profissão de professor de matemática no Liceu do Ceará. Como tantos outros professores de sua geração, Caio Cirino, também participava, ativamente, da vida política do Brasil. Defensor das reformas de base, propugnadas por João Goulart, lutava a favor da reforma agrária; contra o analfabetismo; pela democratização do acesso à universidade; pelo financiamento, a baixo custo, de casas populares; pelo fortalecimento da empresa nacional e pela redução das diferenças regionais, assim como pela taxaço dos lucros remetidos para o exterior por empresas não brasileiras.

Ao invés da implantação dessas medidas, porém, o que de fato aconteceu no Brasil foi a queda de João Goulart e a ascensão dos militares ao poder. Com a consolidação do golpe em 1964, o novo regime, que tinha como bandeira principal o combate ao “comunismo internacional”, deu início ao que na Idade Média se chamava de “caça às bruxas”.

Relata Caio Cirino:

Assim foram presos comunistas e não comunistas, indiscriminadamente. Lares eram invadidos, homens e mulheres [...] jogados em prisões imundas para sofrer maus-tratos e torturas.

Caio Cirino passou a ser alvo da perseguição política promovida pelo regime militar logo nos primeiros dias do golpe. As primeiras tentativas de prendê-lo, no entanto, foram frustradas. Sabendo do destino de vários amigos e de que o país estava entregue a forças ensandecidas, o professor abandona

casa e atividades em sala de aula e passa a morar em residências cedidas por amigos. Foi quando seu nome começou a ser citado em jornais e emissoras de rádio como “elemento perigoso”. Nesse tempo, a delação era estimulada. As pessoas que apontavam o refúgio de um grupo de comunistas, ou indicavam um nome suspeito eram beneficiadas com emprego, melhores salários e homenagens públicas. O medo e o terror imperavam no país.

Em 1965, Caio Cirino foi preso na calada da noite. A residência onde se encontrava foi cercada e o professor levado para o DOPS, que, nesse tempo, funcionava na sede da Secretaria de Segurança Pública, no centro de Fortaleza. Até hoje, Caio Cirino não sabe quanto tempo ficou detido no DOPS, mas recorda-se, com clareza, dos maus-tratos que ali sofreu e da greve de fome que foi obrigado a fazer para ser transferido para lugar menos violento. A greve surtiu efeito. Caio Cirino, depois de algum tempo, foi transferido para a 10ª Região Militar, onde os maus-tratos continuaram, mas cessaram aqueles mais degradantes.

Libertado alguns meses depois, mas sob ameaça de seus algozes, o professor do Liceu teve o seu indiciamento em inquérito policial militar rejeitado pelo juiz auditor da 10ª Circunscrição Judiciária Militar.

A vida de Caio Cirino, no entanto, não seria mais a mesma. Marcado no trabalho, no bairro, entre os amigos e na vida familiar, passou, também, a ser alvo daquilo que os policiais chamavam de “redada”. “Redada”, na gíria da polícia, designava a prisão de pessoas consideradas “notoriamente subversivas” pelo Estado. Essas prisões ocorriam sempre que havia a visita de ministros, comandantes militares ou mandatários de outros países ao Ceará.

Desempregado e sem condições materiais e psicológicas de sobreviver na América Latina, Caio Cirino abandona o Brasil e vai para a França, onde é acolhido pelo pintor Antônio Bandeira, afilhado de seu pai. No final de 1968, porém, sem condição psicológica e financeira para continuar na França, resolve voltar para o Brasil. Aqui se casa em 1969. A passagem de Caio Cirino

pela França, porém, não lhe foi nem um pouco favorável. As denúncias de tortura publicadas nos jornais franceses incomodavam muito os militares, e todo brasileiro que por lá se encontrava era considerado responsável por tais denúncias. Por causa disso, assim que pôs os pés no Brasil, os órgãos de repressão começaram a vigiá-lo, acintosamente, com o objetivo evidente de atormentá-lo. Algum tempo depois, em 1970, integrantes de grupos de esquerda assaltam uma agência do Banco do Brasil em Maranguape. Caio Cirino, nesse dia, almoçava com o secretário de Agricultura do Ceará, Mauro Botelho. Acusado pela Polícia Federal de participar do assalto, Caio Cirino é preso novamente. A intervenção do Secretário de Agricultura, porém, que testemunha a seu favor, informando que Caio Cirino encontrava-se num almoço com ele no momento do assalto, o livrou da prisão.

Para Caio Cirino essa intervenção foi importante porque, se tivesse sido preso, novamente, talvez não tivesse resistido às torturas que, diferentes daquelas que havia sofrido, anteriormente, eram mais cruéis e degradantes.

Caio Marcelo Cirino Nogueira morreu de insuficiência cardiovascular e respiratória em 4 de setembro de 2004.



Edmundo Maia

Filho do jornalista Edmundo Maia, Fernando Maia, comentando as atividades políticas do pai e as consequências da repressão que seus familiares sofreram naquela época, relata:

Durante parte de minha adolescência, tive que conviver com o estigma de que meu pai, o jornalista Edmundo Maia, era um “subversivo”, uma pessoa “nociva” à sociedade e à ordem pública. Um “agitador comunista”. No bairro onde eu, meu pai e minha mãe residíamos – Jardim América –, viaturas do Exército e da Polícia Civil nos visitavam com frequência. Por isso mesmo, era difícil e doloroso o relacionamento com nossos vizinhos, alguns dos quais viviam apavorados por conta das atividades clandestinas desenvolvidas por meu pai.

Em 20 de janeiro de 1966, não suportando mais as pressões e perseguições por conta das calúnias e difamações a ele imputadas, Edmundo Maia dirige-se à Secretaria de Segurança Pública do Ceará para reivindicar do Secretário de Estado, com base em certidão expedida pela Auditoria da 10ª Região Militar, que fossem tomadas providências no DOPS para eliminação de quaisquer possíveis assentamentos feitos contra sua pessoa. Tendo sido provada sua inocência, nada sendo apurado contra ele, esperava que o Estado tomasse as providências necessárias, a fim de que as perseguições não tivessem mais prosseguimento. As alegações apresentadas, no entanto, não foram levadas em consideração pelo secretário, pois no documento reservado de número 030/66, o DOPS afirma categoricamente que:

Edmundo Maia, sempre seguido por elementos desta delegacia, vem sendo visto em palestra com reconhecidos comunistas deste Estado.

E conclui o documento citando os nomes de Aloísio Gurgel, Híder Correia Lima e Frota Neto:

Dada a veracidade do exposto, considerando a agressividade e a inescrupulosidade e sagacidade, somos de opinião, salvo melhor juízo, pelo não atendimento da pretensão do peticionário.

Com base nesse documento, o então Secretário de Segurança Pública do Estado negou qualquer tipo de relaxamento na vigilância do jornalista, afirmando:

Nego o atendimento à pretensão do requerente. Trata-se de elemento que deve continuar sob permanente observação.

As perseguições, portanto, continuaram. Inocente ou não, o certo é que Edmundo Maia foi preso várias vezes. Numa delas, em maio de 1964, na qual passou quarenta e dois dias recluso, o jornalista, que estava recolhido ao quartel da 10ª Região Militar, foi transferido dali para o Hospital do Exército com a saúde, profundamente, abalada. Como se isso não bastasse, certo dia foi espancado no centro de Fortaleza por “capangas” que o ameaçavam de morte caso “continuasse a contestar e difamar as autoridades constituídas”. Certa vez, quando exercia a atividade de jornalista, foi barrado no Palácio do Governo. Virgílio Távora, governador do Ceará nessa época, tomou conhecimento do caso por intermédio de amigos de Mainha, como Edmundo Maia era mais conhecido, e permitiu a entrada do jornalista em sua residência, chegando, inclusive, a chamar a atenção dos órgãos de informação que se encontravam presentes. Com a Anistia, Edmundo Maia retornou às atividades profissionais regulares, atuando como jornalista em vários órgãos de imprensa do Ceará até sua morte aos 63 anos.



Evandro Bezerra

Tudo começou no início do mês de abril de 1968. A avenida da Universidade, por onde o funcionário do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), Evandro Bezerra, passava, tinha sido interditada pelos estudantes que ali se encontravam recolhendo donativos para pagar um advogado que entraria com uma ação contra o Estado para liberar um de seus líderes.

O carro de Evandro Bezerra foi parado. Como ele não quis contribuir com os estudantes, estes, para que fosse exemplarmente punido por sua atitude considerada arrogante, impediram sua passagem. Ao ver mais adiante um policial vizinho seu, Evandro Bezerra o chama e consegue, sem muitos problemas, se safar daquela situação.

Entretanto, em 6 de abril daquele mesmo ano, Evandro Bezerra, que não tinha nenhuma vocação político-partidária, foi surpreendido, às 15h de uma tarde de sábado, com vários agentes do DOPS dando-lhe voz de prisão.

Posto num Jeep de cor vermelha com placa comum, o funcionário do DNOCS foi levado para a Delegacia da Central de Polícia e ali ficou por uma hora. Logo depois foi informado de que, como o delegado havia passado aquela noite de plantão, seria conduzido para a casa dele para ser interrogado. Assim, foi posto num carro, novamente, e levado, supostamente, para a casa do delegado. No caminho, porém, Evandro Bezerra percebeu que estava sendo conduzido para a Praia do Futuro.

Ali, ao descer do carro em frente à Delegacia da Polícia Marítima, os policiais apossaram-se de todos os seus pertences e o puseram no cárcere. À noite, foi visitado por cinco homens armados que começaram a queimar seu corpo com pontas de cigarro, ameaçando

matá-lo “fosse lá por que fosse”. Dois dias depois, Evandro Bezerra deixa as dependências da Polícia Marítima.

Levado para as dependências do DOPS e revoltado com as humilhações sofridas, ameaçou processar os policiais que o maltrataram, bem como o chefe da Polícia Marítima. O delegado do DOPS propôs um acordo: Evandro Bezerra dava o caso por encerrado e, em troca, não responderia a nenhum processo na Justiça Militar nem seria demitido do DNOCS.

Diante dessa proposta e do fato de já estar bastante ressabiado com tudo aquilo, Evandro Bezerra concordou e foi embora. Dias depois, porém, um jornal de grande circulação de Fortaleza publicou uma notícia sobre o assunto que, entre outras coisas, punha as vísceras da ditadura para fora. Após essa publicação relatando todo o sofrimento experimentado por Evandro Bezerra na Polícia Marítima, o funcionário do DNOCS passa a receber a solidariedade de amigos de entidades de classe, como da Associação de Engenheiros Agrônomos do Ceará, e de deputados, como Paes de Andrade, federal, e Luciano Magalhães, estadual. Estes tentaram, inclusive, abrir uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para apurar o caso no Congresso Nacional e na Assembleia Legislativa do Estado do Ceará.

A CPI não vingou. A vida de Evandro Bezerra, no entanto, tornou-se um verdadeiro pesadelo a partir desse momento. Perseguido, dia e noite, pela polícia para não fazer exame de corpo de delito nem continuar com aquela divulgação, Evandro Bezerra, para não ser morto, foi obrigado a fugir para o Piauí, passando a trabalhar em Floriano. De volta a Fortaleza, tempos depois, resolve, conforme havia solicitado o delegado do DOPS, esquecer ou, pelo menos, tentar esquecer aquilo que, para ele, só lhe dava sofrimento e nenhuma compensação.



Fernando Duarte Fernandes Vieira

Em 31 de março de 1964, os militares tomaram o poder em Brasília. Em 1^a de abril, Miguel Arraes, governador de Pernambuco, fazia uma grande manifestação pública em Recife, recebendo mais de duzentos mil trabalhadores do campo e das cidades do interior. Apesar do grande número de pessoas presentes, a manifestação foi dissolvida pela 7^a Região Militar que, pondo o Exército na rua, prendeu e bateu na população indefesa.

“As praças viraram um imenso campo de batalha”, narra Fernando Duarte Fernandes Vieira, com dezenas de mortos e centenas de feridos e de prisioneiros. E continua:

la eu ao lado de meu querido amigo Ivan, que já enrolava a bandeira brasileira que havia tremulado em suas mãos durante toda a manifestação, quando subitamente aparece um tenente “paramentado para aquela guerra” e o “metralha impiedosamente”.

Com a morte de Ivan, a vida de Fernando Duarte teve de mudar completamente. Avisado por um político muito influente na época que o mínimo que podia acontecer com ele, após a implantação do regime militar no Brasil, era perder a liberdade, Fernando Duarte, que trabalhava no Banco do Estado de Pernambuco (Bandepe), no interior do estado, abandonou Recife e foi para Belém de São Francisco, onde ficava sua agência bancária. Ali, numa noite de inverno, foi acordado pela empregada doméstica e instado a fugir. Fernando Duarte concordou, mas chamou a atenção dela para um detalhe importante que talvez impedisse a fuga dos dois: a chuva torrencial que havia inundado

o São Francisco e o braço desse rio que contorna Belém. Assim, era impossível sair dali de carro ou em montaria. A única alternativa, disse Fernando Duarte, era atravessar o braço do rio São Francisco a nado. A baiana concordou. No outro dia, os dois se encontravam do outro lado do rio, hospedados na propriedade do pai de sua namorada. Dessa propriedade, que ficava na Bahia, voltou para Pernambuco, onde se apresentou, temerariamente, à diretoria do banco, em Recife, de onde foi sumariamente demitido e, para não ser preso, instado a fugir imediatamente.

Na rua, não sabia, sinceramente, o que fazer da vida. De repente, lembrou-se de Fortaleza e da Faculdade de Odontologia da Universidade Federal do Ceará, que havia abandonado para trabalhar no governo de Miguel Arraes.

De volta a Fortaleza, o ex-funcionário do Bandepe retoma os estudos na Faculdade de Odontologia da UFC, ao mesmo tempo em que participa de comícios e de manifestações públicas contra a ditadura militar.

Terminado o curso, o novo dentista, ao invés de montar um consultório em Fortaleza, como fazia a maioria dos colegas, resolve voltar para sua cidade natal, Maranguape. Tempos depois, casa-se e tem filhos.

Uma noite, quando dormia, ouviu, de repente, a porta da casa sendo empurrada. Assustado com aquilo, mas sem saber exatamente o que estava ocorrendo, Fernando Duarte levantou-se. No caminho, entre a porta do quarto e a da rua, deparou com algo inacreditável. Viu alguns homens entrarem em sua residência, armados, e revirarem tudo o que encontravam pela frente. Mais tarde, acompanhado por umas vinte pessoas – todas elas armadas de fuzis e de metralhadoras portáteis –, foi levado para o seu consultório onde, mais uma vez, reviraram tudo. Como não encontraram nada, conduziram o dentista para a delegacia. Fernando Duarte foi posto numa sala ao lado do amigo Gomes de Matos. Daí a pouco o superintendente da Polícia Federal, Laudelino Coelho, que nem Fernando Duarte nem Gomes de Matos conheciam, apareceu na sala onde ambos se encontravam. Conta Fernando Duarte:

“O Dr. Laudelino Coelho”, aproximou-se de nossa mesa e perguntou se eu conhecia o Davi.

Criei uma imensa coragem, saída não sei de onde, e respondi: “Doutor, o Davi que conheço, além do que jogou comigo no Maranguape Futebol Clube, é o Davi da Bíblia, aquele que matou o Golias”.

Furioso com a resposta, Laudelino Coelho arremessou a metralhadora portátil que carregava numa das mãos em cima da mesa. Gomes de Matos, que não sabia de quem se tratava, reagiu:

O senhor nos respeite, pois não somos bandidos. Somos cidadãos e estamos aqui sem saber o porquê nem para quê!

Laudelino Coelho, sem se importar muito com a reação de Gomes de Matos, retrucou:

Cale a boca, seu fila da puta, que eu estou louco para enfiar a mão na sua cara. Lembre-se que você está preso por subversão e incitamento à contra-revolução armada, e tão cedo não vai sair desta... se sair.

E repetiu:

Ouviu, seu fila da puta? Há muito tempo que lhe monitoro e temos muito o que conversar. O senhor vai “vomitar” tudo o que sabe, juntamente com este subversivo que está aí [e apon- tou o dedo para Fernando Duarte].

Nesse meio-tempo, surgiram dois brutamontes que, para mostrar serviço, perguntaram ao “chefe” se queria que “baixassem o pau nos dois”. “Por ora não”, respondeu Laudelino Coelho.

Em seguida, pediu a Fernando Duarte para se levantar. Como o superintendente estava com uma pistola numa das mãos, Fernando Duarte pensou que daquela vez não escaparia. Mas escapou. Foi levado, então, para uma sala ao lado, onde se

encontrava a mãe de Jane Vasconcelos, considerada uma guerrilheira pela polícia. Laudelino Coelho, sempre com a pistola numa das mãos, apontou a arma na direção de Fernando Duarte e perguntou se a mãe de Jane Vasconcelos conhecia “aquele subversivo”, obtendo a seguinte resposta:

Doutor, este senhor é o Dr. Fernando, um cirurgião-dentista de Maranguape do qual eu tenho a honra de ser cliente. Eu e toda a minha família. Pelo que eu saiba ele não é terrorista.

O superintendente da Polícia Federal gritou:

Não minta... A senhora está parecendo uma “pinóquia” de saia. A senhora mentindo pode se complicar.

A mãe de Jane Vasconcelos, de cujo nome Fernando Duarte não se lembra, acende um cigarro. Laudelino Coelho pede, indecadamente, para que apague aquilo.

Ela então jogou o cigarro corajosamente aos pés dele.

Conta Fernando Duarte:

A coragem daquela mulher foi tão grande que me deu uma injeção de ânimo.

Fernando Duarte começa a rir do superintendente e de seus auxiliares. Laudelino Coelho, possesso, bate com o cano da pistola na mesa, e ordena que pare de rir. Fernando Duarte não consegue. No entanto, quando vê um policial se aproximar do superintendente e percebe que se não parar de rir poderá ser morto, muda de expressão.

Por volta das 17h daquele dia que, para Fernando Duarte, foi o mais longo de sua vida, chegou um agente que não se identificou e liberou todo mundo dizendo que “aquilo” que a polícia procurava, em Maranguape, já havia sido encontrado.

Instituto Penal Paulo Sarasate

Afonso Araldo de Queiroz

José Ferreira Alencar

Luiz Carlos Leite

Messias Araújo Pontes



Afonso Araldo de Queiroz

A história do Sindicato dos Bancários no Brasil está repleta de manifestações políticas. A maioria delas a favor da categoria, outras, no entanto, em prol das liberdades democráticas, quando estas eram esmagadas por regimes ditatoriais como ocorreu no tempo de Getúlio Vargas, com o Estado Novo, e após o golpe militar de 1964. Assim, não é difícil imaginar que muitos dos seus dirigentes tenham sofrido perseguições.

Afonso Araldo de Queiroz foi uma dessas vítimas. Nascido, em Canindé, em 29 de outubro de 1940, em 1962 torna-se funcionário do Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S/A. Pessoa instruída e combativa, Afonso Araldo, à medida que o tempo passa percebe que a mobilização dos bancários por melhores salários e melhores condições de trabalho é legítima, por isso engaja-se, rapidamente, nas lutas da categoria. Assim, torna-se um dos membros mais combativos do sindicalismo bancário.

Em janeiro de 1968, a chapa por ele apoiada é eleita para dirigir o sindicato. Inicia-se um amplo trabalho de mobilização dos bancários. Em dezembro, quando da primeira greve organizada pela categoria, o Sindicato dos Bancários de Fortaleza sofre intervenção por parte da Delegacia Regional do Trabalho (DRT), e Afonso Araldo, depois de ver a invasão do sindicato e a destituição da diretoria de seus cargos, ainda é demitido do banco.

Desempregado, só volta ao mercado de trabalho em dezembro de 1969. Mas por pouco tempo, porque, como continuou organizando chapas para concorrer às próximas eleições do sindicato, foi demitido novamente e preso em 28 de julho de 1970. A prisão foi feita por agentes do DOPS. Levado

para o 1º Distrito Policial, na Praça dos Voluntários, no centro de Fortaleza, Afonso Araldo foi roubado ali dentro pelos policiais, que lhe levaram uma quantia destinada a comprar uma máquina de costura para sua mulher e, ainda, o deixaram passar fome e sede por um bom tempo. No dia seguinte, 29 de julho, foi conduzido para a sede da Polícia Federal. Ali passou três dias, antes de ser libertado.

Em 26 de outubro, no entanto, foi preso novamente e conduzido para a 10ª Região Militar, para ser liberado em seguida. Em 26 de fevereiro, porém, foi encarcerado outra vez. Estava chegando à casa, vindo do Palácio da Abolição, onde prestava serviço como garçom naquela noite, quando foi detido e encaminhado pelos policiais para o 10º GO. Pela manhã, foi retirado da cela e posto num veículo tipo Veraneio no qual recebeu uma ordem peremptória: deitar-se de bruços e cobrir a cabeça com a camisa. Horas depois, quando a Veraneio parou (em um lugar que Afonso Araldo não consegue precisar, por causa da posição constrangedora na qual se encontrava), é encapuzado e algemado; em seguida, é torturado.

No outro dia, depois de sofrer golpes de todo tipo e choques elétricos nos testículos e nos dedos dos pés, foi arrastado de volta para a Polícia Federal. De lá foi encaminhado para o IPPS, onde permaneceu por vinte dias, aproximadamente. Do IPPS retornou para a Polícia Federal, onde ouviu a preleção do delegado Laudelino Coelho antes de ser solto e mandado embora sem maiores explicações.

A vida de Afonso Araldo até que teria sido razoável daí para frente se, depois de sair do IPPS, não tivesse sido acometido por uma doença que o impediu de trabalhar.

Nessas condições, a vida do ex-bancário tornou-se muito difícil, principalmente, quando um amigo do Banco do Nordeste, Joaci Tavares, teve a casa invadida, e, mais uma vez, seu nome estava registrado numa lista de pessoas que, em 1970, comporia uma nova chapa sindical.

Procurado, novamente, Afonso Araldo foi obrigado a fugir do hospital onde havia se internado, pela porta dos fundos e cair,

definitivamente, na clandestinidade, da qual só saiu em 1979, quando o governo militar, pressionado pelas forças políticas e democráticas e pelas manifestações populares dentro e fora do Brasil, foi obrigado a assinar o decreto que anistiou todos os brasileiros que lutaram pelo fim do regime militar e pelo retorno do país ao estado democrático de direito.



José Ferreira Alencar

Sabemos que nem todos os homens são feitos do mesmo barro. Há os mais frágeis, os covardes, os que fingem indiferença diante dos problemas deste mundo convulso e de tantas desigualdades. Mas há os de barro forte, inquebrável, que conseguem manter firmeza de comportamento mesmo nas situações mais adversas. É nesse rol que se inclui o professor José Ferreira Alencar, professor Alencar ou Zezé, como o tratavam com maior intimidade. Com a saúde, seriamente, debilitada desde a juventude, José Alencar enfrentou com indômita valentia anos seguidos de prisões, perseguições, violências brutais nos porões dos cárceres militares, sem jamais arrefecer seu caráter de revolucionário e defensor dos ideais socialistas que abraçara quando na adolescência.

Morreu em 2005, aquebrado, com as duas pernas amputadas, defendendo, todavia, com a mais rigorosa convicção, os princípios pelos quais se bateu durante toda a vida.

Eis uma trajetória sucinta deste autêntico lutador revolucionário.

José Alencar era militante comunista desde jovem, quando ingressou na União da Juventude Comunista do PCB.

Intensa e marcante foi sua atuação política, advindo, em consequência de sua luta, as mais ostensivas repressões e perseguições de sucessivos governos, desde o início da chamada guerra fria, no governo do marechal Eurico Gaspar Dutra, entre 1946 e 1950, até os governos militares pós-golpe de 1964.

A primeira prisão de José Alencar ocorreu em 24 de abril de 1964. Naquela época, quando concluía um projeto piloto de reforma agrária para a área sertaneja, denominado Projeto

Juatama, foi preso pelo Secretário de Segurança Pública do Estado do Ceará, por determinação do comandante da 10ª Região Militar, sob acusação de pertencer ao comitê estadual do PCB, sendo levado para as dependências do 23 BC, onde ficou por dias. Posteriormente, devido a complicações em sua saúde, foi transferido para o Hospital Militar, onde também se encontravam o então deputado federal Moisés Pimentel e o jornalista Edmundo Maia, correspondente, no Ceará, do jornal *Última Hora*, do Rio de Janeiro.

Libertado, José Alencar não encontrou a paz. Entre 1966 e 1969, ele e sua família foram vítimas de todos os tipos de pressão política e torturas psicológicas. Em 1966, foi afastado das funções de professor do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Ceará, teve o nome relacionado entre os professores com atuação “definitivamente subversiva no estado do Ceará”, sem contar as inúmeras vezes em que teve a casa invadida e vasculhada na presença dos familiares, além das várias detenções, ameaças de violência e prisões ilegais.

Em 4 de setembro de 1970, apesar de enfermo e acamado em consequência de uma crise circulatória que o fazia, um mês depois, amputar a perna direita, sua casa foi novamente invadida durante a madrugada, sendo ele barbaramente espancado e preso, juntamente, com a filha menor, Olívia Lima de Alencar, de apenas 15 anos de idade, e recolhidos ao 10º GO. Como testemunha ocular da estúpida ação naquela madrugada, o também professor Manuel Aguiar de Arruda, que se encontrava preso naquela unidade militar. Desnecessário dizer o quanto a brutalidade dessa prisão influenciou no agravamento da precária saúde da vítima.

Com o aprofundamento do golpe, resultante da edição do AI-5, as perseguições e a repressão policial se intensificaram, fazendo da delação e do autoritarismo a rotina daqueles dias.

No final de janeiro de 1972, com prisão preventiva decretada, denunciado como subversivo pelos jornais locais e caçado como criminoso pelos órgãos de repressão, José Alencar e as duas filhas, Olívia Lima Alencar (17 anos) e Vanzetti Lima Alencar

(15 anos), entram na clandestinidade e fogem para a cidade do Rio de Janeiro, onde buscam asilo político na Embaixada do México. Em 8 de fevereiro, após dez horas de difícil diálogo, o embaixador, além de negar asilo em seu país, solicita a intervenção de um destacamento policial, a quem entrega José Alencar e as filhas, ordenando aos policiais que os conduzissem à delegacia responsável pela segurança da área. Depois de lavrado o flagrante, os três são transferidos para o temido DOPS.

Na sede do DOPS, à disposição das autoridades militares do II Exército, permanecem 44 dias em regime de incomunicabilidade e de permanentes e intermináveis interrogatórios, acompanhados de violência psicológica, ameaça de desaparecimento e agressões de toda sorte. Um exemplo de crueldade e desrespeito aos mais elementares princípios dos direitos da pessoa humana, principalmente, de crianças e adolescentes, é atestado no fato de que as filhas de José Alencar foram forçadas a presenciar o espancamento de um jovem, completamente, despido, fato ocorrido na cela defronte a que se encontravam presas, juntas com detentos comuns, no Presídio São Judas Tadeu, anexo às dependências do DOPS.

Retornando a Fortaleza no final de março de 1972, foram recebidos, pessoalmente, pelo superintendente da Polícia Federal Laudelino Coelho. Incontinentemente, José Alencar exigiu que as filhas fossem, imediatamente, colocadas em liberdade. Em seguida à liberação das filhas, é preso em uma das celas daquele órgão, ficando incomunicável por quase dois meses. Nesse período, foi submetido a permanentes e prolongados interrogatórios, repetindo-se o sofrimento de que havia sido vítima no DOPS do Rio de Janeiro. Esse processo prolongou-se por 104 dias, apesar dos veementes protestos da advogada Wanda Rita Othon Sidou. Após esse longo período de incomunicabilidade e pressão psicológica, José Alencar é transferido para o IPPS, onde ficou preso pelo período de um ano. Em novembro de 1972, consegue o relaxamento da prisão devido ao agravamento de seu estado de saúde. Em 1975, é absolvido pelo Superior Tribunal Militar.

Para definir a personalidade marcante de José Ferreira Alencar e seu amor à causa socialista, ninguém melhor que ele próprio. Em requerimento à Comissão Especial de Anistia Wanda Sidou, de indenização a ex-presos políticos do Ceará, assim ele finalizou o pedido:

Quem analisar este requerimento de Anistia e seus três anexos, poderá facilmente concluir que, ao longo dos quinze anos de ditadura, apesar de todo tipo de violência, intimidação e falta de respeito à minha pessoa e à minha família e da prisão em um cárcere comum, com dois processos num tribunal militar por atentar contra a lei do silêncio em nome da segurança nacional, ao deixar a prisão e ser julgado pelos meus inimigos de classe, estava tão tranqüilo e altivo como no momento em que eu ingressei na Juventude Comunista em 46 e no Partido Comunista em 49. Era e continuo sendo um militante comunista consciente de que somente o socialismo resolverá os graves problemas que afligem o povo brasileiro e os povos de todo o mundo. Era e continuo sendo um professor universitário qualificado e um educador da classe trabalhadora. Os reacionários chamam-me de dinossauro por ser fiel às idéias de Marx e de Lenin. Mas é preferível ser uma criatura pré-histórica coerente e consciente a ser um macaco-prego ou mico-leão-dourado com o título de doutor comprado a peso de ouro, ou da venda da consciência na Universidade de Harvard.

Eis aí o perfil de um homem que conduzia consigo a coerência e a coragem pessoal.



Luiz Carlos Leite

Filho do militante comunista José Leite Filho, membro do PCB e ex-deputado estadual na Constituinte de 1946, Luiz Carlos Leite nasceu em Recife (PE), em 18 de abril de 1946. Desde jovem, porém, o filho de José Leite conheceu, de perto, a brutalidade da repressão política que se abateu sobre o Brasil durante a ditadura militar.

Preso e perseguido depois do golpe, José Leite é obrigado a abandonar Recife e partir para Fortaleza, onde passa a viver na clandestinidade. Luiz Carlos Leite, enquanto isso, permanece em Pernambuco, onde cursa o ginásio e trabalha na Previdência Social, no antigo Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários (IAPI).

Preocupado com o estado de saúde do pai, o estudante secundarista foi obrigado a abandonar os estudos e afastar-se do trabalho para cuidar de seu genitor.

Em Fortaleza, onde passa a morar na clandestinidade com os pais, Luiz Carlos Leite casa-se em 1970 e passa a trabalhar no então Instituto Nacional da Previdência Social (INPS). Identificado pelos órgãos de repressão do estado do Ceará logo após a descoberta, pela repressão, da gráfica clandestina no município de Croatá, onde era impresso o jornal *Voz Operária* do PCB, foi preso em seu local de trabalho em 9 de fevereiro de 1973.

Recolhido às dependências da Polícia Federal, o funcionário público sofreu torturas e toda sorte de maus-tratos durante os interrogatórios. Transferido ao IPPS, em 13 de março de 1973, Luiz Carlos Leite ficou detido nove meses naquele cárcere. Libertado para responder ao processo em liberdade, foi submetido a julgamento pela Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar e absolvido em 7 de julho de 1976.

A privação da liberdade, no entanto, e as torturas que sofreu nos cárceres da ditadura causaram sérios danos psíquicos, afetivos e morais em Luiz Carlos Leite e em sua família, que já vinham sofrendo muito com as perseguições movidas pelo Estado contra José Leite Filho.

Não obstante os sofrimentos e humilhações a que foi submetido, Luiz Carlos Leite sabe que, apesar de perder boa parte de seus estudos e de seus bens na luta contra a ditadura militar, contribuiu para o retorno do Brasil ao estado democrático de direito.



Messias Araújo Pontes

Militante do PCdoB na década de 70, Messias Araújo Pontes trabalhava na Rádio Assunção quando foi preso, em 29 de fevereiro de 1972, pela ditadura militar. Arrastado da emissora antes que fosse ao ar um programa do Movimento de Educação de Base (MEB,) financiado pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), mas que havia sido proibido pelo Departamento de Censura da Polícia Federal, Messias Araújo foi preso e torturado durante dois dias.

Demitido da emissora de rádio dois meses depois, Messias Araújo, para sobreviver, passou a ministrar aulas de educação física no Colégio Estadual Presidente Castelo Branco, no bairro da Itaoca, e na Escola Apostólica Nossa Senhora de Fátima, no bairro da Floresta, hoje Álvaro Weyne, em Fortaleza.

Em 3 de julho de 1974, quando saía da casa dos pais, no bairro Jacarecanga, foi sequestrado por agentes do DOI-CODI, por volta das dezenove horas. Algemado e encapuzado, Messias Araújo foi conduzido para uma unidade do Exército, onde hoje funciona a Secretaria de Saúde do Estado, e barbaramente torturado durante toda a noite.

No dia seguinte, após ter a casa invadida por agentes da repressão, Messias Araújo também teve a infelicidade de saber que a polícia jogou o filho, de apenas dois meses, no chão do quarto, enquanto procurava documentos subversivos. Levado para o DOI-CODI de Recife, o radialista passou trinta e cinco dias preso naquela cidade, vinte dos quais sob tortura. Transferido para Fortaleza, foi trancafiado numa cela da sede da Polícia Federal durante uma semana. Ali foi interrogado por agentes da Polícia Federal e do DOPS, após o que foi encaminhado para o IPPS.

Solto em 18 de setembro de 1974, Messias Araújo não teve sossego. Perseguido pela polícia dia e noite, notou que sua mulher, Maria Alves Pontes, que trabalhava no Centro de Processamento de Dados da Universidade Federal do Ceará, também estava sendo vigiada pelos esbirros da ditadura. Aconselhados pelo arcebispo de Fortaleza, dom Aloísio Lorscheider, e pela advogada de ambos, Wanda Rita Othon Sidou, resolvem sair da cidade. Abandonaram tudo o que possuíam no Ceará e foram para Cametá, cidade que fica no interior do Pará. Ali passam a trabalhar na Federação de Órgãos para Assistente Social e Educacional (FASE) até 1986, quando as atividades clandestinas de Messias Araújo, que continuava militando no PCdoB, são descobertas pela instituição. Demitido imediatamente das funções que ocupava na FASE, o casal parte de Cametá para São Luís do Maranhão.

De volta à capital do Ceará, depois de denunciar a invasão de sua casa no Comitê Brasileiro de Anistia do Maranhão, cujo congresso se realizara em 19 de março de 1979 no Centro de Treinamento da Arquidiocese daquele estado, Messias Araújo passa a trabalhar na Organização das Cooperativas do Estado do Ceará (OCEC), ao mesmo tempo que dirige um jornal alternativo denominado *Mutirão*. Agredido por um assessor do então governador Virgílio Távora, por haver criticado ações do governo do estado, é demitido da OCEC. Desempregado e sem condições de manter a família, recebe ajuda dos pais e irmãos.

Restabelecido o regime democrático, Messias Araújo Pontes retoma sua vida pessoal, retornando paulatinamente às atividades profissionais de jornalista e radialista, as quais exerce até hoje.

Departamento de Polícia Federal

Antônio dos Santos Teixeira

Francisco Dias de Oliveira

João Alves Gondim Neto

Luiz de França Ferreira

Valter Gurgel Barreto



Antônio dos Santos Teixeira

Em 1964, Antônio dos Santos Teixeira era professor da Escola Técnica Federal do Ceará (ETFC) e concluinte do curso de Direito da Universidade Federal do Ceará. Foi nesse período que começou a ser perseguido pela polícia e a sofrer todo tipo de agressão.

A primeira vez em que foi procurado pelos órgãos de repressão estava em sala de aula, quando um de seus filhos foi avisá-lo de que a polícia estava à sua procura. Apavorado, Antônio Teixeira deixa o prédio da Faculdade de Direito e se refugia na casa de um irmão para, em seguida, esconder-se na residência de um amigo.

Com o nome divulgado pela imprensa, no entanto, e a pecha de “traidor da Pátria” e “comunista perigoso”, era muito difícil conseguir se safar daquela difícil situação. Certo dia, quando se apresentou na Escola Técnica Federal do Ceará para não correr o risco de ser demitido por abandono de emprego, foi preso e conduzido ao DOPS. Levado para uma cela daquela delegacia, foi interrogado e, logo em seguida, transferido para o 23 BC, onde foi novamente interrogado.

Dias depois foi libertado; com a edição do AI-5 e o endurecimento da ditadura, porém, foi preso novamente em 1973. Estava de camionete com o filho, quando foi abordado por alguns policiais vestidos à paisana. Encapuzados pelos policiais, o professor e o filho de 16 anos foram conduzidos, em seu próprio carro, para a Delegacia de Parangaba, onde os policiais trocaram de veículo e levaram os dois para uma casa perto da Lagoa do Amanari – local conhecido como “Casa dos Horrores” (assim denominado porque lá eram praticados os

mais cruéis e humilhantes tipos de tortura). Ali, sob o olhar do filho que, segundo Antônio Teixeira, carrega esse trauma até hoje, o professor da ETFC foi barbaramente torturado. Terminada a tortura do pai, o filho ainda teve de passar trinta e duas horas preso e incomunicável.

Transferido para a custódia da Polícia Federal alguns dias depois, Antônio Teixeira foi, posteriormente, levado para o Grupo de Artilharia Transportada, o 10º GAT, onde foi posto numa cela imunda, fétida e sem colchão para dormir.

Como estava prestes a concluir o curso de Direito, imaginou que por essa condição mereceria um tratamento melhor. Escreveu, então, uma carta de próprio punho na qual alegava que, como estava para se formar, mereceria ser colocado em cela especial. A resposta: “Comunista não tem direito a curso superior”.

Assim, continuou na cela até ser liberado, ainda em 1973. Fora da prisão, nem por isso se viu longe da repressão, pois de vez em quando era ameaçado pela polícia e impedido de participar de atos públicos ou de solenidades. A última delas foi a própria formatura, na Concha Acústica da UFC, da qual não pôde participar por determinação da Polícia Federal.

A liberdade total e absoluta só veio a acontecer, portanto, em 1979, quando, finalmente, foi assinada a Anistia e os órgãos de repressão, de certa forma, perderam o poder.



Francisco Dias de Oliveira

Na década de 60, Francisco Dias de Oliveira integrava os quadros do PCdoB. Suas atividades, dentro do partido, iam da organização de operários, funcionários públicos e de empresas ao proselitismo político no meio estudantil.

Para Francisco Dias, a gravidade do momento exigia posturas firmes e determinadas:

A situação política do país naquela ocasião [décadas de 1960 e 1970] exigia tomada de posição firme por todos aqueles comprometidos com o futuro de seus filhos e, no geral, com a Pátria. Essa posição compreendia principalmente a volta da democracia com a plenitude do estado de direito.

Foi por defender essa bandeira, portanto, que o militante do PCdoB foi perseguido e preso pelos órgãos de repressão do estado em 25 de julho de 1969.

Porém, para Francisco Dias, uma das atitudes mais cruéis tomadas pelos esbirros da ditadura foi a invasão de sua casa. Tudo ocorreu numa madrugada. Os soldados entraram na casa armados de metralhadoras e baionetas. Francisco Dias e seus filhos foram acordados brutalmente pelos trogloditas do governo. Lá os soldados reviraram tudo: camas, mesas, guarda-roupa e outros móveis. A cena, segundo o integrante do PCdoB, ficou guardada para sempre na memória dos filhos.

Depois da prisão, Francisco Dias, que era contador, foi fichado na delegacia como criminoso comum. Em seguida, foi conduzido para o DOPS da Secretaria de Polícia do Estado do Ceará.

No DOPS, deparou com pessoas conhecidas, estudantes ainda do tempo do Liceu do Ceará, que, por covardia ou por vergonha, conforme relata, viraram-lhe as costas.

Nesse período, seu escritório de contabilidade também foi invadido várias vezes. Nessas invasões, a polícia vasculhava tudo: documentos, livros e papéis. Sem ter para quem apelar, a não ser para a família, era muito difícil trabalhar numa situação como aquela, pois ninguém estava seguro sob um regime de terror, e qualquer um que se opusesse ao mesmo sofreria as consequências.

Tempos depois, já em liberdade, Francisco Dias de Oliveira procura retomar a normalidade da vida pessoal e profissional, não sem os sobressaltos comuns da época.



João Alves Gondim Neto

Nascido em Salgueiro, Pernambuco, João Alves Gondim Neto foi estudar em Recife em 1966. Ali se matriculou na Escola Técnica Federal e no Colégio Estadual de Pernambuco. Foi neste último colégio, em 1968, que começou sua militância política. Em 1969, quando distribuía panfletos pela capital de Pernambuco, foi preso junto com outros companheiros. Em seguida, foi levado para o DOPS de Recife. Libertado alguns dias depois, passou a ser uma pessoa vigiada.

Temendo ser preso novamente e enquadrado na Lei de Segurança Nacional, quando poderia ser torturado ou morto pelos órgãos de repressão, João Alves resolve partir para Fortaleza. Na capital cearense, a militância política do ex-estudante continua até a tarde de 23 de março de 1973, quando foi preso por um comando formado por membros da Polícia Militar do Ceará e da Polícia Federal.

Conduzido para o quartel da PM, ali foi interrogado e espancado durante vinte e quatro horas pelos mesmos policiais que o tinham aprisionado. No dia seguinte, foi levado para a sede da Polícia Federal, onde as torturas continuaram. Dessa vez, não se restringiam apenas a espancamento, também, eram acompanhadas de choques elétricos e paus de arara, além de ameaças de morte.

Dias depois João Alves foi enviado para Recife com os braços algemados para trás e o corpo jogado no fundo de uma Veraneio. Em Recife, foi submetido a interrogatório durante dois dias nas dependências da 7ª Região Militar, onde ficava o DOI-CODI. Tempos depois, voltou para Fortaleza nas mesmas condições incômodas e humilhantes.

Levado para o 23 BC por agentes do DOI-CODI, João Alves passou uma semana naquele quartel, onde sofreu todo tipo de suplício.

Indiciado e condenado em vários processos em Fortaleza e Recife, João Alves passou sete anos e dois meses no IPPS. Ali encontrou os irmãos Fabiani e Swami Cunha, Mário Albuquerque, Valdemar Menezes, Oswald Barroso, Manoel Fonseca Filho, Willian de Montenegro, José Ferreira de Lima, José Jerônimo de Oliveira, Rogério Lustosa, José Duarte, Francisco Auto Filho e José Genoíno Neto.

Durante esses sete anos e dois meses de prisão, João Alves e muitos de seus companheiros foram obrigados a fazer greve de fome várias vezes para impedir a retirada de algum deles para “lugares desconhecidos” e perigosos, de onde talvez não voltassem mais.

Com a proclamação da Anistia em 1979, finalmente João Alves foi libertado do IPPS, de onde saiu para enfrentar novas batalhas, dentre elas, os estudos. Como os havia abandonado por causa das circunstâncias excepcionais nas quais vivia, não se sentia mais com condições de recuperar o tempo perdido.

Hoje, João Alves Gondim Neto trabalha como comerciário na cidade de Petrolina, em Pernambuco.



Luiz de França Ferreira

Em 1936, começam, no Rio de Janeiro, as articulações para as eleições de 1938. Nesse mesmo ano, são discutidos os nomes que vão substituir Getúlio Vargas no poder. Enquanto o país discute as eleições, Getúlio Vargas, contando com o apoio do ministro da Guerra de seu governo, Eurico Gaspar Dutra, e do chefe de Estado-Maior, Góis Monteiro, prepara o golpe de 1937, quando o Congresso será fechado e serão abolidas as garantias individuais. Nesse mesmo período, ingressa na Marinha de Guerra do Brasil o cadete Luiz de França Ferreira. Saindo do Ceará para o Rio de Janeiro em 1936, o cadete encontra-se, pela primeira vez, no meio de uma guerra. Preso porque não concordava com o Estado Novo, Luiz de França foi levado para Ilha Grande, onde, entre outros presos políticos, encontrou o escritor Graciliano Ramos.

Expulso da Marinha, posteriormente, é obrigado a abandonar o Rio de Janeiro para sobreviver. Assim, parte para a Amazônia, onde trabalha na área de saúde. Em 1946, a convite de um médico amigo, funda uma farmácia que funciona até hoje na cidade de Jaguaribe (CE). Em 1972, porém, quando tudo parecia esquecido, a casa do ex-cadete da Marinha de Guerra do Brasil foi invadida por agentes da Polícia Federal que, aos gritos, intimidavam sua mulher e filhas, ao mesmo tempo que reviravam e quebravam tudo o que viam à volta. Depois invadiram a farmácia, onde reviraram tudo novamente. Como não encontraram nada de comprometedor, nem num lugar nem no outro, resolveram levar o farmacêutico para a delegacia, onde ficou preso por algum tempo.

Hoje, com 91 anos e viúvo, a vida do ex-cadete voltou à normalidade, o atormentarem de vez em quando.

Valter Gurgel Barreto



Em 1964, ano do golpe militar, Valter Gurgel Barreto era estudante e, como tal, participava ativamente da vida política do Brasil. Nesse período, apoiava os candidatos que mais se adequavam às suas aspirações democráticas.

Com a morte do estudante Edson Luís, assassinado pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, em 28 de março de 1968, porém, muita coisa mudou. O Brasil praticamente parou nesse dia para, em seguida, ser tomado por uma verdadeira convulsão social.

As manifestações políticas multiplicavam-se em todo o país e cada uma delas era mais intensa do que a outra. Foi numa dessas manifestações, por sinal, que Valter Gurgel foi fotografado ao lado do então líder estudantil José Genoíno Neto na Praça do Carmo, em Fortaleza.

Na fotografia, Valter Gurgel estava apoiado num dos ombros de José Genoíno. Foi o bastante para, a partir desse dia, ter a casa onde morava com a mãe, na rua João Cordeiro, vigiada praticamente noite e dia pelo DOPS. Finalmente, em abril desse mesmo ano, foi preso. Estava na parada de ônibus, na rua Visconde do Rio Branco, quando foi abordado por agentes da Polícia Federal. Jogado num Jeep, onde se encontravam outros agentes, o líder estudantil foi imediatamente agredido por eles com socos, chutes e ameaças de morte.

Da Visconde do Rio Branco foi levado para a Superintendência da Polícia Federal, onde chegou depois de levar pancadas na cabeça que o deixaram desacordado por algum tempo. Ali foi recebido pelo delegado Laudelino Coelho, que o aguardava para prestar depoimento. Logo teve início uma sessão de tortura. Como Valter Gurgel se mantinha calado, Laudelino Coelho ameaçava

o estudante com mais tortura caso não revelasse suas ligações com o PCB e com o militante histórico desse partido, Tarcísio Leitão. Para provar que sabia de tudo o que se passava na vida do estudante, o superintendente exibia fotografias nas quais Valter Gurgel se encontrava ao lado de Tarcísio Leitão e de outros militantes do PCB.

Terminada essa sessão de tortura, na qual Valter Gurgel sofreu agressões físicas nos dedos e na palma dos pés, o estudante foi entregue a um agente do DOPS, que o levou para aquela delegacia e o trancafiou na mesma cela onde já se encontravam os estudantes Pedro de Albuquerque Neto e José Arlindo Soares.

Valter Gurgel passou quatorze dias no DOPS. Ali, tal como na Superintendência da Polícia Federal, também, foi agredido brutalmente. Posto em liberdade, foi avisado, por um dos agentes do DOPS, que a qualquer momento poderia ser requisitado para fazer o reconhecimento de algum militante político de esquerda, o que, de fato, aconteceu.

Fora da prisão, das várias notícias que o militante do PCB tomou conhecimento, aquela que mais o chocou foi saber que, na sua ausência, a casa onde morava com a mãe havia sido invadida por agentes da DOPS. Como a mãe do estudante era bastante precavida e imaginava que talvez fosse visitada por essa gente após a prisão do filho, tomou uma medida que, certamente, livrou o filho de maiores sofrimentos. Enterrou todos os livros de Valter Gurgel num buraco que fez no quintal. Assim, quando os agentes do DOPS chegaram a sua casa, não encontraram nada.

A vida de Valter Gurgel em Fortaleza, no entanto, tornou-se insuportável. Incomodado pela polícia, que não parava de procurá-lo, e discriminado pela vizinhança, que o tratava quase como um marginal (porque tinha sido preso político), Valter Gurgel resolveu abandonar Fortaleza e partir para São Paulo.

Com o fim da ditadura em 1984, volta para Fortaleza. Aqui retoma os contatos que tinha antes da ditadura e passa a viver pacatamente. Valter Gurgel Barreto morreu em 23 de outubro de 2005.

Interior do Estado

O Grupo de Crateús

O Grupo dos Onze

O Grupo de Crateús

Antônio Cruz Ribeiro

Antônio Paulino dos Santos

Antônio Shirley Cruz Jucá

Francisco Colares de Oliveira

Francisco Silva Araújo

João Aragão

João Soares dos Santos

José Bezerra de Melo

José da Silva Palhano

José Soares da Silva

Manuel Ferreira dos Anjos

Norberto Ferreira Filho



Antônio Cruz Ribeiro

Escribe Antônio Cruz Ribeiro sobre sua prisão na década de 60:

Encontrava-me caminhando em determinada rua [de Crateús] quando fui abordado pelo tenente Manuel Ferreira dos Anjos, [que] me apresentou um documento informando que o país estava em revolução e que era de suma importância que, além de assinar, deveria também buscar a assinatura de outros companheiros de bancada, [além da] do vice-prefeito.

A data precisa em que tudo isso ocorreu, segundo Antônio Cruz, vereador de Crateús nessa época, foi 31 de março de 1964, justamente no dia em que os militares davam o golpe em Brasília.

“Ao ler o citado documento”, continua Antônio Cruz, “achei por bem assiná-lo”. Afinal, explica em seguida, “o mesmo não contrariava a ordem constitucional vigente”. Pelo contrário. Apenas “afirmava [ou, em outras palavras, confirmava] o governo do então presidente João Goulart”. De posse daquele documento, Antônio Cruz o levou para o vice-prefeito, que, por sua vez, também o assinou.

No mesmo dia, porém, por volta da meia-noite, o governo legítimo – aquele que tinha sido mandado para a China por Jânio Quadros e que voltava ao Brasil por intermédio de Leonel Brizola – fora deposto. “Meus adversários”, continua Antônio Cruz, “aproveitando-se do fato de que eu era defensor da ordem constitucional até então vigente, denunciaram-me a todos os órgãos de segurança do país”. E a prova que exibiam, para comprovar as relações espúrias que Antônio Cruz mantinha com os subversivos, era, justamente, o documento que havia assinado a pedido do tenente Manuel Ferreira dos Anjos.

Com o mandato de vereador cassado, a vida de Antônio Cruz mudou completamente. Levado para interrogatório, o ex-vereador foi condenado a três anos de prisão. Detido nos cárceres da ditadura durante seis meses, Antônio Cruz foi julgado novamente e absolvido pelo Superior Tribunal Militar.

“A prisão” continua Antônio Cruz, “[me] trouxe grandes prejuízos”. Impedido de trabalhar, porque tinha sido preso, a família, que não era pequena – além dele e da mulher, havia os seis filhos –, ficou entregue aos cuidados da mulher que, para prover a casa, era obrigada a trabalhar pelo marido e pelos filhos. Foi para acabar com essa situação de desequilíbrio que Antônio Cruz resolveu abandonar o Ceará e morar no Maranhão, onde ainda hoje se encontra.



Antônio Paulino dos Santos

Por determinação do comandante da 10ª Região Militar, foi instaurado, em 7 de maio de 1964, um inquérito policial militar contra o funcionário da RFFSA, em Crateús, Antônio Paulino dos Santos.

Em 11 de maio do mesmo ano, Antônio Paulino prestou declarações como indiciado na cadeia pública de Crateús, na presença do major encarregado do inquérito.

Denunciado como incurso em artigos da Lei de Segurança Nacional, o ex-funcionário da RFFSA foi interrogado, em 16 de setembro de 1969, no Auditório da 10ª Circunscrição Judiciária Militar.

Em 29 de janeiro de 1966, foi condenado a seis meses de reclusão. Parte dessa pena foi cumprida no 23 BC; a outra parte, na cadeia pública de Crateús.

Felizmente, após todas as arbitrariedades por que passou nas mãos da Justiça Militar, Antônio Paulino foi absolvido pelo Superior Tribunal Militar sob a alegação de que, na verdade, o ex-funcionário da RFFSA não havia cometido nenhum crime contra o Estado.

Reconhecida sua inocência pelo órgão máximo do judiciário militar, nem por isso a vida de Antônio Paulino deixou de ser afetada por tudo o que passou. Preocupado com a situação da família, logo nos primeiros dias da prisão o ex-funcionário da RFFSA começou a ter problemas no coração.

Em liberdade, escreve Guiomar Ferreira de Carvalho, mulher de Antônio Paulino, “meu esposo [...] foi acometido de uma trombose que o deixou sem consciência”. Por conta disso, continua Guiomar Ferreira, “passei a cuidar dos filhos pequenos e do marido doente, assumindo assim o papel de chefe de família”.

Pouco tempo depois de ser preso e ver reduzidos os proventos no emprego, Antônio Paulino dos Santos morre em 13 de fevereiro de 1976.



Antônio Shirley Cruz Jucá

No Ceará, depois de Fortaleza, Crateús foi a cidade mais visada pela repressão militar. Em parte por causa do movimento sindical dos ferroviários e dos trabalhadores rurais que era muito forte ali; em parte por causa da Igreja Católica, liderada por um dos bispos mais atuantes do Brasil naquele tempo, dom Antônio Fragoso.

Naquela cidade, banhada pelo rio Poti e visitada pelos bandeirantes de Domingos Jorge Velho no século XVII, também, existia, na década de 60 do século passado, um Batalhão de Engenharia de Construção, o 4º BEC, onde servia o terceiro-sargento Antônio Shirley Cruz Jucá.

Considerado subversivo por alguns porque, além de ser do Exército, também, era vereador, o terceiro-sargento, submetido a sindicância, foi considerado inocente por seus inquiridores ou, como eles escrevem, “nada ficou positivado” sobre sua participação como elemento de esquerda durante o golpe de 1964. Em seguida, para que a sindicância não terminasse com essa primeira inquirição, acrescentam que “o aludido, que é vereador licenciado pelo município de Crateús”, era “elemento exaltado e sectário” quando “no exercício do mandato”.

A senha estava dada para aqueles que quisessem continuar com as averiguações. Assim, em 8 de maio de 1964, o então major Lívio França, encarregado do inquérito policial militar, manda prender o terceiro-sargento de Crateús, que é levado para Fortaleza e recolhido ao quartel do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva (CPOR).

Preso e interrogado, o terceiro-sargento é libertado logo em seguida para, dias depois, ser preso, novamente, dessa vez por

ação da Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar. Libertado em 21 de dezembro, é detido outra vez em 29 de janeiro de 1966. Julgado e condenado a três anos de prisão, Shirley Jucá é levado para o 23 BC, em Fortaleza. Depois é transferido para o 10º GO.

Expulso do Exército, em setembro de 1964 e cassado pela Câmara dos Vereadores de Crateús, a vida de Shirley Jucá, por esse tempo, era um verdadeiro tormento. Longe da família e sem saber se ainda tinha amigos, o terceiro-sargento faz de tudo para cumprir a pena em Crateús. Contrata advogados e, por intermédio destes, consegue seu intento. É levado para a cadeia pública da cidade natal. Ali fica até 25 de julho de 1967, quando o Superior Tribunal Militar – STM, finalmente, o absolve e liberta. A pena, no entanto, já tinha sido toda ela cumprida.



Francisco Colares de Oliveira

Funcionário da RFFSA em Crateús, Francisco Colares de Oliveira, hoje com mais de 80 anos, encontrava-se em sua casa, em 1964, quando recebeu uma intimação do então delegado de polícia local para comparecer à delegacia. Interrogado, Francisco Colares foi, em seguida, recolhido às dependências do quartel da cidade natal, onde permaneceu até o dia seguinte.

Em janeiro de 1965, foi submetido a julgamento. Condenado a seis meses de prisão, o ex-funcionário da RFFSA foi levado para Fortaleza, onde foi recolhido ao 23 BC. Transferido para Crateús, posteriormente, ali ficou encarcerado até ser solto e absolvido pelo Superior Tribunal Militar.

Absolvido da sentença, mas não da pecha de “comunista”, a vida de Francisco Colares, logo após a prisão e recuperação da liberdade, tornou-se um tormento. Transferido para vários lugares do interior do Ceará, sem ter como dizer *não* a seus superiores, ainda teve o salário reduzido quase à metade. Mal recebido pelos amigos e malvisto pela cidade onde morava, foi a esse tipo de vida que o Superior Tribunal Militar o condenou para depois o absolver das acusações mal fundadas promovidas por seus inimigos.



Francisco Silva Araújo

Em 7 de maio de 1964, o Comando da 10ª Região Militar determinou a instauração de inquérito policial militar para averiguar supostas atividades “subversivas” na região de Crateús. Francisco Silva Araújo recebeu, em 11 de maio do mesmo ano, intimação do capitão PM Camilo Filho para que comparecesse ao 3º Batalhão de Polícia Militar (BMP).

Ao chegar ao 3º BPM, Francisco Silva foi recolhido à prisão da corporação, onde já se encontravam outros conterrâneos. Em seguida, foi interrogado em sindicância na cadeia pública de Crateús. Denunciado como incurso nas sanções do artigo 24 da Lei de Segurança Nacional, Francisco Silva foi condenado a seis meses de reclusão pelo Conselho de Justiça da Auditoria da 10ª Circunscrição da Justiça Militar, em sessão realizada em 29 de janeiro de 1966.

Expedido o mandado de prisão, Francisco Silva, que trabalhava na RFFSA de Crateús e nunca fora comunista, apenas participava do sindicato da categoria, assim como outras pessoas, foi recolhido ao quartel do 23 BC em Fortaleza. Ali, além de ser submetido a todo tipo de humilhação e maus-tratos, ainda amargava a distância que o separava da família. Mais tarde, atendendo a solicitação do advogado de defesa, o ex-funcionário da RFFSA foi transferido de Fortaleza para a cadeia pública de Crateús, onde cumpriu a pena perto de casa.

Livre da prisão pelo Superior Tribunal Militar em 25 de julho de 1967, logo após ter cumprido a pena que lhe tinha sido decretada anteriormente, Francisco Silva, ainda, foi punido pela RFFSA com aposentadoria compulsória em decorrência dos processos instaurados pela Comissão de Processo Sumá-

rio. Por conta disso, teve interrompida todas as oportunidades de progressão profissional que teria conseguido, ao longo do tempo, se na ativa houvesse permanecido.

Francisco Silva Araújo morreu recentemente. Depois dele morreram sua mulher e filha. Permanece, da família, o filho, que não esquece os sofrimentos do pai.



João Aragão

Uma das primeiras medidas tomadas pela ditadura militar, logo após o golpe de 1964, foi a instauração de inquérito policial militar em vários lugares do país. As pessoas que trabalhavam em órgãos públicos, principalmente, eram obrigadas a participar desse tipo de expiação.

Crateús, como era uma terra onde os movimentos sindicais tinham uma forte atuação naquele tempo e onde a Igreja também trabalhava em prol do bem-estar das pessoas, tornou-se uma cidade muito visada pelos órgãos de repressão. Tanto assim que, pouco tempo depois do golpe, a cidade de Crateús foi, simplesmente, invadida pela polícia política, a mando da 10ª Região Militar, que ali instaurou um inquérito policial militar, contra as pessoas mais combativas da região.

João Aragão, casado e pai de muitos filhos, foi um desses homens. Em 7 de maio de 1964, teve de responder a inquérito policial. Em 11 do mesmo mês, foi interrogado como indiciado na cadeia pública de Crateús. Em 13 de novembro de 1964, foi denunciado como incurso no artigo 24 da Lei de Segurança Nacional, sendo a denúncia recebida em 27 de novembro do mesmo ano.

Em 5 de janeiro de 1965, suas individuais datiloscópicas foram recolhidas pelo Ministério da Guerra – Serviço de Identificação do Exército. Em 29 de janeiro de 1966, foi condenado a seis meses de prisão. Três meses dessa pena foram cumpridos em Fortaleza; os outros três meses, em Crateús.

Durante todo esse tempo, o homem de Crateús, sem ter a menor noção dos motivos que fizeram com que a polícia do estado do Ceará o considerasse um subversivo, passou por

constrangimentos e humilhações as mais diversas. Conforme informações de seus filhos, João Aragão saiu da prisão com a saúde abalada. Primeiro pelos maus-tratos sofridos fisicamente; depois pelos maus-tratos psicológicos, que o abateram profundamente.

Do lado de fora das grades, o homem de Crateús ainda teve de deparar com o estigma de “comunista” e de “inimigo do poder”, coisa que o impediu de retornar imediatamente à vida normal.



João Soares dos Santos

Considerada uma das cidades mais politizadas do Ceará na década de 1960, Crateús era constantemente vigiada pela polícia política. Liderada por uma Igreja progressista que tinha como bispo dom Antônio Frágoso, Crateús também dispunha de um movimento sindical atuante naquele tempo. A polícia política, para acabar com isso ou para pôr fim à liderança da Igreja e às manifestações sindicais, instaurou um inquérito policial militar, em 7 de maio de 1964, e prendeu uma série de trabalhadores rurais e funcionários da Rede Ferroviária Federal do Ceará.

João Soares dos Santos foi preso em 11 de maio de 1964, quando estava em sua residência. Primeiro recebeu uma intimação do capitão PM Camilo Filho para que comparecesse ao 3º BPM; depois, quando se apresentou ao 3º BPM, foi posto na prisão da corporação sem maiores explicações.

Preso, João Soares foi condenado a seis meses de reclusão pelo Conselho de Justiça da Auditoria da 10ª Circunscrição da Justiça Militar, em sessão realizada em 29 de janeiro de 1966. Expedido o mandado de prisão, João Soares, funcionário da RFFSA em Crateús, foi recolhido à prisão do quartel do 23 BC, em Fortaleza.

Submetido a toda espécie de humilhação e maus-tratos, João Soares, que não mantinha vínculo político com partido algum, ainda teve de sofrer a distância da terra natal e da família até o dia em que, a pedido de seu advogado, foi transferido para a cadeia de Crateús, onde o prefeito construiu um anexo para, ali, serem trancafiados os presos políticos nascidos na região.

Em 25 de julho de 1967, finalmente, João Soares foi absolvido pelo Superior Tribunal Militar. A absolvição, no entanto, só

ocorreu depois deste haver cumprido toda a pena e por outro lado, não impediu que a Comissão de Processo Sumário da RFFSA punisse João Soares com a aposentadoria precoce. Com a vida profissional tolhida por causa dessa aposentadoria compulsória, João Soares dos Santos perdeu todas as oportunidades que teria, caso permanecesse na ativa, de progredir profissionalmente dentro de seu ambiente de trabalho.



José Bezerra de Melo

Crateús é o nome de uma cidade que fica a sudoeste de Fortaleza. Considerada possessão de Domingos Jorge Velho, no século XVII, a cidade de Crateús também pertenceu ao estado do Piauí antes de se integrar às terras que hoje fazem parte do Ceará.

Distante de Fortaleza trezentos e trinta e seis quilômetros, foi aí que José Bezerra de Melo nasceu e exerceu a militância política durante muito tempo. Eleito vice-prefeito em 1964, o marido de Ivonize Machado, que o acompanhou desde a juventude, teve seu mandato cassado logo nos primeiros dias do golpe militar. Em seguida, foi preso e recolhido ao quartel do 23 BC de Fortaleza.

Afastado da família, José Bezerra sofreu torturas físicas e psicológicas. Dentre elas, a simulação de um fuzilamento que tinha como objetivo quebrar a resistência dos prisioneiros no momento em que fossem interrogados.

Com a prisão preventiva decretada em 4 de junho de 1964, embora já estivesse preso há dois meses, José Bezerra respondeu a processos da Auditoria da 10ª Região Militar. Teve a prisão preventiva revogada em 21 de dezembro de 1964. Mesmo assim foi preso novamente. Em 4 de janeiro de 1965, foi citado pessoalmente e, no dia seguinte, “reivindicado para fins de justiça” pela Seção do Serviço Militar – IV Exército/10ª Região Militar.

Em 16 de setembro de 1965, foi interrogado na Auditoria da 10ª Circunscrição Judiciária Militar para ser julgado, em 29 de janeiro de 1966, pelo Conselho Permanente de Justiça da mesma circunscrição. Condenado a três anos de prisão, José Bezerra cumpriu a pena na cadeia pública de Crateús, onde o

então prefeito havia mandado construir um anexo para abrigar as dezenas de pessoas, nascidas ou que moravam em Crateús, que haviam sido aprisionadas pelo regime militar.

Tempos depois, José Bezerra foi julgado e absolvido pelo Superior Tribunal Militar. Livre das grades e das perseguições políticas, não deixou de ser incomodado pelo estigma de “subversivo” e de inimigo do regime então no poder. Assim, partiu de Crateús para São Paulo. Na capital paulista, José Bezerra, após muita dificuldade, tornou-se vice-reitor da Universidade de Mogi das Cruzes. No Ceará, candidatou-se e elegeu-se deputado estadual. José Bezerra de Melo morreu em 13 de dezembro de 1998.



José da Silva Palhano

Numa manhã de sábado de 1964, José da Silva Palhano almoçava tranquilamente em sua casa em Crateús, quando foi interrompido por um policial que, depois de se apresentar, o intimou a comparecer à delegacia de polícia a pedido, segundo ele, do capitão Camilo Filho.

Assustado com a intimação e preocupado porque o chamado parecia urgente, José da Silva esqueceu o almoço e se preparou para se apresentar, imediatamente, perante o capitão. Na delegacia foi informado de que, por ordem do comandante da 10ª Região Militar, fora instaurado inquérito policial contra ele por ter sido considerado “subversivo” pelas Forças Armadas.

Detido sob a acusação de fazer parte de um “bando de subversivos” que queria tomar o poder no Brasil, José da Silva, tido como “um homem de bem” em sua cidade natal, foi preso junto com os outros “subversivos” que, nesse caso, eram seus vizinhos em Crateús.

No mesmo dia da prisão, enquanto era interrogado na cadeia pública, a casa na qual vivia com a mulher e que nunca fora considerada um antro de “comunistas” ou de “revolucionários sanguinários” era invadida por policiais que procuravam materiais suspeitos em suas dependências.

Embora nada tenha sido encontrado, José da Silva, que era funcionário da RFFSA em Crateús, foi denunciado em novembro de 1964 para ser identificado criminalmente pela Seção do Serviço Militar do IV Exército/10ª Região Militar em 5 de janeiro de 1965.

Em 16 de setembro de 1965, foi qualificado e interrogado na Auditoria Militar. Mesmo afirmando que apenas havia assinado

um papel a pedido de um amigo e que esse papel tinha algo a ver com um jornal cujo exemplar nunca recebera e do qual nem sequer tomara conhecimento, foi condenado a seis meses de reclusão em 29 de janeiro de 1966.

A prisão lhe trouxe grandes prejuízos. Esteve doente durante todo o período em que ficou encarcerado: primeiro em Fortaleza; depois em Crateús. Com ele também sofreu a mulher que, obrigada a cuidar dos filhos sozinha a partir de então, adoeceu gravemente e foi hospitalizada várias vezes para se submeter a tratamento psiquiátrico. Mais tarde, em decorrência do abandono em que se encontravam seus filhos, dois deles (um com 2 anos de idade e o outro com 4) morreram praticamente de inanição.

Cumprida a pena imposta pelo Superior Tribunal Militar, José da Silva Palhano finalmente foi julgado e absolvido dos crimes de que era acusado. As sequelas deixadas pelo tempo em que passou nos cárceres da ditadura foram muitas, e a vida familiar que se desarticulou, completamente, depois desse período, nunca mais foi refeita.



José Soares da Silva

Em 11 de maio de 1964, estando em sua residência em Crateús, o funcionário da RFFSA José Soares da Silva, que não tinha vínculo com partido político nenhum, recebeu intimação do capitão da Polícia Militar Camilo Filho para que comparecesse ao 3º BPM de Crateús.

Mal chegou ao 3º BPM, José Soares foi recolhido à prisão da corporação sem sequer ser informado por que procediam assim com ele. Horas depois, foi interrogado na cadeia pública de Crateús. Em seguida, foi transportado ao quartel do 23 BC em Fortaleza, onde ficou preso, tendo a seu lado vários conterrâneos.

Afastado da família e da cidade natal, sofreu agressões físicas e psicológicas. A primeira delas foi uma simulação de fuzilamento logo que chegou ao 23 BC.

Em 7 de maio de 1964, foi instaurado inquérito policial militar. Considerado subversivo, foi interrogado em sindicância em 11 de maio de 1964. Aceita a denúncia da Promotoria Militar, José Soares da Silva foi condenado a seis meses de prisão. Transferido do 23 BC para a cadeia pública de Crateús, após vários pedidos feitos por seu advogado, ali ficou até ser julgado, novamente, em 27 de julho de 1966, e ser absolvido pelo Superior Tribunal Militar.



Manuel Ferreira dos Anjos

Manuel Ferreira dos Anjos, no tempo em que os militares deram o golpe, em 1964, era tenente do Exército brasileiro em Crateús. Ali residia com a mulher que, para melhorar as condições de vida dos dois, comandava um hotel de nome Hotel dos Viajantes.

Radioamador nas horas vagas, Manuel Ferreira, mais conhecido como Tenente dos Anjos, costumava ajudar a comunidade de Crateús mandando recado, por intermédio de seu rádio, para várias pessoas que moravam em lugares distantes do Brasil. No carnaval, como era pessoa alegre e comunicativa, também, animava os blocos carnavalescos.

Em 7 de maio de 1964, no entanto, foi preso. Em 24 do mesmo mês, prestou depoimento para, em seguida, ser encarcerado nas dependências do CPOR, em Fortaleza. Em 4 de junho, teve a prisão preventiva decretada e em 25 de setembro foi “demitido” das Forças Armadas por decreto do presidente da República, o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco.

Julgado em 29 de janeiro de 1966, o ex-tenente do Exército foi condenado a três anos de reclusão, a princípio no 23 BC em Fortaleza; depois, a pedido de seu advogado, na cadeia pública de Crateús.

Finalmente, em 27 de julho de 1967, seis meses após a prisão, o Tenente dos Anjos foi absolvido pelo Superior Tribunal Militar. A vida calma e tranquila que o ex-folião e ex-operador de radioamadorismo levava em Crateús, anteriormente, no entanto, se acabou para sempre, principalmente, depois que a mulher, premida pelas dificuldades, foi obrigada a vender o hotel para, com o pouco dinheiro que conseguiu por ele, pagar advogados competentes que pudessem tirar o marido dos apuros nos quais fora metido.



Norberto Ferreira Filho

Recordações da Casa dos Mortos é o título do livro que Fiodor Mikhailovitch Dostoievski publicou em 1862. Nesse livro, que ajudou, de certa forma, a melhorar um pouco os cárceres da Rússia czarista, Dostoievski narra as agruras na cidade de Omsk, na Sibéria, onde esteve preso por vários anos.

Foi baseado nesse livro, provavelmente, que Graciliano Ramos escreveu *Memórias do Cárcere* e que o escritor Norberto Ferreira Filho publicou suas *Lembranças do Cárcere*. Certamente, este não é um livro tão genial quanto o de Dostoievski e o de Graciliano, mas atinge os seus objetivos, já que, como os dois primeiros, também, fala da prisão nos porões de uma ditadura.

Mais conhecido como Ferreirinha em Crateús, Norberto Ferreira estava em seu estabelecimento comercial, em 12 de maio de 1964, quando foi abordado por três policiais militares. “Convidado” a comparecer ao quartel da cidade por ordem do capitão Camilo Filho, comandante do destacamento da Polícia Militar de Crateús, Norberto Ferreira foi conduzido, ao local, de Jeep por três policiais. Ao chegar ao 3º BPM, o comerciante foi preso imediatamente. Denunciado pelo Ministério Público Militar, logo após ser interrogado na cadeia pública de Crateús, foi incurso nas sanções do artigo 24 da Lei de Segurança Nacional.

Aceita a denúncia da Promotoria Militar formulada pela Auditoria da 10ª Circunscrição da Justiça Militar, Norberto Ferreira foi condenado a seis meses de prisão pelo Conselho de Justiça da mesma auditoria. Expedido o mandado de prisão logo após o julgamento, o comerciante de Crateús foi recolhido aos cárceres do 23 BC.

Submetido a toda espécie de humilhação e maus-tratos, o autor de *Lembranças do Cárcere* ainda tinha, contra ele, o fato de se encontrar longe da família que, como morava em Crateús, nem sequer tinha o consolo de visitá-lo.

Transferido para Crateús, posteriormente, a pedido de seu advogado, o comerciante foi trancafiado na cadeia pública da cidade natal.

Absolvido pelo Superior Tribunal Militar em 25 de julho de 1966, o comerciante não deixou de sofrer os danos materiais e morais de que foi vítima dentro e fora da prisão. Tachado de “comunista” pelo Estado, era natural que a população de Crateús também o tratasse dessa maneira. Assim, mal saiu da prisão, Norberto Ferreira foi obrigado a mudar de profissão.

Foi para contar toda essa história que Norberto Ferreira Filho, com mais de 80 anos hoje, resolveu escrever e publicar as *Lembranças do Cárcere*, nas quais narra todos os momentos difíceis vividos por ele e por todos aqueles que estiveram presos a seu lado.

O Grupo dos Onze

Aldo Marcozzi Monteiro

Aristóteles Ribeiro da Costa

Corsubel

Francisco Ozanan Campos Monteiro

José Alberto Carneiro Monteiro

José Ribeiro da Costa

Josias Nepomuceno da Silva

Manuel Ramos

Quilon Peixoto Farias

Reinaldo Ribeiro da Costa

Vital de Freitas Saraiva



O Grupo dos Onze

O ano de 1961 foi decisivo para a história do Brasil. Pela primeira vez um presidente eleito pelo povo e sem nenhuma razão aparente renunciou ao cargo e abandonou o poder. O vice-presidente João Goulart encontrava-se na China.

Considerado um homem perigoso, porque defendia a reforma agrária e a taxação da remessa de lucro para o exterior, as forças mais conservadoras que sempre dominaram o Brasil rebelaram-se e tentaram impedir o retorno de João Goulart ao país. Foi quando Leonel Brizola, governador do Rio Grande do Sul na época, levantou-se como um verdadeiro líder e enfrentou os golpistas. Armou a população do Rio Grande do Sul e criou a “cadeia da legalidade”, emissora de rádio que transmitia os pronunciamentos de Leonel Brizola, e propugnava pelo retorno de João Goulart para assumir o poder no Brasil.

A cidade de Icó, que fica a trezentos e setenta e cinco quilômetros de Fortaleza, ouvia esses pronunciamentos do governador do Rio Grande do Sul. Um grupo formado por onze pessoas – Aldo Marcozzi Monteiro, Aristóteles Ribeiro da Costa, Francisco Ozanan Campos Monteiro, José Alberto Carneiro Monteiro, José Ribeiro da Costa, Josias Nepomuceno da Silva, Manuel Ramos, mais conhecido como Manuel Josino, Quilon Peixoto Farias, Reinaldo Ribeiro da Costa, Vital de Freitas Saraiva e um dentista conhecido apenas pelo nome de Corsubel – reunia-se, regularmente, na casa de Caubi Alcântara e ali ouvia a Rádio Farroupilha, na qual Leonel Brizola bradava contra os golpistas e defendia o retorno de João Goulart e sua ascensão ao poder.

Nesse mesmo período, o grupo recebia a visita de um homem de cor morena e estatura mediana. Esse homem apresentava-se

com o nome de João e aparecia em Icó todo mês com o objetivo de arrecadar fundos, quase sempre em dinheiro, para manutenção e sustentação do movimento revolucionário liderado por Leonel Brizola.

Com o golpe militar de 31 de março de 1964, o Grupo dos Onze da cidade de Icó começou a ser duramente perseguido. Por isso mesmo foi obrigado a se reunir em vários lugares diferentes. Mesmo assim, não se livrou da sanha dos militares. Em 11 de abril de 1964, chega a Icó um contingente policial que, sorrateiramente, invade as residências das pessoas que faziam parte do grupo. Foi nesse dia que a casa de praticamente todos eles foi cercada por policiais que carregavam armas de grosso calibre, inclusive metralhadoras, e assustavam os pais, as mulheres e os filhos dos seguidores de Leonel Brizola e João Goulart. Arrastados pelos policiais, algemados e sem condição de oferecer nenhum tipo de reação, um dos integrantes do grupo, Aldo Marcozzi Monteiro, tentou fugir. A tentativa, porém, foi inútil, pois foi imediatamente atingido por um cano de fuzil que o abateu à altura dos rins e que, por conta disso, o deixou praticamente inerte no chão depois de se contorcer por algum tempo.

Levados para a cadeia pública de Icó, ali ficaram todos até que três deles, Aldo Marcozzi Monteiro, Josias Nepomuceno e José Alberto Carneiro Monteiro, foram recambiados para Fortaleza; os que permaneceram em Icó ficaram dez dias presos; os que foram para a capital do estado tiveram de amargar trinta dias de reclusão nos cárceres do 23 BC.

Postos fora das grades, passaram a ter uma vida, tanto os que ficaram em Icó como os que foram para Fortaleza, que não se comparava nem um pouco com a que tiveram antes. A maior parte abandonou a política e, no lugar dela, passou a se preocupar apenas com a própria sobrevivência.

Somente com o fim da ditadura em 1984, conseguiram recuperar um pouco da vida despreocupada e tranquila a que tinham direito e da qual desfrutavam antes de 1964.

Componentes do Grupo dos Onze

**Aldo Marcozzi
Monteiro**

**Aristóteles Ribeiro da
Costa**

Corsubel

**Francisco Ozanan
Campos Monteiro**

**José Alberto
Carneiro Monteiro**

**José Ribeiro
da Costa**

**Josias Nepomuceno
da Silva**

Manuel Ramos

**Quilon Peixoto
Farias**

**Reinaldo Ribeiro
da Costa**

**Vital Ribeiro
da Costa**

Movimento Estudantil

Secundaristas

Universitários

Secundaristas

Antônio Marcos Moura

Jane Vasconcelos Dantas

Maria do Carmo Moreira Serra Azul

Maria Ruth Barreto Cavalcante

Paulo Verlaine Coelho



Antônio Marcos Moura

Natural de Sobral (CE), nasceu em 22 de agosto de 1946. Antônio Marcos Moura, em 1967, era estudante secundarista em Fortaleza. Nessa época, tal como todo aluno de segundo grau, alimentava a esperança de ver o Brasil voltar ao estado de direito como tinha vivido antes de 1964. Em nome desse ideal, os estudantes reuniam-se e formavam entidades estudantis com o objetivo de lutar, primeiro, pelos interesses do colégio e, depois, pelos interesses do país. Uma dessas entidades, que surgiu a partir do Centro de Estudantes Secundaristas do Ceará (CESC), foi o Departamento de Assistência e Fiscalização Estudantil (DAFE), do qual Marcos Moura fazia parte, exercendo a função de supervisor.

Numa tarde de sábado, a sede da entidade foi invadida pela polícia. Os estudantes realizavam uma reunião naquele momento quando foram surpreendidos pelos militares com uma brutal pancadaria.

Após os atos de verdadeira selvageria, os estudantes que não conseguiram fugir foram jogados num carro da polícia e conduzidos para a prisão.

Marcos Moura não sabe, exatamente, para onde foi levado. A lembrança que guarda desse dia é a de que foi trancafiado numa sala escura, onde nem a luz do sol penetrava. A única visita que recebia era a de um policial que costumava fazer perguntas, as quais se negava a responder. Diante do silêncio do estudante, o policial partia para as agressões física e moral.

Preso naquele ambiente escuro, onde não conseguia distinguir o dia da noite, Marcos Moura, certa vez, recebeu a visita de um outro policial que, como o anterior, também, pretendia ob-

ter informações sobre os membros do DAFE. Diante do repetido silêncio, o policial, revoltado, deu ordens aos subordinados para espancarem o estudante até que este falasse.

A partir desse momento, Marcos Moura não teve mais paz. Os policiais, quando chegavam para interrogá-lo, vinham com o objetivo de “mostrar serviço”. Assim, quando foi interrogado pela última vez, Marcos Moura foi brutalmente torturado, chegando a desmaiar após ter a clavícula quebrada.

Preocupados com aquele homem aparentemente morto, resolveram dar um fim ao cadáver. Levado para um lugar ermo, ali foi abandonado. Quando Marcos Moura acordou, imaginava estar ainda no mesmo quarto fétido e escuro. Por isso, tomou um susto com o céu azul e o descampado verde à sua volta. No entanto, não sabia onde estava. Pondo-se de pé, passou a andar aleatoriamente. De repente, cambaleou à beira de uma estrada, onde teve a sorte de conseguir uma carona com um motorista que, para sua felicidade, o levou à casa de um amigo, local em que finalmente pôde se sentir seguro.

Hoje, passados tantos anos, Antônio Marcos Moura ainda carrega na alma e no corpo as sequelas daqueles tempos de arbítrio. Com o fim da ditadura, muita coisa mudou em sua vida, menos a lembrança daquele quarto escuro e lúgubre.



Jane Vasconcelos Dantas

Em 1970, Jane Vasconcelos Dantas era professora primária recém-formada e segundanista em Contabilidade na Escola Técnica do Comércio de Maranguape, onde morava.

Militante estudantil, participava dos eventos artísticos e culturais da cidade. Eleita secretária do CESC, Jane Vasconcelos participava ativamente das manifestações político-estudantis em Fortaleza.

Em junho de 1970, foi incumbida, pela Igreja Batista, de cuidar de uma garota norte-americana chamada Martha Barber, cujo pai, o missionário Weyne Barber, havia sofrido um acidente de avião e, por causa disso, fora para os Estados Unidos se tratar principalmente das queimaduras recebidas.

Em 1º de setembro desse mesmo ano, Carlos Thmoskhenko, seu namorado, foi buscá-la na Igreja Batista. De lá partiram para Maranguape. Na casa de Jane Vasconcelos, Thmoskhenko, que era mais conhecido como Timó e fazia parte da ALN, contou para a namorada tudo o que havia ocorrido em São Benedito, quando ele e outros companheiros da ALN haviam sequestrado e matado um empresário naquela cidade cearense. Em seguida, advertiu-a de que estava obrigado a fugir porque, como policial, certamente não seria perdoado pelo que fez, enquanto ela, como sua namorada, talvez fosse procurada pela polícia para revelar o seu paradeiro.

No dia seguinte, 2 de setembro, Jane Vasconcelos voltou para Fortaleza acompanhada de Timó. Entrega Martha Barber na America School, na Aldeota, e segue para a Livraria e Editora Pilar, onde trabalhava como vendedora da Editora Delta Larousse. Separa-se de Timó no caminho. Na livraria é avisada

pelo supervisor de que a polícia estava na gerência atrás dela. “Recebi meu pagamento e fugi”, conta ela.

Em 8 de setembro de 1970, Jane Vasconcelos foge para Pernambuco. Na garagem da empresa Expresso de Luxo que a levaria para Recife, encontra a família de Almir Pinto, médico e deputado estadual, que era seu vizinho em Maranguape. A família foi se despedir do filho recém-casado que também partia para Recife. Almir Pinto chama Jane Vasconcelos e pergunta como ela está. Em seguida, passa a informação para a professora de Maranguape de que seus pais estavam muito aflitos. Ela conta toda a história para Almir Pinto, que, no final, a aconselha a tomar cuidado e a ficar alerta porque o perigo pelo qual estava passando era muito grande. Jane Vasconcelos agradeceu o conselho e pediu ao deputado para tranquilizar seus pais. A mulher de Almir Pinto, depois de abençoar e abraçar Jane Vasconcelos, deu-lhe algum dinheiro para facilitar a fuga.

Em Recife, a namorada de Timó foi morar na casa de alguns amigos. Alguns dias depois, porém, sua foto apareceu nos jornais de Pernambuco. A professora foi obrigada a fugir novamente. Segue para João Pessoa, onde foi presa quando participava de uma festa na casa de parentes. De lá foi levada para várias delegacias em João Pessoa, Recife e Fortaleza. No Ceará, tomou conhecimento de coisas abomináveis: a prisão de seus pais e de seus irmãos, as revistas que eram feitas pela polícia quase que cotidianamente no guarda-roupa e na cama das irmãs e o dia em que a mãe foi levada para uma praia distante, a fim de ver seu cadáver mal enterrado na areia. Como não havia cadáver nenhum, a mãe de Jane Vasconcelos levou coronhadas e empurrões para dizer onde a filha se encontrava com aquele “negro” (Thmoskhenko).

Presa na Superintendência da Polícia Federal em Fortaleza, toda noite ouvia gritos e gemidos. De vez em quando era visitada pelo próprio superintendente Laudelino Coelho, que, aos gritos, esbravejava:

Tá vendo como tem sorte! Diga logo onde está Carlos. Acabe com isso. Eu também quero descansar. Deixe de ser burra. Sa-

bemos que você não tem nada a ver com São Benedito. Que não roubou banco; que foi uma idiota usada pelo neguinho aproveitador. Portanto, abra logo o bico. Todos já estão presos. Só faltam ele e o Sales.

Com a notícia de que Timó tinha sido preso no Uruguai, Jane Vasconcelos foi transferida da Polícia Federal para a extinta Casa de Detenção de Fortaleza, atual Emcetur. Misturada com presas comuns na chamada “cadeia grande”, era acordada muitas vezes no meio da noite para ser revistada. Era arrastada do quarto e despida depois de ter o colchão rasgado pelos policiais quando estes procuravam cartas ou documentos considerados “subversivos” pelo regime.

Por duas vezes fui abandonada nua no pátio da prisão, ali ficava até duas horas esperando para ser revistada.

Libertada em 1º de setembro de 1971, nunca teve paz, porque era constantemente procurada pela polícia para “reconhecer” este ou aquele suposto comunista que havia sido preso. Nesse tempo, também, foi impedida de voltar a estudar ou a exercer a profissão de professora.

Em 1974, quando se encontrava em Codó, no Maranhão, trabalhando como comerciária, foi presa novamente e levada pela Polícia Federal do Maranhão para um acampamento supostamente abandonado que ficava perto de São João do Araguaia. Ali foi trancafiada num galpão de onde só saía para ser interrogada. Jane Vasconcelos não sabia, então, que guerrilheiros estavam sendo mortos pelo Exército perto dali, em Xambioá. Toda noite, porém, ouvia os gritos de dor e sofrimento de muitos deles.

Um dia teve a felicidade de sair um pouco do galpão. Foi quando viu vários barracões à beira de um rio. Do barracão onde estava, por sinal, também, ouvia barulho do helicóptero que deixava a alimentação dos soldados. Certa vez foi intimada a se arrumar. Depois de pronta, foi para um helicóptero, no qual havia um homem encapuzado e algemado. Conduzida para um

pequeno aeroporto que havia em Marabá, ali foi encaminhada, junto com o prisioneiro do helicóptero, para um avião da Força Aérea Brasileira (FAB), que levou os dois para Belém do Pará. Em Belém, Jane Vasconcelos e seu companheiro de viagem foram transferidos para outro helicóptero, que os transportou para um quartel. Foi aí que ela percebeu que estava no 2º Batalhão da Selva. Ali permaneceu detida até que um agente da Polícia Federal foi buscá-la, deixando-a, em seguida, na rodoviária de Belém, de onde partiu para Imperatriz no Maranhão. No caminho, entre o 2º Batalhão da Selva e a rodoviária de Belém, foi advertida pelo agente que a acompanhava de que estava proibida de falar em Xambioá; em contrapartida, também, foi informada, pelo mesmo agente, de que seu emprego estava garantido. Essa conversa, travada assim, quase na surdina, a deixou apavorada. No entanto, não foi a última. Ainda por duas vezes, nos aeroportos de Recife e Teresina, ficou detida por algumas horas para “esclarecimentos”. Desde esse encontro, nunca mais foi presa nem manteve contato nenhum com seus algozes.



Maria do Carmo Moreira Serra Azul

Em 1967, Maria do Carmo Moreira Serra Azul participava de grupos de jovens ligados à Igreja católica. Atuava na JEC, que fazia oposição ao regime militar. Em 1968, estudava no Colégio Estadual Justiniano de Serpa. Ali, juntamente, com as estudantes Iracema Serra Azul da Fonseca, Mirtes Alcântara Nogueira, Ana Fonseca, Maria Amélia da Costa e outras, encabeçou uma mobilização, através do grêmio estudantil, contra o pagamento de taxas escolares. Em consequência, Mirtes Alcântara, que era presidente da entidade, foi expulsa do colégio. Em represália, as estudantes fizeram uma greve de mais de um mês, que culminou com a demissão da diretora do colégio e o fim da cobrança das taxas. O movimento ficou conhecido como a Revolta das Saias.

A partir de então, as perseguições e ameaças aumentaram. A presença dos agentes da repressão tornou-se acintosa na entidade estudantil, na escola, na rua e nas imediações da casa onde Maria do Carmo morava. Notava ela que estava sendo seguida e vigiada. A repressão chegava ao cúmulo de avisar aos funcionários do CESC que, quando Maria do Carmo completasse 18 anos, seria encarcerada.

Com a ascensão de Emílio Garrastazu Médici ao poder, em 1970, houve um endurecimento do regime militar. As manifestações populares, a partir de então, passaram a ser reprimidas com violência.

Em novembro de 1970, Maria do Carmo foi detida nas dependências do Colégio Estadual Justiniano de Serpa por militares da 10ª Região Militar. Maria do Carmo, a Cacau, como era carinhosamente chamada pelos colegas, foi interrogada sobre sua provável ligação com o Partido Comunista. Dadas as respostas de praxe, foi liberada.

As perseguições, no entanto, continuavam. Assim, em 1972, não satisfeita com as informações prestadas por Maria do Carmo, a polícia dirigiu-se para sua casa. Ela não estava. Havia saído com uma das irmãs. Quando voltou, notou que havia pessoas estranhas no quarteirão – algumas delas conversando com sua mãe, que se mostrava bastante apreensiva. Resolveu fugir. Sem ter para onde ir, Maria do Carmo seguiu para o centro da cidade, onde encontrou um amigo que lhe falou da prisão de José Machado Bezerra, seu namorado. Diante dessa informação, Maria do Carmo resolveu ir à casa da advogada Wanda Sidou, em busca de apoio e orientação jurídica.

De lá, a estudante foi para a residência de Fátima Maranhão, no bairro Aerolândia, sem saber que esta já havia sido detida e que o local estava totalmente vigiado. Avisada a tempo, tomou a direção da casa de Maria Amélia da Costa, sua amiga. Ali, uma criança que a conhecia avisou-a de que alguns homens estavam cercando o local. Maria do Carmo abandona a casa da amiga pelo quintal. Como levava a irmã mais nova no colo e esta lhe encobria parcialmente o rosto, não foi identificada. Assim conseguiu fugir mais uma vez. Mais tarde, resolveu voltar para casa. Era noite. No caminho percebeu que o ambiente estava livre. Os agressores não acreditavam que voltasse mais. Só então soube da prisão de Helena Serra Azul, sua irmã, e Chico Passeata, cognome de Francisco das Chagas Monteiro. Nesse momento foi avisada pelos pais de que os militares haviam dito que os dois foram presos por causa dela. Caso ela se apresentasse, seriam soltos. Maria do Carmo e seus pais caíram na armadilha.

Em 3 de abril de 1972, acompanhada pelo pai, Maria do Carmo se apresenta na 10ª Região Militar. Lá, dispensaram seu pai e a encaminharam à seção local do DOI-CODI. De repente, apareceram alguns agentes que a levaram para um pátio interno, colocaram um capuz em sua cabeça e a jogaram num carro, onde era pisoteada ao mesmo tempo que os torturadores, aos gritos, falavam que ela estava nas mãos do esquadrão da morte e do comando de caça aos comunistas e não da polícia.

Da 10ª Região Militar foi levada para o 23 BC. Em lá chegando, foi imediatamente encapuzada. Naquele momento, ouviu gritos de pessoas sendo torturadas e risos excitados daqueles que torturavam. Até então Maria do Carmo não sabia qual a acusação que pesava contra ela.

Algum tempo depois foi levada para ser interrogada. Despi-da, foi ameaçada de estupro. Enquanto a empurravam de um lado para outro, diziam que tinha somente duas opções: ou falava espontaneamente ou sob tortura.

As pressões e ameaças aumentavam. Certa vez, tarde da noite, a ex-diretora do CESC foi levada para uma cela. Percebeu ali dentro que havia uma pessoa deitada num beliche. Era sua irmã, Helena Serra Azul. Maria do Carmo ficou arrasada porque, como havia se apresentado na 10ª Região Militar para que sua irmã e o marido, Chico Passeata, fossem libertados, via, finalmente, que seu sacrifício fora em vão. Os torturadores, por sua vez, ordenaram que soldados da Polícia do Exército impedissem a comunicação entre as duas. Assim, eram vigiadas com armas apontadas constantemente em direção de ambas.

Na manhã do dia seguinte começou tudo de novo. Ela foi torturada com choque elétrico e asfixiada em um tonel cheio de água; teve os seios machucados e os mamilos feridos com alicate; encenavam seu estupro na presença de vários outros torturadores e de alguns presos encapuzados.

Para a sala de tortura, trouxeram um outro preso que Maria do Carmo identificou logo como sendo o pernambucano Gondim, acusado de pertencer ao PCBR. Fraco, gemendo muito e falando com dificuldade, Gondim, antes de ser preso, havia se submetido a uma cirurgia nos rins e cometera a imprudência de avisar aos seus verdugos que fora operado. Foi o suficiente para passar a sofrer socos e pontapés justamente ali, onde havia passado por uma cirurgia.

Após alguns dias de agonia e de silêncio absoluto por parte da estudante do Colégio Justiniano de Serpa, os algozes foram à sua cela com um depoimento forjado. Maria do Carmo negou-se

a assinar. Irritados, os torturadores disseram que iam continuar com os maus-tratos. Porém, um médico, que orientava os algozes nas sessões de tortura dizendo se o supliciado estava ou não em condições de sofrer novos tormentos, impediu que Maria do Carmo fosse supliciada, novamente, alegando que, se tal acontecesse, ela, certamente, não resistiria.

Maria do Carmo passou quinze dias no 23 BC. Em 14 de abril de 1972, foi encaminhada à sede da Polícia Federal. Ali foi recebida pelo superintendente Laudelino Coelho, que, depois de fazer algumas perguntas e dizer que a estudante havia sido envolvida por alguns elementos suspeitos naquele mundo de subversivos e que não deveria mais se relacionar com seu antigo namorado, mandou Maria do Carmo Moreira Serra Azul para casa.



Maria Ruth Barreto Cavalcante

Maria Ruth Barreto Cavalcante tinha apenas 21 anos, em 1964, quando ocorreu o golpe militar no Brasil. Na época preparava-se para prestar vestibular na UFC, depois de ter concluído o secundário no Colégio Imaculada Conceição, onde participava, com um grupo de amigos, das atividades do grêmio escolar e da Juventude Estudantil Católica.

Em 1965, conseguiu passar no vestibular e ingressar na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da UFC. Eleita presidente do Diretório Acadêmico 12 de Julho da Faculdade de Letras da UFC e vice-presidente do Diretório Central dos Estudantes (DCE), posteriormente, Ruth Cavalcante foi indicada pelos colegas para participar, em 1968, do famoso congresso da UNE que ocorreu em Ibiúna, São Paulo.

Presa durante o congresso, Ruth Cavalcante foi levada para a penitenciária feminina do estado de São Paulo. Com a prisão preventiva decretada, presta depoimento no DOPS de São Paulo e, em seguida, é libertada por intermédio de um *habeas corpus*, recurso jurídico que, em dezembro daquele mesmo ano, viria a ser abolido pela ditadura. De volta a Fortaleza, Ruth Cavalcante passa a responder ao processo que fora aberto contra ela em São Paulo. Inicialmente, responde em liberdade; depois, com a edição do AI-5, que proibia qualquer tipo de participação dos estudantes em atos políticos, Ruth Cavalcante é presa novamente e levada para o Hospital da Polícia Militar do Ceará. Ali ficou trancafiada numa enfermaria por quase cinco meses.

Alvo de constantes ameaças de morte e de desrespeito moral, a professora do Movimento de Educação de Base (MEB) imaginou uma forma de sair dali o quanto antes. Ajudada pela

família, que também temia sua morte, Ruth Cavalcante deixa uma das irmãs na enfermaria e sai do Hospital da Polícia Militar com uma peruca na cabeça. Furiosos com sua evasão, que, certamente, deve ter mexido com os brios dos policiais, a Secretaria de Segurança do Estado e os esbirros da ditadura movem uma feroz perseguição contra a estudante de Letras com o objetivo de recapturá-la o mais rápido possível.

Correndo risco de morte, a única saída para ela, nessas circunstâncias, era fazer o que o namorado e futuro marido, João Paulo Ferreira Monteiro, já fizera antes: entrar na clandestinidade. Assim, foi ao seu encontro em São Paulo.

Na dura vida de clandestinidade, passou quatro anos. Ameaçada de morte e tomando conhecimento de que sua família também passava por situações difíceis em Fortaleza, Ruth Cavalcante e João Paulo Ferreira resolvem sair do Brasil. Vão para o Chile.

A vida de exilados políticos corria até bem naquele país, quando os chilenos foram surpreendidos com a queda de Salvador Allende e a ascensão de Pinochet ao poder. Postos na ilegalidade, novamente, os brasileiros tiveram de se refugiar. Ruth Cavalcante e João Paulo Ferreira foram para um refúgio denominado Padre Hurtado, que era mantido pela Igreja Católica e a Organização das Nações Unidas (ONU).

Ali permaneceram por um bom tempo à espera de um país que se dispusesse a recebê-los como exilados políticos. Finalmente, tiveram a informação de que foram aceitos pela Alemanha Ocidental, para onde partiram e onde moraram durante dez longos anos. Em 1979, com a assinatura da Lei de Anistia e a possibilidade de o regime de exceção dar lugar a um regime democrático, os dois voltaram para o Brasil e aqui permanecem até hoje.



Paulo Verlaine Coelho

Após o golpe militar de 31 de março de 1964 muita coisa mudou no Brasil. Os diretórios acadêmicos, que representavam os estudantes nas universidades, e os sindicatos de trabalhadores foram postos na ilegalidade. Nessa época, era preciso ter muita habilidade para fazer política no Brasil. Mesmo assim, ninguém deixava de ir às ruas para manifestar descontentamento com o regime que acabara de se implantar no país.

Paulo Verlaine Coelho era uma dessas pessoas que gostava de agir. Assim, no dia em que Nelson Rockefeller veio para o Brasil como embaixador itinerante dos Estados Unidos para a América Latina, numa época em que os EUA davam total apoio à ditadura militar brasileira e massacravam o povo vietnamita, o estudante Paulo Verlaine, inconformado com a visita, resolveu sair às ruas para participar de uma série de eventos promovidos pelos estudantes contra a visita de Nelson Rockefeller: comícios-relâmpago, passeatas e pichamento de muros. Em 13 de março de 1969, pichava os muros de Fortaleza, no bairro do Mucuripe, à noite, quando foi flagrado por elementos da Guarda Civil.

Levado para o DOPS, Paulo Verlaine primeiro foi interrogado para, depois, ser trancafiado. Mais tarde foi interrogado na Polícia Federal e no quartel da Polícia Militar do Ceará. No DOPS sofreu torturas psicológicas: passou cerca de duas horas trancado numa pequena sala onde havia palmatórias e instrumentos elétricos. Depois desses momentos de tensão e angústia, começou o interrogatório. Em todos esses locais foi torturado e ameaçado de morte.

Paulo Verlaine ficou preso de junho a outubro de 1969, quando teve a prisão relaxada e pôde responder ao processo

em liberdade. Em 26 de novembro de 1969, foi absolvido pelo Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 10ª Região Militar. A tese da defesa, de que o pichamento contra um visitante estrangeiro não atentava contra a Lei de Segurança Nacional, foi aceita pela corte militar.

Apesar de ser absolvido, a vida do estudante que havia se rebelado contra a visita do magnata e representante do governo norte-americano ao Brasil não foi mais a mesma.

Foi demitido da ECT, seis dias após a prisão, ou seja, cinco meses antes do julgamento que o absolveria. Paulo Verlaine Coelho, que havia conquistado esse emprego em 4 de outubro de 1968, por concurso público, teve de se dedicar a outra profissão. Hoje é jornalista e trabalha como repórter e colunista internacional no jornal *O Povo*, de Fortaleza.

Universitários



Estudantes Universitários Cearenses

A renúncia de Jânio Quadros, em agosto de 1961, foi seguida de uma tentativa de golpe militar com o objetivo de impedir a posse do vice-presidente João Goulart. A solução militar foi frustrada graças a uma ampla campanha de opinião pública liderada pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, que acabou convencendo setores expressivos das Forças Armadas da necessidade de obedecer aos ditames constitucionais em troca de um “arranjo parlamentarista”, posteriormente, revogado por meio de um plebiscito. Naquele momento, os universitários cearenses, reunidos no Clube dos Estudantes Universitários (CEU), sintonizavam a rede de emissoras lideradas pela Rádio Guaíba de Porto Alegre, que ganhou o nome de “Cadeia da Legalidade”, e realizaram manifestações públicas pela posse de Jango.

Tudo indica que foi essa a primeira participação dos estudantes do Ceará, nos anos 60, em uma campanha política de âmbito nacional, sob a liberação da União Estadual dos Estudantes (UEE) e do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da UFC. Em 1962, a União Nacional dos Estudantes (UNE) comandou um movimento de paralisação das universidades para pressionar as autoridades a admitir a participação dos estudantes nos colegiados (congregações e conselhos), num porcentual equivalente a um terço do total de seus membros. Esse movimento ficou conhecido como “Greve do 1/3” e alastrou-se por todo o Brasil. No Ceará, foi outro momento de mobilização dos estudantes universitários numa campanha de abrangência nacional. A partir daí, aumentou a presença das entidades estudantis (universitárias e secundaristas) nas

campanhas pelas chamadas reformas de base (reforma agrária, reforma urbana, reforma universitária etc.). Com o golpe de 1964, as lideranças estudantis foram presas ou perseguidas, e as entidades (centros acadêmicos, DCE e UEE), em sua maioria, sofreram intervenção. A UNE e as UEEs foram extintas por lei e substituídas pelo Diretório Nacional dos Estudantes (DNE) e pelos Diretórios Estaduais dos Estudantes (DEE). Ao invés de união, as novas entidades passaram a chamar-se diretórios. No entanto, a tentativa do governo militar de manter os estudantes nas entidades por ele controladas não surtiu efeito. Estes partiram para reorganizar suas tradicionais uniões, mesmo na clandestinidade.

Em Fortaleza, a tentativa de organizar a UEE-Livre, em 1965, resultou na prisão de seus principais líderes, após a realização de eleições que contou com a participação de parcela pouco significativa do universo de estudantes da UFC, já que a maioria, amedrontada ou descrente no sucesso da empreitada, preferiu assistir a distância aos acontecimentos. Nessa época, as lideranças do movimento estudantil no Ceará tinham claras preferências pela Ação Popular (AP), organização política que reunia jovens oriundos da JEC e da JUC, majoritária no movimento em escala nacional. Coube ao pessoal da AP o comando das frustradas ações de reorganização da UEE. Concorrendo com a AP no meio da esquerda, havia o pessoal do PCB ou partidão, que sofrera grandes perdas em 1964 com a prisão ou a fuga de muitos de seus líderes. Em número reduzido e enfrentando sérias divisões internas, o PCB não participou das eleições da UEE-Livre e ficou mais enfraquecido ainda com a adesão de várias das lideranças ao PCdoB nos meses finais de 1965.

O PCdoB organiza-se na universidade em torno de uma proposta de mobilização dos estudantes na luta pela solução de seus “problemas específicos”. Isso significava que, antes de chamar os estudantes para lutar por liberdade ou contra a crescente dominação norte-americana no país, eles deveriam unir-se para resolver aquelas questões que lhes diziam respeito mais de perto: aumento de vagas nas faculdades, nos restaurantes e nas residências universitárias; mais livros nas bibliotecas e equipamentos nos

laboratórios; e outras reivindicações sem “conotação política explícita”. No processo de mobilização para solucionar esses problemas do cotidiano, os estudantes passavam a compreender que tudo dependia de mais verbas para a universidade, que havia sofrido expressivos cortes com o advento do regime militar. Nessa época, veio a público a existência de um acordo entre o MEC e a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (Usaid), cujo principal objetivo era promover uma paulatina privatização das universidades públicas, o que implicava a redução dos recursos federais a serem compensados com a cobrança de anuidades escolares e a subordinação da política de pesquisas acadêmicas aos interesses de empresas privadas (principalmente norte-americanas), que passariam a financiá-las em proveito próprio. O acordo MEC–Usaid passou a ser denunciado pelas entidades estudantis e analisado por importantes figuras do meio docente, no qual se destacou o jurista Roberto Lyra, em longa entrevista concedida ao jornal *Correio da Manhã*, do Rio de Janeiro. No período que vai de 1966 a 1968, as principais lideranças estudantis da UFC dividiam-se entre o PCdoB, a AP, o Partido Trotskista e o PCB. A AP e o Partido Trotskista uniam-se em torno de uma bandeira comum, que era a aliança operário-estudantil-camponesa. As duas organizações entendiam que as propostas políticas deveriam ser lançadas ao lado das reivindicações específicas dos estudantes; enquanto o PCdoB e o PCB defendiam que as primeiras (políticas) deveriam ser um coroamento da mobilização em redor das segundas (específicas). Essa era a principal divergência entre as lideranças de então. No mais, convergiam no que diz respeito ao apoio à UNE e às manifestações por ela comandadas no território nacional. Foi assim nas passeatas que se seguiram ao assassinato do estudante Edson Luiz, no Rio de Janeiro, e à prisão de centenas de líderes estudantis que participavam do célebre congresso de Ibiúna, em São Paulo. Após a decretação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, as entidades estudantis foram fechadas e seus líderes presos ou perseguidos, alguns deles continuando a luta na clandestinidade ou no exílio. A partir de então, aquelas lideranças ainda não identificadas pela repressão como militantes de organizações de esquerda passam a atuar nas

“associações atléticas”, únicas entidades estudantis cujo funcionamento o regime permitia. Essa atuação no âmbito do esporte uniu militantes do PCdoB, acrescida da adesão de uma parcela majoritária da antiga AP. Os trotskistas, praticamente, dissolveram-se com a prisão e a perseguição de seus líderes. O PCBR, e a ALN, surgidos de “rachas” no PCB, recrutaram militantes da universidade, os quais viriam a participar de ações armadas na capital e no interior, principalmente, assaltos a bancos, com vistas à obtenção de recursos destinados ao financiamento da luta guerrilheira contra a ditadura militar. Nos anos iniciais da década de 70, o movimento estudantil na universidade passou a ser mais vigiado pela ditadura.

Em consequência da descoberta das ações preparatórias para a luta armada no Araguaia, a repressão bateu forte no PCdoB, provocando a prisão e a fuga de muitos militantes daquela organização clandestina. Mais uma vez, a discussão e a movimentação política na universidade são interrompidas pela ação das forças repressivas. Somente a partir dos anos finais de 1977/78, o movimento estudantil começa a dar sinais de ressurgimento. Iniciam-se mobilizações em favor da Anistia e começa-se a falar em Constituinte.

Os estudantes tratam de reabrir suas entidades (centros acadêmicos e DCE) e eleger seus dirigentes. O movimento estudantil já não atua, apenas, na clandestinidade. A UNE faz congressos em locais abertos. A repressão age mais na base da intimidação do que da prisão. Circulam na universidade várias publicações alternativas independentes que ajudam a informar os estudantes sobre o que acontece no país, além daquilo que se vê na imprensa tradicional. É a época dos jornais *Opinião*, *Movimento*, *Em Tempo*, *O Trabalho* e do alternativo local *Mutirão*. Até a decretação da Anistia, em agosto de 1979, os estudantes participariam de várias mobilizações políticas com vistas à solução de seus problemas específicos, mas também, empunhando as bandeiras da Anistia e da Constituinte, pretendendo trazer de volta à liberdade os brasileiros presos e perseguidos, além do retorno a uma legalidade constitucional, bruscamente, interrompida pelo golpe militar de 1964.



O Discurso Proibido*

Nota explicativa

Há exatamente quarenta anos um evento que seria semelhante ao que ora se realiza, impunha-me a grave preocupação de elaborar um discurso com o qual me desincumbiria da honrosa tarefa de interpretar os sentimentos da classe universitária cearense a colar o grau no distante 16 de dezembro de 1968, pela Universidade Federal do Ceará.

Sombrios acontecimentos políticos, entretanto, cancelaram aquele evento e impediram que viesse à luz o teor da mensagem do então jovem odontolando.

Hoje, quando vivemos sob a brisa sagrada e benfazeja da liberdade, podemos, enfim, expressar o que nos fôra tolhido pela ditadura militar.

Por isto, em respeito aos nossos anseios de antanho que, em sua quase integralidade, ainda nos animam, e em memória dos que já se foram desta - concludentes e familiares -, alguns vítimas da infame ditadura, peço vênia para fazer leitura daquele texto em sua inteireza original.

Em homenagem póstuma gostaria de solicitar a nossa reflexão em respeito a dois símbolos de nossa geração que morreram na luta pela liberdade. O ex-aluno da Universidade Federal do Ceará, Bérqson Gurjão e o dominicano Frei Tito de Alencar Lima.

Na oportunidade gostaria de cumprimentar ao magnífico reitor da UFC (Universidade Federal do Ceará), ex-liceísta, Roberto

* Discurso escrito para ser pronunciado por Galba Gomes no dia 16 de dezembro de 1968, mas que só veio a acontecer 30 anos depois, a 16/12/1998, pelas razões expostas na nota explicativa, inserida ao início do presente texto.

Cláudio Frota Bezerra, também concludente, que por delegação ao pró reitor Renê Barreira e ao prof. Haroldo Pontes determinou a realização desta simbólica e histórica solenidade, de resgate do que existe de mais sagrado no homem: a LIBERDADE.

Aos colegas concludentes o respeito pela certeza do dever cumprido no decorrer destas 3 (três) décadas passadas, tendo por referência a dignidade, e os aprendizados adquiridos nesta instituição.

José Galba de Meneses Gomes

Caros colegas:

Bem sinto a imensa responsabilidade que ora me pesa sobre os ombros, distinguido que fui, por livre escolha dos meus colegas formandos da Turma Professor Raimundo Girão, da Faculdade de Odontologia, para proferir o discurso de colação de grau de todos os concludentes da Universidade Federal do Ceará e suas escolas agregadas. Dificílima tarefa a de falar em nome de tantos companheiros.

Ao receber a espinhosa missão, dou-me à tarefa de cumprila apesar de saber que ela ultrapassa as minhas possibilidades intelectuais. Realmente, nesta significativa festa de despedida, impõe-se um discurso em que predomine o conteúdo sociológico, a exigir a presença de um especialista, o que, evidentemente, não é o meu caso. Confiado, todavia, na generosidade dos que me distinguiram para o exercício de tal missão, dou-me a transmitir o que acredito ser necessário dizer numa oportunidade ímpar como esta. No mundo hodierno, já não existe lugar para as frases retumbantes e o derrame perfumado das flores da retórica, indispensáveis na oratória do passado, quando o mundo era menos confuso e muito menos aflito que o nosso, e, por isso mesmo, sem as marcas profundas dos dramas econômicos, das tragédias políticas e das guerras ideológicas de nossos dias.

Quero, pois, caros colegas, disseminar idéias; idéias para serem discutidas, neste imenso palco do mundo e cuja tônica suprema haverá de ser sempre o diálogo da convivência democrática.

À luz dessas idéias, por uma imposição lógica dos tempos que correm, trarei, para o primeiro plano de minhas cogitações, os graves problemas que atribulam nossa contemporaneidade, exatamente a que mais somou responsabilidades nesta segunda metade do século, tais as esperanças que o povo nela depositou. Começarei perguntando: qual o papel, e a posição a ser assumida, por nós, profissional de nível universitário?

Respondo: ocupando um espaço de relevância na sociedade, como partícipes destacados do desenvolvimento nacional. E é, justamente, visando esse objetivo que passaremos a exercer nossa capacidade profissional. E, no exercício dessa capacidade, cabe-nos avaliar o sentido em que ela deve ser utilizada num país em desenvolvimento como o nosso, em favor do crescimento das suas forças produtivas e de toda a sua superestrutura, a fim de que o progresso material e o progresso intelectual ocorram e marchem simultaneamente.

Noutras palavras: para que a economia e a cultura se desenvolvam a um só tempo, com o que adquirirão forças para empreenderem uma luta racional e planejada, para a extinção da fome coletiva, do analfabetismo, da mortalidade prematura, do atraso industrial, do obsoletismo da agricultura, e demais problemas que formam o cortejo trágico do subdesenvolvimento.

Na época atual, desenvolvimento é palavra que se pronuncia, se ouve e se lê a cada instante em nosso País. Por isso mesmo devemos procurar o seu sentido verdadeiro e fugir às deturpações da sua legítima significação. Desenvolvimento, é bom que se esclareça, não significa tão somente o mero aumento quantitativo da produção.

Devemos olhar para a natureza das relações de produção, para o modo e a finalidade da apropriação dos produtos do trabalho. Só entendo desenvolvimento se capacitado a provocar transformações capazes de mudar arcaico em novo, o desumano em humano, o socialmente perverso no socialmente justo.

Sem economia humanizada e sem paz política, torna-se claro que as nossas forças produtivas continuarão entravadas e não venceremos o trágico destino de povo semicolonizado. Melhor

dito: não existirá entre nós a felicidade coletiva e muito menos a nossa independência econômica e política.

É certo que tudo não há de se fazer em um só dia, na pressa, à velocidade de um salto dialético. A conjuntura universal não está em condições de suportar tal açodamento, marcada que está pelo violento choque de contradições de dois mundos ideologicamente diversos e que, ipso factum, se negam reciprocamente. Teremos de enfrentar uma luta sem distorções do seu plano reivindicante, sem perturbação do processo de mudança. Uma luta, afinal, pela progressiva transformação do velho arcabouço econômico, pelo desenvolvimento de novas forças produtivas, pela implantação de um regime social mais adequado à vida humana, numa crescente eliminação da pobreza, do analfabetismo, das deficiências de saúde e de outros fatores que aprofundam e fazem continuar o subdesenvolvimento.

Só os obscurantistas poderão negar a existência do submundo brasileiro. E só eles se atreverão a negar a urgente necessidade de mudanças radicais em nossa infra-estrutura, em benefício mesmo da sobrevivência do Brasil como País e como Nação.

Sei que a marcha da História é irreversível. Lenta ou acelerada, essa marcha é vista a cada instante, na vida dos povos. Mas nós, filhos de um país economicamente atrasado, teremos de estugar os passos da história, se não quisermos ser surpreendidos por desgraças nacionais, já que, no futuro, só os povos progressistas terão direito a um lugar ao sol.

Assim, meus caros colegas, cabe a todos os brasileiros, e muito principalmente a nós, a partir desta noite solene, detentores de um diploma de curso superior, a premente tarefa de descobrir e apontar saídas concretas, soluções salvadoras para os angustiantes problemas do povo brasileiro.

Resolver tais problemas com os nossos próprios recursos e com a nossa própria inteligência - eis o caminho certo que devemos seguir, pouco ou nada esperando dos países ditos realizados. No processo da solução audaciosa e racional desses problemas é que nos realizaremos como pessoas humanas e como profissionais qualificados.

Bem avalio os sacrifícios que nos esperam, na edificação de uma Pátria justa. É como se estivéssemos a ouvir o imortal Castro Alves:

*Filhos do Novo Mundo: ergamos nós um grito
que abafe dos canhões o horrísono rugir,
em frente do oceano! em frente do porvir!
Não deixemos, Hebreus, que a destra dos tiranos
manche a arca ideal das nossas ilusões.
A herança do suor vertido em dois mil anos
há de, intacta, chegar às novas gerações.*

Lembremo-nos, colegas, de que a nossa mestra é a Ciência. E de que cada teoria científica que surge aperfeiçoa o homem, permitindo-lhe, dentro do grupo profissional, dentro da sociedade econômica, no mundo da nossa vida social, a natural substituição do velho pelo novo, num clima de mudança pacífica e sem excessos. Noutras palavras: devemos conservar o que de bom existir em nosso passado, longe da errônea concepção de substituir o velho simplesmente porque é velho.

Para construirmos um novo mundo, dentro das fronteiras nacionais, não podemos nem devemos esquecer que a maior conquista dos tempos modernos é a livre expressão do pensamento. Essa liberdade pertence a todos. Ninguém ousará arrogar-se com o direito de possuí-la e desfrutá-la com exclusividade.

Não esqueçamos a palavra de Rui Barbosa no fragor das tempestades políticas do seu tempo:

“Nos dias de opressão, ser oposição é uma honra. A desonra é ser governo.”

Colegas:

Abramos os olhos para esta dramática e desumana realidade: no Brasil, a instrução superior tornou-se possível apenas a uma parcela mínima da população -0,9%. Essa é uma das taxas mais

baixas do mundo, e nessa área apenas um número de privilegiados se permite freqüentar faculdades e universidades.

Acaso poderíamos nos acomodar a essa acachapante situação? Por que não estender a oportunidade do ensino superior a maiores parcelas de brasileiros?

É claro, é patente que não poderemos adiar por muito tempo uma reforma do ensino que atenda à nossa realidade social. Essa realidade - triste drama de um país subdesenvolvido - está a exigir o ensino gratuito, uma cultura técnica forjada e orientada por técnicos brasileiros. Em suma: cultura técnica inspirada tão-somente nos interesses nacionais. Sobre a matéria, vale a pena lembrar as palavras do Professor Roberto Lira, decano da Faculdade Nacional de Direito:

“Carecemos, isto sim, é de material que nós mesmos fabricaremos, fazendo cessar a técnica dos que doam os aparelhos para transfusão de sangue, mas em troca levam o nosso sangue.”

Já não é admissível que, em pleno florescer da ciência, na era das grandes conquistas espaciais, ainda suportemos no Brasil, e muito especialmente no Nordeste e na Amazônia, a trágica aritmética do subdesenvolvimento, expressa em números que nos envergonham no concerto internacional, quais sejam, as assombrosas cifras da mortalidade infantil, da tuberculose, do analfabetismo e do desemprego.

E o pior é que se pretende sanear os nossos males sociais simplesmente restringindo a natalidade - confissão de impotência dos regimes nos países subcapitalistas.

Por tudo isso, todos nós - dentistas, médicos, farmacêuticos e enfermeiros; engenheiros, arquitetos e agrônomos; físicos, químicos e matemáticos; advogados, jornalistas e bibliotecários, aqui reunidos nesta solenidade inesquecível - somos levados a meditar sobre o drama brasileiro. Este drama, que desejamos não se prolongue tempos afora, clama com premência pela presença num trabalho intensivo e planejado que nos leve a um Brasil melhor.

Não exagero, caríssimos colegas. O drama social brasileiro está bem à vista. Negando-o, poderíamos cometer o erro funesto da omissão. Ou agimos a tempo de salvar-nos, ou teremos de conformarmo-nos com a desgraça do Brasil – desgraça que se deixa francamente adivinhar - de permanecer entre as nações irremediavelmente condenadas à miséria e às humilhações do subdesenvolvimento.

Não me coloco entre os ufanistas que romantizam a nossa natureza, o nosso povo e o nosso futuro. Contudo, acaso poderia negar o potencial da nossa riqueza física e a força miraculosa da nossa inteligência? Porventura poderia eu subestimar a nossa bravura, não apenas nos campos de batalha, mas no labor sem pausa de quatro séculos para a construção de uma nacionalidade que tem vencido a geopolítica, as tempestades internacionais, as procelas internas, para surgir

e manter-se na face da Terra com uma língua única em oito milhões e meio de quilômetros quadrados e com um futuro que, a exemplo do passado e do presente, não esconderá as suas raízes bandeirantes, as raízes dos implantadores de currais, as raízes antiimperialistas que nos deram o Acre pela mão armada dos nordestinos?

Pergunto agora: será que a terra dos bandeirantes, dos vaqueiros e dos seringueiros - todos eles imortais conquistadores de desertos merece, já quase no dealbar do século XXI, na era dos computadores, da astronáutica e do transistor, o castigo e as humilhações do subdesenvolvimento? Com a natureza que nos coube e o homem férreo que o destino nos legou, deveremos continuar entre as nações como envergonhada pátria de subnutridos e analfabetos?

Meus colegas: chegou para nós esta hora suprema, a de, com a responsabilidade de homens formados, abriremos os olhos para o nosso futuro.

Cabe-nos a guarda de riquezas imensas e cobiçadas. O estrangeiro tem as vistas voltadas para a Amazônia. Terra

recém-saída do “Gênesis” e onde um riomar ilimitado, já cansado de espelhar florestas inexploradas e o rosto triste do homem doente e abandonado, brada por navios, cais, guindastes e bandeiras de todos os países, na troca de produtos e no fecundo contato de culturas e civilizações.

Em síntese: para nós as nossas riquezas minerais, os nossos rios, as nossas cachoeiras, os nossos portos, as nossas florestas!

Disse Teixeira de Freitas em página memorável: “Os detentores privilegiados deste meio continente não se organizaram nem social nem economicamente.” E por isso, segundo este ilustre brasileiro, não se abriram as estradas necessárias, não se criou um sistema de educação adequado, as populações desceram a extremos incríveis de pobreza e de saúde. A mortalidade, por seu elevado índice, ameaça o nosso futuro. Grande parte da nossa riqueza já foi entregue a estrangeiros.

Finalmente, em face das nossas omissões, a Nação ainda não conseguiu as condições basilares de independência econômica e de autonomia política.

Ponho-me prazerosamente na companhia do mestre e peço-vos aos meus colegas, ao povo brasileiro, aos dirigentes deste País: ocupemos o nosso território; mecanizemos a lavoura; asseguremos a vida atual e a futura das nossas populações rurais; humanizemos a existência dos nossos operários; e eduquemos a nossa juventude para a construção do Brasil como potência mundial. Criemos as nossas indústrias de base. Incrementemos a nossa produção de petróleo. Desenvolvamos as nossas forças produtivas em todos os sentidos. Aumentemos o número de nossas escolas primárias, médias e superiores. Formemos bons professores. Implantemos no Brasil o ensino gratuito.

Enfim, pelo nosso desenvolvimento, asseguremos um mercado de trabalho para os que se preparam para a vida nas faculdades e universidades do País.

Juremos, meus colegas, batalhar pela grandeza material do Brasil. Mas juremos também lutar contra a injustiça social,

contra a revogação tácita dos direitos do homem pelos códigos e constituições ditatoriais. Fechemos nossas portas aos estrangeiros que ainda hoje cobiçam nossas riquezas, mas abramos nossos braços àqueles que, emigrando de suas pátrias, queiram trabalhar conosco, ombro a ombro, respeitando e amando nossa bandeira.

E que nosso juramento não passe de mera formalidade. A nossa geração responde pelo futuro do Brasil. Identifiquemos a nossa vida com o futuro do Brasil: nos sofrimentos, nos sonhos, nas esperanças.

Dentro de alguns minutos, o destino colocará entre nós a distância física, exigida pela diversidade de nossas profissões. Mas estejamos certos de que se faz necessário um ponto de encontro, na encruzilhada de nossos caminhos. Esse ponto de encontro, vós bem o adivinhais: é o futuro do nosso País.

Casos Inusitados

O Pescoço de Tartaruga

O Bigode de Stalin

A Galinha de Prestes

O Sapateiro

A Família

A Prisão a Céu Aberto

A Denúncia

O Aperto de Mão

O Pescoço de Tartaruga

Airton Gomes de Araújo

Airton Gomes de Araújo



Nesta noite fui submetido a um interrogatório humilhante e coagido com ameaças de que, se não confirmasse as palavras do delator, eu seria enviado para a ilha de Fernando de Noronha e jogado no mar.

Assim, Airton Gomes de Araújo começa seu depoimento.

Preso em Brejo Santo (CE), em 15 de dezembro de 1965, Airton Gomes foi levado para a delegacia de sua cidade natal, onde prestou depoimento. As denúncias contra ele, aparentemente, eram muito graves.

Tudo começou numa roda de amigos reunidos num boteco daquela cidade. No meio da bebedeira, no calor da discussão política, Airton Gomes, enfático, afirmou que o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco não tinha pescoço ou, se tinha, era de tartaruga. Empolgado, disse ainda que o marechal, também, não era presidente, era um ditador. Após essa declaração, segundo algumas testemunhas misteriosas, Airton Gomes, ainda, teria arrancado a bandeira do Brasil, hasteada em frente ao prédio do IBGE, queimando-a em seguida.

Preso em consequência de seus arroubos democráticos, Airton Gomes confirma, na delegacia e, posteriormente, na Polícia Federal, em Fortaleza, que havia bebido, sim, naquele dia, mas que não cometera crime nenhum, pois tudo o que declarou naquela ocasião era verdade. O Brasil vivia, de fato, um regime de exceção, e o marechal Humberto de Alencar Castelo Branco não tinha pescoço ou, se tinha, era de tartaruga. Quanto ao incêndio da bandeira, era tudo mentira. Seus inimigos, diante disso, partiram para a desforra. Mandaram

um coronel à casa dos pais do acusado. Ali, acompanhado de três policiais, o coronel exigiu que o pai do comerciante assinasse um documento no qual este era delatado como comunista.

Dias depois, aparece um major que insiste com a vítima para confessar todas as acusações que lhe foram imputadas. Testemunhas duvidosas depõem contra ele. Os inimigos não sossegam. Sua vida vira um inferno.

Em 18 de dezembro de 1965, à meia-noite, um oficial militar manda tirar o suposto comunista da cadeia e ordena que o levem para um Jeep onde já se encontravam dois soldados. Chovia um pouco nesse dia. Inicia-se uma viagem com destino à cidade de Juazeiro do Norte.

Na manhã do dia seguinte, Airton Gomes é visitado por um dos irmãos, o qual, através de um advogado, consegue sua transferência para a capital. Em Fortaleza, Airton Gomes é colocado num cárcere comum, ao lado de uma multidão de facínoras.

Na manhã de 19 de dezembro, Airton Gomes é transferido para o 23 BC e recolhido a uma cela. Em 26 de dezembro, foi ouvido e pressionado para que confirmasse tudo o que se falava contra ele. Como nada confirmou, foi acusado por um oficial do Exército de pertencer a uma das células do PCB, na capital do Ceará. Tudo mentira. E como nada encontraram contra ele, Airton Gomes é transferido para a Secretaria de Segurança Pública. O Secretário de Segurança manda prender o filho de Brejo Santo na Casa de Detenção, então cadeia pública de Fortaleza.

No dia 10 de janeiro de 1966, foi transferido para a cadeia pública de sua cidade natal. Em 6 de março, é levado para Fortaleza, novamente, e interrogado pelo delegado Laudelino Coelho.

Em 8 de março, é posto na cadeia de Brejo Santo mais uma vez. No dia 13 de junho, finalmente, foi libertado mediante um alvará de soltura para ser detido, novamente, em julho de 1969. Levado perante o auditor Ângelo Rattacaso Júnior, da Auditoria Militar, Airton Gomes foi absolvido e colocado em liberdade.

Livre da prisão, mas não do estigma de comunista, adquirido durante todo esse tempo, Airton Gomes de Araújo, que era co-

merciante de cereais em Brejo Santo, sofreu todo tipo de discriminação. Por fim, para compensar as injustiças cometidas, o ministro do Supremo Tribunal Militar chegou à conclusão de que o processo que culminou na prisão do comerciante não passava de uma política rasteira, do interior do estado, cujos representantes eram capazes de tudo para dominar os votos e o poder local.

O Bigode de Stalin

José Figueiredo de Brito Filho



José Figueiredo de Brito Filho

Funcionário do Banco do Brasil, José Figueiredo de Brito Filho conseguiu, por sua capacidade, ascender à chefia da Carteira de Crédito Agrícola, na agência do Banco do Brasil da cidade de Picos, no Piauí. Dedicado e apaixonado pelo que fazia, José Figueiredo, em virtude do acúmulo de serviço, acabou por ter a saúde, temporariamente, comprometida. Por causa disso, pediu licença para tratamento médico; em seguida solicitou, e conseguiu, transferência para a Agência Centro do Banco do Brasil em Fortaleza. Ao mesmo tempo que prestava serviço no banco, José Figueiredo, também, militava no Sindicato dos Bancários do Ceará. Em 1963, foi eleito secretário-geral da Federação Norte e Nordeste dos Bancários, cujo presidente era o conhecido líder José de Moura Beleza.

Com a implantação do golpe militar em 1964, José Figueiredo não teve condição de tomar posse na federação. Procurado pela polícia como “perigoso subversivo”, o funcionário do Banco do Brasil, no início, conseguiu se esquivar da prisão; em troca da liberdade, teve de se separar da família. A mulher foi para Iguatu (CE) e depois para o Piauí, enquanto ele partia para Goiás. No mês de novembro de 1964, depois de se encontrar com a mulher no Piauí, José Figueiredo foi obrigado a se deslocar para a cidade de Crato (CE), já que a mulher, grávida de dois meses, necessitava de atendimento médico. Hospedado na casa dos pais, o ex-funcionário do Banco do Brasil foi preso na madrugada de 8 de novembro de 1964.

Preso, José Figueiredo foi conduzido à cadeia pública daquela cidade e, em seguida, transferido para a cadeia pública de Juazeiro do Norte. De Juazeiro do Norte foi levado para Fortaleza, sob a mira de metralhadoras, em companhia de outros presos políticos.

Na capital cearense ficou detido, inicialmente, no DOPS. Em seguida, foi recolhido a uma das celas do quartel do 10º GO, onde foi interrogado.

Entre as acusações que pesavam contra José Figueiredo consta uma que mostra o quanto a ditadura militar exorbitou do poder. Interrogado pelo algoz se tinha chegado no Crato “com o bigode de Stalin”, José Figueiredo respondeu:

– Não, senhor, foi com o meu mesmo.

No 10º GO, José Figueiredo presenciou a tortura de prisioneiros. Na tentativa de amedrontá-lo, os sequazes da ditadura diziam que depois seria a vez dele. Ameaçavam-no, também, com a transferência para Fernando de Noronha, transformada, naquela época, em colônia penal militar.

Posto em liberdade, em novembro de 1964, José Figueiredo de Brito Filho foi, novamente, interrogado no Tiro de Guerra de Juazeiro, em 3 de dezembro do mesmo ano, para ser solto, definitivamente, horas depois.

A Galinha de Prestes

Geraldo Alves Formiga



Geraldo Alves Formiga

Geraldo Alves Formiga, um pacato cidadão do Crato (CE) que exercia a profissão de contador em sua cidade natal, estava deitado em sua cama, nas primeiras horas da madrugada, quando ouviu alguém bater à porta. Foi atender. Ao abri-la, tomou um susto. As pessoas que estavam do lado de fora, simplesmente, adentraram a casa e o levaram preso para Juazeiro do Norte. Colocado num lugar sórdido, onde não havia sanitário e a cozinha estava em péssimo estado de conservação, o contador do Crato deparou com várias pessoas conhecidas na região: José Bezerra, Eloi Teles de Moraes, Raimundo Coelho Bezerra de Farias, Walmir Farias e Wellington Alves de Souza, todas do Crato e de Juazeiro do Norte. Também, se encontrou com Dário Coimbra e um senhor com cerca de 70 anos que dizia, todo trêmulo, que estava sendo preso pela polícia porque havia arrematado, num leilão promovido por sua paróquia, em 1938, uma galinha cheia em homenagem a Luiz Carlos Prestes.

Passado algum tempo naquele lugar abominável, as pessoas começaram a ser ouvidas. Algumas no Crato; outras em Juazeiro do Norte; outras em Fortaleza.

Levado para a velha cadeia pública do Crato, Geraldo Formiga foi colocado num cubículo sem água e sem eletricidade. Interrogado duas semanas depois, ouvia sempre as mesmas perguntas: “Onde estão as armas?” “Onde está a munição?” “Quem são seus companheiros?” “Quais os planos para a tomada de poder?”. Perguntas essas que, para um homem nascido no interior do Brasil e mais acostumado a lidar com contas do que com ações armadas, não faziam o menor sentido. Por fim, como não havia nada a revelar a seus algozes, a não ser que fora da diretoria de clubes como o

Granjeiro de Crato Tênis Clube e tesoureiro da Associação Comercial do Crato, resolveram soltá-lo.

Dias depois, porém, sua casa foi invadida e revirada de cima a baixo. Revistaram tudo: guarda-roupa, gavetas e colchões. Tudo isso na calada da noite. Quando soube que procuravam armas, tomou um susto. Novamente, foi preso e levado para Fortaleza sem mais explicações.

Na capital do estado, o homem, que era considerado perigoso pela polícia, tomou conhecimento de que fora acusado – não sabe exatamente por quem – de planejar assaltar o Banco do Brasil do Crato. Recolhido a uma das dependências da Polícia Federal, Geraldo Formiga ali ficou por um bom período.

Longe da família, que também não sabia de seu paradeiro, a não ser que estava em Fortaleza, o contador deixou o tempo passar até que um dos irmãos, José Alves Formiga, residente na cidade de Bacabal, no Maranhão, abandonou o estabelecimento comercial no qual trabalhava, naquela cidade, e dirigiu-se para Fortaleza. Contratou um advogado para tentar localizar o irmão, mas, como este se encontrava incomunicável, não conseguiu quase nada.

Na cadeia, Geraldo Formiga sofria todo tipo de pressão para falar. De início, os policiais limitavam-se a ameaçar. Diziam que as prisões e os fuzilamentos estavam ocorrendo em todo o Brasil. À noite, era possível ouvir gritos de pessoas que, certamente, estavam sendo torturadas em algum lugar do prédio. Diziam, também, que estavam para chegar dois policias especializados em interrogatório e tortura. O que era verdade, pois 35 dias depois de sua prisão chegaram dois agentes de Belém do Pará. Dois ou três dias depois eles começaram o interrogatório. Geraldo Formiga, quando foi chamado para depor, foi brutalmente agredido na nuca pelos trogloditas.

Um policial colocava um volumoso livro sobre a minha nuca e tome porrada!

As indagações eram quase as mesmas a que tivera de responder em Juazeiro do Norte: “Quais eram os planos de assalto da organização?” “Quais eram as armas que se usavam?” “Qual o nome das pessoas envolvidas?” e assim por diante. Como o contador não sabia de nada disso – aliás, não sabia sequer por que era confundido com um comunista, quanto mais com um guerrilheiro –, a tortura intensificava-se.

Dez dias depois, foi libertado. Levado para o Crato por seu advogado, teve a infelicidade de ver seu escritório de contabilidade, totalmente, arrasado. Diante disso e da recusa da população local em trabalhar com ele por ter sido considerado “subversivo” pelas forças da repressão e correr o risco de ser preso, novamente, a vida profissional de Geraldo Formiga, praticamente, acabou. Mas, como tinha de sobreviver a qualquer custo, o jeito foi se esforçar e arranjar trabalho em outro lugar. Assim, partiu para Missão Velha, Brejo Santo, Mauriti e Milagres, cidades localizadas no Ceará, em busca de cliente. Foi assim que, com muito esforço e muita dedicação, conseguiu retomar sua vida e dar continuidade aos negócios.

O Sapateiro

Antenor Fernandes Viana

Antenor Fernandes Viana



Avenida 13 de Maio, esquina com Barão do Rio Branco. Ali trabalhava, por volta de 1964, o sapateiro Antenor Fernandes Viana. Antenor, como era conhecido pelos clientes, era analfabeto, mas uma pessoa inteligente e íntegra. Sua loja ficava em frente ao quartel do 23 BC.

Certo dia, apareceu um mendigo que morava nas proximidades da sapataria à procura de Antenor Fernandes, que não se encontrava. Em seu lugar, atendia o ajudante de nome José Baeta. O mendigo dirige-se a ele e pede um pincel e um pouco de tinta, no que é prontamente atendido. No dia seguinte, quando Antenor Fernandes volta ao trabalho, vê a loja toda pichada com a palavra de ordem “Abaixo a ditadura”. Como não sabia ler nem escrever, não se preocupou com o que estava escrito. Assim, abriu a loja normalmente e entrou para trabalhar. De repente a sapataria foi cercada por vários soldados do Exército. Sem saber o que estava acontecendo, Antenor Fernandes foi preso e levado para o DOPS, onde foi interrogado durante um dia e uma noite, ininterruptamente. Indagado se pertencia a alguma facção política, ou se era dirigente de algum partido, Antenor Fernandes respondia apenas que era analfabeto. A polícia, no entanto, não acreditava nisso.

Católico praticante, o sapateiro costumava frequentar a Igreja de Fátima, que também fica na avenida 13 de Maio. A família, preocupada com o que havia ocorrido, pede ajuda ao padre da paróquia, que telefona, imediatamente, para alguns amigos em busca de socorro, mas nem assim consegue localizar o sapateiro.

Alguns dias depois, Antenor Fernandes reaparece em casa. Deprimido e envergonhado em função das humilhações a que fora submetido, o bom e velho sapateiro perdeu a vontade de viver e até sua morte, para a tristeza da família, nunca mais pôs os pés na rua.

A Família

Gilberto Mariano



Gilberto Mariano

A cidade do Crato, distante de Fortaleza 540 quilômetros, surgiu, como tantas outras do Ceará e do Brasil, em torno de uma igreja: a Igreja de Nossa Senhora da Penha, fundada por frei Carlos em 1745. Em 1964, quando os militares tomaram o poder, em Brasília, morava nessa cidade com a mulher e os filhos – e ainda hoje mora – um senhor chamado Gilberto Mariano. Tido como uma pessoa de bem pelos amigos, Gilberto Mariano estava tranquilamente em sua residência quando, certo dia, foi intimado a comparecer à delegacia pública da cidade do Crato.

Quando soube da intimação e do comparecimento do marido à delegacia, a mulher de Gilberto Mariano esperou, logicamente, que regressasse logo. Mas ele não voltou, ficou detido na delegacia, assim como dezenas de outros cidadãos do Crato que, também, tinham sido presos arbitrariamente.

Dias depois, no lugar do marido, o que a mulher de Gilberto Mariano recebe em casa é a visita da polícia que, truculenta como sempre, revistou tudo. Como não encontrou nada, a família pensou que, dessa vez, Gilberto Mariano voltaria para casa. Mas não voltou. Ameaçado de ser mandado para Fortaleza, a família, mais uma vez, desdobra-se para impedir esse novo ato de violência. Sai atrás dos amigos e consegue que Cícero Beija-Flor, pessoa muito influente no Crato, naquela época, falasse com o delegado e intercedesse por Gilberto Mariano. Por causa de Cícero Beija-Flor, Gilberto Mariano não foi enviado para Fortaleza. Permaneceu na cidade, onde ficou preso por mais algum tempo.

Posto em liberdade, a vida daquele homem, que até então era pacata, desmoronou para sempre. Deprimido pelo que havia passado na prisão, carrega para sempre as consequências daquele padecimento.

A Prisão a Céu Aberto

Anastácio Nóbrega Tahim



Anastácio Nóbrega Tahim

Em 13 de agosto de 1962, Anastácio Nóbrega Tahim assumiu, no Banco do Brasil de Juazeiro do Norte, a carteira administrativa e, em seguida, um cargo em comissão como caixa. No mesmo ano, foi eleito secretário da Associação dos Bancários de Juazeiro do Norte, hoje denominada Sindicato dos Bancários do Cariri.

Entre suas atividades como secretário da associação, consta a publicação de um jornal e a participação, como líder sindical, nas greves aprovadas pela categoria em reunião aberta e democrática.

Com o advento do golpe militar, em 31 de março de 1964, a vida de Anastácio Nóbrega, assim como a dos outros companheiros, mudou completamente. De simples funcionário público, que exercia uma função importante no sindicato, passou a subversivo e, daí, a perseguido político.

Essa condição de “perseguido político”, no entanto, só foi notada por Anastácio Nóbrega numa noite quando voltava para o hotel onde morava, em Juazeiro do Norte, e foi surpreendido com a visita de um tenente-coronel que, acompanhado por alguns policiais, invadiu seu quarto e revirou tudo. Depois de tudo revirado, o oficial e seus comparsas foram embora sem dizer nada e sem nada levar.

Dias depois, quando se encontrava na casa da namorada, na cidade de Barbalha (CE), o então secretário da Associação dos Bancários de Juazeiro do Norte foi, novamente, surpreendido com a visita do tenente-coronel e seus homens. Dessa vez, ouviu voz de prisão e foi levado, imediatamente, para a delegacia local. Dali foi encaminhado para a delegacia de Juazeiro do Norte, onde permaneceu preso, sendo, em seguida, transferido para o quartel do Tiro de Guerra, órgão do Exército, naquela cidade. Interrogado

várias vezes, tanto na delegacia de Juazeiro do Norte quanto no Exército, Anastácio Nóbrega passava dias sem comer e horas seguidas sem dormir.

Finalmente, em 23 de abril de 1964, foi entregue ao Banco do Brasil para ficar sob a custódia do gerente. No banco, porém, continuou a sofrer todo tipo de perseguição. A primeira delas foi um inquérito administrativo, promovido pelo próprio banco, que redundou na perda da comissão que tinha e na transferência para a cidade de Macau, no Rio Grande do Norte, onde não havia água, luz, posto de saúde nem escola.

Ali, confinado nesse “fim de mundo” que, na verdade, era uma verdadeira prisão a céu aberto, Anastácio Nóbrega, para se livrar de tamanha perseguição, achou por bem pedir demissão. Fora do banco, continua perseguido pela polícia, que não permite que o ex-bancário participe de manifestações públicas, mesmo quando se trata de simples festas dançantes.

A liberdade real só chega com a promulgação da Lei da Anistia, a partir da qual os democratas tentam reconstruir suas vidas destroçadas pelos algozes da democracia.

A Denúncia

Oswaldo Oliveira Silva



Oswaldo Oliveira Silva

Entre os casos ocorridos durante o regime militar, há muitos inusitados. Um deles refere-se à prisão de Oswaldo Oliveira Silva, na época vice-presidente de uma entidade comunitária denominada Sociedade Beneficente de Porangabussu, bairro de Fortaleza.

Na década de 1960, o segundo-tesoureiro da instituição, por razões ainda hoje desconhecidas, propôs vender o telefone da sociedade. A posição de Oswaldo Oliveira, no entanto, foi contrária à do tesoureiro. Em consequência, estabeleceu-se uma profunda divergência que só foi resolvida numa reunião da associação. A tese defendida por Oswaldo Oliveira saiu vitoriosa. Irritado, o então tesoureiro dirigiu-se ao vice-presidente nestes termos: “Na terça-feira você [Oswaldo] não estará mais defendendo causa nenhuma”.

E assim aconteceu. Em 5 de maio de 1964, Oswaldo Oliveira estava dormindo, quando teve a casa invadida por três policiais vestidos à paisana que o levaram para a DOPS. Ali foi preso sob a acusação de ser comunista.

No dia seguinte, foi conduzido para o 23 BC, onde passou vinte e três dias no cárcere. Libertado, Oswaldo Oliveira finalmente tomou conhecimento do que, de fato, havia acontecido.

Quando da minha soltura, o oficial de dia me fez a seguinte advertência “O senhor não vá tomar satisfação com o elemento que o denunciou injustamente porque o mesmo está preso sob acusação de ser ladrão do leite que o governo distribui aos pobres”.

Como Osvaldo Oliveira não sabia quem o havia acusado de “subversivo”, perguntou ao oficial de quem se tratava. “Então o senhor não sabe?”, indagou o oficial de dia, surpreso, declinando o nome do tesoureiro da entidade, o tal que defendia a venda do telefone.

Esse tipo de gente costuma florescer nos regimes ditatoriais.

O Aperto de Mão

Eribaldo de Carvalho Portela



Eribaldo de Carvalho Portela

Eribaldo de Carvalho Portela, funcionário público em Barbalha (CE), hoje aposentado, trabalhava no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quando ocorreu o golpe militar de 1964. Nesse dia, 31 de março, estava viajando de Recife para Fortaleza, a fim de pedir licença sem vencimento, quando soube, ao chegar a Barbalha, que havia sido procurado por um major da Polícia Militar

Mais interessado do que o major em saber do que se tratava, Eribaldo de Carvalho saiu de casa, imediatamente, e foi à Delegacia de Juazeiro do Norte. Ali se apresentou ao responsável que, após informar que o major não estava, mandou prendê-lo sem maiores explicações. Preso sem saber por que, Eribaldo de Carvalho ficou na expectativa de ser ouvido pelo major. Decorridos alguns dias, foi transferido para a cadeia pública de Barbalha, de onde saiu trinta e cinco dias depois, com a condição, porém, de não se afastar do município.

Em maio de 1967, viajou para Recife novamente. A intenção, mais uma vez, era a de continuar os estudos. Para isso, tirou licença do IBGE sem vencimento e foi trabalhar na Companhia Hidroelétrica de Boa Esperança (Coebe), hoje ligada à Companhia Hidroelétrica de São Francisco (Chesf), na cidade de Teresina, no Piauí. Ali trabalhou durante quatro meses. Acusado de estar envolvido com grupos de esquerda, foi demitido.

Em janeiro de 1968, faz vestibular para a Faculdade de Estatística da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), passa e, em seguida, transfere o curso da Faculdade de Estatística da UFPE para a Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), a fim de estudar à noite.

Em 1970, consegue transferir o emprego que tinha, no Ceará, para Pernambuco. De férias em Barbalha, é preso pela Polícia Federal e levado para o Crato. Em seguida, é transferido para Fortaleza. Entretanto, como não havia provas que pudessem incriminá-lo, é posto em liberdade.

Para que não tivesse nenhum ressentimento da polícia nem das Forças Armadas, dão-lhe um aperto de mão e apresentam um pedido de desculpas que até hoje soa nos ouvidos do ex-funcionário do IBGE mais como afronta do que como consolo.

Registros Fotográficos e Documentais

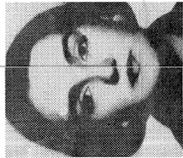
PROCURA-SE FERROBRISTAS



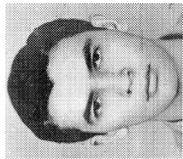
JOSÉ MONTENEGRO



MÁRIO ALBUQUERQUE



JANA BARROSO



BERGSON GURJÃO



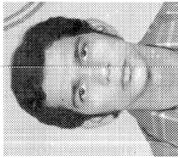
PEDRO ALBUQUERQUE



IUTH CAVALCANTE



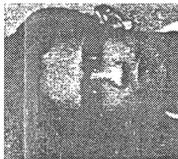
HELENA SERRA AZUL



FRANCISCO MONTEIRO



DAVI CAPISTRANO



ODIJAS CARVALHO

Onde estão eles? Procure Saber.

Cartaz comemorativo dos 20 anos da Amnistia reproduzindo outros cartazes espalhados pela Ditadura, em locais públicos.



ESTADO DO CEARÁ

SECRETARIA DE POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA
- GABINETE DO SECRETÁRIO -

Fortaleza, 11 de maio de 1.964 -

Of. n.º 16 - RESERVADO -
REF-OP. Nº 41-IPM-RESERVADO.
Wilson -

Ilmo. Senhor:-

Em atendimento ao vosso ofício nº 41-IPM - RESERVADO - datado de 27 de abril último, remeto-vos, os dados informativos existentes na Delegacia de Ordem Política e Social, referentes aos seguintes elementos:- JOSÉ FIUZA GOMES, ANIBAL FERNANDES MONAVIDES, JOSÉ OLAVO PEIXOTO (Peixoto de Alencar), BLANCHARD GI RÃO, TARCISIO LEITÃO CARVALMO, JOSÉ DOS SANTOS SERRA, AMADEU DE ARAUJO ARRA IS, AMERICO BARREIRA, OLAVO FRANÇA SOBREIRA SAMPATO, ALUISIO GURGEL DO AMARAL, JOSÉ MARINHO DE VASCONCELOS, JOSÉ JATAÍ, LUIZ CRUZ LIMA, MANUEL GRACIANO MACÉDO, FRANCISCO BRAZ ARAÚJO, MANUEL AGUIAR DE ARRUDA, JONAS DANIEL, FRANCISCO FARIAS DE MELO, (Dedé), JOÃO LUIZ DE DEUS, MARIO AREAL SOUTO, CARLOS AUGUSTO LIMA PAZ (Parangaba), ALFREDO WILLIAM NOGUEIRA DE SÁ, JOSÉ DE MOURA BELEZA, RAIMUNDO IVAN BARROSO, VICENTE POMPEU DA SILVA e JOSÉ PONTES NETO.

Mari... 144

Fls. 86 (Inclusão) Nogueira B. C. 144

*Junta - re
nos acult. de
do IPM do sub. comiss.
Junta - re
B. C. B. C. B. C.
re - re - re*

SAUDAÇÕES:-

Clóvis G. Nogueira
CLOVIS ALEXANDRINO NOGUEIRA - TEN. CEL.
SECRETÁRIO DE POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA -

AO SR. TEN. CEL. HUGO HORTENCIO DE AGUIAR -
PRESIDENTE DO IPM -

QUARTEL DO 2º B. C. -

NESTA -

POLICIA DO ESTADO DO CEARÁ

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

1297
8/1/64

Prontuário n. 24

DATA			Anotações diversas, referente
DIA	MES	ANO	
3	6	64	<p>a TARCÍSIO LEITÃO DE CARVALHO</p> <p>Nesta data teve sua prisão preventiva decretada, pela Auditoria da 7ª R.M. Encontra-se preso na Ilha de Fernando de Noronha.</p> <div style="text-align: center;"> </div>

Registro, no livro da Delegacia de Ordem Política e Social, da Prisão preventiva de Tarcísio Leitão, embora este já se encontrasse preso na Ilha de Fernando de Noronha.



POLÍCIA E SEGURANÇA PÚBLICA

Nome *Tarcísio Leitão de Carvalho*
 Idade *5/10/1935* anos Nacionalidade *Brasileira*
 Naturalidade *Fortaleza - Ceará*
 Pai *Jose Valdevino de Carvalho*
 Mãe *Jenânia Adami Leitão de Carvalho*
 Profissão *Advogado*
 Residência *Rua da Graça Moura nº 1158*
 Instrução *sup. evon* Estado Civil *Casado*
 Motivo da prisão *por exercer atividades subversivas*
 Identificado em *10* de *abril* de 19 *64*
 Observações: *Compõe Portaria nº 244 de 27. Dec. de 1964*
S. Bulhões Prontuário *Melhor* Seção

NOTAS DIVERSAS



IMPRESSÕES DIG

DIRETOR

[Handwritten signature of the Director]

Firma da pessoa identificada

[Handwritten signature of the identified person]

Polegar

Indicador



Ficha de identificação de Tarcísio Leitão na Delegacia de Ordem Política e Social do Ceará.



Francisco Pereira da Silva, o Pereira (PCB), preso em 1973.



Mário Miranda Albuquerque, em sua cela no IPPS-CE.



Presos políticos do IPPS-CE, em 1973: 6 integrantes da ALN, 2 do PCdoB e 1 do PCBR. Da esq. à dir: Gilberto Telmo, Rogério Lustosa, Célio Albuquerque, Gondim Neto, José Sales, Valmir Arraes, José Bento, Swami Cunha e Wiliam Montenegro.



Presos políticos do IPPS-CE, em 1973: da esq. para a dir. Swami Cunha, Célio Albuquerque, José Jerônimo, Gondim Neto, José Ferreira, Manoel Domingos, Valmir Arraes, Rogério Lustosa, José Sales e Wiliam Montenegro.



Presos políticos do IPPS-CE, em 1976: da esq. para a dir. José Sales, José Ferreira, Gondim Neto, Fabiani Cunha, José Jerônimo, Wiliam Montenegro, Mário Albuquerque, Valdemar Menezes.



Presos políticos do IPPS-CE, em 1974: da esq. para dir. ?, Gondim Neto, José Jerônimo, José Genoíno, José Ferreira, ?, Oswald Barroso, Wiliam Montenegro, ?, Fabiani Cunha, Waldemar Menezes e Mário Albuquerque.



IPPS-CE 1977, alguns dos presos políticos (momento de prática de futebol, quando os dois pavilhões de presos se encontravam): da eq. para a dir. em pé: Fernando Macambira, Valdemar Menezes, Mário Albuquerque, Auto Filho, José Sales. Agachados: Benedito Marques, Carlos Alberto, Anário Batista, José Ferreira, Jonas Daniel e Castiliano.



Momento de confraternização entre presos políticos do IPPS e seus familiares.



Dia de visita de presos políticos do IPPS, em 1977: alguns podem ser identificados – Primeiro plano William Montenegro (ALN) segurando uma criança, José Genoíno Neto (PC do B), Mário Albuquerque (pai) tocando violão, Gondim Alves (PC do B) e ao fundo José Duarte (PC do B). Vê-se ainda as irmãs de Mário, Nadedja, Neidja e Niedja



Presos políticos da Ilha de Itamaracá – PE entre os quais alguns do PCBR com atuação no Ceará como Francisco de Assis Barreto. 1977



José Sales, Wiliam Montenegro (ambos da ALN) e Benedito Marques Texeira-Bené (PCB), no pátio de lazer do IPPS-CE, em 1976.

o Lampião que ganhou de um parente. Consideraram uma arma subversiva.

es-
eu
lias
ria
éri-
ajo-
es-
la-
fui
que
no
te a
tra-
ho
vo-
ses-
ara
un-
lair
dia
ral
di-
o,



“Teve um tempo que a gente morava na Barra do Ceará, eu e o Gilvan, não vínhamos morar na Aldeota porque era coisa de burguês. Tinha vergonha de andar de carros em um bairro pobre”

OP - A mãe do Che Guevara veio em qual ano e fazer o quê?

LEZ-LEZ, SEGUNDA-PARTE, 6 DE SETEMBRO DE 2014

o era o nome verdadeiro dele?
Barroso: Era Gilvan Queiroz da Rocha, mas Clóvis Tavares Finheira, o Clóvis. Mas ele tinha nomes. Em 1962 ele já era procurado por a da Revolução Cubana. Havia participado logo de guerrilha no Maranhão e Goiás. Uma do controle do PCB e sob o comando do 27 de Julho, que lutaram as Ligas Camponesas, procurado pelo nome de Alexandre, e imaginava que ele estava aqui. Foi preso no Rio de Janeiro. Quem não tinha culpa formada, até quarenta após a prisão seria solto. Ele casou para beneficiar o filho de um da Dinastia. Quatro dias depois, eles identificaram o Gilvan era a pessoa que eles procuravam das guerrilhas desde o tempo do João Paulo, pernambucano, chegou aqui com o apelido.

quanto tempo ele foi Clóvis pra senhora?
Barroso: De 1965, quando o conheci, até 1973 se foi. Em 1973, quando fui preso e que soube verdadeiro dele. Soube na Polícia Federal dessemear que ele era o mesmo Alexandre que ele tinha outro nome, mas não que ninguém queria saber, após minha detida, não mandando tinha nome de guerra, muitos de cáil por causa do nome de guerra. Ninguém o nome verdadeiro de ninguém. Bom, em um caso e eles queriam saber do nome do grupo. Então o Gilvan se mandou.

que a senhora o chama de Clóvis?
Barroso: Chamo em casa. Ora, eu o conheci no nome dele em 1973 quando o polígrafo a foto dele. Passou seis anos fora e não trouxe o nome dele. Todo mundo sabia que Clóvis. Ele foi o primeiro a voltar em 1974. A minha família o chama de Clóvis, a dele a coisa estranha chamando de Gilvan.



RECORTE DO DIÁRIO DE PERNAMBUCO com Estér Barroso entre os subversivos

Estér Barroso - Quando eu cheguei lá devia ser uma seis e meia da manhã e eu fiquei até 8 horas da noite numa sala. Fizaram pra eu cusar ou era porque estavam interrogando todo mundo para ver se eu tinha ligação. Me deram almoço e mais nada. Nesse dia foi que descobriram que o Gilvan era meu marido. Tinha descoberto, eu estava lá e não sabia. Pegaram um recorte do Diário de Pernambuco com o “Procurado, subversivo perigoso” com o nome de Alexandre “E seu marido” lá disse e é meu marido. Não podia negar. Eu não sabia o nome dele. Eles se desesperaram durante um três dias porque eu não falava e disseram que minha noite teria uma conversa comigo.

um comunista com o nome falso? Fiquei lá dez dias incommunicável.

OP - E o doutor Pádua, ele não sabia que a senhora estava presa?

Estér Barroso - Sabia, mas, de acordo com ele, eu era incommunicável até com advogado. Com dez dias foi que eu encontrei o Pádua. Mas só na Auditoria Militar foi que eu disse que fui torturada. Não inquiri na Polícia Federal não. O Pádua era muito corajoso. E ele ele soube que tinha sido torturada... Lá estavam o Laudelino (Coelho) e outro. Eu já tinha bolido tudo, eles vão desestimar o Pádua porque foi

ria... Eu disse: “Olha, eu não tenho nada com o MDL, não sou nem clandestina. O que aconteceu foi descontentamento do povo”.

OP - A senhora ainda estava na militância?

Estér Barroso - Não tinha onde militar e não podíamos nem sonhar em se encontrar um com o outro. Tinha muita gente que era minha amiga e que ficou com medo e passava longe. Eu fui apontada logo em seguida, compulsoriamente. Tinha três anos de serviço e fiquei ganhando um pinga. Ainda hoje, o professor que tem meu nível ganha um R\$ 1.080,00 e eu R\$ 470,00. Até hoje não regularizaram minha situação, mas entrei com esse grupo da Anistia para corrigir.

OP - O Gilvan Rocha voltou quando?

Estér Barroso - No dia 12 de setembro de 1979, foi o primeiro. Passei seis anos sem vê-lo. Escrevia e por cima, de uma forma mascarada, contra como estava a situação política de Portugal. Depois de ler a carta eu rasgava. Tinha medo que descobrissem a pessoa para onde mandavam a carta. Eu tinha uma fotografia enorme com a Clóvis Guevara (mãe de Che Guevara) na praia. Rasguei antes de ser presa. Depois de solta, dois meses depois, fui ao apartamento que eu havia fechado e estava tudo retirado, uma loucura. Eu tinha um quadro bem grande do Abelardo da Hora, Memórias do Recife, eles levaram. Levaram a Polícia de Paris, um pinhal do cabra de Lampião que ganhou de um parente. Consideraram uma arma subversiva.



Entrevista de Estér Barroso ao Jornal O Povo.

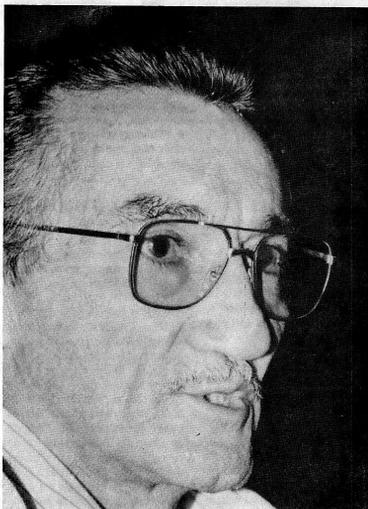
EMÍLIA AUGUSTA
EDITORA DE CIDADÊS

OP — *O senhor viveu os anos efervescentes da década de 50. A juventude de hoje tem a mesma consciência política da juventude da sua época?*

MR — Os anos 50 foram efervescentes e mais conscientes. Hoje, a juventude está muito mergulhada num processo de perplexidade e isso foi detectado pelo sociólogo e filósofo pernambucano Pessoa de Moraes, há 20 anos, em suas obras "O Desafio da Era Tecnológica". Pessoa cita exemplos das culturas que foram sedimentadas através de séculos na Europa e nos Estados Unidos e de um momento para outro são jogadas nos países periféricos, levando à perplexidade de os povos dessas nações, principalmente a juventude, que é o elemento mais irrequieto no seio da sociedade.

OP — *Apesar de ter nascido em Cratêis, sua militância política começou no Crato, em 1951. Mas foi nos bancos da praça do Ferreira que participou dos grandes debates e das grandes decisões políticas. Como era essa época?*

MR — A praça do Ferreira, com o velho Abrigo Central, era o ponto de encontro dos intelectuais da terra. Havia, no entanto, o banco dos comunistas e o banco dos integralistas, que eram os dois grupos políticos mais famosos. Eram tempos bons, onde se conseguia



Raposo ainda faz procissão de fé na ditadura do proletariado

vencer so numa noite de autógrafo, realizada na praça, mais de 800 livros, como ocorreu com a obra "Sua Majestade o Juiz", de Jáder de Carvalho. Frequentavam o banco dos comunistas, que era o mais concorrido, nomes com o do humorista Mário Santo, Almoré de Barros, os jornalistas Moraes Né, Odalves Lima, Durval Aires, entre outros.

OP — *O senhor acredita que, com a reforma que a Prefeitura pretende fazer na praça do Ferreira, ela voltará a ser ponto de encontro de intelectuais e da sociedade cearense?*

MR — Acho que em qualquer local onde haja ambiente para reunião de pessoas acontecerão discussões políticas e poderão se formar novos grupos. Talvez não aconteçam mais reuniões de grupos com o mesmo caráter que tinham os da antiga praça do Ferreira, onde as discussões eram realizadas com espírito de muita seriedade, apesar das figuras pitorescas que existiam na época. Mas acho que a nova praça será simplesmente mais um local de encontro, porque a cidade cresceu e, como consequência, houve uma divisão maior dos pontos de encontro.

OP — *O jornal "O Democrata", do Partido Comunista, foi a sua grande escopla?*

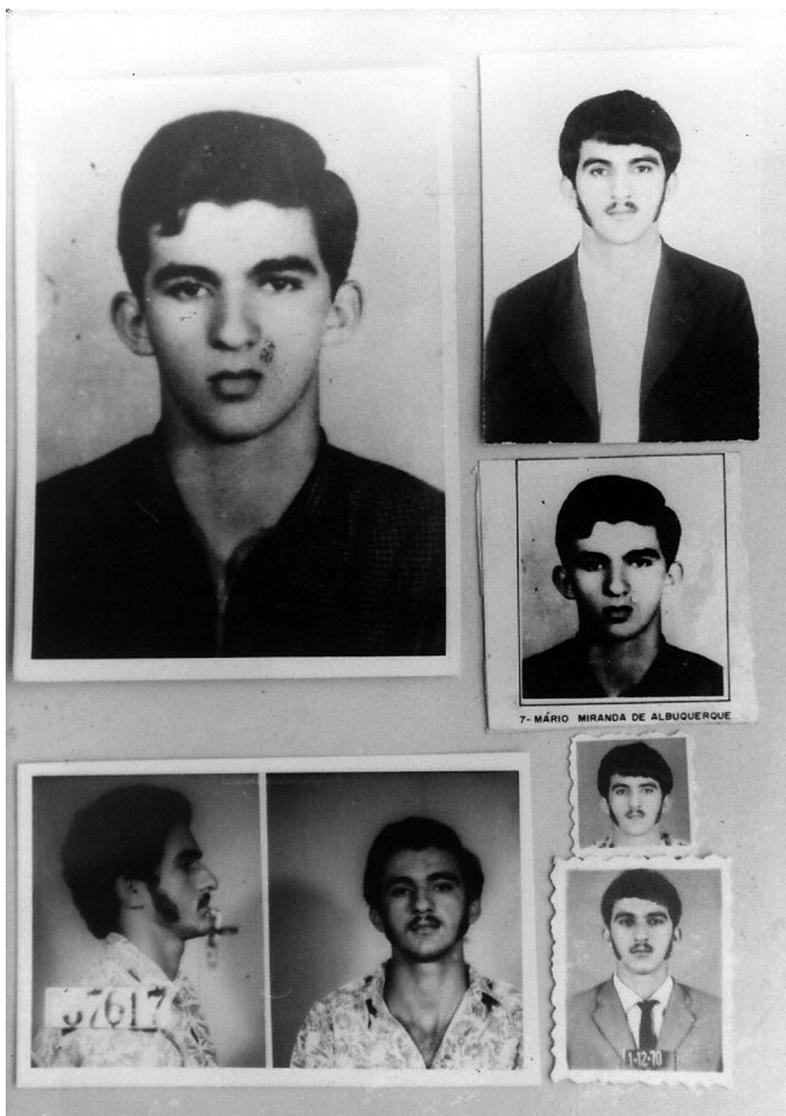
Trechos de entrevista de Manoel Coelho Raposo ao Jornal O Povo.



05 de março de 1987 - Luiz Carlos Prestes.



Da dir. para a esq. Pedro Albuquerque e sua então esposa Tereza e filhos no exílio no Canadá, além de Antônio José Castelo Branco, também, exilado, sendo do Piauí.



Mário Albuquerque e seus disfarces.



Francisco Monteiro, o Chico Passeata



Esposa de Francisco Monteiro, Helena Serra Azul.

NOME: MÁRIO MIRANDA DE ALBUQUERQUE		N.º DO FRONT.: 216/11	
 		Vulgo Cutis: branca Cabelo: castanhos escuros Olhos: castanhos Barba: raspada Bigode: raspada Dentes: incompleta Orelhas: pequenas Boca: pequena Nariz: afilado Lábios: finos Sobrancelhas: cheias Estatura: 1,76 Cicatrizes-marca-tatuagens	
Estado Civil: casado C/D	Conjuge: VERA MARIA PEREIRA DE ALBUQUERQUE	Data de nascimento: 21 de novembro de 1.948	
Filhos:		Naturalidade: Cearanense	
Sabe ler e escrever: sabe		Nacionalidade:	
Estado económico: regular		Lugar de nascimento: Fortaleza, CE.	
Profissão: estudante		Nome de pai: MÁRIO DE ALBUQUERQUE	
Instrução: secundaria		Nome de mãe: MARIA DE LORDES MIRANDA DE ALBUQUERQUE	
Classe delinqüente: diz ser primário			
IMPRESSÃO DIGITAL		Observações	
Polegar esquerdo	Polegar direito	Res: Conjunto Residencial COAHB-Rua 2 Fortaleza. local do crime: Esifis local da prisão: idem idem.	
		Atesto que esta cópia está de conformidade com o original depositado nesta Arquivo: Realizado em 06 de 08 de 2007 A P.E.S.T. Departamento de Arquivo R. 21071	
		Casa de Detenção — Pernambuco	

Ficha de identificação de Mário Albuquerque, na Delegacia de Ordem Social e Política do Ceará.

Rodrigo Octávio faz libelo contra tortura

Da sucursal de
BRASILIA

O general Rodrigo Octávio, ministro do Superior Tribunal Militar, qualificou ontem de "fanáticos, ignorantes e irresponsáveis" os que usam de torturas e sevícias para obter provas contra acusados, "no afã de servir a estrutura político-jurídica vigente".

Sua afirmação ocorreu no julgamento de revisão criminal de interesse do jovem Mário Miranda de Albuquerque, que foi condenado juntamente com outras pessoas por tentar reorganizar o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, em Pernambuco. Mário perdeu a revisão, porque o Tribunal não aceitou a tese de que ele responderia a dois processos pelo mesmo crime.

Voto divergente, o ministro Rodrigo Octávio acolheu os argumentos da defesa e, diante a revelação de torturas e sevícias contra os presos, propôs o encaminhamento de peças do processo para o Ministério Público Militar, a fim de que fosse instaurado inquérito a respeito.

Segundo consta do processo, um dos presos, de nome Odijas Carvalho de Souza, acabou morrendo por não resistir às torturas que lhe foram aplicadas por agentes do DOPS no Recife. O inquérito arrolará dois policiais — Edmundo de Brito Lima e Fausto Venâncio da Silva.

AS TORTURAS

O general Rodrigo Octávio particularizou, em seu voto, que os depoimentos dos reus eram unânimes em afirmar "a continuada ação de sevícias e torturas por eles sofridos". Esse procedimento doloso dos policiais "teria motivado a morte de Odijas Carvalho de Souza no dia 8 de fevereiro, isto é, dez dias depois da sua prisão".

Acrecentou que os dois policiais estariam então in-

curso em vários dispositivos da legislação penal, com a agravante "por falta de comunicação à família" e por "não ter sido realizada a indispensável autópsia do corpo". Segundo o ministro, somente a autópsia poderia confirmar ou não a morte violenta.

Estranhou, ainda, o ministro Rodrigo Octávio não ter sido instaurado inquérito policial, a despeito das denúncias dos presos, de repetidas solicitações da família do morto e das "duvidosas circunstâncias" em que morreu o acusado.

"Fato mais grave — disse o general, depois de analisar as peças de acusação a Mário Miranda de Albuquerque — "suscita o exame da apelação número 39.155, oriundo das acusações feitas aos policiais Edmundo de Brito Lima, Fausto Venâncio da Silva e outros, na auditoria da CJM, por Maria Barros dos Santos, Maria Yvone de Souza Loureiro, Lyllia da Silva Guedes e Carlos Alberto Soares (Fls. 733 V N 734, 735, 744 e 749-750), por sevícias e torturas feitas aos mesmos e a Odijas Carvalho de Souza, podendo ser causa de sua morte. Na defesa de salvaguarda dos direitos e garantias individuais, expressos no artigo 153 (caput), parágrafo 14, como consequência não só de nossa formação humanística, espírito democrático e tradição liberal, como do compromisso assumido na Declaração Universal dos Direitos do Homem, aprovada em resolução da III sessão ordinária da Assembleia Geral das Nações Unidas, em que pese o atestado de óbito afirmar que a causa moris tenha sido embolia pulmonar: tal crime, se houve, deverá ser devidamente apurado, tanto mais que nem sequer houve autópsia e o corpo foi enterrado com completo desconhecimento da esposa e família (preso a 28 de janeiro e morte a 8 de fevereiro, requerimento da

esposa para abertura da IPM e consequente autópsia a 22 de março de 71; parecer da Procuradoria a 7 de abril de 71 e denegação do CJ a 15 de julho de 71)".

CENSURA

"É preciso que se evidecie — continuou o general — maneira clara e insofismável que o governo e as Forças Armadas não podem responder pelo abuso e a ignorância de meia dúzia de fanáticos ou irresponsáveis que usam de torturas e sevícias, para obtenção de provas comprometedoras, no afã de servir a estrutura político jurídica vigente".

"É lamentável — prosseguiu — que o Conselho de Justiça da 7ª CJM por maioria contra os votos dos capitães Dirceu Soares e Duarte Francisco Pereira Nunes de Andrade, na oportunidade, podendo verificar com mais profundidade as acusações relativas aos espancamentos de Odijas Carvalho de Souza e de sua esposa Maria Yvone de Souza Loureiro, pelos policiais Edmundo de Brito Lima e Fausto Venâncio da Silva tenha deixado de fazê-lo, manifestando-se nos seguintes termos:

"O Conselho Permanente de Justiça do Exército resolveu, por maioria de votos, não determinar a abertura de Inquérito Policial Militar, solicitada através da petição das fls 22 e 23 do anexo III, uma vez que às fls 27, do mesmo apenso, encontramos certidão de óbito, retentente a Odijas Carvalho de Souza, que teria falecido em 08 de fevereiro do corrente ano, às cinco horas e 30 minutos no hospital da Polícia Militar, com embolia pulmonar".

Tal fato, ocorrido 10 dias após a prisão de Odijas Carvalho de Souza (29 de janeiro a 8 de fevereiro), traz no seu bojo grave suspeição, pois tratava-se de um jovem de 25 anos, em gozo de perfeita saúde, quando detido pela polícia".

Voto do General Rodrigo Octávio, Ministro do Superior Tribunal Federal, denunciando as torturas e sevícias sofridas por presos políticos durante o Regime Militar.

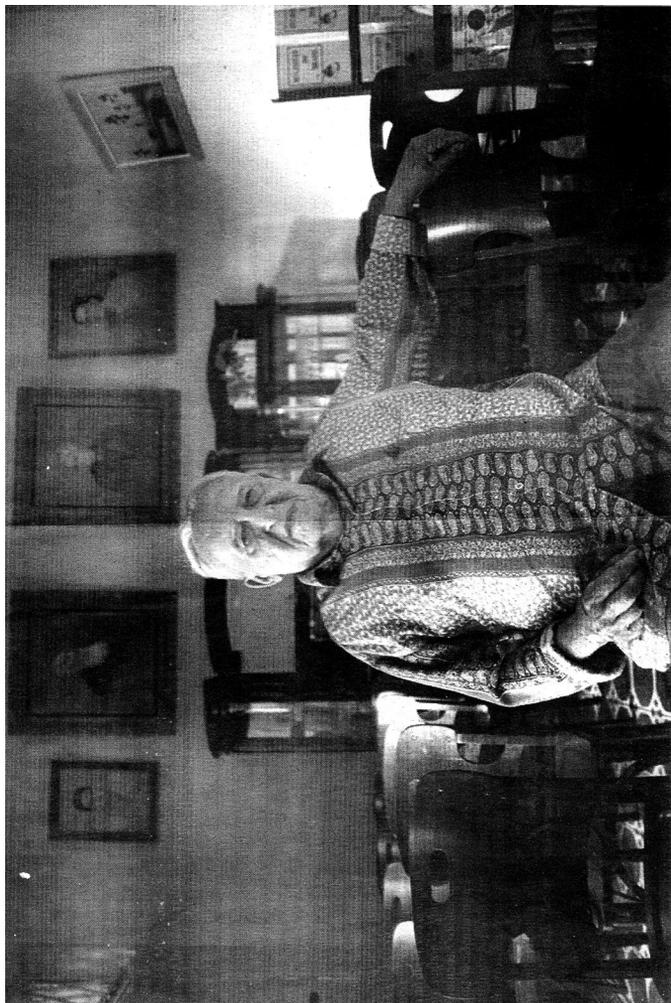


SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR
DIRETORIA JUDICIÁRIA
SEÇÃO DE PROCESSO JUDICIÁRIO

CERTIDÃO

Atendendo ao requerimento de **CÉLIO MIRANDA ALBUQUERQUE**, Técnico em Cooperativismo, RG nº 97002168971/SSP-CE, CPF nº 311.293.404-06, filho de Mário Albuquerque e de Maria de Lourdes Miranda Albuquerque, em que requer certidão do que consta a seu respeito na Justiça Militar da União, para fins de direito, **CERTIFICO** que, revendo os arquivos da Secretaria deste Superior Tribunal Militar, relacionados a processos de natureza criminal, encontrei o seguinte: **Processo nº 20/71** – Auditoria da 10ª CJM, em que foi denunciado, em 17/03/71, como incurso nos artigos 43 e 45, inciso I, do Decreto-lei nº 898/69, tendo sido condenado por sentença do Conselho Permanente de Justiça, em 17/11/72, à pena de 01 ano de reclusão, como incurso no artigo 45, inciso I, da Lei de Segurança Nacional (fls. 226/228). Em 27/11/72, a Defesa interpôs recurso de **Apelação nº 39.761/73-CE**, tendo o Egrégio Superior Tribunal Militar, em Sessão de 18/02/74, negado provimento ao apelo para confirmar a decisão de primeiro grau, transitando em julgado o Acórdão em 07/08/74. **Processo nº 09/77** – Auditoria da 10ª CJM, no qual foi denunciado, em 07/06/77, como incurso no artigo 45, inciso I, do Decreto-lei nº 898/69. Ofício nº 603/DOPS/CRP, de 20/05/77, do Departamento de Polícia Federal, Superintendência Regional do Ceará

Declaração do Superior Tribunal Militar, certificando a prisão
de Célio Albuquerque.



Alberto Galeno: dedicação à casa que levava o nome de seu avô e trajetória ligada à arte e ao ideal socialista.

PARACURU

Militante do PCB morre aos 92 anos

O militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Anário Baptista de Carvalho, morreu às 4 horas de ontem, aos 92 anos. Ele se filiou ao PCB em 1942, quando morava na Bahia, mas problemas de saúde - uma cirurgia de vesícula - trouxeram o cearense de Paracuru de volta à cidade natal em 1956. Um ano antes, havia sido preso por fazer parte do Partido, como também é conhecido o histórico PCB.

Mudou de morada, mas não de ideologia. Anário continuou militante. "Participava de todos os eventos e atividades do partido", relembra o filho Jack-

son de Carvalho, 58. Durante o regime militar que teve início em 1964, manteve uma gráfica clandestina onde era impresso o jornal alternativo *Voz Operária*.

Foi preso mais duas vezes na década de 70. O militante comunista estava filiado ao PPS desde 1992. Morreu em consequência de complicações de uma cirurgia no intestino e foi enterrado ontem às 17 horas no cemitério de Paracuru. Deixou a esposa Iolanda Távora de Carvalho, de 83 anos, sete filhos, 23 netos, nove bisnetos. Anário era tio de Marcelo Silva, atual secretário da Regional III, em Fortaleza.

O POVO: 28/04/05



Anário Baptista de Carvalho

Recorte do jornal O Povo, anunciando a morte de Anário Batista.

Comissão reconhece culpa da União pela tortura e morte do militante Jerônimo de Sousa

REPRODUÇÃO: EVILÁZIO BEZERRA



Foto de que Jerônimo de Sousa cometeu suicídio foi desmentida

ALBERTO PERDIGÃO
FREE-LANCER PARA O POVO

A Comissão Especial para Reconhecimento dos Desaparecidos Políticos e Mortos no regime militar reconheceu, em sua mais recente reunião ordinária (82), em Brasília, a responsabilidade da União pela morte do militante comunista cearense, Pedro Jerônimo de Sousa. O requerimento, encaminhado pela viúva de Jerônimo, Sara Pinheiro de Sousa, foi aprovado integralmente e de forma unânime pelos sete membros da Comissão. A decisão, publicada no último dia 12 no Diário Oficial da União, desmente a versão oficial de que Pedro Jerônimo teria cometido suicídio na prisão, confirmando, assim, que ele foi assassinado durante uma sessão de tortura.

"Eram muitos os indícios e todas as testemunhas indicavam que o Jerônimo não se enforcou com uma toalha de rosto, como dizia o laudo assinado por um médico legista dos militares", afirma o representante da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados, Nilmário Miranda (PT-MG), que relatou o processo de Pedro Jerônimo na reunião. Para Miranda, "este foi um dos casos mais óbvios de morte por causa não natural, ocorrida numa dependência policial, durante o regime militar. Exatamente como prevê o

parágrafo 1º (inciso B) do Artigo da chamada lei dos desaparecidos

Segundo o deputado, duas peças foram decisivas para a confirmação do homicídio: "o laudo do legista pelos absurdos que continha, e o depoimento do advogado da família de Jerônimo, Antônio de Pádua Barroso". O depoimento relata a conversa que o advogado teve, dois dias depois da morte, com um militar do Exército que presenciou a sessão de tortura. Barroso preservou o nome do militar, mas foi minucioso em seu depoimento.

■ Sobre as circunstâncias da morte diz o documento: "Pedro Jerônimo após uma série de sofrimentos, fustigado num banco sem encosto um brutamente dele se aproximou pelas costas, curvou um joelho, e costando-lhe na coluna dorsal, tentou sufocá-lo com um instrumento escuro. Parecia um molho de fio de telefone, puxando nas duas extremidades para trás (o instrumento era colocado no pescoço, na parte anterior, na garganta). O instrumento constritor foi puxado com muita força e o resultado foi quebra do pescoço do homem. Pedro Jerônimo de Sousa, que disse morreu. Aparentados com o crime que cometeram, prepararam, e concluiu com o Departamento de Polícia Federal e a DOPS, o sinistral do enforcamento suicida."

Recorte do jornal O Povo, denunciando a culpa da União pela morte de Jerônimo de Sousa.



Ação do movimento estudantil universitário articulada pelo Diretório Central dos Estudantes - DCE.

CESE - 16

COMANDO CENTRAL DOS ESTUDANTES

NOTA OFICIAL

O Comando Central dos Estudantes, reunido para apreciar os acontecimentos iniciados ontem à tarde com uma passeata estudantil de protesto contra as ameaças que pairam sobre a meia passagem e o absurdo do aumento dos preços das tarifas nos transportes coletivos, esclarece a opinião pública cearense o seguinte:

1 — Que a passeata de protesto realizada ontem à tarde, promovida pela UEE, DCE, CESC, UETIC, CLEC e Grêmios estudantis foi um movimento absolutamente pacífico e ordeiro, realizado dentro dos direitos de manifestação pública de opinião, assegurado pela Constituição Brasileira.

2 — Que apesar de o nosso movimento ter sido absolutamente pacífico, o Governo do Estado colocou a Polícia nas ruas para impedir a nossa manifestação.

3 — Que se outro rumo tomou a manifestação estudantil, deve-se ao fato de a Polícia ter atacado violentamente os estudantes, ferindo os colegas, Antonio William, do Colégio São José e mais outros colegas cuja identificação não nos foi fornecida pelos hospitais. E hoje pela manhã, foi também espancado violentamente o líder estudantil, Vereador Manuel Aguiar de Arruda, quando passava na Praça do Ferreira. Há poucos instantes também foi espancado o colega do Colégio Cearense, Ivan Soares Prota. E constantemente estão sendo levados para receber curativos diversas pessoas arbitrariamente espancadas pela Polícia nas ruas da cidade.

4 — Que não estava previsto nenhum comício na Praça do Ferreira local onde iniciou-se o espancamento dos estudantes pela Polícia, sob aquele pretexto. Os estudantes reunidos na Praça do Ferreira estavam aguardando o momento para encontrarem-se com a passeata realizada à noite.

5 — Que após encontrarem-se com a passeata, os estudantes seguiram, sem qualquer manifestação na Praça do Ferreira, diretamente para a Rádio Dragão do Mar, onde estava previsto o término da passeata, mantendo todo o respeito às portarias da Secretaria de Polícia e Segurança Pública que regulam a realização de comícios e manifestações públicas.

6 — Que o Comando Central dos Estudantes se responsabiliza plenamente por todas as manifestações efetuadas no momento em que reinou clima de tranquilidade pública e sejam garantidas as liberdades constitucionais de livre manifestação do pensamento.

7 — Que no entanto não nos responsabilizamos pelo que está ocorrendo desde o momento em que foi cessado o direito de livre expressão do pensamento, a partir do momento em que a Polícia foi colocada nas ruas para espancar os estudantes.

8 — Que o Comando Central dos Estudantes considera o Governo do Estado, através da Secretaria de Polícia e Segurança Pública, responsável por todas as violências ocorridas e que venham ocorrer na cidade, provocadas pelo clima de insegurança que as arbitrariedades policiais criaram proposadamente em toda a Capital, com o fim de confundir o movimento dos estudantes com a desordem pública, que não é do nosso interesse.

9 — Que o senhor Murilo Borges, numa atitude imprudente, sem levar em consideração a crítica situação nacional, justamente nesta ocasião, propõe tal aumento que inevitavelmente provocaria reações estudantis e populares.

10 — Que queremos reafirmar a nossa posição intransigente contra qualquer majoração nos preços dos transportes e extinção da meia passagem.

11 — Que os estudantes estão em permanente contato com as suas organizações representativas a fim de possibilitar um trabalho organizado na luta que travamos contra os empresários e seus coniventes.

12 — Que este Comando Central dos Estudantes, continua em reunião permanente para estudar a situação e deliberar sobre as novas posições a serem tomadas pelos estudantes em face dos acontecimentos.

Fortaleza, 25 de Setembro de 1963.

José Maria Barrós de Pinho — Pres. da UEE; Rdo. Hélio Leite — Pres. do DCE; Adalberto Benevides Magalhães Filho — Pres. CESC; Pedro Albuquerque Neto — Pres. da UETIC; José Galba de Menezes Gomes — Pres. CLEC; Benony Vieira da Silva — Pres. Pacto Escolas de Ensino Comercial.

Nota do Comando Central dos Estudantes denunciando o aumento dos preços das passagens dos transportes coletivos e a ameaça que pairava sobre a meia estudantil.

CESEC - 14

Comando Central dos Estudantes

NOTA OFICIAL

Após a perpétuação bárbara e covarde por parte da Polícia do Estado, do espancamento de estudantes fortalezenses, quando preparavam-se para manifestação à noite, na Rádio Dragão do Mar, onde protestavam contra mais uma investida por parte dos senhores empresários de transportes coletivos, com a conivência do prefeito Murilo Borges, investida, repetimos, à bolsa popular, com mais um aumento absurdo nas tarifas dos ônibus, com uma elevação de 70 ou 80%.

Tentavam também os senhores empresários, através da mensagem de n.º 21 do poder executivo, subscrita pelo prefeito n.º 1 (Luiz Campos), retirar parceladamente o abatimento de 50% a que temos direito nos ônibus, conquistado após lutas de consequências drásticas, onde o estudantado foi vítima de agressões policiais, semelhantes às que agora presenciamos, onde colegas nossos chegaram a ser espancados e outros perderam a vida.

Nestes termos, temos ainda a esclarecer que o quebra-quebra que foi ensaiado, em absoluto, não recebeu orientação da liderança estudantil, e sim de grupos interessados em jogar no descrédito da opinião pública, o nosso movimento em defesa, intransigente de nossos direitos e da bolsa popular, já à esta altura saqueada sem limite. Estes grupos conhecidos como organizações subversivas (IBAD) e MAC), infiltraram-se no meio das manifestações e induziram alguns participantes do movimento a praticar aqueles atos.

Após estes esclarecimentos que julgamos necessários lhes dá, transmitimos a decretação de uma greve de 24 horas em sinal de protesto ao aparato policial colocado nos principais locais da cidade, e ao massacre covarde e bárbaro da Polícia do Governador.

Dá mais uma demonstração de nossa unidade!

O nosso movimento é pacífico, em defesa de seus direitos e da economia popular.

José Maria Barros de Pinho — UEE

Raimundo Hélio Leite — DCE

Adalberto Magalhães Filho — CESC

Pedro Albuquerque Neto — UETIC

José Galba de M. Gomes — CLEC

Benony Vieira da Silva — Pacto Escolas Ensino Comercial

Nota do Comando Central dos Estudantes denunciando o espancamento de estudantes fortalezenses, quando estes se preparavam para uma manifestação.

477: É PROIBIDO ESTUDAR

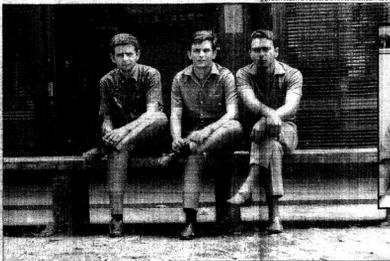
Há 32 anos o presidente-general Costa e Silva editava o decreto 477, cassando das universidades centenas de estudantes considerados subversivos pelo regime militar

AYRTON MACIEL

Novos anos depois de ser proibido de ensinar na Universidade Federal Rural de Pernambuco (URFPE) e de matricular-se em qualquer outra instituição de nível superior do País, o universitário de Vitermia José Moura e Freitas consegue ser reintegrado ao curso, por força de mandado de segurança. Era o dia 4 de fevereiro de 1978, quando a 9ª turma do extinto Tribunal Federal de Recursos (TFR) sentenciou a favor do estudante. Em Brasília, decide, por unanimidade, atender ao pedido do estudante para voltar a matricular-se na URFPE, pois nunca após ter sido impedido a partir da 2ª Vem Fedeiral do Estado. A sentença do TFR sentenciou a favor do estudante dois dias depois, pelos jornais *Folha de S. Paulo*, *O Globo* e *Jornal do Brasil*.

O Decreto 477 cassou o direito de estudar, por três anos, de centenas de universitários brasileiros. Assinado pelo general Costa e Silva e pelos ministros da Educação, Tanziu Dantas, e da Casa Civil, Gama e Silva, em 28 de fevereiro de 1969, o 477 tinha como maior característica o rito sumário. No dia 16 de maio, os jornais pernambucanos publicaram a primeira lista de cassados pelo 477 no Brasil, a da URFPE. Além como na URFPE e na Unicap, as expulsões e suspensões tinham a complexidade de alguns decretos e docenças. Alguns como o vice-reitor do Recife, Luciano Siqueira, o advogado José Paulo Cavalcanti Filho e o vereador de Olinda, Marcelo Santa Cruz, seriam atingidos pela mão de ferro do regime.

Há 32 anos, a dureza do regime queria esmagar a oposição estudantil aos militares. O 477, de dezembro de 68, cuidava de por as mãos sobre os parlamentares e a organi-



FOTOS: ARMANDO PESSONI E HANS MARTELUTTO



REPRESSÃO José Moura, hoje, em 19 entre os colegas da URFPE. Sentença e liberação, seguidos

Perseguição leva estudantes à clandestinidade

A cassação dos direitos estudantais era perseguição que se seguiu levaram muitos dos estudantes para a clandestinidade. Uns foram presos e torturados e outros estão declarados mortos ou desaparecidos. Simpatizante do Partido Comunista Revolucionário (PCR), José Moura e Freitas acabou condenado a dois anos de prisão pelo regime militar. Já clandestino, e perseguido pela polícia, dormia em casa de amigos.

Com os nomes sobre uma lista na reunião do Comando de Capangas Comunistas (CCC), Moura decide ir para São Paulo. Vira operário e depois ingressa em uma faculdade de Economia. A reintegração com o movimento estudantil termina o de-



SIQUEIRA Censurado com nome noma

queixa, entra de imediato na clandestinidade após a cassação pelo 477.



JOSE PAULO Prêmio da cassação

dos", recorda. Os dois foram presos depois que um companheiro cas-

que havia recebido uma bolsa de estudos, por ter sido o melhor aluno em 68, e um mês depois foi suspenso pela faculdade. "Não cheguei a ser preso, mas recibi cartas do CCC aos quinze. Muitos colegas pagaram um alto preço, alguns com a própria vida", lamenta.

Passada a suspensão de um ano, José Paulo não quis voltar para a Califórnia e tratamento foi por meio do então secretário da Faculdade de Direito da URFPE, conhecido como de direita, o atual deputado Gilberto Marques Paulo (PR), que voltou aos estudos. Ao ser eleito de Olinda, em 1976, preocupados ao longo dos anos, tanto que não pôde ser eleito, nem ensinar na faculdade.

■ CASSADOS PELO DECRETO 477/69

URFPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

AGRONÔMIA

- Carlos Alberto Lopes Neves
- Eduardo José de Almeida
- José Carlos Costa do Nascimento
- José Gilão do Nascimento
- José Pereira dos Santos
- Jonas Celso Maia de Brito
- Juarez José Gomes

VETERINÁRIA

- Alberto Soares da Silva
- Antônio Castanha de Souza
- Fernando Passos de Vasconcelos
- Gláucio Augusto Duarte Porto
- Gregório Isaac de Macedo
- Julliano Balthazar dos Santos
- Joaquim Xavier de Araújo
- José Gomes de Lima
- José Moura e Freitas
- Marcelo Apolinário de Oliveira
- Paulo Eduardo de Andrade
- Fernando José Sodré
- Heládio José Correia de Mendonça
- Roberto Leite Targino
- Sotônio de Albuquerque Pereira
- Viscontim Almeida da Silva

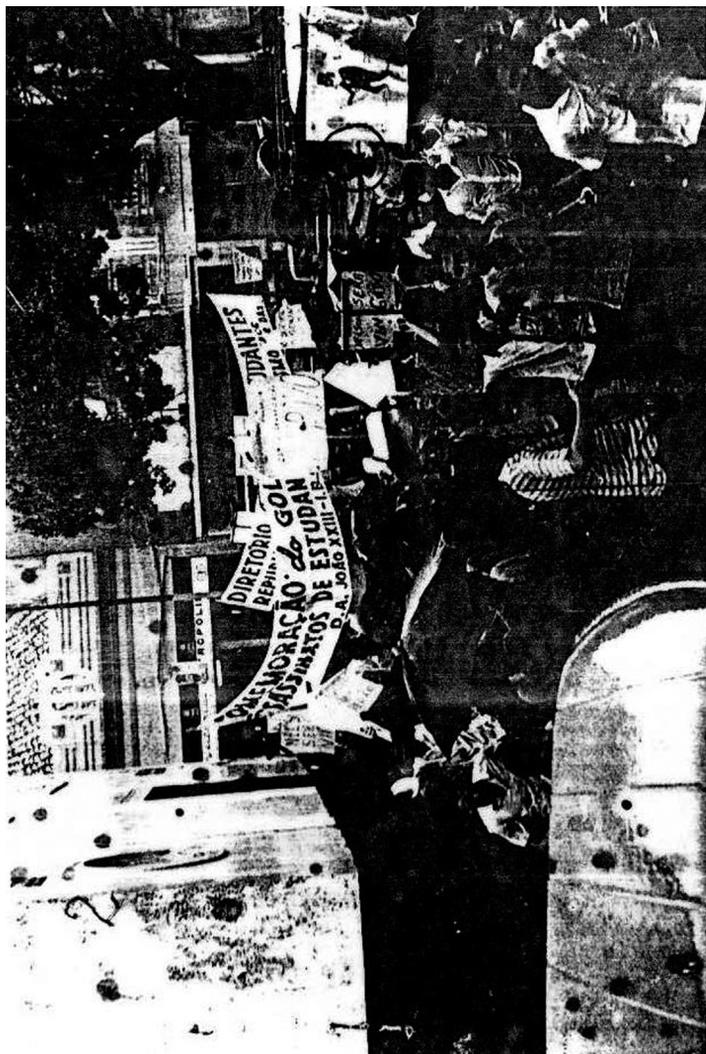
UNICAP - Universidade Católica de Pernambuco (cassados pelo regime interno)

FACULDADE DE DIREITO

- Roberto Romeu Leite
- Carlos Eduardo Vasconcelos
- João Bosco Terêncio
- João Marques
- José Paulo Cavalcanti Filho
- Paulo Henrique Moraes Maciel
- Alvarado Nacarato
- Rosivaldo Melo

FACULDADE DE ECONOMIA

Reportagem do Jornal O Povo sobre o Decreto nº 477.



Manifestação estudantil contra a ditadura.



Manifestação estudantil contra a ditadura.



Manifestação estudantil contra a ditadura.



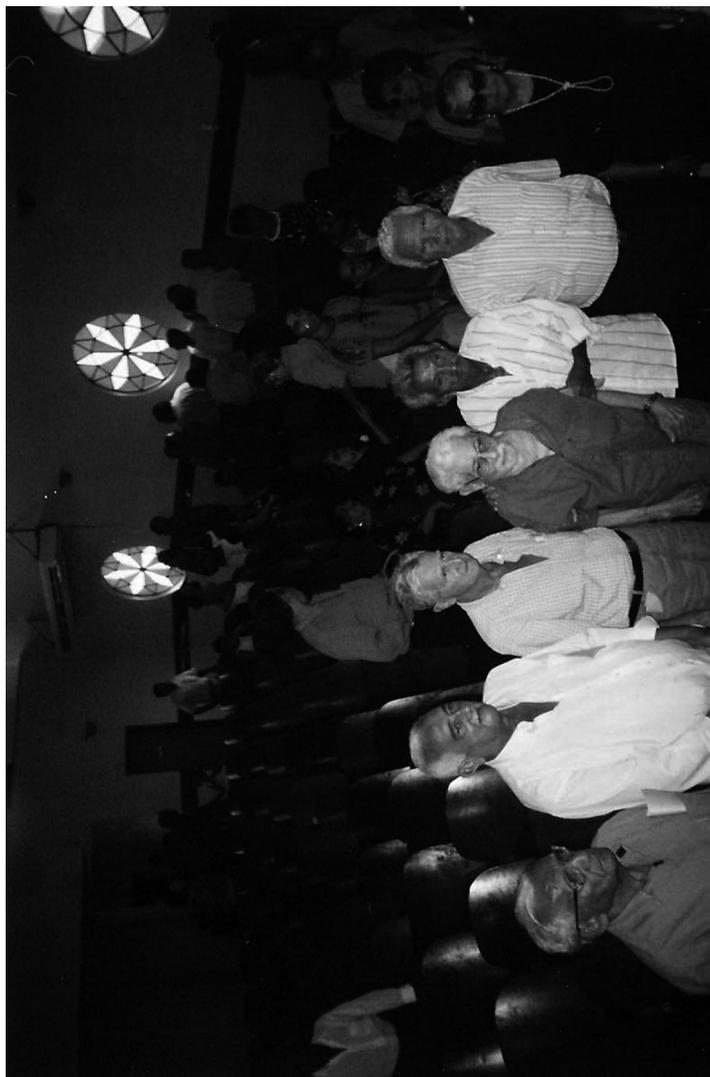
Passeata da "Aliança Operária Estudantil Camponesa", na noite de 10/11/1961.



Solenidade de pagamento de indenizações, Norberto Ferreira Filho, José da Silva Palhano, Francisco Colares de Oliveira, Antônio Cruz Ribeiro, Antônio Shirley Cruz Jucá, Mari dos Anjos, Gov. Lúcio Alcântara e familiares de Mauro Albuquerque Aragão.



Solemnidade de pagamento de indenizações, Norberto Ferreira Filho (Ferreirinha).



Solenidade de pagamento de indenizações, Norberto Ferreira Filho, José da Silva Palhano, Francisco Colares de Oliveira, Antônio Cruz Ribeiro, Antônio Shirley Cruz Jucá e Marli dos Anjos.



Solenidade de pagamento de indenizações, Norberto Ferreira Filho, José da Silva Palhano, Francisco Colares de Oliveira, Antônio Cruz Ribeiro, Antônio Shirley Cruz Jucá.

INSTITUTO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOBRE O
DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO CEARÁ
INESP

José Ilário Gonçalves Marques

Presidente

GRÁFICA DO INESP

Ernandes do Carmo

Coordenador

**Francisco de Moura,
Hadson França e João Alfredo**

Equipe Gráfica

Aurenir Lopes e Tiago Casal

Equipe de Produção Braille

Carol Molfese e Mário Giffoni

Equipe de Diagramação

José Gotardo Filho e Valdemice Costa (Valdo)

Equipe de Design Gráfico

Lúcia Jacó e Vânia Soares

Equipe de Revisão

Site: www.al.ce.gov.br/inesp

E-mail: inesp@al.ce.gov.br

Fone: (85) 3277-3701

Fax: (85) 3277-3707



**Assembleia Legislativa
do Estado do Ceará**

Assembleia Legislativa do Estado do Ceará

Av. Desembargador Moreira 2807,

Dionísio Torres, Fortaleza, Ceará

Site: www.al.ce.gov.br

Fone: (85) 3277-2500